

História das Legislaturas Contemporâneas

3ª Legislatura (1956-1959) **3**
História de São Paulo e sua Câmara Municipal





Mesa Diretora 2017

Presidente

Milton Leite (Democratas)

1º Vice-Presidente

Eduardo Tuma (PSDB)

2º Vice-Presidente

Edir Sales (PSD)

1º Secretário

Arselino Tatto (PT)

2º Secretário

Celso Jatene (PR)

1º Suplente

Gilberto Nascimento (PSC)

2º Suplente

Ota (PSB)

Corregedor Geral

Souza Santos (PRB)

Mesa Diretora 2016

Presidente

Antônio Donato (PT)

1º Vice-Presidente

Milton Leite (Democratas)

2º Vice-Presidente

Edir Sales (PSD)

1º Secretário

Adolfo Quintas (PSD)

2º Secretário

Adilson Amadeu (PTB)

1º Suplente

George Hato (PMDB)

2º Suplente

Eduardo Tuma (PSDB)

Corregedor Geral

Dalton Silvano (Democratas)

História das Legislaturas Contemporâneas

3ª Legislatura (1956-1959) **3**
História de São Paulo e sua Câmara Municipal



Diretor-Presidente

Christy Ganzert Pato

Diretores Acadêmicos

Gustavo Costa

Lara Mesquita

Diretores Executivos

Antônio Rodrigues de Freitas Jr.

Carolina Cutrupi Ferreira

Fabio Pierdomenico

Projeto gráfico e editoração

Francine Sakata

Heloisa Nunes

Felipe Neres

Revisão

autores

Capa

Inauguração do Centro Educacional da Móoca, 1959.

Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP - SGP.32

L526 3ª Legislatura (1956-1959) : História de São Paulo e sua Câmara Municipal / coleção dirigida por Christy Ganzert Pato e Lara Mesquita ; organizador Frederico Alexandre Hecker. – São Paulo : Câmara Municipal de São Paulo, 2017.
200 p. – (Coleção história das legislaturas contemporâneas, v. 3)

Textos de vários colaboradores.

Obra produzida pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.

ISBN 978-85-66432-09-1 (obra completa)

ISBN 978-85-66432-10-7 (v.3)

1. Câmara Municipal – São Paulo (SP) – História, 1956-1959. 2. São Paulo (SP) – História, 1956-1959. I. Pato, Christy Ganzert. II. Mesquita, Lara. III. Hecker, Frederico. III. Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. IV. Título. V. Subtítulo. VI. Série.

CDU 342.532(815.6SP)"1956-1959"

Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista – São Paulo – SP
www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento@camara.sp.gov.br

SUMÁRIO

- 1 APRESENTAÇÃO
- 4 INTRODUÇÃO
- 5 **CAPÍTULO 1**
Passageiros da Capital: Política e mobilização na cidade que temia parar (1956-1960)
Antonio Celso Ferreira
- 27 **CAPÍTULO 2**
Infância em São Paulo nos anos de 1950: percepções e projetos na Câmara Municipal
Esmeralda Blanco B. de Moura
- 53 **CAPÍTULO 3**
Os partidos e as eleições: o legislativo municipal e a vida política paulistana
F. Alexandre Hecker
- 101 **CAPÍTULO 4**
Cultura na 3ª Legislatura paulistana (1956-1959)
Marcos Nepomuceno Duarte
- 125 **CAPÍTULO 5**
Feiras-livres, "tubarões", controle de preços: o abastecimento em debate na Câmara Municipal de São Paulo.
Marília Schneider
- 157 **CAPÍTULO 6**
As relações entre o legislativo e o executivo na cidade de São Paulo: populismo, trabalhismo e conflitos sociais
Ricardo Pires de Paula
- 177 **CAPÍTULO 7**
Cidade oculta e visível: alicerce, teto e moradia (1956-1959)
Rosana Schwartz

MESA DIRETORA

VEREADORES DA 3ª LEGISLATURA

APRESENTAÇÃO

A Escola do Parlamento foi instituída pela Lei nº 15.506/2011. Apesar de sua breve história a Escola consolidou sua atuação pautada em sua missão institucional de promover a educação para a cidadania, na perspectiva do fortalecimento da missão do Poder Legislativo.

Com esse objetivo desenvolve atividades que permitam o estímulo à participação da sociedade – do cidadão comum às lideranças políticas e comunitárias –, o diálogo com outras instituições de ensino e pesquisa e a promoção do intercâmbio com outras Casas Legislativas e suas organizações representativas.

Para ampliar a disseminação da educação para a cidadania, a Escola propõe a organização de atividades educacionais com diferentes formatos: um curso de pós graduação lato sensu em nível de especialização, cursos de curta duração presencial e na modalidade de educação a distância, além de publicações.

Dentre as publicações da Escola do Parlamento duas delas se destacam: a Revista Parlamento e Sociedade, publicação de periodicidade semestral que tem por objetivo divulgar a produção científica que tem por foco o estudo das políticas públicas e do poder legislativo, dando especial atenção aos estudos que tomem o município como locus de estudo; e a coleção “História das Legislaturas Contemporâneas”. Esta coleção tem por objetivo resgatar a história da Câmara Municipal, seus principais personagens, os debates mais importantes travados nas legislaturas e a produção legislativa que impactou no desenvolvimento da cidade.

Com a presente coleção a Escola do Parlamento apresenta aos cidadãos um pouco da história da Câmara Municipal e da Cidade de São Paulo, mostrando como as grandes questões correspondente ao momento histórico de cada uma das legislaturas refletiam nos debates em plenário e nos projetos de lei apresentados no período. A principal fonte utilizada nessa série são os anais e documentos históricos do acervo desta edilidade. Esses documentos estão digitalizados e disponíveis para pesquisa de todos os interessados em estudar e conhecer um pouco mais sobre o parlamento paulistano.

O acervo total da Câmara possui cerca de 250 mil processos, com destaque para os processos administrativos e legislativos, em sua grande maioria já digitalizados, como todos os Projetos de Lei a partir de 1948, cerca de 4000 processos digitalizados e disponíveis no site da Câmara Municipal de São Paulo, e documentos históricos produzidos entre 1895 e 1937 - cerca de 8000 documentos digitalizados e também disponíveis no site da Câmara.

A Equipe de Documentação do Legislativo tem como finalidade coletar, reunir, registrar, organizar e tornar acessível a documentação parlamentar da

Câmara Municipal de São Paulo. Para esse fim, mantém em seu acervo as proposições, a legislação municipal, e as atas e anais das sessões plenárias, dentre outros registros relacionados às atividades da Câmara e desenvolve ferramentas de acesso às informações por meio do site institucional, que permitem acesso aos textos integrais de parte do acervo. O acervo compreende: (I) As publicações de Atas dos trabalhos realizados pela Câmara desde 1562, que compreende 90 volumes até o ano de 1903, a partir de quando são realizados os registros taquigráficos das sessões plenárias; (II) A coleção de Anais da Câmara Municipal, com a íntegra das sessões plenárias a partir de 1904, e que reúne por volta de 900 volumes representados em diversos formatos: publicações até o ano de 1966, coletânea de páginas de Diário Oficial com registros de Anais no período de 1960 a 1963 e de 1967 até 1992, e volumes organizados pela Equipe de Documentação do Legislativo até os dias atuais; (III) A Coleção “Registro Geral da Câmara”, compreendida por 38 volumes referentes à documentação recebida pela Câmara no período de 1583 a 1863; (IV) Os Relatórios à Câmara Municipal de São Paulo, encaminhados por Intendentes Municipais e Prefeitos no período de 1893 a 1940.

Além destes, encontram-se compilações do material desenvolvido pela Assembleia Municipal Constituinte 1989-1991, Informações da Assessoria Técnico-Legislativa, de 1948 a 1980, e Registros de Leis, de Resoluções, e de Decretos Legislativos, entre outros.

Este é o terceiro volume da coleção, que aborda o período entre janeiro de 1956 a dezembro de 1959, além da eleição de 1955, que elegeu os vereadores da terceira legislatura.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Christy Ganzert Pato

Lara Mesquita Ramos

INTRODUÇÃO

O estudo das propostas e discussões desenvolvidas pelos vereadores paulistanos em épocas passadas é fundamental para entender, não apenas a vida parlamentar contemporânea, como toda a relação da Câmara Municipal com os cidadãos de sua jurisdição. Por isso a publicação deste livro de história da 3ª legislatura, cobrindo o período que vai de 1956 a 1959, paralelamente às demais publicações que tratam de legislaturas anteriores e posteriores, oferece ao leitor um momento ímpar de tomada de informação.

É próprio da condição humana e do intrínseco uso da razão acumular experiências vividas por gerações precedentes e transformá-las em conhecimento que, embora não permita de pronto resolver as questões propostas pelo tempo presente, constitui rico repertório para enfrentar novos problemas. O progresso em história – apesar de irregular e descontínuo – é o resultado do aprendizado, da cultura acumulada.

Todos os pesquisadores que participamos deste volume procuramos, como uma diretriz do trabalho de pesquisa e de apresentação dos resultados, ser objetivos no sentido em que E. H. Carr, no clássico *Que é história?*, definiu como padrão adequado de atuação do historiador: almejamos nos colocar acima da visão limitada de nossa própria posição na sociedade – fugindo de preconceitos e pertencimentos políticos – e buscamos identificar o passado com a perspectiva de um futuro auspiciosamente democrático. Adotar tal perspectiva significou considerar o futuro – instância na qual por definição “tudo” está por construir – como um tempo de crescente participação do indivíduo nas decisões políticas que afetem a sua cidadania. Agindo assim tentamos cumprir o propósito definido pelo próprio Carr: “ O historiador do passado somente pode abordar a objetividade na medida em que aborda a compreensão do futuro”.

No presente volume, por meio da consulta aos vários capítulos, o leitor encontrará uma interpretação das condições em que se encontrava a cidade de São Paulo no que respeita à cultura metropolitana, às manifestações musicais, às questões de moradia, às políticas públicas voltadas para a infância, a temas e propostas sobre a educação no município, aos conflitos relativos ao abastecimento de gêneros alimentícios, às questões trabalhistas, aos partidos e às lideranças políticas... Enfim, uma tentativa abrangente de dar conta da vida real e pulsante daquela que era já a grande metrópole continental.

Como não é possível esperar que os problemas sociais, políticos ou culturais do município venham a conhecer encaminhamentos senão pela atuação dos seus cidadãos e das autoridades fidedignas escolhidas por eles para representá-los, já que é completamente irrealista admitir a existência de metas a serem atingidas fora da história, os autores destes textos esperam ter contribuído

para ampliar o conhecimento daquelas questões e assim colaborar com as suas soluções atuais e futuras.

Refletir, entender e explicar é parte do mesmo processo que permite encontrar a resposta adequada a uma questão. Pra isto serve a história.

A. Hecker

CAPÍTULO 1

Passageiros da Capital: Política e mobilização na cidade que temia parar (1956–1960)

Antonio Celso Ferreira¹

1.Professor Titular de História do Brasil da FCL – Unesp/Assis. Este ensaio contou com a colaboração do estagiário Luís Marcelo Soares Narciso Ferreira (graduando em História na UEM/PR), na pesquisa das fontes, e de Daniela de Brito (doutora pelo Ibilce, Unesp, São José do Rio Preto), na revisão e leitura perspicaz.

“Iracema, eu sempre dizia:

Cuidado ao ‘travessar essas ruas!

Eu falava, mas você não me escutava, não.

Iracema você ‘travessou contra a mão’.”

Adoniran Barbosa

A cidade de São Paulo já foi interpretada de acordo com diversos modelos, inspirados em diferentes campos da ciência e das artes. Neste ensaio amador, sujeito a imensos riscos, tomo emprestado nos subtítulos algumas noções ou metáforas da Psicanálise, de forma livre e meramente sugestiva, para compreender as ambivalências da cultura metropolitana nos anos 50 do século passado. Como disse Peter Gay, historiador recentemente falecido, que se dedicou a explorar em suas obras a proximidade e as distinções entre as duas disciplinas, “o historiador profissional tem sido sempre um psicólogo – um psicólogo amador”. Suas palavras servem como pretexto e introdução ao capítulo:

“Nada é mais sedutor do que fazer, sem garantias, analogias entre a psicanálise e outras disciplinas, um pouco diferentes dela. Tanto a história como a psicanálise são ciências da memória, ambas estão comprometidas com o ceticismo, ambas rastreiam as causas do passado, ambas procuram penetrar por trás de confissões piedosas e evasões sutis. A história e a psicanálise parecem, assim, destinadas a colaborar em uma pesquisa fraternal pela verdade do passado.” (GAY, 1989, p. 167).

Fantasia e compulsão

Como de costume, a cada 25 de janeiro – data da fundação de São Paulo –, as sessões da Câmara Municipal eram dedicadas à renovação do compromisso de fé dos representantes da municipalidade para com o destino grandioso da metrópole. Embora as majestosas comemorações do IV Centenário² já tivessem ficado para trás, o sentimento de orgulho paulista, então levado ao paroxismo, ainda reverberava nos discursos oficiais e nas estratégias de mobilização da sociedade, tanto políticas quanto empresariais.

No aniversário de 1958, por exemplo, Alfredo Trindade (PSD), orador oficial da solenidade, expôs, em tom de júbilo, os números gigantes alcançados pela capital que se tornara o maior centro urbano da América do Sul com mais de dois milhões de habitantes, 22 mil fábricas, 499 mil operários. Além de possuir o terceiro aeroporto do mundo em tráfego aéreo, com 290 pousos e

2. As celebrações de 1954 mereceram alguns estudos recentes, como por exemplo, o livro de LOFEGO, S. L. IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004, e o capítulo “A Câmara de Vereadores e os festejos do IV Centenário de S. Paulo: imagem e pabulagem”, de HECKER, F. A., Mimeo.

decolagens por dia, operando 23 companhias de aviação. E, ainda, a existência de 14 linhas de estrada de ferro, 174 km de rede rodoviária urbana, a maior quantidade de veículos em circulação no Brasil, 230 hotéis, 15 estações de rádio e três canais de televisão – afora os números igualmente notáveis nos diversos setores econômicos, tanto da capital quanto do interior. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, v. 1, p. 22-23).

Em tais ocasiões, as autoridades do poder executivo e os representantes do legislativo buscavam recompor os vínculos entre o passado e o presente da metrópole, reafirmando o mito bandeirantista, que concebia a história de São Paulo (a partir da sua capital) como uma marcha épica em direção ao progresso e à civilização³. Nascida da ação heroica de “padres, de aventureiros e de índios⁴”, segundo a versão cristalizada, a urbe chegara à metade do século XX mantendo o mesmo impulso dinâmico, continuamente renovado por novos personagens destemidos e empreendedores que não sucumbiam diante das barreiras fixadas pela natureza e pela cultura: bandeirantes, cafeicultores, empresários, imigrantes, migrantes, homens da ciência, das artes e da cultura, classes laboriosas etc. Uma história, portanto, movida pela energia guerreira de gentes que saíam dos seus variados lugares de origem no afã de dilatar a fé cristã, de aventurar-se no desconhecido à cata de tesouros, de conquistar novos territórios, civilizar, modernizar, progredir, crescer e ascender socialmente.

Nessas falas ufanistas, reiteradas com pouca variação durante a última legislatura da década de 1950, os signos religiosos e guerreiros associados às origens de São Paulo transfiguravam-se involuntariamente em metáforas profanas do fluxo veloz e compulsivo da (o) capital em seu tempo presente. A própria metrópole transparecia como um corpo autônomo, catalisador das múltiplas energias, em expansão ininterrupta ao longo dos séculos.

No seu magistral estudo sobre a sociedade e a cultura nos frementes anos 20, Nicolau Sevcenko observa como a cidade se transformara, “ela mesma a fonte e o foco da criação cultural das vanguardas artísticas extasiadas, diante da multiplicação ciclópica das escalas do ambiente urbano [...] que tinha como contrapartida o encolhimento da figura humana e a projeção da coletividade como um personagem em si mesmo”. Para o historiador, o ineditismo dessa experiência impulsionava a procura de uma nova dicção artística e literária, fluida e descontínua, liberta do tom grandiloquente da linguagem tradicional, capaz de expressar “os orgulhos individuais malferidos”, os “liames comunitários esgarçados por escalas de padronização” e de “produção avassaladora de mercadorias, mensagens, normas, símbolos e rotinas” (SEVCENKO, 1992, p. 19).

Três décadas mais tarde, no entanto, passado o frenesi das celebrações dos 400 anos de São Paulo, a metrópole já não parecia provocar o mesmo êxtase de outrora. As vanguardas artísticas, intelectuais e políticas, então aceitas

3. Examinamos a construção desse mito, erguido desde cerca de 1870 por diversas gerações das elites políticas e culturais da região, e as instituições responsáveis por sua formulação, especialmente o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP – e a Academia Paulista de Letras – APL-: FERREIRA, A. C. A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

4. A caracterização vem do discurso de Ermanno Marchetti (PR) (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, v. 1, p. 76)

e legitimadas, canalizavam seu ímpeto criativo na universidade e em outras instituições culturais recém-fundadas, distinguindo-se da estandardizada cultura de massa⁵. A mudança na composição étnico-social, resultante do êxodo rural paulista e de outras regiões fronteiriças, bem como da grande migração de nordestinos para a cidade, tornava ainda mais heterogêneo o universo cultural urbano.

Além disso, a experiência moderna e modernista já não produzia o mesmo encantamento coletivo, num momento em que a maquinaria tecnológica e os novos meios de comunicação integravam-se cada vez mais ao cotidiano da população. A cidade do trabalho impunha seu ritmo frenético, rotineiro e repetitivo. Em contrapartida, avolumavam-se os problemas urbanos e as tensões sociais, decorrentes da urbanização desenfreada e da falta de um planejamento capaz de satisfazer as crescentes demandas da sociedade.

Nessas circunstâncias, os discursos altissonantes e excessivamente otimistas do legislativo paulistano revelavam-se peças retóricas vazias e antiquadas quando confrontados com a realidade circundante. Ao se desdobrarem para iluminar a vida presente, eles mesmos pareciam se desdizer, deixando vazar a ansiedade quanto ao futuro e sentimentos de fragilidade diante dos enormes desafios para fazer cumprir o destino da cidade. O temor provocado pelo peso da responsabilidade em dar sequência ao legado glorioso dos antepassados paulistas podia ser notado nos pronunciamentos de diversos representantes da municipalidade, como, por exemplo, na conclusão do discurso de Ermano Marchetti (PR), vereador vinculado a um dos vários partidos conservadores e clientelistas da época:

“Não foi para desfrutarmos inconscientemente a grandeza e a beleza da São Paulo de hoje, para nos vangloriarmos do seu esplendor, que tantas gerações se sacrificaram. A herança que nos legaram não é o que vemos exteriormente, na riqueza que hoje abunda em Piratininga, substituindo a pobreza de antanho. É também a herança das lágrimas, do sangue, do suor, dos sofrimentos que laceraram gerações inteiras. Nosso legado é como aquelas oferendas sacrificiais dos povos antigos, nos altares dos deuses mitológicos. É um legado cruento, um legado de sacrifício. Precisamos, por isso mesmo, compreender a sua grandeza, a sua significação, e fazer tudo quanto estiver em nós, para nos portarmos à altura do que recebemos. Esta Câmara é a herdeira daquela velha Câmara em que os “*homens bons*” se reuniam para deliberar sobre os problemas presentes do burgo primitivo. Desta Câmara dependeu, através dos tempos, a sobrevivência de São Paulo. Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, ainda hoje a situação é a mesma. Em nossas mãos encontra-se um depósito sagrado. São Paulo espera o nosso pronunciamento, para continuar a se desenvolver, transformando-se na grande metrópole com que todos sonhamos, ou para se afundar, que Deus nos livre, no caos e na anarquia. Se não prestarmos atenção aos problemas que

5. Uma excelente análise sobre o panorama cultural da época encontra-se em NASCIMENTO, M. A. N. A. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

dia a dia nos são apresentados, a cidade será afetada no que tem de mais vital. Nossa Câmara tem de se fazer, portanto, como no passado, a “casa dos homens bons”, ou seja, dos homens que realmente cuidavam da coletividade, da comunidade, dos interesses comuns do povo, sacrificando os seus interesses pessoais em favor da população de Piratininga.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, v. 1, p. 76-77).

Como se lê, as fantasias gloriosas acerca da origem da cidade não se mostravam mais suficientes para garantir a ação pública, tendo em vista o desaparecimento dos “homens bons”, valorosos guerreiros que, no decorrer de muitas gerações, sacrificaram suas vidas em prol do bem comum e da construção de uma cidade utópica.

Por outro lado, nas falas dos representantes da oposição, principalmente, denunciava-se a subordinação da política a interesses privados e acusava-se tanto o poder executivo quanto o legislativo pela absoluta falta de planos inovadores, o que deixava entrever um sentimento de insegurança e impotência. Ainda mais, quando se considerava o novo ciclo de desenvolvimento prometido pelo mineiro Juscelino Kubitschek, eleito presidente da República, que visava à interiorização do crescimento econômico em seu Plano de Metas com a construção de Brasília, seu emblema, ameaçando a supremacia paulista⁶. A própria incorporação do planejamento de médio e longo prazo nas políticas públicas nacionais e internacionais, em tempos da Guerra Fria global, representava um desafio novo para as elites governantes paulistanas na metrópole gerida durante muito tempo à base da pressa e da improvisação.

Apesar dessas condições adversas, era imperioso seguir adiante. Eis porque a oratória comemorativa da fundação de São Paulo desvelava a sorte de homens públicos compelidos a caminhar compulsivamente, arrastados por forças que eles, ao contrário dos pais fundadores, não se sentiam capazes de dominar. Porém, era essa fantasia das origens que continuava a arrastá-los como que às cegas na História.

Imperativo da Mobilidade

Na década de 1950, os slogans associados à ideia de velocidade afirmaram-se definitivamente como sinônimos da megalópole, tanto para a publicidade comercial ou institucional de vária espécie, quanto para a propaganda política de governos, partidos e candidatos. Os jornais, os programas de rádio, os documentários exibidos no cinema e os pioneiros canais de televisão encarregavam-se de alardeá-los obsessivamente, difundindo-os no imaginário popular. “A cidade que não pode parar” ou a “Cidade que cresce para frente, para os lados e para cima” eram os bordões mais comuns usados para caracterizar a urbe que exibia o trabalho e a riqueza como seus principais atributos, em

6. Consultar, a propósito do assunto, a recente análise de ABREU, M. P. O processo econômico. In: GOMES, A. C. Olhando para dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 179-228.

contraponto a outras cidades e regiões do país, vistas com um olhar de superioridade como atrasadas em relação ao progresso industrial.

Tal analogia, aliás, vinha de longe, a exemplo da locução “São Paulo: locomotiva do Brasil”, corriqueira desde o começo do século XX. A literatura e as artes das primeiras décadas do século também se alimentaram dessas imagens e expressões relativas à mobilidade, à velocidade e à projeção ao futuro. As próprias vanguardas paulistas de 1922 foram, a princípio, confundidas com o futurismo – ou mesmo se identificaram com ele às vésperas da Semana de Arte Moderna – pelo fato de cultuarem fartamente, na forma e no conteúdo, os elementos vinculados de modo direto a essa corrente estética e política⁷. A visão de uma coletividade em movimento, organizada em bandeiras e marchas, serviu, além disso, de núcleo metafórico para ensaios e estudos históricos sobre a sociedade paulista. É o que atestam as obras de Afonso de Taunay, Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda, embora com perspectivas e alcances distintos. As monções, as estradas móveis e os caminhos e fronteiras, mais do que títulos sugestivos nos escritos deste último autor, entre os anos 40 e 50, revelam um modo de ver a história de São Paulo como uma realidade moveidinha, congruente com o imaginário e as ideologias mobilizadoras da época⁸.

Nesse aspecto, a visagem de uma São Paulo em movimento ininterrupto desde suas origens parecia se ajustar com precisão ao modelo das cidades resultantes da guerra ou da preparação para a guerra, concebido pelo urbanista francês Paul Virilio. *Urbes em que vigora a lei do mais rápido, onde a “riqueza é a face oculta da velocidade e a velocidade é a face oculta da riqueza”* e em cujas vias circulam as tecnologias de guerra, a ansiedade e seus recalques (VIRILIO, 1984, p. 37). Aceita tal premissa, o Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret previsto para a celebração do Centenário da Independência, mas somente concluído e entregue à população em 1953 –, poderia ser lido como uma expressão eloquente dessa cidade em estado de emergência e contínua mobilização para a batalha.

Assim a velocidade e a riqueza de São Paulo, em seus sucessivos ciclos de destruição e construção, também despertavam sensações de transitoriedade no presente, de lacunas na memória e desconexão entre tempo e espaço. Nas palavras do vereador Monteiro Carvalho (PSB):

“O paulistano que aqui nasceu e viveu, aquele que se viu ontem menino e hoje homem, aquele a quem confiaram o honroso encargo de representar o povo paulistano, vê transformada a sua metrópole. Sente, a cada dia que passa, que São Paulo vai ficando gigante vai deixando para trás aquele cidadão que nasceu há 40 anos, na sua marcha inexorável, pois São Paulo é eterno e os paulistanos que passam são simplesmente fagulhas, são simplesmente pequeninas partículas de areia que constituem a grandeza da praia que é este São Paulo, tão

7. Em relação à crítica a essa visão projetiva de São Paulo, associada ao Futurismo, consultar FABRIS, A. O. *Futurismo Paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Perspectiva; Universidade de São Paulo, 1994. Ver também FERREIRA, A. C. *Modernos Mamelucos*. In: CAMARGO, A. M. A. (Coord.) *São Paulo: uma viagem no tempo*. São Paulo: CIEE, 2005, p. 171-184.

8. Dentre as inúmeras obras de Afonso d'Escragnolle Taunay, lembre-se, principalmente, *História geral das bandeiras paulistas*, 11 vols. (1924-1950); de Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste* (1940); e de Sérgio Buarque de Holanda, *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1957). A respeito destas duas últimas obras de S. B. de Holanda, ver o sugestivo ensaio de Maria Odila Leite da Silva Dias, *De Monções a Caminhos e Fronteiras*, in *Revista do Brasil* (número organizado por Francisco de Assis Barbosa). Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do RJ/RioArte; Fundação Rio, 1987, p. 63-75.

grandioso na areia sempre crescente de sua população.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, v. 1, p. 81).

No fragmento de discurso do vereador, embora ainda se mantivesse a perspectiva positiva em relação ao que representava o sujeito histórico na construção da metrópole, as expressões “simplesmente fagulhas” ou “pequenas partículas de areia” insinuavam a percepção da fugacidade dos indivíduos e de suas obras no presente. Impressão que, dois anos depois, cedia lugar aos sentimentos de apreensão e angústia, transparecendo nos novos discursos, como o de Ermano Marchetti (PR):

“Mas por isso mesmo, por ser assim, uma cidade que nunca parou, que nunca se deteve, e que não deseja parar em nenhum momento, São Paulo é ao mesmo tempo a nossa glória, o nosso orgulho e a nossa estupefação, o nosso enigma, o nosso tormento e a nossa angústia.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959, v. 1, p. 23).

A pressa, a disposição, a organização, a disciplina e a vontade de vencer, oferecidas como as principais virtudes da coletividade paulistana, ainda se mantinham na oratória, mas pareciam provocar um mal-estar difuso, como bem assinala o termo “tormento”, utilizado na retórica do vereador. Mal-estar que também era experimentado por outros segmentos sociais, sobretudo, as camadas populares, e que era transfigurado, com sensibilidade artística, em várias expressões culturais, entre elas, o repertório poético de Adoniran Barbosa, especialmente nas suas canções compostas nos anos 50, que alcançavam grande sucesso de público.

Nas figuras de *Iracema* (1953), *Joca e Matogrosso em Saudosa Maloca* (1953) e *Abrigo de Vagabundo* (1959), o compositor evocava, com bom humor e afeto, as criaturas desconstruídas nesse surto acelerado de progresso, esquecidas ou mesmo consumidas na memória anônima e no torvelinho da megalópole⁹. Entre esses personagens da cultura popular metropolitana, persistia ainda o caipira, tipo frequente na literatura, na música e no teatro desde o começo do século¹⁰ e, a partir dos anos 50, intensamente incorporado à cultura urbana pelos filmes de Mazzaroppi.

Em seus filmes *Sai da frente* (1952), *Candinho* (1955), *A carrocinha* (1956), *Chofer de Praça* (1959) e *Jeca Tatu* (1960)¹¹, o cineasta e ator representava, com ingenuidade e malícia, as diversas faces do conflito entre o universo rural e o mundo urbano, além de desnudar as ambiguidades presentes na tumultuada constituição da identidade paulistana. Isso também se revelava, de certo modo, na forma de chistes, usados nos próprios discursos oficiais. Serve de exemplo o discurso do vereador Ermano Marchetti (PR):

“Não terminamos de construir São Paulo, e nunca saberemos se um dia chegaremos ao fim dessa obra de gigantes. Bem acertada, pois, aquela anedota

9. Sobre Adoniran Barbosa e outros compositores do período, consultar FIUZA, A. F. O mundo popular cantado e perscrutado: vozes e visões da cidade de São Paulo nas canções de Adoniran Barbosa e Billy Blanco. In FERREIRA, A. C. e MAHL, M. L. (org.). *Letras e Identidades: São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 205-230.

10. A respeito do caipira na literatura paulista, ver SILVEIRA, C. R. O caipira: fonte da identidade paulista em Valdomiro Silveira. In: Ferreira, A. C. *Letras e Identidades*, Op. Cit., p. 49-74. Sobre o caipira no teatro paulista, um dos raros trabalhos é de MELO, C. S. *Caipiras no Palco: Teatro na São Paulo da Primeira República*. São Paulo: Annablume, 2011.

11. Sobre o assunto, consultar TOLENTINO, C. A. F. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

do caipira que, levado pelo seu compadre paulistano a percorrer a cidade, e perguntado depois pelas impressões, respondeu: ‘ E’. Depois que vancêis terminarem de fazê, vai ficá uma cidade bonita’. ” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959, v. 1, p. 23)

O caipira da piada, remanescente de comunidades cada vez mais repelidas no processo de expansão capitalista e que já se tornava objeto sociológico na pesquisa pioneira de Antonio Candido, realizada naqueles mesmos anos¹², surgia no discurso do vereador como pretexto para reiterar a grandiosidade paulistana. Todavia, por meio do ponto de vista do caboclo, denotava-se o desejo compulsivo de crescimento de uma cidade que nunca se completava, indicando uma insatisfação permanente.

Ao lado do caipira, tornavam-se visíveis, nesse contexto, alguns outros personagens que se contrapunham ao mundo do trabalho, da disciplina e da prosperidade a todo custo, demonstrado por Márcia Ciscati em seu livro sobre a malandragem em São Paulo, entre os anos 30 e 50. Retratando o momento áureo da boêmia, da malandragem, da prostituição, da criminalidade e dos jogos de azar, praticados na *Boca do Lixo*, ambiente que se estendia do Bom Retiro à Avenida São João, no centro da cidade, passando pelos Campos Elíseos e adjacências¹³, a autora delineia um espaço que também serviu de cenário para vidas violentadas pelo imperativo bélico da mobilidade, impresso, com força emblemática, no crime passional cantado na célebre *Ronda* (1951), de Paulo Vanzolini, associada, a partir daí, à memória de São Paulo.

Temor Paralisante

Para uma cidade que crescia de maneira vertiginosa havia, no entanto, uma nota dissonante, a problemática do transporte urbano. Desde o início da década de 1950, o documentário *A luta pelo transporte em São Paulo* (1952), de Jean Manzon¹⁴, já exibia nos cinemas o déficit dos meios de locomoção em face da crescente demanda da população, “estrangeiros de todos os países, brasileiros de todos os Estados”. De fato, a população do município, que em 1950 abrangia cerca de dois milhões de habitantes, quase dobraria no final da década, com as grandes levas migratórias recebidas em maior quantidade do nordeste e que sucediam os fluxos imigratórios precedentes¹⁵. Esse grande contingente populacional, que se espalhava cada vez mais nas periferias distantes e até em cidades vizinhas, nos bairros operários tradicionais e nos cortiços da região central, dependia do transporte coletivo, serviço que se mostrava insuficiente para satisfazer a quantidade de passageiros, em especial porque os ônibus, como mostra o documentário de Manzon, eram poucos e velhos, tendo sido importados durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, quebravam com frequência, havia empecilhos para a reposição de peças de reparos, sobrecarregando o trabalho dos operários nas oficinas municipais ou contratadas, assim dificultando a mobilidade dos trabalhadores.

12. CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. As investigações para a obra começaram em 1947 e terminaram apenas em 1954, envolvendo núcleos camponeses das cidades de Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi, Botucatu e, sobretudo, Bofete.

13. CISCATI, M. R. Malandros na Terra do Trabalho: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950). São Paulo: Annablume, 2000, p. 41-42.

14. Produção Jean Manzon Filmes Ltda: <https://youtu.be/SMInCezDiDU> (visualizado em 21/12/2015).

15. A propósito das migrações de nordestinos para São Paulo desde o começo do século XX, consultar PAIVA, O. C. Diferentes tempos de uma mesma História. In: CAMARGO, A. M. A. (Coord.) São Paulo: uma viagem no tempo, Op. Cit., 2005, p. 101-112.



1958 - Planta do Centro, Plano de Avenidas de Prestes Maia.

Fonte: Acervo CMSP

Tudo isso, além do alto preço dos combustíveis e dos elevados custos para a compra de novas unidades de veículos, gerava um “drama”, “a luta pelo transporte”, que tornava nítido o temor de que a capital do Estado pudesse parar por falta de um sistema de locomoção capaz de acompanhar o ritmo apressado da “cidade que mais cresce no mundo”. Essa defasagem, questionada em todo o documentário, gerava a dúvida crucial que, longe de ser respondida no decorrer dos anos 50, permaneceria pelos decênios seguintes: “quando será o dia em que esse problema vai acabar?”

O entrave promovido pelo déficit do sistema viário e de transportes, nos anos posteriores ao documentário, seria assunto do debate legislativo paulistano, dada a existência de alguns pontos nevrálgicos que obstruíam, de fato, o livre fluxo da capital. Um dos impedimentos considerados nas discussões dos vereadores era, por exemplo, a ausência de planos de médio e longo prazo que solucionassem o problema de mobilidade que atingia São Paulo, mesmo porque

os que tinham sido elaborados anteriormente datavam das gestões de Prestes Maia nos anos 30 e 40 e já estavam obsoletos, apesar da sua imponência. O Projeto Avenidas (vide imagem), definido como o novo modelo de expansão da cidade, por ter privilegiado os “veículos automotores, ônibus e carros particulares”, dada “a sua maior flexibilidade e a possibilidade de transitar em ruas de terra e a longas distâncias sem grandes custos”, propiciou uma larga ampliação da malha urbana, “com as áreas de loteamento multiplicando-se caoticamente, conforme a ganância desenfreada e as estratégias manipulatórias mais delirantes dos agentes especuladores”¹⁶.

A população operária, como se percebe, era impelida para locais muito distantes das fábricas onde trabalhavam. De acordo com Saes, “as principais empresas automobilísticas [...] terão fábricas ao longo da Via Anchieta [...], numa clara demonstração do deslocamento da indústria em novas direções”, notando-se algo parecido na Zona Leste da capital (Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista). Esse movimento, que já não obedecia ao traçado das antigas linhas férreas, caracterizava-se pelo afastamento das primeiras zonas industriais (Brás, Mooca, Ipiranga), cujos terrenos se tornavam muito valorizados, buscando se instalar na periferia da capital (Santo Amaro, Jaguaré, Osasco) ou nos municípios limítrofes, abastecidos pelas “principais estradas de rodagem”, como Guarulhos e São Bernardo¹⁷.

O abaixo-assinado, lido pelo vereador Agenor Mônaco (PST), numa das sessões de março de 1956, evidenciava a dimensão do problema:

“Os abaixo-assinados da Penha, Vila Matilde, Vila Maria, Vila Esperança, Vila Dalila, Vila Aricanduva, Vila Guilherme, vêm à presença de V. Exa. solicitar sejam tomadas providências no sentido de se permitir licença aos caminhões de auto-lotação junto ao trânsito, porque a falta de condução coletiva de bondes, ônibus e automóveis-de-praça-lotações, impede o deslocamento de milhares e milhares de trabalhadores, principalmente de manhã à saída dos lares, e à noite, na volta do serviço. O povo daquela parte da cidade precisa, de modo imprescindível, dessa condução por meio de caminhões que devem, é certo, possuir o gradeado protetor, condição de proteção e segurança aos passageiros. A economia do povo, igualmente, não sofre tanto, dado o custo daquele meio de transporte uma vez que o preço do lotação de carros de praça é excessivamente alto para a bolsa do povo, e os ônibus e bondes são insuficientes, em número e capacidade. Precisamos de condução para o trabalho, mas, condução barata e os caminhões atendem ao lado útil e econômico do problema da condução enfrentado pelos trabalhadores. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, v. 4, p. 20).

O deslocamento e seu custo eram contratempo tão vultoso para os trabalhadores, que eles próprios reivindicavam o acesso a algum tipo de veículo, mesmo precário, para conduzi-los aos seus empregos. Diante disso, o operário

16. SEVCENKO, N. A cidade-vertigem e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. In: CAMARGO, A. M. A. São Paulo: uma viagem no tempo. Op. Cit., p. 197.

17. SAES, F. A. M. Industrialização e Urbanização. In: CAMARGO, A. M. A. São Paulo: uma viagem no tempo. Op. Cit., p. 132-133. Consultar também, do mesmo autor: São Paulo Republicana: vida econômica. In: PORTA, P. (Org.). História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 215-257. A respeito da ação do poder público no período, ver QUEIROZ, S. R. R. Política e Poder Público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, P. (Org.), Op. Cit., p. 15-52.

Passageiros viajam pendurados nos trens da Estrada de Ferro Sorocabana, em julho de 1956. Na época, a EFS transporta diariamente cerca de 30 mil pessoas. São Paulo, SP, 26.07.1956.

Foto: Ângelo Pirozzelli/Folhapress Arquivo
FT 26.07.1956/ Suburbios - Transportes

na maioria das vezes um migrante nordestino, que chegara à cidade grande em um *pau-de-arara*, procurando melhores condições de vida, não encontrava nada muito diferente daquilo que vivenciara em suas terras de origem, consideradas, na capital, como espaço de atraso e retrocesso. O uso de caminhões e ônibus de autolotação, presente durante toda a década como um apêndice do sistema municipal de transportes, expunha a fragilidade das alternativas pensadas como possível solução para destravar o tráfego, em particular, porque a



empresa responsável por esse serviço não era capaz de suprir as necessidades dos usuários, como aponta, no ano seguinte, o vereador Monteiro de Carvalho:

“O serviço de auto-lotação está praticamente integrado em nosso sistema de transporte coletivo. Com as deficiências cada vez mais crescentes da CMTC o serviço de auto-lotação se tornou indispensável. A ausência ou deficiência desse serviço traz conseqüências facilmente imagináveis. Já está a nossa população acostumada a valer-se dos auto-lotações na impossibilidade de, nas idas e vindas aos locais do trabalho, alcançar os horários a que está sujeita, servindo-se da CMTC. Infelizmente, nestes últimos tempos, o serviço de auto-lotação vem “diminuindo assustadoramente. Os motoristas, ante a recusa do aumento da tarifa, estão deixando de fazer êsse serviço. Recusam-se mesmo a fazê-lo. Nas horas de grande movimento, pela manhã, à noite e na hora do almoço, ostensivamente motoristas que estão autorizados a fazer o serviço de auto-lotação encostam os seus carros, recusando-se a atender à população.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, v. 2, p. 19).

A Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), criada em 1946 e responsável pela operação e fiscalização do transporte feito por ônibus, durante o período de sua atuação, implantou um sistema de trólebus, importado dos Estados Unidos e da Inglaterra. Também foi importada uma frota de 200 ônibus *twincoach* e linhas de bondes setoriais começaram a ser efetivadas com itinerários que não circulavam pelo centro da cidade. Nem por isso foram alcançados resultados satisfatórios. Em meio a todo o caos, contribuía ainda para a paralisia dos transportes um suposto superfaturamento na aquisição de novos veículos, tendo em vista as restrições orçamentárias da prefeitura. O discurso de Prestes Franco (PTN) aponta:

“Dentro em breve, talvez esse tumor venha a furo. Como representante de povo que sou, incumbe-me impedir que isto aconteça. Trata-se de uma concorrência que está sendo preparada na CMTC para a compra de 75 “troleibus” novos ou em estado de novos. Serão êles entregues no Brasil ao preço de doze mil dólares cada um [...]. Entretanto, acentue-se que o preço de cada um daqueles veículos nos Estados Unidos é de três mil e quinhentos dólares. Alguém comerá essa diferença de preço e é para que isso não aconteça que eu estou na tribuna espancando os prevaricadores, a fim de evitar que essa concorrência se verifique dessa forma.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, v. 2, p. 20-21).

Nesse cenário de desconfiança, vários representantes do legislativo, especialmente os vereadores contrários ao prefeito Adhemar de Barros, opunham-se às propostas que apresentavam soluções improvisadas, dispendiosas e de eficácia duvidosa, como o “papa-fila”. Veja-se o excerto do discurso de Mario Telles (PL):

“[...] cumpre indagar se o ‘papa-fila ‘ é realmente indicado e adequado para o serviço de transporte coletivo. Tenho para mim, após consultar vários técnicos, que não. De início argumenta-se e com muita ponderação que congestiona o tráfego em virtude de suas dimensões exageradas, baixa velocidade e dificuldade de manobras. Depois, não é adequado [...], e, por esse motivo não é utilizado em nenhuma cidade do mundo, tendo sido mesmo condenada a sua introdução no Rio de Janeiro recentemente. Não oferece, além do mais, a necessária segurança para o tráfego coletivo.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, v. 4, p. 20).

Mesmo assim, aquilo que não oferecia saídas adequadas e vantajosas para desatramancar o sistema de transporte público da capital era adquirido como opção que, como frisava Mário Telles, “[...] não oferece as características desejáveis para o serviço de transporte coletivo em qualquer cidade civilizada”. Essa e outras soluções alternativas aventadas à época desvelavam que a cidade, orgulhosa de sua velocidade e de sua riqueza, continuava sob o risco de parar.

Sintoma e resistência

Em 1958, no apogeu daquele período que, mais tarde, ficaria conhecido como os *anos dourados*, a miséria social de São Paulo ganhava as páginas dos jornais na figura de Carolina Maria de Jesus. Negra, vinda de Minas Gerais, em 1947, a escritora foi descoberta pelo repórter Audálio Dantas, na favela do Canindé, próxima ao recém-construído estádio da Portuguesa. Em sua reportagem na *Folha da Noite* de nove de maio, o jornalista retratava a vida dessa catadora de latas e entulhos, que, mal saída das primeiras letras, descrevia em papéis retirados do lixo da cidade, com talento literário, a condição abjeta do seu meio. Se de um lado, a revelação da escritora e da própria existência das favelas na rica metrópole paulista feria o sentimento de orgulho das elites tradicionais paulistas, de outro, despertava o crescente interesse da imprensa, de artistas, intelectuais, estudantes e alguns agentes públicos pela sorte dos moradores mais pobres da cidade.¹⁸ O repórter, em sua matéria, punha à vista uma situação de penúria extrema que já não estava mais vinculada ao ambiente tipicamente operário dos antigos bairros fabris ou dos cortiços das áreas próximas ao centro da cidade, em que os habitantes, na sua maioria, eram de origem estrangeira, ou brasileiros estabelecidos há mais tempo nessas áreas. O seu texto apresentava ao público aglomerados de pessoas de outras regiões do Brasil, em especial, de Minas Gerais e do Nordeste, que, desde as duas últimas décadas, chegavam em grandes levadas à procura de trabalho. O que agravava a migração, nesse momento, era o flagelo da seca, que outra vez atingia o povo nordestino, arrastando-o em massa para a capital paulista, onde só lhes restava residir em espaços mais afastados e inóspitos.¹⁹

18. A reportagem de Audálio Dantas sobre a escritora tornou-a subitamente famosa, propiciando a publicação do seu primeiro livro, *Quarto de Despejo*, o qual, dois anos depois, alcançou sucesso e edições em várias línguas no estrangeiro. Uma breve apreciação sobre a criação literária de Carolina Maria de Jesus encontra-se em FIUZA, A. F. “O mundo popular cantado e perscrutado: vozes e visões da cidade de S. Paulo nas canções de Adoniran Barbosa e Billy Blanco. in. FERREIRA, A. C. e MAHL, M. L. (Orgs.). *Letras e Identidades: São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo, Annablume, 2008, p. 228-229.

19. Sobre as migrações nordestinas para a capital paulista, consultar PAIVA, O. C. Op. Cit.

Nessa conjuntura, despontava, na Câmara de Vereadores, o debate em torno da situação gerada pelo intenso fluxo migratório, cuja magnitude acirrava contradições sociais para as quais o poder público não encontrava alternativas, o que se percebia nas falas de André Nunes Junior (PTB) e de Freitas Nobre (PSB):

“Presidente, o assunto [...] tem grande repercussão na vida do nosso Município, na vida do Estado, assim como na vida do País. Os Srs. Vereadores devem ter tomado conhecimento pelo noticiário dos jornais das estações de rádio das televisões daqui e do Rio que as populações do nordeste do País pedem socorro, assoladas que estão pela seca. A seca já começou a produzir a retirada das populações e já é grande o número de mortes causadas pela persistente falta de chuvas. O problema se repete no país todos os anos com maior ou menor intensidade, desafiando a capacidade dos homens do govêrno”. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, v. 5, p. 29).

“Assim tem acontecido no Nordeste, alcançada a população pela natureza madrastra, pelas dificuldades do clima, pela miséria e pela fome que nos períodos cíclicos da seca forçam à migração, os nordestinos deixam a sua terra. Nem importassem qualquer entendimento em forma de acôrdo entre governos. Poderiam, quando muito, os governos do sul fixar determinadas normas àqueles que do Norte para ali se deslocassem. A verdade é que essas correntes imigratorias são consequências de um complexo de fatores que constituem o fenômeno causador essencial da vinda de tantos milhares de brasileiros do Nordeste.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, v. 5, p. 32).

Apesar do seu crescimento desenfreado, a cidade não apresentava estrutura suficiente para atender ao contingente que, todos os dias, chegava ali. A demanda populacional tornava-se, a cada instante, maior do que a capacidade que a capital paulista tinha de suprir a necessidade de empregos, moradias, educação, transportes, assistência social e à saúde, abastecimento de gás, telefonia e eletricidade. Além disso, como resultado de poucas oportunidades de trabalho e do excesso de mão-de-obra, a prostituição convertia-se num modo de sobrevivência, ocupando, também, os discursos políticos, entre eles, o da vereadora do PSP, Matilde de Carvalho:

“Aponta, o Juiz de Menores, em documento publicado pela “Folha da Tarde”, do dia 20, a dramática situação a que foram relegadas as meninas transviadas. Se por um lado existe a situação angustiosa a que foram relegadas as jovens prostituídas e delinquentes, por outro lado deixa claro o desleixo em relação ao assunto por parte dos órgãos oficiais. Diz o artigo: certamente cansado de bater às portas dos serviços oficiais o Juiz de Menores decidiu apelar para outra entidade. Trata-se, diz o documento, inegavelmente, de um problema sobremodo doloroso e a cada instante vai se tornando mais grave, sendo, portanto, digno de nossa melhor atenção. Inúmeras são as jovens que vivem sob



Passageiros esperam ônibus em fila no Brás, 1960.

Foto: Acervo Histórico de São Paulo

a ronda angustiante de tremendas necessidades. Tudo ou quase tudo lhes falta, do amor materno à compreensão de seus semelhantes. São, realmente, criaturas desventuradas. Não dispõem de crédito, nem de esperanças. Desfilam por entre nós como figuras estranhas. São sós. Ninguém as escuta, ninguém as entende, ninguém as busca para protegê-las. Quando alguém delas se aproxima é para agravar-lhes o mal, nunca, para lhes estender a mão. E continua: o pior, o mais grave, o mais doloroso, é que o número dessas jovens infelizes dia a dia aumenta. Só pela triagem do Juizado de Menores passaram em dois anos, 420 jovens destituídas inteiramente de recursos, totalmente empobrecidas. Onde interná-las? Nos abrigos oficiais? Não existe vagas para essas menores! Nos institutos femininos particulares? Não as recebem, Porque são rebeldes e desajustadas, ou porque não têm nenhuma espécie de proteção, a não ser do Juizado, ou então porque são doentes! Onde interná-las? No presídio da Rua da Alegria, onde antes eram internadas? Por que colocá-las entre infelizes mulheres prostitutas, ladras, marginais e corruptas? “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, v. 19, p. 135).

No que se referia aos transportes públicos, não obstante o fato dos preços das tarifas terem se mantido inalterados até 1958, desde a metade da década vinham ocorrendo diversas manifestações populares. Em reação à deplorável condição dos meios de locomoção e às periódicas tentativas da prefeitura de aumentar o valor das passagens para solucionar o déficit financeiro da CMTC, em junho de 1956, por exemplo, explodia uma onda de protestos, liderada por trabalhadores e estudantes secundários, que saíram em passeatas pelo centro



PREFEITURA
DO
MUNICÍPIO
DE
SÃO PAULO

PREFEITO
DR. WLADIMIR
DE
TOLEDO PIZA

SÃO PAULO
1956



ANTE-PROJETO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE RÁPIDO METROPOLITANO

1956 - Plano para o Metrô de São Paulo, prefeito Wladimir de Toledo Piza.

Fonte: Acervo CMSP.

20. Os protestos dos anos 50 contra a precariedade do transporte público e contra a carestia de vida, ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram pouco estudados, merecendo recomendação, por exemplo, o artigo de MATTOS, A. L. R. A participação conjunta entre operários e estudantes nos movimentos contra a carestia de vida: Rio de Janeiro e São Paulo (1956-1958). Revista Hominun (eletrônica), nº 12, janeiro de 2013, p. 12-14. Do mesmo autor, para uma compreensão ampla do movimento estudantil desde a década de 1940, consultar Uma História da UNE (1945-1964). Campinas: SP, Pontes, 2014.

da cidade, chegando a realizar o enterro simbólico do então prefeito municipal, Wladimir de Toledo Piza.²⁰

No final de outubro de 1958, o preço das tarifas de transportes era elevado e os protestos novamente tomavam conta das ruas centrais e de vários bairros da cidade, assumindo, inclusive, formas bastante violentas. Liderados por estudantes, trabalhadores e populares em geral, os tumultos alastravam-se a partir das praças Ramos de Azevedo, Sé e Clóvis Beviláqua, onde se localizavam as principais paradas de ônibus. Do confronto entre os manifestantes e as forças policiais, resultaram cerca de uma dezena de mortes, 83 feridos, além de 60 ônibus, 50 trólebus e dois bondes avariados, estabelecimentos comerciais e bancários danificados, juntamente com um prejuízo de 10 milhões de cruzeiros²¹.

São Paulo havia se transformado em um campo de guerra e a gravidade da situação exacerbava-se de tal maneira que até mesmo os discursos parlamentares incorporavam um tom inflamado. Serve de exemplo o discurso de Freitas Nobre (PSB):

“O que mais me envergonha e me deprime é a insensibilidade desta Câmara Municipal, que pela sua maioria, servil e subserviente, transformou-se num apêndice do Ibirapuera. Não lhe comove a angústia popular, nem a ira da massa, enfurecida pelo assalto praticado à madrugada, na penumbra em que

se acobertam os mais perigosos delinquentes. Não lhe emociona o sangue que corre de corpos que trabalharam e que a família aguarda mas que recebe sem vida, porque reagiram à escorcha inominável. Não lhe impressiona a cidade transformada em campo de guerra e nem os veículos danificados. Se a maioria da Câmara resolvesse impedir o aumento teria forças, inclusive, convencendo o Prefeito da importunidade da medida ou aprovando proposições que modificassem a estrutura da Companhia. Mas, ao contrário, maliciosamente articulou a despreocupação popular, com a apresentação de uma emenda ao orçamento, dando meio bilhão de cruzeiros à CMTC e, com essa providência, procurou dar também a impressão de que não haveria aumento de tarifas. A Câmara pela sua Maioria participou do assalto à bolsa do povo e contribuiu para desviar a atenção popular, despreocupando-a do aumento. Agora, não há meio termo. O povo que age nas ruas, protestando à sua maneira, não é composto de arruaceiros. Os arruaceiros se escondem depois do golpe e fogem à justiça popular.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, v. 19, p. 365).

A defesa dos movimentos não era gratuita: os vereadores de oposição ao prefeito Adhemar de Barros adotavam, geralmente, uma postura de apoio a essas causas devido às suas relações com sindicatos e associações de trabalhadores, que constituíam parte significativa dos seus currais eleitorais. Mas, como o voto dos segmentos populares também era disputado pelos parlamentares da situação, tanto janistas quanto adhemaristas tentavam usar politicamente a onda de protestos em acusações mútuas. Exemplo disso foi o pedido, por parte de Mayer Filho (PR), de intervenção federal no Estado de São Paulo, rejeitado na réplica de Monteiro de Carvalho (PSB), por ser considerado um golpe na dignidade dos paulistas:

“V. Exa. condenou a CMTC pelo fato de ter pôsto em vigor o aumento de tarifas sem prévio aviso. Mas V. Exa. se esqueceu de que o último homem a autorizar a vigência do aumento foi exatamente o Sr. Prefeito! Será que ele se esqueceu de perguntar se a CMTC havia dado aviso prévio à população. V. Exa. também quis atribuir ao Sr. Governador os distúrbios que se verificaram, dizendo que talvez tivessem sido organizados por ele. Quem sabe Exa., se não é o contrário! Quem sabe se tais distúrbios não foram encomendados por alguém que tem interesse em desmoralizar a autoridade dos paulistas e pretende que se pise sobre a dignidade de São Paulo com o pedido de intervenção federal?! Isto sim que representa uma indignidade contra a honra de São Paulo.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, v. 20, p. 41).

Os problemas relacionados aos transportes públicos em São Paulo haviam adquirido enorme amplitude, a tal ponto que as mobilizações da população se estenderam ainda pelo ano seguinte. Em junho de 1959, por exemplo, um novo quebra-quebra ocorria em Aricanduva, contra a empresa de ônibus que servia aquela região. Durante tais manifestações, entretanto, outras questões sociais

21. MATTOS, A. L. R. A participação conjunta entre operários e estudantes nos movimentos contra a carestia de vida: Rio de Janeiro e São Paulo (1956-1958), PAIVA, O. C., “Diferentes tempos de uma mesma história”. in. CAMARGO, A. M. A. São Paulo: uma viagem no tempo. São Paulo: CIEE, 2005, p. 113-134.



Avenida Nove de Julho, São Paulo, SP, 1959-01-06.

Fonte: Acervo Histórico de São Paulo, autoria PMSP.

eram também colocadas em pauta, entre elas, o elevado custo de vida, abrangendo o valor dos alimentos, do gás, da telefonia e da eletricidade. Em março do mesmo ano, explodiu a “Marcha da fome”, que motivou intenso debate na sessão de 16 de março, em torno de questões sociais candentes, como o alto preço dos gêneros de primeira necessidade, a situação angustiosa do menor desamparado e a falta de vagas nas escolas de ensino primário, tanto municipais quanto estaduais.

Incapazes de oferecer soluções adequadas aos problemas, dadas as próprias limitações do parlamento, os vereadores limitavam-se a encaminhar sucessivos pedidos de explicações aos órgãos responsáveis por cada setor, digladiando-se entre partidários dos governos municipal e estadual, ou mesmo jogando a culpa na política inflacionária federal. Esse clima de tensão social manteve-se até o término da 3ª Legislatura, que se encerraria em tom melancólico, como ficou registrado na fala do presidente da Câmara, Scalamandrê Júnior (PTN):

“Aos Vereadores que deixaram a Câmara, não reeleitos, vão aqui nossas cumprimentos e nossos respeitos, e aos Vereadores que hão de adentrar êste Plenário na próxima Legislatura vão também nossas manifestações de esperança no melhor desempenho possível de seus mandatos, para que São Paulo possa progredir na representação dos seus homens públicos e na solução dos seus problemas do telefone, do gás, da iluminação domiciliar, do plano diretor da cidade dos transportes coletivos, da assistência social da educação, de higiene, dos problemas sanitários, enfim de todos os outros problemas que existem e que estão a demandar solução, para que a soma de trabalhos da próxima legislatura supere os desta legislatura.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959, v. 21, p. 391).

O alerta para a próxima legislatura, deixado por Scalamandrê Júnior, fazia sentido, visto que os graves desafios urbanos permaneciam e todas tentativas de solução haviam naufragado. Uma delas foi o “Anteprojeto do Sistema Rápido de Transporte para a Cidade de SP”, apresentado, em 1957, pela Comissão do Metropolitano, que previa três linhas de metrô, duas das quais foram levadas a uma concorrência pública inconclusa. A despeito da existência de projetos opcionais que valorizavam o planejamento viário de longo prazo e o controle do uso do solo, tal como o apresentado por Anhaia Mello, professor da Escola Politécnica e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, continuaram a ser colocadas em prática no período, afinal, as propostas pragmáticas do velho Prestes Maia, que desde os tempos de Vargas comandava a expansão viária da cidade e agora ressurgia com o apoio de Jânio Quadros, uma liderança política afluyente. Desse modo, a administração do prefeito Adhemar de Barros, coincidente com os três últimos anos da legislatura, acabou por se resumir à abertura de novas avenidas para carros e a tapar buracos para o seu ir e vir, justamente de acordo com as novas demandas das elites e das classes médias altas naquele período marcado pela expansão da indústria automobilística no Brasil.²²

Nessa mesma época, iniciava-se a construção da Estação Rodoviária de São Paulo, no bairro da Luz, entregue à população somente em 1961. Em junho de 1959, o prefeito também inaugurava a Ponte Aérea Rio/São Paulo, indicando que o culto à velocidade e a ambição de riqueza das classes dominantes paulistanas seguiam articulados. Se o poder equivale à rapidez, como afirma VIRILIO (1984) já citado anteriormente, os automóveis e os aviões, originários das tecnologias de guerra, mantinham-se como prioridade para o desfrute burguês e o exercício da sua dominação, ainda que se tornassem, cada vez mais, dispositivos bloqueadores não só da própria mobilidade dos trabalhadores e passageiros da metrópole, como também do fluxo eficiente do capital. A propósito, a década se encerrava com uma nova representação bélica, a inauguração do primeiro reator nuclear na USP, obra que contou com o apoio do governo federal.

Traumas e assombrações

A cidade de São Paulo herdaria, nas décadas seguintes, os dilemas da sua expansão caótica e compulsiva, assim como os traumas do imperativo da mobilidade. Contudo, “em torno de 1960, o potencial da cidade enquanto metrópole industrial estava terminando, até pelo próprio esgotamento do espaço físico disponível e adequado para a indústria”²³, o que a faria mergulhar, desde então, e em escala alarmante, no urbanismo entrópico, agravado por convulsões sociais e relações de amor e ódio entre seus habitantes e destes com os poderes públicos.

Em 1968, no pico dos protestos estudantis que marcaram a década, a canção de Tom Zé, *São Paulo, meu amor*, vencedora do IV Festival de Música

22. A respeito das propostas de Prestes Maia e Anhaia Mello, consultar VASCONCELLOS, E. A. Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999, p. 75-76.

23. SAES, F. A. M. “Industrialização e Urbanização”. Op. Cit., idem, p. 134.

Popular Brasileira, da TV Record, expunha sem disfarces esses sentimentos ambivalentes dos moradores e passageiros da capital:

“São oito milhões de habitantes

De todo canto em ação

Que se agridem cortesmente

Morrendo a todo vapor

E amando com todo ódio

Se odeiam com todo amor

São oito milhões de habitantes

Aglomerada solidão

Por mil chaminés e carros

Caseados à prestação”

Sintomaticamente, seriam os prefeitos e governadores do regime ditatorial que, entre os anos 1960 e 1970, realizariam as grandes obras urbanas destinadas a assegurar o modelo de transporte necessário para a reprodução do capital na megalópole. Como resultado, o novo cenário da megalópole passaria a exibir amplas avenidas para a circulação rápida dos automóveis, modernas rodovias, viadutos e elevados gigantescos. Sufocada pelo concreto armado, impermeabilizada por extensas camadas de asfalto, São Paulo serviria de palco para repetidas tragédias, provocadas tanto pelas máquinas rodantes descontroladas, quanto pela força vingativa dos seus rios ocultos e reprimidos.

O Elevado Costa e Silva, vulgarmente conhecido como Minhocão, que atravessava a cidade de um lado a outro, daria a dimensão monstruosa da ameaça representada pela nova face do progresso desenfreado e impositivo. Na novela *O grito*(1970), Lauro César Muniz retrata a vida de uma família em um apartamento situado em frente ao imenso viaduto, onde a loucura da cidade transfigurava-se no comportamento de um menino que, desesperado, gritava no meio da noite, ecoando o horror da correria e do barulho dos automóveis que não paravam de rodar dia e noite.

A capital bandeirante não sugeria mais expectativas idílicas, tornara-se uma realidade concreta e contraditória, uma cidade ameaçadora, que, até o final do século XX, de tempos em tempos, assistiria a periódicas explosões de revolta e resistência de homens e mulheres operários, estudantes, professores, sem-teto, ambulantes e de todos os outros tipos de desvalidos ou desterritorializados, invariavelmente reprimidas com violência descomunal pelas forças policiais. Ainda nas primeiras décadas do próximo século, em meio a novas erupções de fúria e assombrações do passado, seus habitantes descobririam, enfim, que

Não existe amor em SP (2011). Esta canção de Criolo, entoada nas novas insurgências eclodidas a partir de 2013, soaria como a busca de redenção para a metrópole que nasceu e cresceu no ritmo alucinado de uma guerra sem tréguas.

Congestionamento no Brás, São Paulo, SP, 1968.

Fonte: Acervo Histórico de São Paulo



Referências

- ARRUDA, M. A. N. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru SP: EDUSC, 2001.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956. v. 1.
- _____. *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1957. v. 1, 2.
- _____. *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1958. v. 1, 5, 19, 20.
- _____. *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1959. v. 1, 21.
- CAMARGO, A. M. A. (Coord.) *São Paulo: uma viagem no tempo*. São Paulo: CIEE, 2005.
- CISCATI, M. R. *Malandros na terra do trabalho: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2000.
- DIAS, M. O. L. S. *De Monções a Caminhos e Fronteiras*. Revista do Brasil - número organizado por Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do RJ/RioArte; Fundação Rio, 1987, p. 63-75.
- FABRIS, A. *O Futurismo Paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Perspectiva; Universidade de São Paulo, 1994.
- FERREIRA, A. C. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- FERREIRA, A. C. e MAHL, M. L. (org.). *Letras e Identidades: São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FIUZA, A. F. "O mundo popular cantado e perscrutado: vozes e visões da cidade de S. Paulo nas canções de Adoniran Barbosa e Billy Blanco. in.
- FERREIRA, A. C. e MAHL, M. L. (Orgs.). *Letras e Identidades: São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo, Annablume, 2008, p. 228-229.
- GAY, P. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOMES, A. M. C. (org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. V. 4: *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- HECKER, F. A. *A Câmara de Vereadores e os festejos do IV Centenário de S. Paulo: imagem e pabulagem*, 2016, MIMEO
- LOFEGO, S. L. *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.
- MATTOS, A. L. R. *A participação conjunta entre operários e estudantes nos movimentos contra a carestia de vida: Rio de Janeiro e São Paulo (1956-1958)*. Revista Hominun nº 12, janeiro de 2013, p. 12-14.
- MATTOS, A. L. R. R. *Uma história da UNE (1945-1964)*. São Paulo: Pontes Editores, 2014.
- MELO, C. S. *Caipiras no Palco: Teatro na São Paulo da Primeira República*. São Paulo: Annablume, 2011.
- PAIVA, O. C., "Diferentes tempos de uma mesma história". in. CAMARGO, A. M. A. *São Paulo: uma viagem no tempo*. São Paulo: CIEE, 2005, p. 113-134.
- PORTA, P. (org.) *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- TOLENTINO, C. A. F. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- VASCONCELLOS, E. A. *Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.
- VIRILIO, P., LOTRINGER, S. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAPÍTULO 2

Infância em São Paulo nos anos de 1950: percepções e projetos na Câmara Municipal

Esmeralda Blanco B. de Moura¹

1. Professora Orientadora do Programa de Pós-Graduação em História Econômica–FFLCH/USP, Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre História da Infância, da Adolescência e da Juventude–ANPUH/Nacional, Secretária Executiva do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina–CEDHAL–FFLCH/USP São Paulo, Brasil.

*“Nisso tudo vejo tão somente a
irresponsabilidade no trato com a criança”.*

Pedro Geraldo Costa (PDC)

Uma cidade, uma avenida, duas crianças a brincar nos arredores de casa. A cidade, São Paulo no transcorrer dos anos de 1950. A avenida, a Miguel Estéfano, uma dentre as muitas avenidas no traçado dos bairros paulistanos. As crianças, Wanda e Vera Lúcia, dentre outras tantas, meninos e meninas, a viver a infância na Capital paulista, surpreendidas no cotidiano da cidade.² Em sessão da Câmara Municipal de São Paulo, a 31 de agosto de 1956, Helena Junqueira, eleita pelo Partido Democrata Cristão, requeria providências em relação a um “fato doloroso”, com vistas a evitar que ocorresse novamente. Comunicava, então, ao plenário, o acidente que vitimara as pequenas irmãs Wanda e Vera Lúcia, de sete e oito anos de idade respectivamente, em um terreno na citada avenida, no bairro da Água Funda, alguns dias antes. As meninas haviam sofrido queimaduras graves, de segundo e de terceiro grau, ao brincar em terreno que a siderúrgica de J. L. Aliperti utilizava como depósito de cinzas, nele descartadas em alta temperatura.

Após investigar as circunstâncias em que as meninas haviam se ferido, Archimedes Lammoglia (PRP) esclarece, alguns dias depois, em sessão de 3 de setembro, haver a mãe das crianças afirmado que o acidente lhe fora comunicado no emprego, por telefone, pois as meninas eram “vigiadas” por um irmão de dez anos de idade. O vereador refere-se às queixas do menino, que se diz tratado com “desobediência”, pormenor reforçado pela mãe das crianças. Constatada “a procedência do caso”, Lammoglia informa a seus pares que o proprietário do terreno, no qual se achava instalada uma olaria, havia solicitado à diretoria da siderúrgica que “fizesse a fineza de [nele] depositar (...) a escória dos fornos de alta tensão, para proceder a [seu] aterro” devido à existência de “várias lagoas” em que duas crianças já haviam se afogado. Frisa a preocupação da siderúrgica em manter um guarda no local, as providências da polícia – “com pouco resultado” – com vistas a impedir “que as crianças brinquem nos lugares perigosos como lagoas e escórias” e considera a ocorrência resultado da “traquinagem imprudente” das meninas ao procurarem o local para brincar.

2. Conforme Heywood, a infância é “uma abstração que se refere a determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra crianças.” (2004, p. 22).

“Sem me atrever, como o faz o parlamentar a atribuir imprudência às crianças – como esperar que expostas ao perigo iminente não viessem a se ferir? –, resalto que o acidente permite entrever as circunstâncias em que a vida



Crianças brincam nas rua de São Paulo

Fonte: Acervo Histórico de São Paulo

das camadas populares segue seu curso: o trabalho feminino a tentar suprir as dificuldades do orçamento doméstico e, por extensão, a prática entre as camadas de baixo poder aquisitivo de incumbir os pequenos de responsabilidades no âmbito da vida familiar; o significado de que se revestem as ruas, a acomodar brincadeiras e formas múltiplas de interação entre as crianças; as condições de moradia da classe trabalhadora; as particularidades da infância em bairros operários onde, como aponta Helena Junqueira na ocasião, “as residências são pequenas casas, cômodos, quartos, e as crianças têm de sair a fim de se poderem movimentar.”

Entre aventuras e desventuras, São Paulo mostrava-se convidativa aos pequenos e às suas traquinagens, sentido em que desafia o pesquisador interessado simultaneamente em sua história e em história da infância a contextualizar a presença de crianças nas ruas paulistanas, assim como a refletir sobre o que as atraía em suas andanças pela cidade. Desafio que, em outras palavras, lança o historiador ao fascinante e ambivalente propósito de mergulhar na documentação disponível – neste caso, os Anais da Câmara Municipal de São Paulo, relativos à 3ª Legislatura, quadriênio de 1956 a 1959 –, não só com vistas a acompanhar as crianças no cotidiano da cidade mas, igualmente, para

conhecer São Paulo mediante os passos infantis que transpõem seu traçado urbano e apreender o significado que lhes atribui a edilidade.

O emergir da metrópole, o crescimento demográfico que surpreende São Paulo a partir dos anos oitenta do século XIX, sua descoberta, mal inaugurado o século seguinte, como espaço de vivência dos mais abastados, mas também dos mais pobres, resultado da diversificação do setor terciário e da consolidação de sua vocação industrial e financeira após a década de 1930, têm sido exaustivamente abordados pela historiografia; abordagens que, se em alguns casos inserem as crianças ou as tangenciam, em outros, simplesmente as ignoram. Seja como for, inseridas na plenitude de suas experiências ou apenas pontualmente, ignoradas ou não, as crianças estão presentes na história da cidade no decorrer do século XX, a interagir e a dialogar com seu dinamismo e sua materialidade, com a pluralidade de experiências humanas que sempre acolheu nas múltiplas faces de seu espaço – bairros elegantes a exhibir tendências europeias, bairros fabris crivados de chaminés, a periferia a distanciar-se cada vez mais do Centro –, com as infinitas possibilidades que nela identificam, a cada momento, para se divertir, transgredir ou, ainda, como meros transeuntes. Décênios, os da primeira metade desse século, em que a presença de crianças nas ruas paulistanas apresentaria crescimento, matizes mais variados a cada dia e, portanto, maior complexidade. A caminho da escola, do trabalho, no desempenho de práticas laborais ocasionais, movendo-se na contramão dos preceitos da ordem pública, abandonadas ou simplesmente deixando-se estar nas ruas, as crianças escreveram, no pano de fundo da história de São Paulo sua própria história. Em que pese a impossibilidade de vislumbrar, mediante a voz e a percepção das próprias crianças, o viver em São Paulo em tempos já longínquos, é factível por meio da percepção dos adultos, trazer à tona suas experiências em meio a tensões e sociabilidades paulistanas, seu modo próprio de interagir com o cotidiano da cidade.

Ao acompanhar os passos infantis nos vários cantos da cidade, como os da menina Wanda e da irmã com quem brincava, mediante as manifestações dos vereadores eleitos para a 3ª Legislatura da Câmara Municipal, descortinam-se diante do historiador, infinitas possibilidades de análise não só em relação às crianças, mas em relação à própria São Paulo, os anos de 1950, sobre os quais incide este texto em particular, a revelarem-se herdeiros dos anos anteriores no que tange à denominada problemática da infância, do leque de questões em que se desdobrara em tempos pretéritos e, por outro lado, a anunciar ou, no mínimo, a fazer intuir os tempos mais à frente.

Percepções sobre a cidade, percepções sobre a infância

O acidente de que são vítimas as pequenas irmãs é revelador quanto à recorrente presença de crianças nas ruas, conhecida referência ao passado da cidade, e quanto a sua persistência no adentrar da segunda metade do século XX. O acontecimento situa-se em um universo denso e plural, em que afloram crianças de tenra idade a brincar em frente de casa, crianças a circular por São Paulo, a se reunirem em praças e esquinas, imersas na observação de seu cotidiano. Na década de 1950, afirmam Silva, Garcia e Ferrari, “a rua ainda se conserva em muitos lugares como o lugar onde as brincadeiras acontecem” (1989, p. 120). Persistência, em meio às transformações que, em ritmo ora mais ora menos acelerado, passaram a caracterizar a cidade a partir das derradeiras décadas do século XIX e que, em meados do século XX, conduziram a seu reconhecimento como o maior parque industrial da América Latina.

São Paulo, 1958 - Crianças brincam em gangorras que a Prefeitura mandou instalar em favela no Parque do Canindé
Foto: Folhapress

Em discursos, indicações, requerimentos, a compor a dinâmica das sessões realizadas no quadriênio de 1956 a 1959, as crianças comparecem a todo momento em meio às ponderações sobre o transcorrer do cotidiano da popula-



ção na cidade tão celebrada, em seus mais de quatrocentos anos de existência, pelo crescimento econômico que evidenciava. Percepções da cidade que aludem a percepções sobre a condição econômica e social de suas crianças, à precariedade dos modos de viver, sobretudo na periferia em expansão, a trazer, para o primeiro plano da vida urbana, por mais fugidia que possa ser, narrativas nem um pouco idílicas sobre ser criança em São Paulo. Para além da Avenida Paulista, dos Jardins, de Higienópolis, enfim, da cidade a simbolizar o progresso e a modernidade, é constante a preocupação que permeia o debate na Câmara Municipal quanto aos bairros populares, principalmente os mais afastados do Centro, desprovidos de infraestrutura urbana, dos mais elementares recursos materiais, os investimentos públicos municipais sempre aquém das demandas da população. Regiões da cidade em que os parlamentares vislumbram as crianças das camadas populares, a saber, a infância mal domiciliada, desnutrida, sem escolas e parques infantis, sem lazer – a não ser as diversões invariavelmente permeadas de perigo nas ruas da cidade –, sem saúde e atendimento médico. Na contraface, a São Paulo a acumular riquezas e a evidenciar outras infâncias, melhor contempladas econômica e socialmente. Cidade, portanto, multifacetada a abrigar crianças bem cuidadas, a acomodar crianças com poucos recursos ou verdadeiramente miseráveis. Cidade, como outras tantas, cenário de múltiplas infâncias, a conferir visibilidade às crianças imersas na pobreza, trajes, semblantes, as próprias brincadeiras, a expor no espaço público agudas disparidades econômicas e sociais.

Anterior à década de 1950, incisiva, no decorrer desses anos como o fora em épocas passadas, a problemática da infância lograria alçar, com frequência, o primeiro plano do debate no transcorrer da legislatura que se abre em 1956 e se encerra em 1959 e semearia, junto aos vereadores, no interior do Parlamento Municipal, a disposição não só de desvendar o porquê de tantas crianças nas ruas, as consequências dessa situação mas, igualmente, no de divisar e propor soluções.

Comum tanto à história da infância, quanto à história da cidade, a presença de crianças nas ruas não é traço específico de São Paulo, mas deve ser contextualizada no âmbito das referências próprias à Capital do Estado mais próspero do país, caso extremo – para usar a precisa observação de Simão (1966) – em termos de expressão urbana, cosmopolitismo, desenvolvimento industrial e acumulação de capital já no despontar do século XX e que passaria a concentrar no transcorrer das décadas seguintes “mais de um terço de todos os estabelecimentos industriais do país” (ROLNIK, 1997, p. 196).

Em São Paulo, os anos 1950 assistiriam à implantação de grandes indústrias na esteira da política econômica do governo Kubitschek, as fábricas e a população operária multiplicarem-se (SIMÃO, 1966, p. 57). Registrariam notável crescimento demográfico com taxas anuais que ultrapassariam os 5%

3. Vide São Paulo. 10 milhões em 400 anos. In: O observador econômico e financeiro. São Paulo: Nacional-Artes Gráficas, Ano XVIII, n. 216, p. 71, fev. 1954.



Crianças brincam na piscina do Parque Regente Feijó no Cambuci, São Paulo, SP, 1960.

Foto: Acervo Histórico de São Paulo.

e veriam a composição da população paulistana ultrapassar os dois milhões de habitantes, cerca de 30% dos quais, crianças de zero a quatorze anos de idade³. Em meio a esse movimento, a cidade passaria a abrigar pequenos migrantes e suas famílias, população originária do campo, de outros Estados brasileiros, crianças que viriam somar-se a outras tantas, nascidas ou não em São Paulo, muitas descendentes de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, dentre outros. Contudo, o tão desejado e festejado desenvolvimento industrial, assim como a valorização imobiliária de regiões a sudoeste do Centro, a exteriorização da modernidade na própria paisagem formal a reboque das diretrizes imprimidas aos investimentos públicos e privados, conforme os desígnios das elites locais, fariam transparecer os contrastes da vida urbana. A pobreza sediada nas regiões norte, leste, sudeste e sul, evidenciaria o franco desequilíbrio com a riqueza concentrada na cidade, visível em transeuntes bem trajados, em vitrines a ostentar bens de consumo duráveis e não duráveis, em mansões ornadas por pérgulas cobertas de rosas, em avenidas de traçado imponente, contrastes a multiplicar tensões em seu dia a dia.

É emblemática a sessão especial realizada na Câmara Municipal em 25 de janeiro de 1956 por ocasião do aniversário da cidade. Menções ao orgulho dos paulistas, loas às tradições de São Paulo e à gente de Piratininga, referências à cidade como grande e querida metrópole, mesclam-se às preocupações de Mário Telles (PL) com os “complexos e dolorosos problemas” que a Administração Municipal teria de enfrentar, e de André Nunes Júnior (PTB) decidido a ressaltar

a necessidade de que pudesse a população paulistana contar com maior comodidade, não sem expressar perplexidade após ter visto senhoras e crianças “com latas, bacias e vasilhames” em busca de um pouco de água: “E comemoramos 402 anos da fundação de São Paulo!”.

Entrementes, Dario de Lorenzo (UDN) descreveria, tempos depois, em sessão de 17 de outubro de 1958, ao ensejo de outras comemorações, o “triste espetáculo” que pôde ver em escolas da Capital, enquanto a cidade se via engalanada para as solenidades da Semana da Criança: “Meninos e meninas que iam à aula calçando tamancos, vestindo quase que andrajos, molhados até os ossos, tiritando de frio (...), esfomeados, [a] engolir com avidez, [na hora do recreio] a escassa e rala sopa escolar...”

É possível dizer, portanto, que os modos infantis de viver em São Paulo atraíam o olhar das autoridades públicas municipais e que, no transcorrer das sessões na Câmara de Vereadores, acabariam por se transformar em recurso capaz de traduzir instantes do dia a dia cidadão, de lhes conferir a devida importância, e em argumento a fundamentar propostas de intervenção na cidade, identificadas, as crianças, no interior desse pensamento, como inquestionáveis detentoras de seu dever. Ao situar, com frequência, o foco de suas preocupações na infância, a edilidade a reconhece, direta ou indiretamente, como uma dentre as responsabilidades sociais – e, também, políticas – do poder público municipal em São Paulo. No incessante fluir das palavras, os vereadores parecem experimentar, no decurso de toda a 3ª Legislatura, um misto de inconformismo e desânimo com as condições em que vive a infância pobre na cidade, com sua evidente vulnerabilidade social, munidos, em alguns momentos, de informações colhidas no noticiário de jornal ou movidos por solicitações da própria população e, em outros, como observadores a compartilhar de seu cotidiano em bairros paulistanos ou como parceiros de experiências no campo educacional. Transpõem para o plenário da Câmara Municipal, momentos paulistanos em que se surpreendem a observar as crianças e nelas se detêm, regra geral, como coletivo, isto é, como sujeitos indeterminados, ao contrário do que ocorre com Wanda e Vera Lúcia sobre quem declinam, como foi visto, nomes, dados familiares e endereço.

Se o acidente de que foram vítimas as meninas é elucidativo de aspectos de seu viver no bairro operário em que residiam, as manifestações dos vereadores no plenário da Câmara Municipal representam um rico manancial a guiar o pesquisador rumo às experiências em que se desdobra o cotidiano dos pequenos habitantes da São Paulo dos anos de 1950 em meio à escassez de recursos que define sua interação com a cidade.

Retomo, neste ponto, a afirmação de Helena Junqueira (PDC), em 31 de janeiro de 1956, quanto às condições de moradia das camadas populares, às

circunstâncias que induzem as crianças e suas brincadeiras a ganhar as ruas, ao comentar o acidente em questão. No substrato de suas ponderações, situa a infância no centro de um dos mais sérios problemas enfrentados pela municipalidade, a defasagem entre crescimento populacional e política habitacional, a cidade a “acomodar” famílias inteiras em espaços cada vez mais acanhados. Formas de moradia, por vezes improvisadas, a compor, em meados do século XX, a paisagem de inúmeros bairros paulistanos, sobretudo para os lados da periferia, tais como Vila Maria, Vila Alpina, Vila Gustavo, “paulatinamente ocupados pela autoconstrução domingueira, sempre associada à construção de cômodos de aluguel no mesmo lote”. Paisagem paulistana dos idos de 1950 da qual ainda fazem parte os cortiços, na qual se erguem as favelas, a história dos bairros populares, a traduzir-se em “história dos quintais coletivos, dos cômodos mínimos alugados para famílias inteiras” (ROLNIK, 1997, p. 184-185). Em sessão de 16 de abril de 1956, Jacob Zveibil (PR) qualifica o problema das favelas como “trágico”, a exigir solução urgente e atuação dos poderes públicos. A “situação miserável” dos que vivem em “barracos”, cubículos a acomodar em média seis pessoas, o faz perceber o “abandono moral” a que estão relegados seus ocupantes. São Paulo, manifestara-se o vereador anteriormente, em sessão de 29 de fevereiro de 1956, havia se tornado, dada a preocupante conjuntura econômica e financeira do país – o alto custo dos alimentos, da habitação, dos transportes, o gradativo empobrecimento da população são abordados e discutidos com intensidade durante a vigência da 3ª Legislatura – em um dos “pontos de convergência de milhares de seres humanos [em busca] de melhores condições de vida”, vendo-se às voltas com “um difícil e complexo problema social”: os “menores abandonados”. Ao retomar o argumento em sessão de 30 de janeiro de 1958, refere-se a São Paulo como a “cidade que mais cresce no mundo em miséria e riqueza” e, mais uma vez, põe em relevo a visão que nela se pode ter, a “qualquer hora do dia ou da madrugada”: “garotos abandonados nas portas dos bares, deitados pelos bancos de jardins, esmolando à caridade pública”.

A preocupação dos parlamentares com relação às favelas e às crianças nelas abrigadas pode ser sintetizada mediante a percepção de Mathilde de Carvalho (PSP) a partir das visitas que faz a duas dessas comunidades. Em sessão de 17 de agosto de 1956, informa a vereadora a seus pares o que observara na favela do Canindé, na qual estivera a pedido das numerosas famílias ali alojadas. Refere-se ao “completo abandono” em que encontra as famílias, às mazelas com que se depara, a “muitas crianças (...) descalças e seminuas”, não obstante o frio. Dois anos depois, em sessão de 29 de setembro de 1958, após visitar a favela da Vila Prudente – que considera em piores condições do que as do Canindé e da Vila Mariana – para ajudar uma criança que deixara de frequentar as aulas em virtude de vertigens constantes, afirma haver constatado que a menina, de doze anos de idade, vivia em um barraco minúsculo com mais



Funcionários municipais trabalham no lixão de Vila Maria enterrando alimentos estragados em inundação na área do Mercado. O local passou a ser policiado e placas alertam para o perigo do consumo desses alimentos. São Paulo, SP, fevereiro de 1958.

Foto: Folhapress.

oito crianças e dois adultos, encontrava-se raquítica e conclui: “Nós sabemos bem o que é: é fome e miséria.”

A partir das referências constantes à infância em manifestações dos vereadores descobre-se a São Paulo dos anos de 1950, em que vivem as crianças pobres, senão miseráveis: cidade de ruas intransitáveis, sem guias, esburacadas, cheias de detritos, com terrenos baldios tomados por mato, lixo, insetos, sem o devido escoamento de águas pluviais e, portanto, a exibir águas estagnadas, pútridas, repletas de mosquitos. Cidade em que convivem diuturnamente com as doenças – gastroenterite, desidratação, tuberculose, poliomielite – e em que os índices de mortalidade infantil são alarmantes. Doenças e morte presumíveis, dada a inexistência de saneamento básico nos bairros em que residem e as acomodações impróprias de parques infantis e de estabelecimentos escolares nos quais se familiarizam com as primeiras letras.

Impossível ao pesquisador dar conta do volume de providências que reivindicam os vereadores junto ao Executivo, durante a 3ª Legislatura, muitas vezes com vistas a atender solicitações de moradores da cidade, e que situam as crianças em suas justificativas. É possível, contudo, apontar a partir de requerimentos e indicações, alguns dos problemas identificados nas regiões em que se adensava a pobreza, bem como seu impacto sobre a infância.

A menção de Archimedes Lammoglia (PRP) a lagoas e a crianças afogadas, em sessão de 3 de setembro de 1956, ao investigar as circunstâncias do



Rio Pinheiros, Dragagem de lixo na raia náutica no Bom Retiro, 1958 .

Foto: Acervo Histórico da de São Paulo.

acidente que vitimara as pequenas irmãs, encontra eco em inúmeras manifestações na Câmara Municipal. Relatos e mais relatos mantêm córregos, riachos e lagoas na ordem do dia como espaços que as crianças elegem para brincar, propensos a vitimá-las por afogamento. Dentre outras tantas manifestações, a de Coryntho Balduino (PL) em sessão realizada a 7 de março de 1956, para quem, canalizar os riachos deveria ser prioridade absoluta da Prefeitura Municipal, é lapidar: “quando a chuva cai sobre a Paulicéia, enquanto nos bairros privilegiados ela é contemplada através das vidraças, nos bairros proletários [resulta em] triste história de desabamentos, afogamentos de crianças e invasão das casas pelas águas putrefatas”. A revelação que faz sobre o riacho Aricanduva, “cujos afluentes – informa – [são] as águas servidas e as tintas da Fábrica Tabacow”, é tão contundente quanto as cenas que descreve após contemplar, desolado, a convite de uma comissão de moradores das redondezas, o cenário da inundação: “móveis submersos, crianças chorando de pavor, a aflição imperando naqueles lares.”. Suas palavras fazem coro com a manifestação de Freitas Nobre (PSB) enfático, na mesma ocasião, ao apontar a “situação deplorável de quase todos os bairros de São Paulo” e com a indicação encaminhada ao Prefeito Municipal a 10 de agosto desse mesmo ano, por Américo Trabulsi (PST) que assim justifica a necessidade de canalizar com urgência o córrego Carandiru no Tucuruvi, escoadouro de águas servidas e de esgotos das casas ribeirinhas: “O mais grave é que as crianças da populosa região que ele atravessa encontram nesse curso d’água imundo seu campo predileto de folguedos.”

4. Tradução da autora. Em francês: “L’errance de l’enfant (...) dans les rues des villes est (...) lié pour partie aux crises économiques qui rendent plus difficile la subsistance.”

As brincadeiras infantis nas ruas da cidade fundamentam muitas das solicitações encaminhadas à Prefeitura Municipal: crianças se divertem na proximidade de bueiros sem grades protetoras, de valetas repletas de águas fétidas, em matagais que abrigam ratazanas e cobras, em locais em que as águas da chuva se acumulam. Em sessão de 29 de janeiro de 1957, Pedro Geraldo Costa (PDC) aponta o “desleixo” das autoridades ao constatar que “No bairro de Vila Guilherme, bairro das lagoas - como o define - todos os dias morre uma criança. Em Vila Maria, Vila Manchester e Vila Guilherme, as lagoas que se formam ali dão-nos oportunidade - reafirma - de ter notícia de que, todos os dias, morre uma criança.”. Às vésperas de encerrar-se a 3ª Legislatura, exatamente a 23 de dezembro de 1959, Scalamandrê Júnior (PTN) encaminha ao Prefeito Municipal requerimento mediante o qual solicita o aterramento de uma lagoa, formada após a Prefeitura haver autorizado a extração de argila, em terreno baldio da Avenida Edú Chaves, no bairro do Jaçanã. “No ano passado, - argumenta - nada menos de três crianças morreram na referida lagoa o que evidencia o perigo formado por esse represamento de água podre”, pois em sua “água infecta (...) numerosas crianças se expõem ao grave risco de serem contaminadas ou morrerem afogadas.”

Às águas represadas somam-se como locais prediletos de diversão da criança as ruas e terrenos baldios em que o mato e o lixo se acumulam, e essa realidade rende críticas frequentes da edilidade à Prefeitura e aos (des)serviços de limpeza pública. Para Jacob Zveibil (PR) é “generalizado” o “abandono” em que se encontra a cidade. Na ocasião em que se manifesta – sessão de 14 de março de 1956 – refere-se o representante da bancada do Partido Republicano a “caminhões de coleta de lixo [que despejam] detritos num terreno baldio situado na Rua das Fiandeiras, na Vila Olímpia” e solicita providências às autoridades competentes. Dentre seus argumentos, “o perigo que correm as crianças que, não reconhecendo o risco a que se expõem, brincam no meio dos detritos à procura de latas e vidros para vender.” Importante pontuar – portanto, sem adentrar em análise específica sobre a cultura da infância e o brincar – que sob o olhar infantil as escórias, para usar a palavra de Lamoglia ao investigar, como foi visto, o acidente sofrido por Wanda e Vera Lúcia, deixam de representar materiais descartados, desperdiçados, talvez. Transformam-se em fonte de alimentos, ainda quando deteriorados, em fonte de trocados, como demonstra Jacob Sveibil, ou ainda em materiais a que as crianças emprestam novos significados nessas circunstâncias e que podem, rapidamente, “ser trazidos à cena da brincadeira” (BARRA, 2014, p. 146).

As crianças seriam, desse modo, notadas nas ruas em meio à extrema precariedade de suas condições materiais de vida, a pobreza a obscurecer prováveis sorrisos ao “explorar” matagais e garimpar “tesouros” em monturos de lixo, a lembrar a conclusão de Julia que, embora relativa à segunda metade do século

XVII, soa atemporal: “O vaguear da criança (...) nas ruas das cidades está (...) ligado em parte às crises econômicas que tornam mais difícil a subsistência” (1998, p. 8).⁴

Explicitada não somente na periferia, mas igualmente em bairros e logradouros centrais da cidade, a visibilidade das crianças nas ruas paulistanas não se esgota em andanças e brincadeiras. Prismática, acaba por refletir o abandono e formas transgressoras de proceder.

Infância e abandono: os (des)caminhos da educação em São Paulo

Mal tem início a 3ª Legislatura, em sessão de 6 de fevereiro de 1956, Helena Junqueira (PDC) elege como mote de sua manifestação, o “problema do menor abandonado e infrator” que, em sua opinião, agrava-se dia-a-dia na cidade, e deve ser enfrentado como sintoma e resultado da desorganização tanto familiar, quanto social. A vereadora mostra-se sensibilizada com a situação de numerosas famílias, principalmente na periferia da Capital, constrangidas a viver “abaixo daquele mínimo que a dignidade humana exige”. Oportunidade para que Freitas Nobre (PSB) aponte a existência, em São Paulo, de cinquenta mil crianças abandonadas e o temor que aflige seus “pais ou responsáveis [de que venham a ser] encaminhadas a determinados institutos correcionais”.

A alusão ao abandono, independentemente da ausência concreta de pais ou responsáveis, leva a vereadora a constatar que “o conceito de menor abandonado tem sofrido um alargamento indevido” e a ponderar que “muitas vezes a alta cifra que se apresenta de menores abandonados [não se refere senão àqueles] cujas famílias não os abandonaram, mas, apenas, não estão em condições econômicas de os atender.”. A ponderação da parlamentar, ao contrário de demover Freitas Nobre (PSB) de suas convicções, acaba por reforçá-las: “Considero essas crianças necessitadas, encontradas pelas ruas, enquadradas – insiste – nessa mesma cifra de menores abandonados, porque, evidentemente, as necessidades, as privações sem conta que as colocam na rua justificam qualificá-las como crianças abandonadas.”.

No discurso de ambos a ênfase é situada sobre o abandono moral – para além das formas clássicas de conceber abandono, isto é, como resultado da orfandade e da inexistência ou ausência sistemática de familiares –, o de crianças com pais ou responsáveis, com família, porém, sem os devidos cuidados. Ênfase contextualizada, por Helena Junqueira (PDC) no âmbito da necessária proteção à família e, em seu interior, à mulher, à mãe que trabalha fora do lar.

A convicção demonstrada por Helena Junqueira (PDC), ao apontar a desorganização familiar e social como matriz do “problema do menor abandonado” insinua-se, ainda que às vezes de forma transversa, em inúmeras sessões da Câmara Municipal. A interlocução estabelecida entre Mathilde de Carvalho

(PSP) e Pedro Geraldo Costa (PDC) no decorrer da sessão de 5 de fevereiro de 1957, em torno da difícil situação econômica a abater-se sobre o “povo brasileiro” é incisiva. Afirmar a vereadora ter sido informada de que uma “mãe nortista”, ao pedir esmolas em um ponto da cidade, abordara pessoa de seu conhecimento a quem oferecera “uma criança de 4 anos por 500 cruzeiros”. Narrativa oportuna para que o citado vereador, representante da bancada do Partido Democrata Cristão, acrescentasse que além de se vender crianças em São Paulo, “Dá-se mais crianças que gatinhos, porque as mães não conseguem manter seus filhos.”

É amplo o leque de questões em que se desdobra a discussão conjunta sobre infância e abandono, discussão que inevitavelmente incide sobre o “menor infrator” – para usar a terminologia de que se vale Helena Junqueira (PDC) – e sobre a educação.

Desse modo, dentre as inúmeras questões tangenciadas na Câmara Municipal no desenrolar das discussões que incidem sobre as andanças, traquinagens - e, também, infrações - infantis nas ruas paulistanas, as deficiências do setor educacional praticamente se impõem como fio condutor das reflexões sobre a infância em São Paulo. Para Helena Junqueira (PDC) urge atender às necessidades mínimas da instrução primária e profissional. Coryntho Baldoino (PL) mostra-se enfático ao defender a necessidade de criar um semi-internato municipal em cada bairro proletário de São Paulo, com vistas a oferecer às crianças, em um único espaço, alimentação saudável, recreação e atividades educativas. Diretor de um educandário destinado a crianças filhas de trabalhadores, sua opinião, emitida em sessão de 27 de janeiro de 1956, soa como palavra legitimada pelo contato “com essa boa gente”: “Esses trabalhadores rumam para seu serviço, fábricas ou escritórios, e deixam seus filhos em parques infantis às 7 horas da manhã”. Por volta do meio dia, prossegue, “essas crianças se retiram sozinhas para casa onde não se encontram seus pais. De forma que aquela criança subnutrida, que não tem refeição porque a sua mãe ali não está para preparar o seu alimento, aquela criança come alguma coisa, uma alimentação rápida, e depois ruma, se quiser, para o grupo escolar. Se não quiser, fica perambulando pelas ruas da cidade.” Tarcílio Bernardo (PTN), defensor contumaz das causas de São Miguel, se diz, por sua vez, em sessão realizada a 06 de fevereiro de 1956, “testemunha de que não [há um dia sequer em] que não apareça em [sua] casa uma mãe, trazendo pela mão uma criança e solicitando [seu] apoio para colocá-la no Grupo Escolar.” Sessão em que também Paulo de Tarso (PDC) mostra-se convicto, ao afirmar que, anualmente, vinte e cinco mil crianças ficam sem matrículas em estabelecimentos de ensino e esse número tende a aumentar caso não sejam postas em prática medidas administrativas urgentes; e que, se a cidade tem mais de cinquenta mil crianças abandonadas, grande percentual delas assim se encontram em virtude da falta de escolas.



Itaim Bibi, Escola de meninas com professores, São Paulo, SP, 1950.

Foto: Acervo Histórico de São Paulo.

Nos bastidores dessa discussão, os embates entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal de São Paulo, os vereadores a atribuir ora ao Executivo Estadual, ora ao Executivo Municipal e, com frequência a ambos, a responsabilidade sobre o estado deplorável em que se encontra o ensino primário na cidade. Os anos de 1950, é importante dizer, registram, no campo da educação, a criação de um ensino primário municipal, criação tardia em relação a outras capitais brasileiras, como anota MARCÍLIO (2005) e cuja implantação se fez em meio a contendas. Afirma a autora que, eleito prefeito da cidade, em 1954, Jânio da Silva Quadros viria a criar, no bairro do Tucuruvi, o primeiro grupo escolar municipal, data em que seria criada, também, a Secretaria de Educação e Cultura do Município. Contudo, esclarece, a instalação, de modo definitivo, do ensino municipal da Capital,

dar-se-ia na gestão do Prefeito Wladimir de Toledo Piza, em 1956. A criação viria após dois convênios estabelecidos entre o Estado e a Prefeitura Municipal, convênios cujo mote situava-se na cooperação e na divisão de responsabilidades entre ambos os Executivos. Firmado ainda no Estado Novo, em 1943, o primeiro deles atribuía ao Município o encargo de elaborar “um programa intensivo de construções (...) destinadas a abrigar Grupos Escolares” e deixava, ao Estado, o encargo de “instalar classes e escolas, nomeando os respectivos professores para atender à população infantil em idade escolar.” Assinado em 1949, o segundo resultaria na construção ou aquisição de prédios destinados à instalação de novas escolas. Um terceiro convênio, ainda, seria firmado em 1957, com vistas a somar esforços para a construção de escolas na Capital paulista (MARCÍLIO, 2005, p. 156-157 e 257).

Da mesma forma, no decorrer da década de 1950, a oferta de parques infantis às crianças entre os três e os seis anos de idade - disponíveis também às demais crianças até doze anos de idade em horário não coincidente com o escolar - foi ampliada. Direcionada às famílias pobres e orientada pela intenção de conter a sistemática presença de crianças nas ruas, sua criação veio acompanhada da proposta de oferecer, à infância, espaços em praças públicas, os chamados recantos infantis, com vistas a direcionar o ato de brincar a áreas livres, porém, de algum modo circunscritas na metrópole que se verticalizava e que, dada a expressão urbana que adquiria, mostrava-se a cada dia menos segura para os pequenos (MARCÍLIO, 2005, p. 249-250).

Realizações à parte e em que pese os embates entre Estado e Prefeitura, assim como as naturais discordâncias no plenário da Câmara Municipal, a cidade de São Paulo colocava à frente dos homens públicos que a administravam, as dificuldades inerentes a um crescimento econômico que se via acompanhado

de crescimento populacional capaz de fazê-la expandir-se fisicamente, porém, mediante imensos bolsões de pobreza, sempre aquém das benesses com que acenava sua modernidade. Os anos de 1950 situam-se em meio ao percurso no qual a população brasileira tornar-se-ia predominantemente urbana, assim como no interior da conjuntura em que “a luta das autoridades para expandir a escolarização de toda a criança em idade escolar da maior cidade do país [mostrar-se-ia] desigual contra uma demografia galopantemente crescente.” (MARCÍLIO, 2005, p. 236). Descompasso evidente não só no setor educacional, mas nos vários setores em que se prevê sua atuação com vistas ao atendimento dos mínimos requisitos para conferir algum bem estar à população paulistana sem recursos. No entanto, no que tange particularmente à educação, o debate na Câmara Municipal permite verificar que a complexidade da questão não se restringe aos efeitos do crescimento populacional. Manifestações de júbilo diante da entrega de novos prédios escolares à população, como a de Aurelino de Andrade (PSP) em sessão de 06 de fevereiro de 1958, se fazem ouvir na contramão das recorrentes constatações dos parlamentares quanto aos descaminhos da educação em São Paulo. Suspeitas de uso indevido de verbas públicas e de má aplicação daquelas destinadas à educação, denúncias de desvio de merenda escolar, relatos sobre estabelecimentos escolares em situação de abandono, questionamentos à desativação de parques infantis, demonstram o quanto a educação pública em São Paulo ressentia-se, então, das incongruências de autoridades que parecem menosprezar os predicados que, por princípio, regem sua condição de governantes. Sem falar em informações desencontradas, paradoxos, como aponta Monteiro de Carvalho (PSB) em sessão de 16 de março de 1959, no caso quanto ao ensino primário, diante de assertivas de órgãos governamentais do Município e da própria Prefeitura Municipal que “informam que não há crianças sem escolas”, enquanto “se ouve e os jornais publicam que haveria falta de escolas para as crianças”.

O debate que se estabelece no plenário da Câmara Municipal, em sessão de 28 de janeiro de 1958, em torno de requerimentos com vistas a melhorias em antigos parques infantis de São Paulo, localizados na Lapa e em Vila Romana, é ilustrativo. O primeiro, assinado por Monteiro de Carvalho (PSB), Freitas Nobre (PSB) e Marcos Mélega (UDN), encontra justificativa na construção já arruinada a ponto de serem as educadoras aconselhadas a “perfurar o estuque com o cabo de vassoura a fim de possibilitar o escoamento das águas acumuladas” devido à chuva. O segundo, ao que consta, datado de quatro anos antes e assinado por Monteiro de Carvalho é motivado, também, pela condição de abandono em que se encontra. Ao apontar, Helena Junqueira (PDC), a “tradicional dificuldade” que acomete a Divisão de Parques Infantis da Prefeitura e a Comissão de Construções Escolares, para dar conta do fluxo de solicitações, Monteiro de Carvalho contra-argumenta com base nas “enormes verbas orçamentárias” designadas a esta última e na necessidade de apurar a quais finalidades são desti-



SÃO PAULO, SP, BRASIL, 11-08-1959:

Estudantes em greve bloqueiam a entrada do Grupo Escolar Antonio Firmino de Proença, na zona leste de São Paulo (SP). O movimento reivindica para os colégios estaduais de São Paulo, Roswell Freire e Brasília Machado, os prédios novos construídos e ainda não entregues pela Prefeitura.

Foto: Folhapress

nadas. Na visão de Pedro Geraldo Costa (PDC), “os parques infantis (...) de todos os bairros de São Paulo” além de enfrentarem “as mesmas crises (...) apresentam feitos criminosos no cuidado com as crianças”, como o furto de alimentos e de penicilina ocorrido em um deles - relata - praticado por um contínuo, sem que qualquer providência tenha sido tomada. Aprovados por fim, os requerimentos o são sob observações nada animadoras - realistas, talvez - do mesmo Pedro Geraldo Costa, nem um pouco hesitante em definir a Câmara Municipal como “um funeral de palavras e de esperanças”.

Nessa mesma conjuntura, em sessão de 03 de fevereiro de 1958, Agenor Lino de Mattos (PSP) refere-se ao quanto as verbas são gastas “estupidamente” em detrimento da construção de grupos escolares, de parques infantis, do fornecimento de lanche às crianças pobres, filhas de operários e encontra apoio irrestrito em aparte de José Diniz (PTB): “mas querem dar 10 milhões de cruzeiros para o carnaval de 1958.”

Desvelado, esse contexto confere pertinência às insistentes menções dos vereadores no transcorrer da 3ª Legislatura quanto à falta de parques infantis e de vagas nos diversos estabelecimentos de ensino – em larga medida nos bairros menos centrais de São Paulo; às distâncias entre moradias e escolas em localidades não contempladas devidamente com transportes coletivos; às dificuldades que enfrentam as crianças em seu deslocamento através da cidade, particularmente em dias de chuva; ao empenho de professores, apesar de mal remunerados, diante dos recursos insuficientes de que dispõem; à necessidade de bem administrar as verbas orçadas para a educação. Sem falar em alusões ao desinteresse dos pais no que tange à instrução dos filhos e à evasão escolar,

relacionadas, seguramente, ao conjunto de privações em que se resume o viver da pobreza na São Paulo dos anos de 1950, questões sobre as quais paira o significado atribuído ao trabalho infantil frente às dificuldades econômicas com que se deparam as famílias. Significado, esse, desvendado por Dario de Lorenzo (UDN) em 19 de outubro de 1956, à luz da necessidade que têm as camadas menos favorecidas economicamente, de que suas crianças contribuam para o sustento familiar, da redução das horas de aula em virtude do desmembramento dos horários letivos, do salário insignificante, “incompatível com a dignidade humana”, enfim, de um outro tipo de abandono, este, perpetrado pelo Poder Público, a deixar os pequenos entregues “à exploração desenfreada existente no mercado de trabalho”.

Manifestações insistentes que se somam, se esclarecem e se fundamentam mutuamente em meio a críticas diretas à dura realidade da educação em São Paulo, dadas as condições deploráveis em que se encontram muitos dos Grupos Escolares - alguns dos quais a funcionar em galpões de madeira - e parques infantis. Da falta de água e de instalações sanitárias à limpeza precária, dos equipamentos danificados às condições inseguras de funcionamento, como a proximidade de fossas e de poços abertos, da iluminação insuficiente à inexistência de carteiras e de acomodações adequadas, situação que permeia o quadriênio em análise e que persiste em 1959, em pleno adentrar da 3ª Legislatura em seu ano derradeiro. Em 23 de fevereiro de 1959, em solicitação à Prefeitura Municipal para que proceda à remoção de depósito de lixo colocado nas proximidades do Grupo Escolar de Vila Guilherme - diga-se de passagem, crivado de goteiras - Alfredo Trindade (PSD), ironicamente, atribui a inoperância do poder público ao desejo de “não incomodar as moscas e os pernilongos...”. Carlos Machado (PDC), em sessão de 01 de abril de 1959, indica ao Prefeito Municipal, a necessidade de ser construído “mais um” galpão escolar junto à Escola Agrupada da Cidade Adhemar, para que possam funcionar o terceiro e o quarto anos primários, uma vez que as crianças residentes no bairro são obrigadas a mudar de escola assim que concluem o segundo ano, condicionada, a conclusão do curso à problemática obtenção de matrícula em outros grupos escolares. A descrição que faz Agenor Mônaco (PST), em sessão de 22 de junho de 1959, das acomodações do grupo escolar nas proximidades da Vila Carrão, é exemplar. O apelo do vereador à Secretaria da Educação para que se disponha a fazer as remodelações que tanto galpões de madeira, quanto prédios de alvenaria destinados a escolas estão a exigir em São Paulo, fundamenta-se em outro apelo ainda, o de pais das “mil e quinhentas crianças” que frequentam o referido grupo escolar, cujas acomodações encontram-se, como diz, “em estado de petição de miséria”, com “portas e janelas com todos os caixilhos quebrados”, sem vidros, de “tal forma que, com o vento e as chuvas, os alunos, nem na parte coberta - no centro, propriamente - estão [ao abrigo] das intempéries”, deixada a continuidade das aulas à mercê dos humores do tempo.

Colegio Cidade de São Paulo, São Paulo, SP 1957.

Foto: Acervo Histórico de São Paulo



Na base das condições inadequadas em que, na época, são alojadas as crianças nas escolas em São Paulo ganham destaque, portanto, as soluções provisórias, dos galpões de madeira, solução adotada em 1948, aos horários letivos desdobrados em turnos exíguos, com Grupos Escolares que, ao final da década de 1950, chegam a funcionar, temporariamente, em seis períodos ou com aulas em dias alternados (MARCÍLIO, 2005). Salas de aula pouco convidativas, horários insuficientes para garantir a devida assimilação de conteúdos, espaços, enfim, impróprios a todo e qualquer processo de aprendizagem. Dificuldades, às quais outras se somam, como a subnutrição que se abate sobre as crianças das camadas populares, a cada dia mais empobrecidas, e que, no dizer de Agenor Lino de Mattos (PSP), em sessão de 5 de fevereiro de 1957, “saem em jejum para os grupos escolares” e onde “se ressentem até da falta de um pequeno lanche”. O crítico resultado do patamar em que se situa a educação na cidade encontra em comentário de Dario de Lorenzo (UDN), proferido em sessão de 19 de outubro de 1956, um indicador crucial, convicto, o vereador, de que considerável número das crianças ditas alfabetizadas em São Paulo “mal sabem escrever em garranchos as letras de seu próprio nome e soletram com extrema dificuldade meia dúzia de palavras escritas”.

Inevitavelmente, os debates relativos à educação convergem para a questão da continuidade da vida escolar após o curso primário, para as possibilidades ofertadas ou negadas às crianças que, após os doze anos de idade, devem prosseguir os estudos. Debates permeados por críticas e proposições que, na mesma medida, incidem sobre as formas tradicionais de abandono e sobre o abandono moral, feitas, neste último caso, à sombra do trabalho feminino, portanto, das dificuldades enfrentadas pelas mães trabalhadoras em conciliar maternidade e jornada de trabalho em uma cidade como São Paulo, com altos índices de mulheres empregadas em seus mais distintos setores da economia, com quantidade insuficiente de parques infantis, de grupos escolares e de cursos ginasiais para atender à demanda das famílias e em cuja realidade educativa

5. Menoridade, é importante dizer, abordada em referência à pobreza e não em estrito sentido jurídico, portanto, nos termos que passaram a prevalecer, no país, principalmente após a aprovação do primeiro Código de Menores brasileiro, Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.

prevalece o desamparo das crianças em idade escolar. Quanto ao passo seguinte, não pairam dúvidas entre os parlamentares: fiquem à deriva nas ruas, expostas aos riscos que a cidade enseja.

Em sessão de 19 de junho de 1959, Jayme Rodrigues (PR) não só é categórico quanto à falta de escolas em São Paulo, mas também, quanto ao “alto preço do ensino secundário”, enfim, dos colégios particulares, como tantos de seus pares o haviam sido na vigência da 3ª Legislatura, circunstâncias que, “por ocasião dos exames de admissão”, resultam, conforme acentua, em grande desproporção entre candidatos e vagas disponíveis e, portanto, em crianças em idade escolar, porém, na contingência de interromper os estudos. Em sua opinião, a existência de “edifícios escolares inteiramente abandonados” é incompatível com uma cidade que, assim como o resto do Brasil, clama “por maior número de escolas”. Observação nada circunstancial e tampouco isolada nesse final de legislatura, em que se discute a cessão ou não, em comodato, de instalações da municipalidade ao Governo do Estado. Sem me estender sobre essa discussão e o quanto é recorrente nos anos em análise, relevo pontuar para os propósitos deste texto, a opinião de Monteiro de Carvalho (PSB) emitida na mesma sessão, para quem no terreno da educação não cabem divergências políticas.

Com ou sem divergências políticas, prevalece na Câmara Municipal a convicção de que “Cada escola que se abre para São Paulo e para o Brasil é, possivelmente, uma cadeia, uma enxovia que se encerra para nossa gente.”. Palavras de William Salem (PSP), proferidas no mesmo 19 de junho de 1959, em cujas entrelinhas insinuam-se, por um lado, as sombras do que se convencionou chamar de menoridade infratora e, por outro, a capacidade redentora da educação a lembrar a clássica concepção humanista das Luzes. Considerada como recurso capaz de evitar o tão propalado abandono moral, concebida como capaz de difundir e de fazer incorporar virtudes sociais, como possível contrapartida ao ingresso no mundo do crime, por oposição às ruas, a educação tem os resultados benéficos que lhe atribuem postos em relevo no que tange às crianças das classes trabalhadoras, horizontes delineados pelas atividades produtivas e trajetória futura traçada no âmbito de sua capacitação para o trabalho. Fundamentos que invariavelmente aportam na educação profissional. Em suma, os olhares que, da Câmara Municipal, se voltam para as vivências infantis situadas no interior das camadas populares não conseguem se desencilhar da tendência a vislumbrá-las no âmbito da essencialidade enobrecedora do trabalho.

Ao se voltarem, portanto, para a dita menoridade infratora os parlamentares não o fazem por acaso.⁵ Afinal, nas décadas anteriores, considere-se o final do século XIX, os princípios do século XX ou os anos de 1930 e de 1940, a questão fazia parte “do horizonte de debates sobre [as] condições de vida populares” (BRITES, 1999, p. 112) e - acrescento - dos horizontes de debates sobre o trabalho feminino, disseminado entre as famílias mais pobres, afirm⁴⁶



**Inauguração Centro Educacional
Moóca, São Paulo, SP 1959.**

Foto: Acervo Histórico de São Paulo

ções que se aplicam, igualmente, ao abandono de crianças (MOURA, 1982 e 1999). Freitas Nobre (PSB) é enfático, em 6 de fevereiro de 1956, ao apontar o “drama pungente” que diz observar diariamente nas ruas centrais da cidade: “crianças esmolando; crianças descalças; crianças preparando-se para as atividades criminosas do dia de amanhã, porque - considera - os delinquentes preparam-se justamente nessa fase de formação moral que é quando a criança se vê abandonada, à maneira do que vem acontecendo em São Paulo”. Opinião retomada em outras ocasiões, da qual a edilidade em geral compartilha e que pode ser resumida a uma equação social sem incógnitas: se a falta de recursos econômicos, assim como a impossibilidade de frequentar a escola, configuram algumas das matrizes do abandono de crianças, moral ou não, a criança abandonada é, em seu entendimento, a matriz da vadiagem e da mendicância, assim como dos ditos “marginais” do futuro ou, em outras palavras, dos futuros “hóspedes da Penitenciária”, expressões de Jarbas Tupinambá (PSD) que se fazem ouvir no plenário do Parlamento Municipal em sessão de 5 de maio de 1959. Todavia, encaminhar a criança a institutos correccionais é, como resume Freitas Nobre (PSB), em sessão de 5 de fevereiro de 1957, colocá-la em contato com a “perversão, os erros e as falhas de educação desorientada”, fazê-la trilhar um “caminho muito mais perigoso [do que o] das ruas.”

Não há como discutir brevemente os procedimentos estabelecidos quanto à complexa política de institucionalização de crianças - e, também, de adolescentes - seu encaminhamento ao Abrigo Provisório de Menores e, em seguida, ao Serviço Social de Menores de São Paulo, por abandono ou por haverem cometido alguma infração. Contudo, é necessário acentuar que a passagem da década de 1950 para a década seguinte, dados os desdobramentos do cresci-

mento urbano e da industrialização, configura momento em que as discussões sobre abandono e delinquência infanto-juvenil se adensam e acabam por resvalar em princípios como os de conferir “direitos especiais” aos menores de até dezoito anos (RIZZINI, 1995, p. 147-148). É evidente a mobilização a respeito na Câmara Municipal durante a 3ª Legislatura, o quanto a edilidade tece críticas às instituições – como a proferida acima por Freitas Nobre – o quanto se reporta ao Estado e às prerrogativas do Juiz de Menores cuja atuação excede, então, o âmbito jurídico e abrange, também, ações de natureza social. Ao Estado, para que cumpra seu dever constitucional de proteger e amparar as crianças. Ao Juiz de Menores para que se disponha a agir em relação a ocorrências na cidade em que é comum o envolvimento de adultos dispostos a induzir crianças e adolescentes a práticas social e/ou legalmente não aceitáveis, como o estímulo a frequentar bares e consumir bebidas alcoólicas, ou como o estímulo à mendicância, por vezes falsa, em uma conjuntura na qual se reconhece o valor da assistência social, mas também suas deficiências. É nesse contexto que se inserem os pais temerosos de verem suas crianças institucionalizadas a que se refere Freitas Nobre (PSB), em 1956, conforme apontado anteriormente, assim como pais mencionados por seu “desgoverno”, por oferecerem “maus exemplos aos filhos”, observações de Silva Ribeiro (PL) em sessão de 08 de maio de 1959. Contexto de apreensão de crianças nas ruas, de filhos retirados de pais “considerados viciosos, indignos ou incapacitados”, e encaminhados à institucionalização, com vistas a cuidar “não apenas da instrução, mas principalmente da educação moral, social e religiosa das crianças” (BERNAL, 2004, p. 56). A preocupação com a educação, na Câmara de Vereadores, mais do que pertinente revela-se, portanto, inserida em seu próprio tempo; um tempo em que o ato de educar, edificante em si mesmo, sobrepõe-se a alternativas como a correção e a punição nos discursos sobre a infância, ainda que na prática restasse às crianças viver essa história pelo avesso.

Abordados em meio a constatações, denúncias e inconformismo, o abandono de crianças e a chamada menoridade infratora levariam os parlamentares a iluminar um quadro de deterioração e de privações no setor educacional em São Paulo, a arriscar previsões sombrias sobre o futuro a aguardar as crianças desprovidas de recursos econômicos e sociais, a antever sua trajetória na juventude próxima e a argumentar a favor de projetos voltados prioritariamente para a educação profissional, com vistas ao mercado de trabalho e à propalada vocação industrial de São Paulo, projetos nos quais vislumbrariam a possibilidade de garantir destino diverso às novas gerações em uma cidade que, como reconhecem a todo momento, revela-se, antes de mais nada, desigual.

Passo a passo, percepções, críticas e proposições conduzem a um verdadeiro amálgama entre a problemática da infância e a problemática da educação. Afinal, é na defasagem entre a oferta de matrículas e a demanda da população

por vagas nas escolas a fim de que haja continuidade nos estudos após a conclusão do curso primário, que muitos dos vereadores vislumbram o terreno fértil em que florescem as andanças infantis pelas ruas e seus desdobramentos, assim como a menoridade que qualificam de infratora, esta última, a lhes roubar, é perceptível, a tranquilidade de mulheres e homens públicos.

Palavras finais

Por mais que as manifestações acima apontadas correspondam a fragmentos considerados expressivos no que tange ao conjunto do material com que os Anais da Câmara Municipal de São Paulo brindam o pesquisador, a seleção feita é representativa do quanto em torno da infância, sobretudo das crianças pobres, as distintas legendas com representação naquela Casa acabaram por construir um espaço de consenso talvez mais interessante de ser analisado do que o convencional quadro de dissidências partidárias a nutrir, igualmente, o mandato de cada vereador no dia a dia de toda e qualquer legislatura.

A nortear esse interregno consensual, a diuturna, incômoda e preocupante visibilidade que obtêm as andanças infantis nas ruas da cidade, capaz de escancarar perante os contemporâneos uma outra São Paulo, difícil de ver, de aceitar e de administrar, de fazer germinar no recinto do Parlamento Municipal a disposição de desvendar as matrizes do abandono de crianças, de conceituá-lo adequadamente, de aferir suas implicações econômicas e sociais.

Ao encerrar-se, a 3ª Legislatura fizera um contundente diagnóstico sobre a infância em São Paulo, transformada, a Câmara Municipal, em locus de observação não só sobre a cidade mas, também, sobre suas crianças. Contundente, como foi possível perceber, a ponto de lançar a edilidade, não raramente, em profundo desalento, como já haviam anunciado as palavras de Freitas Nobre (PSB) em sessão de 6 de fevereiro de 1956: “As crianças exigem um pouco mais de juízo das crianças-grandes que têm os destinos de nossa terra em suas mãos.”. Palavras crivadas de incertezas: o que poderiam, os vereadores esperar de uma São Paulo em parte relegada ao abandono, assim como parte de suas próprias crianças? O que poderiam esperar de uma cidade cujas brincadeiras infantis nas ruas desvendam, diante de seus olhos, como no acidente em que se envolvem as meninas Wanda e Vera Lúcia, a prevalência dos interesses empresariais sobre os da população adensada no entorno das empresas, os alicerces inexoráveis, enfim, sobre os quais se ergue seu desenvolvimento?

Dos mais distintos ângulos de observação São Paulo se dá a conhecer, nas páginas dos Anais da Câmara Municipal, em larga medida, por intermédio de suas crianças e nela ganham projeção os pequenos paulistanos – nascidos ou não na cidade – abrigados na periferia ou desabrigados em suas ruas. Muito se falou a respeito, muito se propôs fazer em busca de soluções, muito ficou por ser feito.

À parte as características próprias aos anos de 1950, isto é, o quanto teriam a expansão da periferia, o exponencial crescimento demográfico, o alto custo de vida, agravado as condições materiais de existência das camadas populares, os representantes eleitos para a 3ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo descobriram-se em meio ao que denomino crise de responsabilidades, para não dizer que se depararam com muita irresponsabilidade perante a infância pobre, como denota a observação de Pedro Geraldo Costa (PDC) em 30 de janeiro de 1958, epígrafe deste texto. Crise de responsabilidades, concluo, dado o clamor frequente com que invocam os parlamentares, ao se reportarem às crianças principalmente dos bairros periféricos, gestões responsáveis no âmbito dos atributos do poder público, paternidade e maternidade responsáveis no que tange à família, atitudes responsáveis por parte dos adultos que com elas interagem nos distintos espaços em que se desdobra seu viver na cidade. Crise que lhes era contemporânea sem ser recente, que não dizia respeito apenas a São Paulo, mas ao conjunto do país, e que persistiria para além de seus próprios mandatos.

Aproximar o olhar da São Paulo de meados do século XX é, no que tange à história da infância, estabelecer inevitável conexão com sua atualidade, com a constante e pesarosa visibilidade que as crianças, umas após outras, detiveram e ainda detêm em suas ruas, personagens que são de uma história interminável. No passado ou no presente, São Paulo configura, afinal, um autêntico e dinâmico painel em cuja composição as precárias condições de sua infância sobressaem como certificado das fronteiras econômicas e sociais que se erguem em seu traçado.

Referências

- BARRA, Marlene. São Tomé e Príncipe. Brincar na Latitude Zero. In: TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália (Org.). Brincar, brinquedos e brincadeiras: modos de ser criança nos países de língua oficial portuguesa. Maringá: Eduem, 2014.
- BERNAL, Elaine Maria Bueno. Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.
- BRITES, Olga. Imagens da infância. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950. Doutorado em História, PUC/ São Paulo, 1999.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, São Paulo, 1952, 1953, 1954, 1955. Anais da... Divididos em pelo menos 20 volumes anuais. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956, 1957, 1958, 1959.
- HEYWOOD, Colin. Uma história da infância. Da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- JULIA, Dominique. L'enfance entre absolutisme et Lumières (1650-1800). In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (Dir.). Histoire de l'enfance en Occident. Vol. 2, Du XVIII siècle à nos jours. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. História da escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh/Humanitas Publicações, vol. 19, n.37, 1999.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño: Editora Universitária Santa Úrsula: Amais Livraria e Editora, 1995.
- ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- "São Paulo, 10 milhões em 400 anos". In: O Observador econômico e financeiro. São Paulo: Nacional-Artes Gráficas. Ano XVIII, n. 216, fev. de 1954.
- SILVA, Maria Alice Setúbal Souza e; GARCIA, Maria Alice Lima; FERRARI, Sônia Campaner Miguel. Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. São Paulo: Cortez: CENPEC, 1989. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; V. 7).
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus: EDUSP, 1966.

CAPÍTULO 3

Os partidos e as eleições: o legislativo municipal e a vida política paulistana

F. Alexandre Hecker¹

1. Professor de história contemporânea na UNESP e Universidade Mackenzie. Graduado em História pela Universidade de São Paulo (1976), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1987) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1996), pós-doutorado na Università degli Studi di Milano/Itália (1997/98), onde atuou como professor convidado. Ex professor do Programa de Pós graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Assis). Professor da Universidade Mackenzie - UPM. Professor líder do Grupo de Pesquisas "E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias", do CNPq. Coordenador do PROMACK INTERNACIONAL: uma História de Imigrantes submetidos à repressão (Italianos), da Universidade Mackenzie. Avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS/INEP/MEC)

“O mito político só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede de dar se conta dele objetivamente.”

R. Girardet

Tempo de Esperanças

Para apreender o que se poderia denominar espírito, mentalidade, ou ambiente político da década de 1950, é preciso certo transporte do pensamento. Uma “viagem”, como a linguagem informal contemporânea qualifica o esforço de considerar o contexto de um período diferente do que se vive.

Naqueles anos 1950 experimentava-se o segundo pós-guerra e isto fazia daquele momento uma etapa especial na história do pensamento político: depois de todas aquelas tragédias, uma onda de esperança tomava conta de boa parte das aspirações por um futuro mais harmonioso. Todos os indivíduos de alguma maneira ligados à ideia de construção de um mundo melhor do que aquele que saía da guerra, todos os que minimamente pudessem ser enquadrados em alguma categoria dentre os reformistas e, por conseguinte, os abertamente revolucionários, acreditavam que o capitalismo não fosse capaz de produzir condições de uma vida agradável para a humanidade. Não era um sistema justo nem viável em longo prazo. Um sistema econômico socialista alternativo, ou pelo menos um precursor, uma sociedade dedicada à justiça social e ao bem-estar universal poderia tomar o seu lugar, senão imediatamente, pelo menos em algum momento futuro; o movimento da história evidentemente tornava este momento cada vez mais próximo por meio da ação estatal ou pública, no interesse da massa de assalariados, implícita ou explicitamente anticapitalista. (HOBSBAWM, 2002, p.305).

Tal consideração se faz necessária para entender que até mesmo os partidos conservadores da Europa e da América Latina (AL) declaravam-se, direta ou indiretamente, anticapitalistas, e muitos representantes políticos com mandato reconheciam o planejamento público como um benefício social independentemente das ideologias. Evidentemente, após os anos 1970 e, sobretudo, com o thatcherismo dos 1980, o ambiente do pensamento político alterou-se significativamente, não valendo mais este clima intelectual e cultural de época, este *zeitgeist* mudancista, acima descrito.

Nos anos 1950, o homem comum e razoavelmente letrado consistia em elemento difusor de conceitos e praxes do pensamento político. Mesmo pare-

cendo contrariado, admitia para um futuro não tão longínquo a adoção de pelo menos algumas características de um projeto socialista difuso. Considerar este espírito de época é fundamental para entender aquilo que nas instituições de poder se constituía no combustível básico do debate político. É claro que o lugar dos debates fazia diferir o conteúdo, mas fosse nos países europeus ou na AL, aquele espírito tornava-se uma referência, um paradigma. Os vereadores de São Paulo não se caracterizavam como pessoas infensas à sua época, ao contrário, fossem “políticos puros” ou homens da mídia, representavam um papel na grande peça orquestrada por um som bem diferente do que hoje ouvimos. Naqueles tempos, para o bem e para o mal, valiam os pertencimentos a ideias.

Economicamente, este foi também um período de acelerado crescimento do país e São Paulo, tanto o Estado como sua Capital, conheceu um protagonismo excepcional. O desenvolvimento industrial dirigiu este processo: naquela década foram criadas mais indústrias do que nos anos anteriores e foram significativos, principalmente, os estabelecimentos fabris de grande porte dedicados à transformação dos produtos, como as indústrias de materiais elétricos, de transportes e comunicação. A indústria automobilística, fomentada pela ação do governo federal de Juscelino Kubitschek que promoveu a entrada de capitais estrangeiros e incentivou a importação de bens de produção, teve seu berço em São Paulo gerando uma movimentação econômica extraordinária no Estado.

Mas o desenvolvimento econômico, que se consolidava nos anos 1950, já a partir dos anos 1930 era evidente. O município de São Paulo, naquela década, tornou-se o centro industrial por excelência no território nacional e conheceu uma pujança econômica ímpar. A indústria, embora fosse o motor deste desenvolvimento, se encontrava no meio de diversas outras atividades econômicas também relevantes. Entretanto, os estudiosos da economia afirmam que foi nos anos 1950 que se iniciou uma transformação revolucionária na economia da região, isto é, uma mudança que levou as novas indústrias a buscar espaços mais amplos, mais baratos e menos congestionados para seus investimentos, até porque na nova fase da industrialização, que acompanha o Plano de Metas de JK, as escalas de produção são substancialmente maiores. O então chamado ABC é o espaço privilegiado nestes anos, mas o interior do Estado e, mais adiante, outros Estados concorrerão crescentemente com a Cidade de São Paulo pela localização dos novos ramos industriais. Nesse sentido [...] (ocorria um) processo de transição da cidade industrial para uma de serviços. (SAES, 2004, p. 257).

Além da ampliação para municípios limítrofes, a própria cidade se transformava em uma megalópole, tendo na conformação da Avenida Paulista a simbologia de uma nova etapa: a partir daquela década começaram a ser substituídos os casarões de empresários comerciantes, em muitos casos ligados à indústria, por prédios altos que passaram a abrigar um sem número de empre-



1963 Avenida Paulista, em São Paulo. (São Paulo, SP, 00.00.1963.
Foto de Folhapress. Negativo 07547.90)

sas variadas que tinham nos serviços suas principais atividades. Assim, como afirma o mesmo SAES, a Paulista marcou “o ocaso de metrópole industrial que cedeu lugar a uma megalópole de serviços.”

Essas alterações provocariam necessariamente mudanças na composição social, visto que um empresariado renovado conviveria com grupos de classes médias diversos do passado e de grande número de operários condizente com as crescidas atividades industriais. O número de habitantes também indicava a posição proeminente da cidade de São Paulo no contexto nacional: no final da década o município contaria com a maior população urbana do país, ultrapassando até mesmo a capital federal.

Estas transformações estruturais acarretaram alterações no andamento da vida política *stricto sensu* – e, conseqüentemente, na representação que se tinha da composição das instituições de governo municipal – embora essas correlações não possam ser tratadas como decorrências diretas ou imediatas. Todavia é possível afirmar que no âmbito político do município, em meados da década, o poder legislativo já consolidado daria posse, em 1956, à terceira legislatura do período democrático. Passava-se, assim, dos primeiros momentos de implantação, iniciados três anos após o fim da ditadura do Estado Novo, para a plenitude dos trabalhos legislativos no nível municipal.

Na esfera do poder executivo, a grande campanha que levou Jânio Quadros à Prefeitura da cidade mobilizara e, em certa medida, politizara o eleitorado. O denominado *Movimento 22 de Março*, referência ao dia das eleições em 1953, marcou a realização do primeiro pleito direto para a Prefeitura após a República Velha.

Tema Esquecido: o sistema eleitoral e as eleições

Nas últimas décadas, a história dos partidos e das disputas eleitorais em São Paulo parece ter sofrido com os rumos tomados pelos novos afazeres de Clio. Pode-se notar um relativo desprezo por este assunto no campo dos estudos acadêmicos, agora mais voltados para as temáticas do que se convencionou chamar de nova ou novíssima história. Depois de importantes trabalhos dos anos 1970 como os de Francisco Weffort, Maria do Carmo C. de Souza, Fernando Henrique Cardoso, B. Lamounier, ou dos anos 1980 com Regina Sampaio, Maria Vitória Benevides, Vera Chaia entre outros autores, a questão das eleições – afora o imediato interesse pela sua contemporaneidade – parece ter deixado de preocupar os historiadores e outros cientistas sociais. E, se isto de fato identifica uma tendência para história político-partidária do Estado de São Paulo, mais preocupante se torna a ausência se a encararmos do ponto de vista da metrópole paulistana. Praticamente não existem estudos históricos, político-eleitorais, neste nível, o que eleva exponencialmente a responsabilidade daqueles que

se intrometem nesta seara. Portanto, temos aqui uma questão de tempos e de espaços históricos que, não sem algum exagero no dizer, teremos de desbravar.

Um livro clássico sobre o estudo dos sistemas partidários que estabeleceu as origens da estrutura política do período 1946-64 e traçou o caminho básico para entender aqueles tempos da vida política brasileira é a obra *Estado e Partidos Políticos no Brasil-1930 a 1964*, em que Maria do Carmo Campello de Souza deu ênfase a uma relativa continuidade, até então subestimada, entre o autoritarismo do Estado Novo e os procedimentos político-partidários do período mal denominado República Democrática, isto é, o tempo compreendido entre duas ditaduras explícitas, a varguista e a político-militar implantada em 1964.

Em sua análise fica evidente a importância da centralização burocrática e militar, e a concentração de poderes econômicos no Estado, tudo ligado pela conexão de um sistema político-partidário cujas raízes se encontravam no período autoritário e que tiveram no PSD, Partido Social Democrata, na UDN, União Democrática Nacional, e no PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, as personagens mais destacadas.

Em São Paulo as características da estrutura nacional se repetiram, mas as personagens – e, é claro, os acontecimentos conjunturais – diferiram, com o PSP, partido de Adhemar Pereira de Barros, fazendo parcialmente o papel do PSD e do PTB nacionais, embora estas siglas estivessem também presentes no cenário paulista e paulistano.

Vicissitudes do sistema eleitoral nos anos 1950

Tendo em vista as facilidades de que dispõe um eleitor nos dias atuais para consignar seu voto, usufruindo de informações divulgadas por variados meios de comunicação e contando com a facilidade disponibilizada pelas urnas de tipo eletrônico, o rito seguido nos anos 1950 pode parecer uma tarefa complicada e repleta de procedimentos meticulosos. Os meios de comunicação, tais como os jornais ou as emissoras de rádio, anunciavam endereços e telefones do TRE para recorrer em casos de dúvidas, mas a divulgação dos locais de votação não se sucedia com a propagação necessária para informar a todos. Por isso, jornais – como a *Folha da Manhã* do dia que antecedeu a eleição de 3 de Outubro de 1954 – dedicavam-se a publicar espécies de cartilhas do eleitor. O texto da *Folha* trazia o título “É assim que se vota” e procurava oferecer informações para ensinar o eleitor a como proceder diante das tarefas cívicas do dia seguinte. Afinal, cada evento eleitoral já reunia uma massa populacional bastante significativa: o município de São Paulo, ainda bem no início da década, contava com 2053 seções eleitorais espalhadas por 618 edifícios. Portanto, dava trabalho reconhecer o local de votação naquela cidade de São Paulo que não parava de crescer: nela reuniam-se aproximadamente três milhões de habitantes e seu território já se estendia para novos bairros como o Mandaqui ou o

Tucuruvi, no Norte, como Socorro ou Cidade Dutra, ao Sul, e na direção Leste-Oeste, como o Itaim e como o Rio Pequeno ou Vila Sônia.

Tendo o eleitor identificado seu local de votação e para o endereço ter-se dirigido, o aguardavam longas filas e mesmo atrasos, entretanto, nesta ocasião não foram registrados grandes incidentes na capital. Pela primeira vez as listas de eleitores foram feitas em máquinas Hollerith, tão comuns posteriormente.

Na sua específica seção eleitoral era comum o eleitor ser instado a mostrar a carteira de identidade, para evitar impugnação, embora apenas o título de eleitor fosse o documento oficialmente exigido. Depois de expor o seu título ao presidente da mesa receptora, o cidadão recebia deste um envelope e se dirigia à “cabine indevassável”, onde, após cerrar a cortina que deveria lhe proteger de olhares alheios, teria de colocar as cédulas correspondentes aos candidatos que pretendia eleger. Se estivessem em disputa vários cargos como, por exemplo, nas eleições de 3 de Outubro de 1954, o eleitor deveria ter-se prevenido e carregado consigo aproximadamente cinco cédulas diferentes, pois teria de colocar na sobrecarta os tais papeizinhos para identificar cada um dos seguintes candidatos: uma cédula para senador e seus suplentes, uma cédula para deputado federal, uma cédula para governador, uma cédula para vice-governador e uma cédula para deputado estadual. Nas cabines havia cédulas disponíveis, mas nem sempre dos candidatos escolhidos, pois a Justiça Eleitoral colocava nestas cabines as cédulas fornecidas pelos partidos e estes podiam sofrer dificuldades para planejar a logística da distribuição dos documentos, além de que tais *démarches* davam ensejo à sonegação de cédulas ou sua destruição por um dos agentes envolvidos no processo.

A partir de 1955, em todo o território nacional, foi adotada a cédula oficial única de votação, tendo o eleitor que redigir o nome do seu candidato ou indicá-lo com um X. Mas esta obrigatoriedade só entrou em vigor no nível municipal nos anos 1960. Assim, nas eleições de três de Outubro de 1955, para a Presidência e vice da República, e também para Câmara Municipal e Prefeitura, o paulistano teve de entrar duas vezes na cabine, a primeira para o pleito nacional e a segunda para o municipal. A posterior contagem dos votos – processo este que na capital só terminaria em cinco dias, e para o Estado todo poderia demandar quase um mês inteiro – era também tarefa na qual poderiam intervir situações que contribuíssem para fraudes ou falsificações das decisões expressas pelos eleitores.

Desde a vigência da Constituição de 1946, o voto era obrigatório para maiores de 18 anos de ambos os sexos, mas o Código Eleitoral de 1950 tornou facultativo o alistamento de mulheres que não exercessem atividades lucrativas: as donas de casa, por exemplo, não precisavam votar. A parcela da população identificada como analfabeta esteve fora do processo eleitoral desde a criação da República.

Os primeiros pleitos municipais após o Estado Novo ocorreram entre Setembro de 1947 e Março de 1948 em todo o país, ficando a cargo das Constituições dos Estados definirem as datas específicas. Entretanto a regularização dos procedimentos eleitorais ocorreu de fato a partir de 1950, com o Novo Código Eleitoral – Lei n. 1.164 de 24 de junho daquele ano – que adotou sistemas eleitorais iguais para cargos equivalentes nos três níveis da estrutura federal: a representação proporcional para os legislativos e a regra majoritária para executivos.

Assim, a Constituição do Estado de São Paulo pode determinar um mandato de quatro anos para o seu Governador e, no nível municipal, os mandatos de Prefeitos e Vereadores também com quatro anos, embora isto não tivesse ocorrido em todos os Estados brasileiros. Dentro destas regras gerais, São Paulo realizou eleições para a Câmara Municipal em 1951, 1955, 1959 e 1963, isto é, até antes do período marcado pela ditadura político-militar instituída em 1964.

Num excelente trabalho sobre o sistema eleitoral brasileiro, Jairo Nicolau (2012) salienta que no período 1945 a 1964 o país conheceu transformações fundamentais favoráveis no seu modo de representação, pois as eleições brasileiras passaram a ser diretas para os principais postos de governo nas três esferas; os partidos políticos tornaram-se unidades fundamentais no sistema; e o número de eleitores aumentou muito neste período. Acrescenta ainda o autor que, embora continuassem existindo, em geral as fraudes não alteraram significativamente os resultados das eleições. O que se pode observar, ainda analisando de um ponto de vista genérico, é que neste período algumas características democráticas se sobrepuseram a elementos restritivos da liberdade de escolha do cidadão: houve eleições regulares, houve liberdade de imprensa, aumentou o colégio eleitoral. Mas por outro lado deve-se levar em conta as permanências estruturalmente autoritárias, como alertou Maria do Carmo C. de Souza, além de que restrições ainda severas à liberdade política estavam presentes, como a cassação do PCB e a ausência do contingente dos analfabetos. Acrescente-se a estes limites também as deformações antidemocráticas típicas de uma sociedade de classes, marcada por profundas discrepâncias de renda e de *status*, que tornavam o exercício da democracia política ainda uma aspiração a ser efetivada.

Os partidos políticos, desde a lei Agamenon de 1945, que regulamentou as eleições e praticamente instituiu a Justiça Eleitoral, ganharam muita importância: não seria mais possível se candidatar senão por meio destas instituições, que obrigatoriamente deveriam estar registradas no Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, a lei admitia candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente a vários cargos eleitorais². Por outro lado, a partir de 1950, a legislação nacional específica passou a exigir um tipo cláusula de barreira, tendo os partidos que contar com pelo menos 50 mil eleitores distribuídos por no mínimo cinco Estados, o que na prática significou uma restrição, mas garantiu

2. Lei Agamenon “é como ficou conhecido o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que sem estabelecer expressamente a Justiça Eleitoral, criou, como órgãos dos serviços eleitorais, aqueles mesmos de 1932 – um Tribunal Superior, com sede na capital da República; um Tribunal Regional, na capital de cada estado e no Distrito Federal; juizes eleitorais nas capitais, comarcas, termos e distritos”. <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>

uma relativa nacionalização, impedindo que estas entidades se fragmentassem em pequenas unidades dispersas pelos Estados ou mesmo municípios: nos anos 1950 até 1962 apenas 20 partidos participaram das eleições em todo o país.

Escrevendo em ocasião pouco posterior à experiência ditatorial do Estado Novo, o clássico ensaísta e político Afonso Arinos de Melo Franco apresentou interpretação favorável do processo eleitoral então em implantação – tal como recentemente faria Jairo Nicolau, como acima ficou indicado. No caso de Afonso Arinos certamente jogou um papel relevante o espírito otimista daqueles tempos em que ele escrevia, pois defendeu dedicadamente a então recente implantação do sistema político eleitoral de caráter liberal como o caminho para a superação do velho patriarcalismo até então dominante:

O voto secreto, a Justiça Eleitoral e o sufrágio proporcional trouxeram, não há dúvida, grande progresso ao nosso direito eleitoral. Pode-se mesmo considerar enorme e profunda a transformação que, neste setor, o processo revolucionário liberal introduziu nos costumes políticos brasileiros. Violências e fraudes eleitorais ainda se fazem sentir, é certo, aqui e ali. Mas hoje constituem exceção, quando, antigamente, eram regra geral e invariável. (FRANCO, 1974, 1948 p. 84)

Se, por um lado é correto interpretar a passagem dos anos 1940 para os 1950 como um período de progresso para a construção de um sistema eleitoral mais fiel em relação à representação dos cidadãos, por outro é obrigatório refletir sobre a novidade daquele modo de proceder. Isto é, estas análises, como a de Afonso Arinos, permitem conjecturar a respeito de como, na década de 1950, o país todo ainda experimentava os primeiros passos na criação de um sistema eleitoral adequado para uma democracia genuína. De toda a forma, evitar o anacronismo na análise da factualidade imediata da conjuntura é obrigação do analista brasileiro contemporâneo. Até porque abusos e deturpações do direito de cidadania estão ainda bem presentes no Brasil atual.

Nos anos 1950, apesar das dificuldades para o eleitor, advindas do caráter preliminar de muitas das medidas então em vigor e apesar das novas regras para novos partidos políticos, muitas vezes o pensamento vulgar de setores da elite conservadora depositou nos ombros dos eleitores reais todos os obstáculos e mazelas do sistema eleitoral. Para atingir uma representação coerente com as expectativas para uma democracia avançada propugnava-se um eleitor ideal, entendido segundo critérios liberais, isto é, um cidadão pleno de direitos e de consciência social, que buscasse fora de sua própria vida real o ideal patriótico. Assim, seriam o eleitor e sua ignorância os culpados pela corrupção e desonestidade dos políticos em atuação naquele período.

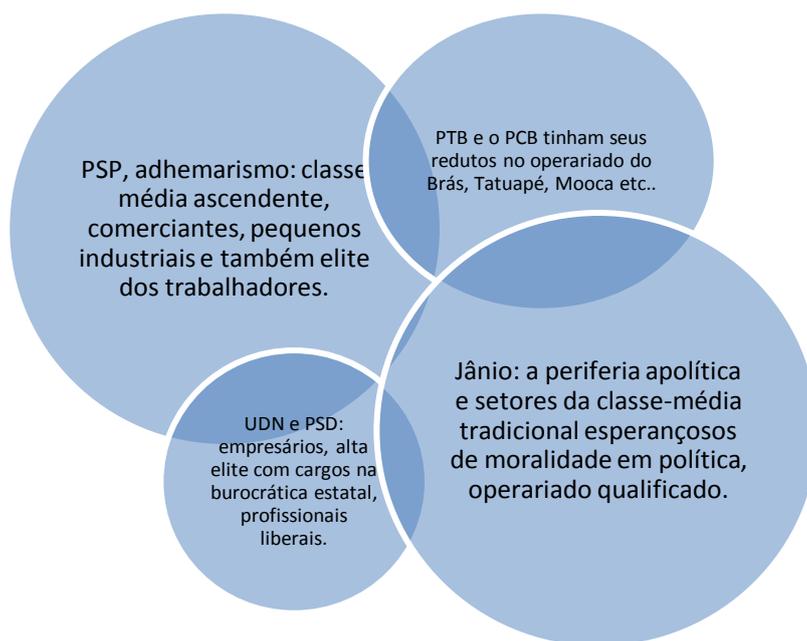
Foi desta forma que, logo no início da década de 1950, *O Estado de S. Paulo*, jornal de maior circulação entre a elite e as classes médias, pleiteou uma

reforma eleitoral que restringisse o eleitorado aos “homens de bem [...] (aos) cidadãos que têm muito que perder”. Em sua edição de 14 de Outubro de 1951, no próprio dia das eleições municipais no Estado, o editorial afirmava:

“Os últimos pleitos fizeram duvidar da sabedoria do legislador quando alargou o sufrágio, tornando-o quase universal. Tão escandalosas foram as eleições de certos indivíduos a que faltavam todos os atributos indispensáveis para o exercício das funções públicas, que muita gente pensou que seria indispensável uma reforma eleitoral com o intuito de reduzir o número de eleitores e exigir para os que ficassem umas tantas condições de cultura e de moralidade que os pusessem a salvo da ação nefasta dos demagogos.”

Presença dos partidos políticos em São Paulo: anos 1950

Esquema simplificado dos grupos sociais representados pelas principais correntes políticas atuantes no Estado e na Capital paulista nos anos 1950 (as representações se interpenetravam).



Para a grande maioria dos cidadãos paulistanos a presença dos partidos políticos se restringia praticamente aos períodos eleitorais. Era um comportamento bastante corriqueiro os partidos, entre uma eleição e outra como se dissolvessem, residindo justamente aí uma das piores mazelas do sistema de representação, que assim dava oportunidade ao elitismo e à corrupção. Logo após as eleições para a Câmara Municipal e para a presidência e vice da República, em 1955, em que a vida partidária em São Paulo foi muito acionada, o jornal *Estado de S. Paulo*, apresentou um relato esclarecedor da questão:

“Uma das lições do pleito, que acaba de ser travado, é a falta de organização dos partidos políticos. Vivem eles, em geral, sem atividade permanente. Por ocasião dos pleitos movimentam-se, falam e votam. Terminados os pleitos caem na pasmaceira dos ócios sem fim. A ação dos partidos precisa ser contínua; suas atividades não podem sofrer interrupção. Do contrário, não passarão de grupos ‘panelinhas’ [...] (Se não ocorrer) uma remodelação imediata e profunda [...] a vida partidária continuará a ser uma vida de expedientes deploráveis e de conchavos nem sempre plausíveis.”(*O Estado de S. Paulo*, 06.10.1955).

Num estudo modelar, Fernando Henrique Cardoso apresentou a questão relacionada a um “típico intercâmbio do sistema clientelista”. Afinal, para garantir sua dominação, os partidos que dispunham de posições no poder do Estado ou do município não precisavam mobilizar um grande número de correligionários fora da época de eleição, mas apenas assegurar a distribuição de benefícios estatais, ou seja, arrumar empregos públicos ou tomar medidas que favorecessem pequenos grupos ou líderes que os apoiariam até o seguinte momento eleitoral (CARDOSO, 1980 p. 178).

No período a que este estudo se atém, embora fosse um comportamento comum a todos os partidos, o padrão de referência para este método de ação foi o PSP, Partido Social Progressista, rigidamente capitaneado por seu líder carismático, Adhemar Pereira de Barros.

Adhemar e seus adeptos, dispondo de cargos na administração, controlando aparelhos de Estado por longos períodos, ligavam-se à massa da população por meio de favores, valendo-se de toda uma rede capilar que se estendia pelos municípios do interior, interligando lideranças regionais com a cúpula do partido. Muitas vezes, esta rede se ampliava com pequenas legendas tomando lugar nestes acordos, pois seus “políticos proprietários”, em troca de obter vagas para candidaturas nas épocas eleitorais, “entregavam” parcelas do eleitorado ao PSP. Tudo isto deu sustentação ao esquema clientelístico e permitiu que o partido se mantivesse mesmo nos momentos em que seu líder esteve fora do poder. Ligado à massa, mas não um partido de massas já que toda a cúpula era relacionada e dependente apenas de Adhemar. FHC definiu socialmente o PSP: pessoas da baixa classe média (os ‘Compadres’ dos chefes), da nova burguesia (árabes, imigrantes recentes, comerciantes e pequenos industriais [...]) especuladores imobiliários) e do lumpen urbano (bicheiros, policiais, proxenetes) do que da massa trabalhadora. (CARDOSO, 1980 p. 179).

Ideologicamente, o PSP manifestava enérgico anticomunismo, acompanhado de um desenvolvimentismo individualista, deturpadamente operoso – o que ficou estigmatizado no dito relativo à forma de governar de Adhemar, o “rouba, mas faz” – para mobilizar a massa que só na época das eleições entrava

em questão: se o candidato fosse eleito, alguns podiam esperar por benefícios, empregos, contratos etc.

Para pôr em prática tais procedimentos de governo, o partido se valia de todos os expedientes disponíveis. Juvenal Lino de Matos, prefeito de São Paulo pelo PSP, em determinado momento de sua gestão, preferindo optar pela condição de senador, pois havia sido eleito também para aquela casa legislativa, ao exonerar-se da Prefeitura e em comum acordo com a presidência da Câmara Municipal, presidida pelo também pessepista William Salem, e com os vereadores da maioria, fez publicar no Diário Oficial a criação dos Departamentos Municipais de Polícia e de Trânsito, remanejando a administração. Com tal manobra, o prefeito em vias de afastamento promoveu a criação de mais de 1300 cargos, cuja maioria de nomeação direta da administração, certamente a serem preenchidos pelos correligionários adhemaristas e políticos próximos. (*O Estado de S. Paulo*, 05.01.1956).

Fundado em 1946, o PSP absorveu pequenos partidos com alguma representação diante do operariado paulista e contou com figuras de projeção nacional além de seu dirigente máximo: o intelectual Miguel Reale que, porém, não se elegeu para cargos públicos, mas também políticos como Lemos Brito, Café Filho – foi vice-presidente da República pelo PSP – e Paulo Lauro, que foi prefeito nomeado de São Paulo (1947-1948) e o primeiro negro a ocupar o cargo.

Parte da capilaridade junto a grupos sociais populares, o PSP obtinha por meio de uma máquina de comunicação que tinha no jornal *O Dia*, elemento de difusão das propostas e também mediante uma eficiente estrutura de funcionamento que agregava adeptos de variada extração social. Exemplo disto foi o seu Departamento Feminino. Este setor do partido apresentava-se como um dos mais atuantes e presentes na capilaridade política do Estado, sendo de certa forma até mesmo precursor no contato político com as mulheres, eleitoras então recentes no cenário brasileiro. A presidente deste Departamento, Dulce Borges Barreiro, referindo-se à atuação do Diretório Metropolitano de São Paulo, o órgão que articulava todos os departamentos femininos do partido, avaliava o seu Departamento como pioneiro no trabalho de arregimentação das mulheres:

O trabalho da mulher dentro do PSP era admirável. Até nos bairros mais distantes encontravam-se mulheres falando do PSP e convocando o povo para a luta. Antes de surgir o PSP, só as comunistas faziam a política e isso não podia continuar [...] Em todos os distritos [...] as mulheres estavam presentes: nos dias de eleições, na catequese de eleitores, na fiscalização eleitoral, distribuindo cédulas [...] Antes do PSP, Dona Carlota Pereira, Maria Teresa Barros e Maria Teresa Vicente Azevedo já estavam na política, mas o movimento da mulher de classe mais modesta foi trabalho do PSP. (Apud SANTANA, 1982 p.142)

A estrutura do partido contava ainda com outros importantes departamentos, tal como Departamento Social que funcionava como uma espécie de relações públicas, encarregando-se das festas e da participação nos comícios. Havia também o Departamento de Assistência Social que realizava um trabalho assistencialista dirigido por Leonor Mendes de Barros, esposa de Adhemar, cujo trabalho assistencial muito contribuiu para a formação da imagem política favorável do líder pessepista.

Além de seus métodos políticos de cooptação, foi por promover ações como as referidas que o PSP se tornou o maior partido político do período em São Paulo e sempre elegeu a maior bancada na Câmara Municipal; apesar da ferrenha oposição de outros grupos da população, representados por veículos de informação como a *Folha da Manhã*, ou *O Estado de S. Paulo*, e partidos políticos como a UDN e outros. Para estes, Adhemar se constituía no símbolo da corrupção no poder, tendo sido implicado em escândalos como o dos Chevrolets e o da Urna Marajoara – apropriação particular de uma peça doada ao Museu Paulista, em 1956. Adhemar de Barros chegou a ser condenado a dois anos de prisão, mas fugiu do país por seis meses e acabou absolvido no processo. Mas, foi certamente sua política de compadrio eleitoral com grupos da máquina governativa paulista e de grandes conchavos com poderes locais que lhe conferiram tal imagem.

A outra grande força política em São Paulo, no período, foi representada pelo janismo, que também se valendo de procedimentos populistas, diferentemente do adhemarismo não assentava sua atuação em poderosa máquina partidária. Esta oposição *sui generis*, adhemarismo versus janismo, que em determinados momentos pareceu ganhar o cenário nacional, ateu-se ao Estado de São Paulo e à sua capital. Tal presença tão marcante no cenário local e regional deveu-se em boa medida à rarefeita influência do getulismo especificamente, e do PTB em geral.

O PTB, que em São Paulo muitas vezes se aliava ao adhemarismo, desfrutava de menos poder, pois não dispunha de liderança tão incorporada à vida política paulista, e assim não podia distribuir favorecimentos na mesma escala do PSP. O seu controle era efetivo sobre as agências públicas federais ligadas à previdência e à burocracia do Ministério do Trabalho e sobre empresas federais, mas tal condição não lhe permitia dispor de muitos cargos a distribuir, e apesar da afanosa presença de sua líder Ivete Vargas – que mandava e desmandava nomear usando os cargos disponíveis, e procurava valer-se de suas relações com as presidências da República em que o PTB participava – fora das ocasiões eleitorais o partido vegetava.

Jânio da Silva Quadros foi a grande liderança popular em São Paulo. Não criou, como Adhemar, um partido; foi aproveitando a relação com uma estrutu-

ra partidária pouco integrada aos interesses populares e como que despejando conteúdo ideológico nestes partidos. Esses intercâmbios de interesses lhe permitiu usar os instrumentos partidários e ao mesmo tempo estar livre da ingerência dos partidos, pairando acima deles e mesmo descumprindo qualquer compromisso antes estabelecido. Sua relação com os partidos que o apoiaram ao longo de sua rápida ascensão à política nacional, como o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), e até mesmo com a União Democrática Nacional (UDN) foi sempre tênue. Na verdade, funcionou como um aval popular genérico, utilizável junto a populações não politizadas, mas intuitivamente dispostas contra as elites. O acordo inicial que Jânio estabeleceu com grupos ideologicamente organizados à esquerda, como o PSB e o PDC, lhe deu um lastro ideológico, principalmente nos primeiros tempos como prefeito, mas foi aos poucos, sempre lentamente, se esvaindo e revelando para boa parte dos analistas um político populista, vazio de conteúdo, o que ficou evidente no processo da renúncia à presidência da República, em 1961.³

Dispondo de acuidade política diferenciada, Jânio percebeu que além da reivindicação operária (que bem ou mal o PC e o PTB expressavam) existia uma ampla reivindicação da periferia urbana. Eram as vilas, sem água, sem esgoto, sem calçamentos, sem transporte adequado que irrompiam na política. Duas décadas de desenvolvimento urbano-industrial, acelerado na época da guerra, com fortes correntes de migração interna, trouxeram para São Paulo centenas de milhares de nordestinos, mineiros, paulistas do interior que, mesmo antes de reivindicarem no sindicato, (ou melhor, de verem suas demandas atendidas pelos médicos, dentistas e advogados dos sindicatos), necessitavam como moradores de alguma atenção. Em reivindicações aquém mesmo da luta pela cidadania (pelos direitos políticos e pela deliberação na coisa pública) exprimiam uma enorme ansiedade por melhores condições de sobrevivência. (CARDOSO, 1980 p. 181/182)

Essencialmente foram estas forças, estritamente ou mais desprendidas dos fios que uniam partidos e eleitores, que disputaram as eleições na década de 1950 em São Paulo.

As eleições em São Paulo entre os anos de 1951 e 1959

Na década de 1950, o município de São Paulo conheceu oito pleitos em que a Capital esteve envolvida: desde as eleições para constituir a segunda legislatura da Câmara Municipal em 1951 até a renovação da terceira legislatura, por meio da traumática eleição de 1959. Foram oito anos de profunda movimentação político-eleitoral.

3. Para uma análise da relação de Jânio Quadros com as forças de esquerda no Município e Estado de S. Paulo, ver HECKER, A. Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo. São Paulo: Unesp, 1998.

Eleições em São Paulo 1951–1959

Eleições para a Câmara Municipal	14 de Outubro de 1951
Eleições para Prefeitura	22 de Março de 1953
Eleições Estaduais	03 de Outubro de 1954
Eleição para Prefeitura	22 de Maio de 1955
Eleição para Presidência da República e Câmara Municipal	03 de Outubro de 1955
Eleições para Prefeitura	24 de Março de 1957
Eleições Estaduais, Câmara e Senado da República	03 de Outubro de 1958
Eleições para a Câmara Municipal	03 de Outubro de 1959

Eleições para a Câmara Municipal, em 14 de Outubro de 1951

No período entre a Revolução de 1930 e 1936, a Câmara Municipal paulista não funcionou. Suspensa novamente em 1937, só retornou em 1948, para a denominada 1ª Legislatura.

As eleições de 1951 realizaram-se em todos os municípios do Estado para a composição das Câmaras, e em alguns municípios, que gozavam de autonomia, também para Prefeitos e vices. Na Capital estas eleições foram convocadas para estabelecer a Segunda Legislatura da Câmara Municipal paulistana, composta então de 45 parlamentares. Conforme *O Estado de S. Paulo*, 18.10.1951, “a campanha eleitoral ocorreu, de modo geral, normalmente”, com a participação de 12 partidos, aproximadamente 500 candidatos a serem escolhidos por 750 mil eleitores. O PSP obteve maioria das cadeiras no legislativo municipal, com aproximadamente 25% dos votos na capital. Outros partidos bem votados foram UDN, PDC, PRP, PSD.

Eleições para a Prefeitura, em 22 de março de 1953.

Entre 1945, ano que marca o fim do período ditatorial getulista, até 1953, a capital paulista teve sete prefeitos nomeados, os quais desfrutaram de tempos de mandato diferentes entre si. O último prefeito nomeado foi Armando Arruda Pereira que governou de 1º de Fevereiro de 1951 a 7 de Abril de 1953.

Em Novembro de 1952, uma legislação federal específica autorizou a realização de eleições diretas para a prefeitura da cidade de São Paulo, além de outras capitais de Estados. No Estado de São Paulo, anteriormente a esta legislação, diversas grandes cidades como Ribeirão Preto ou São José dos Campos já contavam com eleições para composição de suas prefeituras.

Jânio Quadros “venceu a eleição de forma esmagadora, obtendo 65,8% de votos [...] (sua votação) foi expressiva nos bairros periféricos, crescendo à medida que se passava dos distritos eleitorais mais ricos para os mais pobres” (CHAIA, 1991 p. 72). Jânio obteve maioria em todos os bairros de São Paulo,

atestando o sucesso geral de sua campanha. De tal forma este sucesso se espalhou pela cidade que, tendo mobilizado a população, passou a se denominar a vitória de sua candidatura com o pomposo nome de “Movimento 22 de Março”.

Seus eleitores vinham de todas as camadas: uma parte da sociedade paulistana votou nele porque acreditou em sua probidade e nas consequências que isso teria sobre uma administração não corrupta e não submetida ao clientelismo partidário (por oposição a Adhemar); outra parte porque protestava contra a influência do poder do dinheiro nas eleições, já que Jânio parecia ter feito voto de pobreza, aparecendo publicamente com uma indumentária surrada e deselegante; ainda outro grupo social votou nele por suas ideias liberais, para afastar o que interpretava como o perigo comunista. Em sua primeira entrevista após a divulgação da vitória, Jânio declarou “Derrotamos o comunismo”. (*Diário da Noite*, 25.03.1953. Apud. CHAIA, 1991 p. 76).

Além destas razões próprias de uma diretriz estabelecida para sua campanha que contemporaneamente denominaríamos marqueteira, o candidato contou com uma conjunção favorável de fatores político partidários. O então governador Lucas Nogueira Garcez, eleito pelo PSP, mas em litígio com o seu sustentador político, Adhemar de Barros, procurou apoiar oficialmente um candidato reunindo partidos como PTB e UDN, contra o PSP adhemarista.⁴ Espertamente, Jânio assentaria sua campanha justamente no fato de que esta máquina estatal estava armada contra ele e que a sua candidatura representava “o tostão contra o milhão”. Jânio se candidatou pelo PSB e pelo PDC, mas recebeu apoio oficioso do PTB, tanto que Porfírio da Paz, seu vice, era líder petebista. O próprio Getúlio interveio apoiando-o discretamente, para combater Garcez que se aproximava da UDN. Também por oposição a Garcez, Adhemar foi levado a cristianizar o candidato de seu próprio partido e favorecer assim Jânio, até mesmo participando financeiramente de sua campanha. Uma verdadeira trama favorável, que se desfaria pouco depois, veio a caucionar sua tão vitoriosa campanha.

Não é possível resumir a vida partidária paulistana ao movimento iniciado por Jânio Quadros quando de sua eleição em 1953. No entanto, foi este movimento, mais do que um partido específico, o fiel da balança no período, fazendo aflorar uma contradição básica: o janismo se fortaleceu sempre – até seu fatal arrefecimento em 1961, com a renúncia à presidência da República – buscando autonomia em relação aos partidos políticos. O que se quer evidenciar é que o sistema partidário em São Paulo foi impedido de se consolidar muito por força do janismo iniciado com o Movimento 22 de Março.

Tanto é assim que após sua breve passagem pela Prefeitura da Capital, seguida de uma das reiteradas renúncias a cargos públicos, o populista deixou atrás de si um rastro de instabilidade. Entre 1953 a 1957, o executivo municí-

4. Uma vez eleito, o governo de Garcez (1951-1955) mostrou-se extrapartidário. Ele havia sido escolhido por Adhemar dentro de uma tática ardilosa de incentivar diversos candidatos e depois ungir um deles. Inicialmente, lhe pareceu que Garcez, por não ser pessepista histórico, pacificaria os candidatos e se manteria muito dependente dele. No governo, Garcez procurou fazer média entre adhemarismo e getulismo, atribuindo presidências de autarquias a elementos não completamente fechados com o esquema. Diferentemente, Adhemar queria um governo puro sangue do PSP.

pal conheceu quatro anos de mandatos desiguais, em que se sucederam quatro diferentes prefeitos, justamente os anos iniciais do processo eleitoral direto para o cargo. Assim, tal como faria com a República anos depois e de forma muito mais dramática, Jânio inaugurou a instabilidade no exercício da Prefeitura.

Instabilidade no exercício do poder municipal

1953-1955	Jânio Quadros (21 meses)
1955-1955	William Salem (5 meses)
1955-1956	Lino de Matos (9 meses)
1956-1957	Toledo Piza (12 meses)
1957-1961	Adhemar de Barros – retoma a estabilidade
1961-1965	Prestes Maia

Prefeitos eleitos no município de São Paulo no período entre ditaduras

EXERCÍCIO DO CARGO	PREFEITO	PARTIDO-BASE DE APOIO À ELEIÇÃO	OBSERVAÇÕES
08.04.1953 a 07.07.1954	Jânio da Silva Quadros	PDC, Partido Democrata Cristão, PSB, Partido Socialista Brasileiro	Eleito em 22 Março 1953, dando origem ao "Movimento 22 de Março"
07.07.1954 a 17.01.1955	Porfirio da Paz	PTB, Partido Trabalhista Brasileiro	Ocupou a Prefeitura na condição de Vice-prefeito
17.01.1955 a 31.01.1955	Jânio da Silva Quadros	PDC, Partido Democrata Cristão, PSB, Partido Socialista Brasileiro	Retomou o mandato, mas logo renunciou
31.01.1955 a 01.07.1955	William Salem	PSP, Partido Social Progressista	Assumiu interinamente na qualidade de presidente da Câmara Municipal, após a renúncia do titular e seu vice, Jânio e Porfirio
02.07.1955 a 12.04.1956	Juvenal Lino de Matos	PSP, Partido Social Progressista	Eleito em 22 Março 1955, renunciou em 1956
13.04.1956 a 07.04.1957	Wladimir de Toledo Piza	PTB, Partido Trabalhista Brasileiro	Vice-prefeito, assumiu como prefeito após renúncia do titular
08.04.1957 a 07.04.1961	Adhemar Pereira de Barros	PSP, Partido Social Progressista	Eleito em 24 Março 1957
08.04.1961 a 07.04.1965	Francisco Prestes Maia	UDN, União Democrática Nacional	Eleito em 26 Março 1961

Eleições estaduais, em 3 de outubro de 1954

Estavam em disputa os cargos de governador, para o qual concorriam principalmente quatro candidatos, Prestes Maia, Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Vladimir de Toledo Piza; de vice-governador, concorrendo Porfírio da Paz, Cunha Bueno, Erlindo Salzano; duas vagas ao senado (foram eleitos Juvenal Lino de Matos, PSP e Auro de M. Andrade, pelo PTN); além destes cargos deveriam ser preenchidas 44 vagas de deputados federais e 75 de deputados estaduais.

Resultados Gerais das Eleições Governador, São Paulo, 1954

CANDIDATO	PARTIDOS	Nº DE VOTOS	PERCENTUAL
Jânio Quadros	PTN-PSB	660.264	34,2
Adhemar de Barros	PSP	641.960	33,3
Prestes Maia	PDC-PSD-UDN	492.518	25,5
Toledo Piza	PR-PRP-PTB	79.783	4,1
Branços		38.239	2,0
Nulos		16.185	0,8
TOTAL		1.929.731	100,0

Fonte: TRE-SP

Valendo-se da então recente e traumática morte de Getúlio Vargas, o PTB pretendeu apresentar seu candidato, Toledo Piza, com apoio de João Goulart, como representante do getulismo em São Paulo. O lema da campanha dizia: “por um Brasil emancipado [...] Piza nos tubarões”. O partido estava bastante dividido, tendo o grupo que propugnava por candidatura própria vencido internamente, mas com a morte de Getúlio quase todos passaram a apoiar Jânio, deixando Piza sozinho. Na verdade, as urnas demonstraram claramente a fraqueza do petebismo na Capital e no Estado.

A UDN, partido de forte presença na Câmara Municipal durante a segunda e terceira legislaturas, lançou Prestes Maia, com instigante campanha de comunicação apoiada por dois dos principais veículos da imprensa paulistana, *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*. Diversos partidos também o sustentavam: além da UDN, o PSD, o PR, o PRP e o PDC. Este último deveria apoiar Jânio, como na eleição anterior para a Prefeitura, mas a não aceitação em sua chapa do líder Queirós Fl. como vice, levou o PDC a retirar o apoio. Prestes Maia trazia consigo o prestígio de administrações anteriores em que se destacou como eficiente administrador. Contra Adhemar a propaganda do engenheiro enfatizava seu caráter honesto de empreendedor de obras: “realizações de ferro, asfalto, pedra e cimento armado, indestrutíveis pela má fé e pela simples oratória adversária”. Por outro lado, já renunciando uma disputa de votos com Jânio Quadros

e prevendo dificuldades para seu candidato, a grande coligação partidária fez publicar na 1ª página da *Folha da Manhã* do dia anterior ao pleito, um grande anúncio nos seguintes reveladores termos:

“Janista amigo: você já meditou? Prestes Maia Governador, Jânio Quadros Prefeito. Derrotemos Adhemar fazendo Prestes Maia ganhar. Quem em Jânio votar estará ajudando Adhemar. Vote em Prestes Maia e mantenha Jânio Quadros na prefeitura para que dois administradores honestos governem São Paulo.”

Todos os esforços da maioria dos partidos em atuação não conduziram os seus candidatos, Prestes Maia ou Toledo Piza, a resultados senão medíocres, revelando que as forças do adhemarismo e janismo comandavam de fato a decisão dos eleitores. O carisma janista, levando consigo duas pequenas agremiações, o PTN e o PSB, versus a máquina pessepista de Adhemar: estas sim as potências inarredáveis da política paulista no período. Desta feita Jânio levou a melhor. No âmbito da Câmara Municipal paulistana esta oposição e aproximadamente o mesmo panorama se repetiram diversas vezes.

Eleição para a Prefeitura, em 22 de Maio de 1955

Tendo sido eleita em 3 de Outubro de 1954 para o governo do Estado a mesma dobradinha que administrava a Prefeitura da Capital – Jânio Quadros e Porfírio da Paz – deveria ocorrer, portanto, a sua desincompatibilização com os cargos anteriores, o que aconteceu por meio de renúncia, em 31 de Janeiro de 1955, quando assumiram a governança do Estado. Assim, assumiu interinamente a Prefeitura, naquela data – e permaneceu no cargo até 1º de Junho do mesmo ano – na qualidade de presidente da Câmara Municipal, William Salem. Daí a realização deste pleito para a Prefeitura em período não regular.

Diferentemente, das eleições anteriores para o Governo do Estado, nesta oportunidade as forças vencedoras foram as do adhemarismo, ratificando a sua importância para o município. Com uma campanha toda voltada para a população metropolitana, o PSP desta vez concorreu em aliança com o PTB e também apoio dos comunistas, podendo dirigir seus esforços de comunicação no sentido de se aproximar da classe operária e dos grupos mais populares. A estratégia foi

CANDIDATO	PARTIDO	Nº DE VOTOS	PERCENTUAL
1º - Juvenal Lino de Matos	PSP	191.256	45,8%
2º - Homero Silva	UDN	91.211	21,9%
3º - Emilio Carlos	PTN	81.508	19,5%
4º - Rogê Ferreira	PSB	41.583	10%
5º - Loureiro Jr.	PRP	11.324	2,7%
6º - Queirós Fl.	PDC	132	0,1%
Total de votos nominais		417.014	
Branços		17.474	
Nulos		18.744	

vencedora: o seu candidato, Juvenal Lino de Matos, ganhou a prefeitura com o apoio de quase metade dos eleitores da cidade.

Lino de Matos tinha sido eleito senador em 1954, e pedira licença do cargo para se candidatar à Prefeitura, mas posteriormente seu pedido foi julgado improcedente e ele teve de voltar ao Senado - em Abril de 1956 - deixando vaga a Prefeitura - até porque seu mandato seria de pouco tempo, apenas para completar os quase dois anos deixados por Jânio. Ele teria optado pelo Senado por não ter recebido de Adhemar o aval para que no futuro viesse a pleitear pelo PSP a Governança do Estado (condição esta reservada por Adhemar para si próprio) e também porque temia perder as imunidades parlamentares já que respondia a processo na Justiça.

O vice-prefeito, Toledo Piza, PTB, assumiu em Abril de 1956. Desta forma o PSP que no ano anterior vira seu líder máximo perder por pouco uma maior ingerência na máquina do Estado, sofria novo enfraquecimento, agora em relação à máquina municipal, com a renúncia de seu prefeito. Porém, não chegou a ser uma perda mais significativa porque além do interino Salem pertencer ao partido, o novo prefeito, o vice Toledo Piza, embora membro do PTB, manteve compromissos com a militância adhemarista que o havia levado a grande votação.

Eleição para Presidência da República e para a Câmara Municipal de São Paulo, em 03 de Outubro de 1955

Na Capital paulista votou-se apenas para Presidente e para Vereadores, pois em quase todos os municípios do Estado as eleições ocorreram para aqueles dois cargos e mais as Prefeituras. Em diversos Estados do Brasil ocorreram também eleições para governador, e em todo o território nacional para as Prefeituras.

Enquanto no país o colégio eleitoral contou com pouco mais de nove milhões de eleitores, na cidade de São Paulo o número total ascendeu a quase um milhão e, em todo o Estado - o maior colégio eleitoral do país - um total de quase dois milhões, já considerado o contingente da Capital.

O resultado geral para a Presidência da República apontou a vitória do candidato do PSD e PTB, Juscelino Kubistchek, com mais de três milhões de votos, seguido de Juarez Távora, da UDN, com 2,6 milhões e Adhemar de Barros, do PSP, com 2,2 milhões, conforme *O Estado de S. Paulo*, de 14 de Janeiro de 1956. João Goulart, presidente do PTB, foi eleito vice-presidente da República com um maior número de votos do que Juscelino.

O período eleitoral e os tempos imediatamente seguintes se caracterizaram como uma das etapas mais traumáticas da história política do país, uma espécie de prenúncio do funesto golpe político-militar de 1964. Uma parcela das

Forças Armadas, a UDN aliada a outros partidos, somada à boa parte de grande imprensa pretendeu questionar a legitimidade da vitória de Juscelino. Segundo estes atores políticos a irregularidade estava em que Juscelino havia obtido apenas a maioria simples dos votos e não a maioria qualificada de 50% mais um, gerando uma série de acontecimentos, inclusive substituições na Presidência da República, que culminaram com o assim denominado “golpe do bem” desfechado pelo General Teixeira Lott, em 11 de Novembro de 1955, para garantir a posse do candidato eleito.

Refletindo os embates nacionais as eleições para Câmara Municipal conheceram momentos de confronto. Adiante estas eleições para a Câmara Municipal, bem como as que se realizaram em 3 de Outubro de 1959 serão tratadas no subtítulo “A política no município e a Câmara de Vereadores”.

Eleição para Prefeito da Capital paulista, em 24 de março de 1957.

Apesar da exploração feita pelos adversários de sua imagem de político corrupto, Adhemar de Barros foi eleito prefeito da Capital paulista, numa candidatura só do PSP, com Cantídio Nogueira Sampaio como vice.

É importante notar que nas duas eleições para a Prefeitura que se sucederam após o denominado Movimento 22 de Março, o PSP, mostrando sua força, elegeu os dois candidatos que propôs: Lino de Matos em 1955, e Adhemar então. O apoio do pequeno PRP, do *integralista* Plínio Salgado, embora fosse significativo para qualificar o “conservadorismo” do partido, não provocou grande alteração numérica na contagem dos votos. Adhemar tinha tentado acordo com alas do PTB, mas grupos desta legenda acabaram por apoiar, sem grande entusiasmo, a candidatura de Prestes Maia, UDN, que contou com quatro candidatos a vice-prefeito: André Nunes Jr. pelo PTB, PL e por Jânio; Pedro Geraldo Costa, PDC; Hermano Marchetti, PR; Hélio Mota, UDN. Prestes Maia reuniu grande número de partidos e apoios – representando forças do então governador, Jânio, do PSD, UDN, PTB, PTN, PDC, PSB, PR, PL, e conforme afirmou *O Estado de S. Paulo* de 23 de Março daquele ano, do ilegal Partido Comunista. Daí ter recebido grande número de votos, mas ainda assim insuficientes diante da máquina adhemarista. Houve também a candidatura do ex-membro do PSB, Pedroso

CANDIDATO	PARTIDO	Nº DEVOTOS	PERCENTUAL
Adhemar de Barros	PSP, PRP	408.766	51,3%
Prestes Maia	PSD, UDN, PTB, PTN, PDC, PSB, PR, PL	376.310	47,2%
Oscar Pedroso Horta		11.346	1,4%
Total de votos nominais		796.422	100%
Votos em branco		13.937	
Votos nulos		31.503	

Fonte: TRE-SP

Horta, registrado pelo pequeno PRT e apoiado por alguns petebistas aliados do prefeito Toledo Piza.

Este pleito marcou a culminância da oposição adhemarismo X janismo, situação esta que teria reflexos na Câmara paulistana. Apesar do insucesso, a participação do governador Jânio fora efetiva, como se nota em seu manifesto à população – cuja prosódia se apresenta bem característica dele – publicado em primeira página de *O Estado de S. Paulo*, dois dias antes da votação:

A Prefeitura precisa de Prestes Maia. Levemo-lo à vitória! Instalemos definitivamente, entre nós, na escolha do melhor, a era de probidade, zelo e labor que as terríveis condições do município exigem.

Eleições estaduais em São Paulo, em três de Outubro de 1958

Nesta data foram realizadas eleições gerais no Brasil: para diversos governos estaduais, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados (na qual a bancada paulista contava com 44 deputados) e para as Assembleias Legislativas (a paulista se compunha de 91 cadeiras).

No caso do Governo paulista do Estado, mais uma vez a disputa ocorreu entre forças pessepistas, tendo o próprio Adhemar como candidato, e forças janistas, representadas no momento por Carlos Alberto de Carvalho Pinto que, concorrendo diretamente pelo PDC, recebeu decisivo apoio da UDN, segundo partido na Câmara Federal e um dos mais importantes na Câmara Municipal paulista. Como ocorreu em toda a década, a vitória de uma das duas forças se deu por pequena margem: Adhemar obteve 43% dos votos, Carvalho Pinto arrebanhou 51%.

Desta feita Adhemar teve êxito na composição com o PTB e Porfírio da Paz resultou seu vice, tendo sido eleito. Este arranjo provocou a perda de Lino de Matos, que saiu do PSP porque pensava ser o vice do partido e assumir o governo do Estado na eventualidade de uma futura vitória de Adhemar para presidência em 1960. Chama à atenção Porfírio estar na chapa de Adhemar depois de anos acompanhando Jânio: sinal da pouca importância das legendas e dos pertencimentos a grupos específicos. Tais condições iriam se repetir no âmbito da Câmara Municipal.

É possível que a mesma observação tenha cabimento para a seara ideológica (adiante se esclarecerá como isto ocorria no âmbito da Câmara Municipal com o conceito de democracia), isto é, tal como o pertencimento a partidos, a posição dos candidatos na diáde esquerda-direita não se pautava por rigidez. Adhemar, que nestas eleições recebia o apoio dos comunistas, como em sua candidatura vencedora de 1947, ensaiou discurso “mais à esquerda”, que acabou por realizar nas eleições presidenciais do ano seguinte, quando efetivamente foi candidato contra Jânio. O janismo em associação com a UDN não

permitia tais arroubos: o ponto central da pregação desta união se baseava em propostas de reforma administrativa e no moralismo político. Em contrapartida, Adhemar insistia em falar, embora genericamente, de reforma agrária e aumento do salário mínimo.

A política no município e a Câmara de Vereadores

O janismo havia vencido as eleições para o governo do Estado em 3 de Outubro de 1954, mas no nível do Município a hegemonia praticamente pertencia, e assim permaneceu até pelo menos o fim da década, às forças adhemaristas. Tanto que além da bancada mais numerosa que haviam disposto durante a 2ª Legislatura (1951-1955), os pessepistas apressaram-se em adiantar as eleições para Presidência da Câmara Municipal para o dia 6 de Dezembro e elegeram, com a concordância de diversos vereadores que antes eram conhecidos “como notórios janistas”, um adhemarista dos mais fiéis: William Salem. A pressão e a pressa tinham motivo na interinidade do prefeito em exercício, Porfírio da Paz, recém-eleito vice-governador, que logo deveria por força da lei deixar o cargo⁵ para dar lugar então ao Presidente da edilidade. Iniciou-se assim, com a atuação integrada da Câmara, um período em que a Prefeitura foi comandada sucessivamente apenas pelo “adhemarismo”: Salem, Lino de Matos e o próprio Adhemar. Tal poder conhecerá reciprocidade em todo o período da 3ª Legislatura na Câmara Municipal paulista: 1956-1959, quando então presidiram a Câmara sucessivamente os pessepistas Elias Shammass, André Nunes Júnior (embora membro do PTB, presidiu em acordo com o PSP), e novamente William Salem em 1959.

Presidentes da câmara municipal paulistana: 1954-1959

William Salem – 1954, 1955 (foi prefeito entre 31.01 a 01.07.1955)
Elias Shammass, 1956, 1957
André Nunes Júnior, 1958 (havia sido presidente em 1951 e 1952)
William Salem – 1959

Fonte: TRE-SP

Por força da Lei Orgânica do Município, William Salem foi prefeito a partir de 31 de Janeiro de 1955 até 1º de Junho do mesmo ano, quando assumiu o prefeito eleito Juvenal Lino de Matos.

No dia seguinte à eleição interna da Câmara para sua presidência, na qual Salem saíra vitorioso, *O Estado de S. Paulo*, afirmou com todas as letras que no pleito saiu vencedor o pior candidato : “[...] (como resultado) da estarrecedora falta de coerência de alguns vereadores e mercê da inconstância de outros, para não falar na incidência de má fé. “

5. Jânio Quadros, o prefeito, recém-eleito governador, estava em um de seus longos afastamentos, viajando pela Europa.

Na verdade este jornal, tal como a *Folha da Manhã*, apostavam no vereador Valério Giuli da UDN, apoiado pelo PSB – e então exercendo o cargo de Secretário de Cultura do Município – como candidato preferido do vitorioso janismo no nível estadual. A *Folha* de 8 de Dezembro esclareceu que as eleições tinham provocado desgosto entre “os deputados federais da corrente do governador Jânio, pois – atrapalha sua possível candidatura à presidência – já que coloca um opositor na Prefeitura”.

Segundo a *Folha da Manhã*, a resposta dos dirigentes da UDN, então principal partido de apoio a Jânio e que sustentaria posteriormente sua trajetória para a Presidência da República, no sentido de arregimentar um maior eleitorado para os futuros pleitos, veio rapidamente, com o presidente do diretório regional paulista deste partido, Prof. Almeida Júnior, afirmando que a agremiação pretendia:

Divulgar uma Carta Social na qual está a ideia de incluir a participação de representantes do proletariado em sua direção, (documento este que) contribuirá poderosamente para desfazer a impressão dominante entre os trabalhadores de que o partido é excessivamente conservador [...] e lembrou que o projeto contra a discriminação racial proposto na Câmara de Deputados é de autoria de Afonso Arinos. (09.12.1954).

Com o acirramento da oposição entre janismo e adhemarismo, que tendia a extrapolar mesmo o nível estadual, e as vicissitudes da política nacional a contrapor o “petebismo” juscelinista ao udenismo opositor, a luta política no nível municipal tendeu a se radicalizar no ano de 1955. A aproximação das eleições para a Presidência da República e para a Câmara paulistana, a ocorrerem no início de Outubro, levaram os dois grandes jornais de São Paulo a tentar preparar o eleitorado: para manter a esperança na continuação do sistema democrático pareceu a eles necessário investir na reeducação dos votantes. Às vésperas das eleições, o *O Estado de S. Paulo* qualificou assim o eleitor paulista:

De 1945 pra cá que uma grande parte do eleitorado paulista parece decididamente empenhada em comprometer e desprestigiar o regime através do uso negativo do voto que a Constituição lhe faculta. Os piores inimigos da democracia não procederiam, de fato, de uma forma tão acentuadamente sistemática. De todas as vezes que os eleitores de São Paulo têm sido chamados a escolher os homens que os hão de representar nas Assembleias Federal, Estadual ou Municipal, parece que a maior preocupação da parte deles tem sido, precisamente, a de elegerem os piores, os mais incapazes elementos que uma população podia ter a representá-la e defendê-la. (*O Estado de S. Paulo*, 25.09.1955).

Quanto à Câmara de Vereadores de São Paulo, o jornal dizia que ali se reunia “a mais incompetente e desprezível de toda a escumalha politqueira”. Como exemplo destas avaliações desabonadoras, apresentava o caso de “subor-

no da parte de certos vereadores” ocorrido no início do ano quando William Salem fora eleito presidente da Câmara e automaticamente levado à cadeira de Prefeito do município. O assunto tramitava na Assembleia Legislativa onde o deputado Farabulini Jr., janista, denunciava o processo, e na Câmara Municipal uma comissão de inquérito já apurara as denúncias e produziu um documento que, no entanto, fora engavetado pelo diretor-geral da Câmara. O próprio Salem, tendo voltado à Presidência da instituição, informara em plenário que o inquérito sumira. Tais *démarches* indignavam o importante periódico. (*O Estado de S. Paulo*, 25.09.1955)⁶.

Este tipo de controvérsia, apesar de apontar para sérios problemas relativos à fidedignidade do processo de representação, levantava questões que iam muito além da denúncia de corrupção ou torpeza das autoridades. Ao situar a democracia eleitoral como um caminho aberto à farsa e os eleitores como “uma maioria desmiolada e anódina”, a imprensa local concorria em alguma medida para a fragilidade do processo que dizia pretender defender. Parecia buscar alguma forma política de proceder em que só uma elite, “os melhores”, usasse o recurso da representação— algo defendido pelo liberalismo conservador clássico do século XIX. Anos depois, mas não tantos, no âmbito nacional, ver-se-á este “caminho para a democracia” advogado pelos mesmos veículos por meio de um golpe de Estado “regenerador” da sociedade brasileira. Como ocorreu com a tragédia do golpe político-militar de 1964.⁷

Como em São Paulo as eleições de 3 de outubro ocorreram simultaneamente para a Presidência de República e para a Câmara Municipal, os jornais deram muito mais espaço para a política nacional do que para questões relacionadas à eleição de vereadores. Tanto foi assim, que nas edições dos quatro dias posteriores ao pleito, o *Estado de S. Paulo* havia dedicado diversas páginas para informar e analisar as eleições e os candidatos à Presidência da República, mas nem uma linha para as eleições a Câmara. Apenas indiretamente os seus leitores puderam ter uma imperfeita impressão do sentido político que o periódico atribuía à maioria dos votos concedidos a vereadores adhemaristas (aproximadamente a 20% do total). Isto é, era por meio da indignação demonstrada contra a expressiva votação de Adhemar para a presidência que, por tabela, poder-se-ia inferir algo sobre os vereadores da corrente por ele liderada.

Abertas as primeiras urnas, os que lutavam pela decência e pela moralização de nossos costumes políticos tiveram uma dolorosa surpresa, ao ver o modo por que o eleitorado de São Paulo tratou o criador da ‘caixinha’. (*O Estado de S. Paulo*, 07.10.1955)

Finalmente, em *O Estado de S. Paulo* do dia 11 de Outubro pôde-se ler que o TRE faria, no dia seguinte, a proclamação dos vereadores eleitos e que,

6. Posteriormente o inquérito foi enviado pelos líderes das bancadas à Secretaria de Segurança Pública e desta à polícia. Deputados estaduais, como Arruda Castanho, implicaram diretamente W. Salem na compra de votos de vereadores a fim de obter maioria para sua eleição à Presidência da Câmara em Janeiro de 1955. (*O Estado de S. Paulo*, 25.01.1956).
7. A campanha em *O Estado de S. Paulo* pela UDN e seus candidatos era bastante explícita: em 28 de Setembro de 1955, o jornal publicou a sua adesão: “(de todos os partidos contrários a) remanescentes da oligarquia getulesca, a UDN é a que mais profundamente personifica as tradições democráticas brasileiras e a que mais insistentemente e energeticamente se tem oposto aos inconfessáveis apetites destes saltadores do poder”. Suas campanhas se voltavam diretamente contra Adhemar, Juscelino e Jango, principalmente. Na edição de 13.10.1955, pode-se ler com clareza o enunciado do argumento a favor de um golpe militar contra o resultado das eleições presidenciais.

na Capital haviam votado 683.132 eleitores, sendo 671.317 os votos válidos, e 35.066 os em branco, com um total de 11.815 nulos.

Nenhum partido, dos 12 (doze) participantes do processo eleitoral, obtivera maioria significativa, mas, dispondo de 20% dos eleitos, ao PSP abria-se o caminho para composições de maiorias em aliança. E foi exatamente o que presenciaram as Sessões transcorridas no Palacete Prates – edifício ocupado pela Câmara Municipal naquele período, demolido após a transferência da Câmara, em 1969, para o Palácio Anchieta – cuja composição da Mesa para os trabalhos

8. Embora aliado da UDN em diversas ocasiões contra o adhemarismo, e mesmo no nível federal, com o apoio à candidatura derrotada de Juarez Távora, o PSB em todas as esferas administrativas do país, diferentemente daquele partido, adotou sempre comportamento antigolpista. Sobre a história do PSB ver HECKER (1998).

9. Em todo o Estado de São Paulo tomariam posse neste dia 1º, prefeitos e vereadores eleitos em 292 municípios.

10. Em fins de Dezembro de 1955, uma Comissão da própria Câmara, que avaliava as contas do período da presidência de Salem, o indicou como “envolvido em escandalosa falcatura”. Por esta razão, apesar de sua insistência, a própria bancada do PSP o rejeitou como candidato à presidência, propondo Shammass por unanimidade (O Estado de S. Paulo, 01.01.1956).

MESA DA CÂMARA ELEITA PARA O ANO DE 1956
Presidente - Elias Shammass, PSP
Vice-Presidente - Jarbas Tupinambá, PSD
1º Secretário - Ermano Marchetti, PR
2º Secretário - Américo Trabulsi, PST
3º Secretário - José Diniz, PTB
MESA DA CÂMARA ELEITA PARA O ANO DE 1957
Presidente - Elias Shammass, PSP
Vice-Presidente - Modesto Guglielmi, PDC
1º Secretário - Antônio Prestes Franco, PTN
2º Secretário - Mário Câmara, PTB
3º Secretário - Horácio Berlink Cardoso, PRT
MESA DA CÂMARA ELEITA PARA O ANO DE 1958
Presidente - André Nunes Júnior, PTB
Vice-Presidente - Umberto Fanganiello, PRP
1º Secretário - Fernando Scalamandrê Júnior, PTN
2º Secretário - Agenor Mônaco, PST
3º Secretário - Coryntho Baldoino, PL
MESA DA CÂMARA ELEITA PARA O ANO DE 1959
Presidente - William Salem, PSP
Vice-Presidente - Ermano Marchetti, PR
1º Secretário - Fernando Scalamandrê Júnior, PTN
2º Secretário - Sebastião Marcondes, PRT
3º Secretário - Milton Marcondes, PSB

Fonte: Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1956-1959

ao longo da 3ª Legislatura nunca comportou um opositor típico, como qualquer dos vereadores da UDN, e mesmo do pequeno, mas aguerrido, opositor PSB a presença nestes quatro anos na direção dos trabalhos foi ínfima.⁸

Composições das mesas da câmara municipal paulistana: 1956-1959

Logo no primeiro momento da nova legislatura, na instalação dos trabalhos, em 1º de Janeiro de 1956⁹, procederam-se as eleições para a presidência da Câmara. Elias Shammass do PSP¹⁰ foi eleito por 25 votos a 18, com 2 votos em branco, demonstrando que 60% dos vereadores compunham uma maioria folgada para o exercício da hegemonia pessepista na Câmara

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (9)		120.563	
1.	William Salem*	15.297	
2.	Agenor Lino de Mattos	6.761	
3.	João Louzada	6.070	
4.	Waldemar Teixeira Pinto	4.863	Lider
5.	Umberto Fanganiello	4.429	
6.	Ana Lamberg Zeglio	4.386	
7.	Matilde de Carvalho	4.355	
8.	Elias Shammass	3.962	
9.	Libero Ancona Lopes	3.322	
Aurelino Soares de Andrade, suplente			Vice-lider
PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (5)		65.028	
10.	Pedro Geraldo Costa	8.169	
11.	Modesto Guglielme	4.087	Vice-lider
12.	Helena Iracy Junqueira	3.652	
13.	Carlos Gomes Machado	3.247	
14.	Paulo de Tarso Santos	3.084	Lider
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (5)		62.021	
15.	Altimar Ribeiro de Lima	7.544	
16.	Alfredo Inácio Trindade	7.375	
17.	Jarbas Tupinambá de Oliveira	4.274	
18.	Paulo Ferreira Campanha	3.052	
19.	Herminio da Silva Vicente	2.829	
PARTIDO REPUBLICANO (4)		56.436	
20.	Ermano Marchetti	4.292	
21.	Norberto Meyer Filho	3.862	
22.	Jacob Salvador Sveibil	3.387	Vice-lider
23.	José Aranha	3.094	Lider

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (4)		52.594	
24.	Fernando Scalamandrê Jr.	5.356	Vice-líder
25.	Antônio Prestes Franco	5.062	Líder
26.	Venício Camilo Giachini	3.990	
27.	Tarcilio Bernardo	2.879	
PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA (3)		48.973	
28.	Américo Trabulsi	3.841	
29.	Agenor Mônaco	2.801	
30.	Hirant Sanazar	2.642	Líder
	Alípio Henrique, suplente		Vice-líder
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (3)		47.147	
31.	Nicolau Tuma	6.750	Vice-líder
32.	Rubens do Amaral	5.284	
33.	Marcos Mêlega	3.927	Líder
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (3)		45.043	
34.	André Nunes Júnior	3.508	Líder
35.	José O. Almeida Diniz	2.765	
36.	Mário Câmara	2.095	Vice-líder
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (3)		39.949	
37.	Milton Marcondes	3.402	
38.	Freitas Nobre	2.498	Líder
39.	Joaquim Monteiro Carvalho	2.304	Vice-líder
PARTIDO LIBERTADOR (2)		35.561	
40.	Mário Telles	2.486	Líder
41.	Coryntho Balduino Filho	1.903	Vice-líder
PARTIDO REPUBLICANO TRABALHISTA (2)		33.412	
42.	Horácio Berlink Cardoso	3.572	Líder
43.	Sebastião Marcondes da Silva	1.712	Vice-líder
PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (2)		28.874	
44.	Archimedes Lammoglia	2.339	Líder
45.	Antônio Lamanna Júnior	2.199	Vice-líder

** Fonte: O Estado de S. Paulo, 11.10.1955

* recordista de votos até a legislatura seguinte, quando então foi superado pela candidata Dulce Salles Cunha, que, em 1959 obteve quase 30 mil votos.

** Esta composição da Câmara Municipal representa o instantâneo da instalação dos trabalhos no início da legislatura; paulatinamente ocorreram substituições de vereadores por suplentes, não alterando a composição partidária da Câmara. Em muitos casos os suplentes assumiam o mandato apenas pelo período de licença do titular. Assumiram como suplentes: Adroaldo Barbosa Lima; Dário de Lorenzo, Leandro Bezerra Câmara, Carlos Cassoni, Castelar Padim, Moraes Neto, entre outros.

Vereadores eleitos para a terceira legislatura da Câmara Municipal de São Paulo 1956–1959 – E o nº de votos recebidos

Alterações nas bancadas partidárias na Câmara Municipal

PARTIDO	Nº DE ELEITOS EM 1951	Nº DE ELEITOS EM 1955	OBSERVAÇÕES
UDN	5	3	no decorrer da legislatura anterior perdeu um vereador transferido para o PSB
PSP	13	9	de sua bancada anterior, dois vereadores saíram do partido, indo para o PSD, quando Adhemar e Garcez romperam.
PR	3	4	um dos agora eleitos, ocupara a vereança interina pelo PSP na legislatura anterior.
PRP	2	2	
PSD	3	4	um dos eleitos pertencia ao PSP na legislatura anterior.
PST	2	4	
PSB	2	3	com a adesão de dois vereadores (um da UDN, outro do PDC), no decorrer da legislatura anterior o partido contava com quatro.
PTB	6	3	no decorrer da legislatura anterior perdera dois para o PTN e um para o PSD.
PTN	2	4	no decorrer da legislatura anterior perdera um vereador para o PTB
PDC	5	5	no decorrer da legislatura anterior perdera dois vereadores: um para o PTN, outro para o PSB.
PL	0	2	

* Fonte: O Estado de S. Paulo, 03.01.1956

Em diversos momentos e em variados debates nas sessões da Câmara Municipal, durante a 3ª Legislatura fica bastante evidente o domínio das decisões políticas por parte da maioria adhemarista ali estabelecida. Os dados acima, correspondentes à composição das várias Mesas da Câmara, ou outros sobre as eleições internas, ou ainda aqueles quanto ao número de vereadores das bancadas situacionistas, no correr dos quatro anos da legislatura, permitem confirmar claramente esta percepção.

Tal influência preponderante restou inescapável também em episódios específicos. Em 1957, dois vereadores, Paulo de Tarso (PDC) e Monteiro de Carvalho (PSB) se opuseram frontalmente a medidas adotadas pelo executivo municipal, então chefiado por Adhemar de Barros, e por isso foram derrotados.

O primeiro denunciou veementemente um projeto de lei de iniciativa do prefeito que liberava de uma série de exigências determinados indivíduos que tinham encargos a pagar sobre projetos de construção pendentes na Prefeitura. Para o vereador Paulo de Tarso, o prefeito estava favorecendo amigos.

Ao tomar conhecimento da denúncia, o prefeito oficiou à Câmara, reclamando do vereador, e o presidente da instituição, Elias Shammass, do mesmo partido de Adhemar, aceitando a admoestação, decidiu sugerir que dali em diante o vereador submetesse seus pareceres ao plenário para que antes de serem exarados obtivessem o de acordo do plenário. Respondendo ao presidente da Câmara, o vereador Paulo de Tarso cunhou uma frase emblemática para a situação. Disse ele, referindo-se ao domínio exercido por Adhemar na Câmara: “não há mais plenário soberano, o que há é rolo compressor soberano”.

O citado domínio ficaria uma vez mais evidente quando o projeto do vereador Monteiro de Carvalho (PSB) exigindo que a Prefeitura fizesse os depósitos de dinheiro público apenas em grandes bancos, para salvaguardar e garantir o bem de todos, foi plenamente derrotado por uma maioria de vereadores da situação. O vereador Agenor Mônaco (PST) acrescentou na ocasião uma argumentação factual ao procedimento invulgar do prefeito: “o Serviço Funerário Municipal mantém na Casa Bancária Pauliceia S.A. cerca de 9 milhões de cruzeiros, possuindo, em contrapartida, no Banco do Estado de São Paulo – estabelecimento oficial de crédito – apenas Cr\$ 8.854,00” (*O Estado de S. Paulo*, 03.10.1957).

Em 3 de Outubro de 1959, sucederam-se as eleições municipais e as expectativas podiam então ser renovadas. Participaram do pleito aproximadamente três milhões de eleitores em todo o Estado de São Paulo, para votarem em 369 municípios, tanto para as Câmaras Municipais como para as Prefeituras. Apenas na Capital – onde participariam aproximadamente um milhão de eleitores – e em outros 12 municípios as eleições ocorreriam somente para as Câmaras Municipais.

Na cidade de São Paulo a esperança da maioria dos vereadores da 3ª Legislatura era a de que tivessem seus mandatos renovados, pois dos 45 parlamentares, 40 se candidataram à reeleição. No entanto, a frustração veio celereamente para a grande maioria que não viu o sucesso de seu intento e ainda viveu uma espécie de humilhação política.

Contra a ideia de reeleição de uma Câmara cuja imagem não parecia popular e também se opondo ao que denominava baixo nível da grande maioria dos 450 indivíduos que se propuseram ao cargo de vereador na cidade, um jornalista crítico –Itaborai Martins – resolveu, por irreverência e protesto, lançar a fictícia candidatura de um animal que fizera um estágio no zoológico de São Paulo, o rinoceronte Cacareco. Para prostração da maioria dos candidatos

humanos, o animal obteve cerca de 100 mil votos. O episódio Cacareco se constituiu num dos mais famosos casos de voto de protesto em massa da história da política brasileira, pois que se tornou folgadoamente o “candidato” mais votado do pleito, sobrepujando, em muito, o conjunto dos votos atribuídos ao partido mais votado. Tal circunstância foi possível porque o TRE havia permitido aos eleitores que, na falta de cédulas dos candidatos, confeccionassem o seu próprio voto, cortando um papel em branco e nele escrevendo o nome do candidato, do Partido e também anotando no alto “Para Vereador”.

Se a frustração promoveu uma comoção nas fileiras do parlamento municipal, não se pode dizer que foi sem aviso. Vereadores que se localizavam na oposição haviam indicado que a supremacia incontestada do “rolo compressor” criara uma imagem ruim da Câmara Municipal diante de boa parte da cidadania. No próprio dia das eleições, o vereador Monteiro de Carvalho¹¹ - então sem partido, mas que se opunha tanto ao adhemarismo como ao janismo - alertara para os estragos provocados pela “máquina política que aglutinou em favor do prefeito e em prejuízo do Município, considerável número de vereadores que se serviram do mandato para satisfação dos seus interesses pessoais” (*O Estado de S. Paulo* de 03.10.1959).

Com relação aos votos úteis, foram os seguintes os resultados das eleições para Câmara Municipal da Capital no ano de 1959:

PARTIDO	NÚMERO DE VOTOS	QUANTIDADE DE VEREADORES ELEITOS
PSP	101.490 votos	7 vereadores
PDC	82.219 votos	5 vereadores
UDN	67.938 votos	4 vereadores
PST	66.839 votos	4 vereadores
PSD	65.327 votos	4 vereadores
PTB	65.272 votos	4 vereadores
PRT	59.384 votos	3 vereadores
PTN	57.117 votos	3 vereadores
PL	54.293 votos	3 vereadores
PR	51.230 votos	3 vereadores
PRP	48.617 votos	3 vereadores
PSB	40.045 votos	2 vereadores

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 09.10.1959

O significativo aumento proporcional do número de votos atribuídos à UDN, PDC, PST, PSB, e outros partidos que compunham a oposição ao prefeito Adhemar de Barros, poderia indicar que estaria aberto o caminho para a busca



Um dos casos de Voto Protesto mais famosos : Rinoceronte Cacareco do Zoológico de São Paulo foi eleito com cerca de 100 mil votos e homenageado no Carnaval pois foi o candidato a vereador mais votado em 1959.

Foto: Acervo Histórico de São Paulo.

de uma paridade de condições entre situação e oposição na legislatura seguinte. Pode-se correlacionar tal tendência com uma mudança de rumos no nível municipal, o que se confirmaria com a ida do engenheiro Prestes Maia à Prefeitura em 1961, apoiado pela UDN e outros partidos, tendo como vice-prefeito o socialista Freitas Nobre, um dos principais vereadores da oposição na 3ª Legislatura.

Repertório Ideológico: qual democracia? Democracia, segundo os vereadores de São Paulo

O experiente político e intelectual francês, Pierre Mendès-France, de grande atuação como primeiro-ministro de seu país nos anos 1950, apreciava dizer que “democracia é antes de tudo um estado de espírito”. Acatando esta interpretação, nada melhor para conhecer o espírito político de um período do que perscrutar os sentidos que seus sujeitos históricos adotaram para compreender a extensão e a profundidade do termo *democracia*. Foi neste sentido que se escolheu este tema para procurar reconhecer o cenário ideológico dos vereadores paulistanos da Terceira Legislatura.¹²

É preciso atentar, todavia, para o fato de que no vocabulário comum aos assuntos de política, o termo *democracia* comparece como inevitavelmente

11. Este vereador se desligara do PSB, Partido Socialista Brasileiro, por conta da cisão ocorrida no interior daquelas lides, causada pela adesão irrestrita da direção do partido em São Paulo ao governo de Jânio Quadros no Estado. Ainda em Abril de 1957 o tradicional deputado estadual Cid Franco, reduto de honradez e probidade entre os socialistas, se afastara do PSB declarando que poderia voltar à agremiação quando ela retornasse aos eixos ideológicos de sua fundação. Sobre o janismo e o PSB consultar HECKER (1998).

ambíguo, pois sempre foi reivindicado por regimes políticos de características muito diversas entre si e está marcado pelo debate e por controvérsias no pensamento político. Além disso, o termo é, por princípio, polissêmico, sendo possível indicar para ele uma definição descritiva, na qual sejam elencados atributos necessários e experiências ocorridas na prática, ou, por outro lado, conjecturar sobre uma definição prescritiva, com a qual se apontem recomendações sobre a melhor maneira de pensar a questão. Tudo isto contribui para tornar complexo o trabalho com este tão amplo campo semântico que caracteriza a *democracia*.

Portanto, apesar de constituir-se em trabalho incompleto, é importante procurar definir o termo, já que esta tarefa acaba por estabelecer o que o emissor espera dele, isto é, quais os objetivos políticos a serem alcançados pela democracia de que se está tratando. E se transportamos tal esforço definitório ao tempo passado talvez possamos construir um mapa do conteúdo que no período escolhido os atores e pensadores da política atribuíam ao termo, e assim reconhecer o repertório das ideias políticas então em voga. Afinal, como ensinou Bobbio, quanto ao entendimento do conteúdo de *democracia* “o que muda na discussão política através dos séculos não é tanto o significado do termo, mas o julgamento de valores que ele exprime” (BOBBIO 1983, p. 83). Isto considerado, temos, por exemplo que, se pensarmos o conteúdo de *democracia* nos dias atuais, não poderemos fugir da conceituação de uma *verdadeira democracia* como aquela na qual os cidadãos se sentissem estimulados a participar do debate público. Mas isto indica o que agora pensamos e pretendemos como sociedades desenvolvidas do século XXI que somos. Tal conteúdo para *democracia* não estava presente para nós mesmos, paulistas e brasileiros, em meados do século passado. Certo que se pensava numa representação fidedigna da população, que o processo eleitoral fosse pluralista e se contasse com liberdades civis – afinal vivíamos o período pouco posterior à experiência ditatorial do Estado Novo – porém, a cultura política do momento não continha a necessidade de uma participação cidadã tão ativa como hoje almejamos.

12. Os termos ideológico ou ideologia estão carregados de múltiplos conteúdos, variados entre si, e não raramente contêm um sentido de determinismo histórico, isto é, como se fossem a descrição de uma metodologia para se atingir um auspicioso futuro já então previsto. Aqui neste texto, pretende-se utilizá-los escoimados de preconceitos, procurando representar um sistema de convicções e comportamentos de pessoas ou grupos, que - à base de um conjunto de valores auto admitidos, - determina a orientação de suas ações políticas, destinadas a atingir uma forma de vida social que considerem favorável. De tal maneira que o substantivo ideologia, para ganhar sentido preciso, precisará referir-se a qualificativos parciais.

Cabe lembrar que a intenção desta pesquisa é reconhecer as fronteiras do terreno ideológico e recuperar os significados mais comumente atribuídos ao termo *democracia* pelos vereadores paulistanos dos anos 1950. Neste sentido, os Anais da Câmara de Vereadores do Município de São Paulo, relativos ao período da 3ª Legislatura, 1956-1959, constituem uma abundante fonte de informações¹³ sobre estes limites conceituais das ideias políticas então praticadas no Estado e no país. Esta fonte, ao congelar em palavras as discussões e posicionamentos dos representantes dos municípios paulistanos, oferece ao historiador um posto privilegiado de observação do conjunto, por meio do qual se pode identificar o panorama regional e também o nacional, como resultará apresentado ao leitor.

Assim, encontramos entre os parlamentares referências a questões políticas ligadas a diversas áreas do termo: as discussões e propostas propõem pensar democracia como assunto da política, do social ou do econômico. Tanto comportando formas de representação, como um ethos correlacionado a um modo de viver e de compartilhar problemas, como a capacidade de ter acesso a bens no mercado ou o fornecimento de serviços indispensáveis ao consumo social. O panorama é bastante amplo.

Ainda uma observação teórica se faz necessária para justificar o método de trabalho adotado. Observe-se que as palavras proferidas por políticos profissionais como os vereadores em questão, podem se prestar mais para esconder pensamentos recônditos, convicções não abertamente defensáveis, do que apresentar direta e objetivamente ideias fidedignas do parlamentar. No entanto, por mais que encubram o pensamento específico dos políticos, na medida em que não podem revelar o essencial da relação de poder – segundo o hobbesiano Gérard Lebrun, o poder “sempre supõe a dominação [...] (ocultada por uma) tagarelice ideológica” – as palavras proferidas pelos parlamentares guardavam alguma efetividade, isto é, representam semanticamente as ideias mais circulantes numa conjuntura determinada. Assim, vereadores de diferentes matizes políticos declararam defender genericamente a *democracia* e não houve nenhum parlamentar, mesmo aqueles representantes de partidos cuja ideologia pregava uma ação forte de governo - entendendo por esta expressão a composição de regimes que impusessem normas cerceadoras da liberdade dos cidadãos – que se declarassem diretamente contrários à democracia.

Considere-se, também, a verborragia típica daquele parlamento dos anos 1950, em processo de consolidação, marcado pela presença majoritária de uma elite na qual os conhecimentos jurídicos jogavam um papel relevante, composto por homens encarregados da elaboração de leis, treinados para a aptidão para discursos. Tal circunstância, sempre presente nas alocações dos vereadores, chegou a criar instantâneos de “afetado parnasianismo explícito” quando, por exemplo, os vereadores recepcionaram o Marechal Teixeira Lott apresentando-o como “o vexilário impertérito de todas as nossas gloriosas tradições”.

Apesar de todas estas considerações, a análise dos conteúdos expressos pelo termo *democracia* entre aqueles parlamentares indica, então, indiretamente, é verdade, mas efetivamente, os objetivos políticos a serem alcançados. Ou seja, parte-se aqui do princípio de que é possível pensar em termos de exposição de ideias políticas através das palavras proferidas, tanto em momentos de comemoração como em discussões desenvolvidas em plenário.

É assim que percebemos os vereadores discutindo questões básicas do pensamento político. O reconhecido Giovanni Sartori, levantou questões fundamentais, tais como, se num Estado a justiça não funciona, pode-se defini-lo

13. Sobre os Anais como documento básico importa observar que esta pesquisa se tornou possível para um analista isolado em tempo exíguo, porque a tecnologia digital permitiu colocar à disposição, em apenas uma mídia do tipo DVD, todo o material transcrito das sessões durante os quatro anos da legislatura. Em sua totalidade, o documento se compõe de 21 livros para o 4º ano da legislatura; 24 para o da 3ª; 31 para o da 2ª; 28 para o da 1ª, completando 104 livros, que contém aproximadamente 47.000 páginas.

como democrático? Ou então, é democrático um Estado apenas porque conta com leis eleitorais? Pois bem, encontramos ao correr os Anais da Câmara de Vereadores diversos debates nos quais os parlamentares do município de São Paulo se colocavam estas mesmas questões apontadas por Sartori. Vejamos.

Dois princípios formadores do pensamento político dos vereadores paulistanos

Para entender o lugar de onde o discurso parlamentar partia é preciso considerar não só a conjuntura histórica, como acima foi exposto, mas dois pilares básicos subjacentes aos temas escolhidos pelos parlamentares, isto é, diretrizes conceituais das propostas avançadas por aqueles representantes da população paulistana. Primeiramente, pertencer à Câmara de Vereadores pareceu àqueles parlamentares o exercício de uma atividade privilegiada, especialmente significativa, a mais importante atividade de governo, segundo enunciou, em nome de seus pares, o vereador Prestes Franco (PTN), na Sessão de 27.12.1957.

Legislar é a mais nobre função exercida pelo indivíduo em uma democracia. Legislar é lançar as diretrizes que hão de conduzir o povo a um futuro promissor ou à degradação. Mais vale legislar que administrar. O administrador, na realidade, cumpre, na verdade segue o caminho traçado pelo legislador. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, v. 31, p. 167).

Depois, é preciso considerar que a Câmara de São Paulo já dirigia uma massa populacional de mais de três milhões e meio de habitantes, no município brasileiro mais poderoso economicamente, e que sendo assim “tomou ares” de assembleia de discussão dos grandes problemas nacionais e não apenas de assuntos estritamente regionais, embora estes também estivessem tantas vezes presentes. Na Sessão de 27.04.1959, o vereador Milton Marcondes (PSB) usou expressões significativas para afirmar que a Câmara Municipal de São Paulo tinha tanta importância que poderia fazer suas discussões “ecoar[em] por todo o Brasil como o pensamento dos legisladores da cidade mais industrial do Brasil”, e assim representar “mais uma vez, a opinião, os desejos, os anseios do povo”.

Ao longo da leitura dos Anais percebe-se claramente a convicção por parte dos parlamentares de que os atos realizados naquela Câmara Municipal ganhavam “reflexo em toda a Nação”. Para o analista, esta condição, aliada à certeza de que se falava do lugar mais importante do governo, marca o sentido político das manifestações, que extrapolam o nível nacional, transferindo um caráter universal aos conceitos emitidos. Quando se referiam à democracia os vereadores paulistanos julgavam dialogar com o patrimônio cultural universal e não apenas com seus municípios. É por isso que os conteúdos atribuídos a este termo se prestam para um entendimento geral dos conceitos de política no período.

Acresce que, quase sempre representando partidos políticos nacionais, os vereadores apresentavam tramas de pensamento que implicavam em relacionamentos que se deslocavam do nível municipal até o federal, passando por coligações e arranjos estaduais.

Pluralidade nos significados do termo *democracia*.

Conforme a transcrição dos discursos dos vereadores, estima-se que a palavra *democracia* tenha sido pronunciada de 7 a 10 vezes em cada um dos 104 livros dos Anais consultados, completando aproximadamente 10 mil referências em quatro anos.¹⁴ Os conteúdos atribuídos pelos vereadores à palavra foram selecionados a partir de dois critérios cruzados, isto é, identificados aqueles que mais comumente compareciam nos discursos, atestando uma maior preocupação por parte de seus emissários com os significados presumidos, foram hierarquizados segundo sua relevância diante dos significados clássicos para o debate político atribuídos ao conceito.

Assim, o que ressalta neste estudo é que *democracia* foi tomada pelos parlamentares por dezenas de diferentes conteúdos, desde instrumento funcional para o exercício da prática parlamentar, passando pelos diversos sentidos de liberdade individual, política e civil, até conceitos mais abstratos da filosofia política.

Em muitos momentos os debates contemplaram uma visão crítica do conteúdo do termo. Na Sessão de 22.02.1956, o vereador Prestes Franco (PTN), ao proferir discurso contrário ao veto do Prefeito Juvenal Lino de Mattos a uma cláusula do Projeto de Lei da Câmara Municipal, relativa à criação de um Banco para o município – cláusula esta que tratava de restringir o direito de ser acionista só a pessoas físicas, a fim de impedir que grandes capitais se localizassem na instituição – invocou a preservação do “interesse público”, e foi interpelado pelo vereador Marcos Mélega (UDN) sobre este conceito. Embora, o vereador udenista tivesse sido inconcluso em sua colocação teórica, trouxe para o debate a relatividade com que a expressão *democracia* mereceria ser interpretada. Dizia Mélega:

É preciso esclarecer “o que seja bem o interesse público, porque esta tem sido, às vezes, uma expressão muito elástica e que comporta, como a *democracia*, como a independência ou como a liberdade, quase que todos os matices. A Rússia também é uma *democracia*; ‘fascismo’ foi uma *democracia*; o ‘hitlerismo’ foi uma *democracia*, os Estados Unidos são uma *democracia* - e fica-se então dentro de um conceito perturbador, sem uma definição exata do tema. Interesse público existe na manutenção da expressão ‘só’, nesse Projeto de Lei, porque aí acautela-se muito bem a finalidade que o legislador teve em vista, isto é, ele não quer que o Banco do Município possa vir a ser amanhã uma presa de capitais estranhos, e, sobretudo, de outros bancos [...]”.

14. Curiosamente, nas últimas nove sessões da legislatura, que se desenrolaram entre 23 de Dezembro de 1959 e 31 do mesmo mês, a palavra *democracia* não foi sequer pronunciada. Qualquer tentativa de explicação para o fenómeno resultaria provisória, entretanto talvez ali estivesse bem demarcado o desinteresse da grande maioria dos parlamentares que, tendo proposto sua reeleição, foi rejeitada quase em bloco por um eleitorado que preferiu maciçamente votar num rinoceronte de nome Cacareco.

Concordando com o aparte, o vereador Prestes Franco arrematou a discussão: “Isto é *democracia*, estender a todos as vantagens da lei, passando assim, todos os cidadãos que se enquadrem nos termos do diploma legal, a serem acionistas do Banco Municipal” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, v. 2, p. 311). Resultou das manifestações, embora de parlamentares de diferentes correntes políticas, a fixação de uma fértil ideia de *democracia*.

Caso diverso ocorreu na Sessão de 18.04.1958, quando a Câmara recepcionava o representante do PCB, partido extinto naquele momento, Luiz Carlos Prestes. Sua presença em plenário indignou alguns vereadores, entre os quais Helena Junqueira (PDC), que declarou se retirar do local por ser uma cristã. Porém, numa demonstração de adoção de conceitual democrático acima de preceitos menores, o vereador Ancona Lopes (PSP) enunciou uma saudação ao visitante, que acabara de conquistar sua liberdade civil na Justiça, nos seguintes termos:

“Não estou aqui para saudar o cavalheiro da esperança, nem tão pouco o comandante da coluna invicta. Quero [...] saudar um homem que lutou por um ideal. Não interessa se não dividido seu ideal, se os demais dividirem ou não [...] Nós exigimos de V. Exa. um compromisso; a luta que nós estamos encetando deve ser a vossa luta, em defesa da sagrada da Constituição e da Democracia, ombro a ombro, seja qual for o credo religioso. Não há política, não há religião quando se defende o povo, quando se quer dar liberdade ao povo, quando se quer dar de comer ao povo, que tanto sofre.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, v. 7, p. 299).

Em contrapartida à clareza de alguns momentos, encontramos situações em que uma verdadeira confusão de conceitos, uma mistura de *democracia* e bondade pessoal como demonstração de boa vontade para com o semelhante, veio a ser apresentada por Agenor Mônaco (PST) como prática política:

“Entendemos o conceito de liberdade como indispensável à prática do exercício da vida social [...] direito que nos é concedido pelo próprio Criador. Por outro lado, temos o conceito de respeito à própria Família [...] que é o primeiro grupo social formador do grupo natural maior que é o município. Grupo também de interesse comum que nos harmoniza em um todo social maior, que é a Nação. Nos bateremos sempre para que com a prática da *democracia*, possamos, como povo educado, fazer o exercício dela, dentro do conceito de liberdade como a faculdade constante de fazer o bem.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 01 fev. 1956. v. 1, p. 161).

Os conteúdos da democracia

Em muitos momentos e por meio de diversos parlamentares, os vereadores de São Paulo entenderam *democracia* como um conceito ativo, em movimento,

no sentido de ampliação de poderes do cidadão e como justiça na distribuição das riquezas sociais. Mas, para muitos deles, estes caminhos para uma prática adoção da *democracia* não estavam isentos de percalços.

Democracia como ampliação de poderes do cidadão

Marcos Mélega (UDN), para suportar argumentação a favor da convocação do prefeito para prestar informações à Câmara, considerando que um colega seu acreditava ser esta uma medida exagerada, quase uma invasão à autoridade do chefe do Executivo municipal, insta por um amplo entendimento do termo:

“Vivemos ou não numa, *democracia*? A *democracia* é, ou não, o regime da prestação de contas, de responsabilidade individual? O povo é ou não a única força que existe numa *democracia*? Tem ele, ou não, o direito de, através de seus representantes solicitar esclarecimentos ou mesmo diretamente prestação de contas? Eu, como democrata, não nego nenhuma dessas premissas. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 06 fev. 1956. v. 1, p. 334).

Nesta contenda pela ampliação dos poderes da cidadania cabia insistir no relacionamento democrático entre todos os tipos sociais. Assim, a Câmara decretou seu apoio para instalação de uma praça de esporte para a Associação Cultural do Negro, situada na Av. República do Líbano, local onde os jovens de grupos sociais não privilegiados desenvolveriam práticas educativas e esportivas. O texto do Projeto de Lei afirmava uma ação no sentido da *democracia*:

“Impõe-se a esta Edilidade ir ao encontro das necessidades daquela associação, possibilitando meios com que possa continuar a sua missão social e educativa tão necessária ao desenvolvimento da *democracia* no Brasil. A cessão em comodato do terreno, ora prevista no presente projeto, é um ato de justiça de que se faz credora a Associação Cultural do Negro. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 12 abr. 1958. v. 1, p. 52).

Mas para a realização de um verdadeiro empoderamento do cidadão – expressão contemporânea para uma ideia já presente naquele período – urgia prepará-lo melhor para o usufruto da *democracia*, o que só o processo educacional seria capaz. Por isso o vereador Monteiro de Carvalho (PSB), defendendo a abertura de concurso para a docência nas escolas da Prefeitura, entendia que a base da *democracia* é a educação, e se não houver educação o regime democrático não poderá funcionar com perfeição. Cabe, portanto ao professor - especialmente ao primário - o trabalho especialíssimo de moldar a inteligência que começa a brotar, encaminhando-a não só para o campo do saber, mas especialmente formando-a a base de ensinamentos morais e cívicos indispensáveis (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 23 set. 1958. v. 17, p. 355).

Mas, em contrapartida, estavam também presentes, na mesma Câmara – e por isso acirrando a luta por um conceito crítico de *democracia* – parlamentares incapazes de participar do processo indicado, entendendo o cidadão como um elemento estático e, portanto, procurando de maneira elitista estabelecer uma hierarquização entre os tipos de cidadania, criando a categoria dos cidadãos imprestáveis para a *democracia*. Na sessão de 21.08.1957, Coryntho Balduino (PL) trouxe para o plenário as postulações do presidente de seu partido, Raul Pila, que revestia de ponderações aparentemente lógicas as velhas propostas liberais de restrição da representação nos Estados modernos. Opondo-se à ampliação do voto pretendida pela reforma eleitoral em curso no Congresso Nacional naquele momento, o vereador afirmava que seria necessário valorizar um tipo específico de cidadão:

Quanto maior o número de votantes, mais completa será a expressão da soberania popular. Mas, esta proposição exige uma restrição. Os votantes devem ser autênticos e capazes. Reduzir-se-ia o sufrágio universal a uma farsa [...] se comportasse eleitores notoriamente incapazes de exercer a sua delicada função. O alargamento da base eleitoral, assim conseguindo, em vez de reforçar, debilita o processo democrático. Muito mais vale um corpo de eleitores mais restrito, mas verdadeiro e consciente, do que um vasto rebanho eleitoral tangido ao sabor dos feitores. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. v. 17, p. 194).

Democracia como justiça na distribuição da riqueza

Em diversos momentos nas sessões da Câmara Municipal a questão da democracia como justiça na distribuição da riqueza esteve presente: desde moções de protesto contra aumento de impostos até mesmo reivindicações no sentido da intervenção do Estado na economia privada para realizar o interesse comum da população. Afinal, alguma relação é possível estabelecer entre as reivindicações e as ações no mundo econômico, já que a década de 1950 foi *sui generis* no aspecto da desigualdade de renda no país, pois conheceu a mais prolongada queda deste índice, sobretudo no governo Kubitschek, 1956 a 1959.¹⁵

Na sessão de 07.11.1956, o vereador José Aranha (PR) interveio na discussão sobre um projeto de lei de interesse do Executivo que promoveria aumento de impostos municipais, para decididamente se opor, levantando mesmo a hipótese de ferimento às instituições democráticas:

“Senhores, o povo não aguenta mais! Essa é a linguagem sincera. A seguir dessa forma, teremos o regime abalado, como também quedará abalada a crença do povo nos parlamentares. A Democracia ficará sepultada se não anularmos, de uma vez por todas, essas majorações tributárias, porque elas além de todo o mal que provocam incentivam a cobiça particular, pois cada vez que se majoram tributos, verifica-se automaticamente aumento de preços no âmbito particular.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v. 22, p. 31).

Pouco depois, o vereador André Nunes Jr. (PTB), ainda dentro da mesma discussão relativa a criação de impostos, ampliou a interpretação do colega apontando a possibilidade de a população não entender a serventia dos conceitos democráticos se não houvesse justiça econômica:

“Até agora o povo não sentiu qualquer benefício (da democracia). Nós dizemos aqui que a Democracia, mesmo como está, ou pior é sempre melhor do que qualquer ditadura. Estou de acordo; sempre defendi esse princípio, mas o povo está indiferente, porque o povo reage de acordo com as dificuldades que sente no fim do mês para pagar os seus compromissos.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 24 nov. 1956. v. 24, p. 107).

Quando a questão econômica aparecia ligada a ações de locupletamento no cargo público, obtinha da Câmara uma resposta quase unânime de indignação, aparecendo como um ferimento direto à democracia. Recebendo diversos aportes de apoio, tanto de situacionistas como de opositores, Tarcílio Bernardo (PTN) denunciou o auto favorecimento cometido pelos deputados federais que haviam votado projeto de lei concedendo isenção de impostos para a livre importação de automóveis de luxo, o então famoso “caso dos Cadillacs”:

Os Senhores Deputados Federais, desejam, através da imoral ‘Emenda Cadillac’ tirarem proveito próprio de seus mandatos, numa afronta à dignidade do Parlamento já tão decaído na descrença do povo brasileiro. A Emenda aprovada pela Câmara Federal, para vergonha dos paulistas, foi de iniciativa de um Deputado de nossa Bancada, o Sr. Arnaldo Cerdeira do Partido Social Progressista. Foi uma infeliz ideia essa que vem depor ainda mais contra a nossa pobre Democracia, contra o nosso regime democrático. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 19 dez. 1956. v. 27, p. 255)

“A vereadores de conformação socialista – aqueles que justamente procuravam transitar “do conceito de autonomia como liberdade para o conceito de autonomia como segurança [...] (conquistando a população) o poder efetivo de obter pelo trabalho os bens necessários à própria sobrevivência” (ROUANET, p.31) – parecia fundamental ampliar no sistema democrático o caráter de igualdade social: as medidas políticas parlamentares deveriam caminhar no sentido de uma maior intervenção do Estado na economia, estreitando a liberdade empresarial para conciliar com uma visão de justiça além dos preceitos liberais. Assim, o vereador Freitas Nobre, PSB, discutindo a modernização dos serviços de telefonia na Capital, propôs:

“Ultrapassamos o Estado propriamente liberal, ora pelo desenvolvimento extraordinário das indústrias, ora pelo agravamento dos problemas sociais, resultante da crise econômica, ora pelo crescimento e complexidade das necessidades públicas. E essas são, entre outras, as causas da progressiva intervenção do Estado na economia privada e era indispensável que o Estado interferisse

na economia privada para realizar o interesse mais comum da população [...] A concepção da democracia política, hoje, não tem nenhuma significação se a ela não aliarmos uma concepção de *democracia* econômica. Ela se perde no vazio das definições, ou das atribuições, porque se não há um sentido de democracia econômica, ela perde a sua própria condição de sobrevivência política.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. Sessão de 20 nov. 1957. v. 12, p. 122).

Se o vereador socialista conjecturava sobre a justiça indicando um projeto teórico, João Louzada, comunista eleito pela bancada do adhemarista PSP, punha em discussão a fronteira possível do conceito para aquela instituição parlamentar, postulando diretamente o caminho da democracia como o da abolição do grande capital estrangeiro:

“Esta semana em que comemoramos a data da nossa Independência, faço um apelo desta tribuna, para unidade de todos os democratas e todos os patriotas, em defesa da *democracia*. Com esta unidade poderemos esclarecer e organizar nosso povo, criar as condições favoráveis para expulsar de nossa pátria esses trustes e monopólios que estão levando o nosso país a situação miserável.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 6 set. 1957. v. 19, p. 146)

Democracia como respeito aos procedimentos internos à câmara

Um dos assuntos que mais incentivaram os vereadores a invocar a democracia, como recurso cabal para seu argumento, foi a defesa de legítimos mecanismos de proteção às opiniões e às votações realizadas pelos próprios parlamentares no plenário da Câmara Municipal.

Não apenas as mais comuns regras protocolares deveriam ser respeitadas, como é claro que o fossem, mas procedimentos que significassem acatamento aos direitos individuais e coletivos dos vereadores eram zelosamente fiscalizados. Marcos Mélega (UDN) defendeu, por exemplo, em cada instalação de sessão a chamada da presença dos vereadores em voz alta, para conhecimento de todos, como um ato de democracia, entendendo esta como deferência à verdade dos fatos:

“A chamada é o argumento superlativo da Democracia que oferece o elemento de controle para a imprensa e para o público de que a sessão se instalou com quórum visto [...] Que tenha oportunidade, aquele que fiscaliza, de poder comparar o número obtido com aquele que o Regimento prescreve como necessário, para saber se a Sessão foi instalada clandestinamente ou legalmente.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 6 abr. 1956. v. 5, p. 139) (Sessão de 06.04.1956; Anais da C.M. 1956 vol. 5, p. 139)

A esta exigência formal, chamava à atenção Agenor Mônaco (PST), era preciso crescer outra de caráter moral, no sentido de que a presença dos parlamentares não deveria ser instrumento de manobra, fazendo da ausência uma espécie menor de votação. Reclamando de seus colegas, sobretudo dos pertencentes ao PSP, que não compareciam ao plenário para as discussões e votações de modo que não se atingisse o quórum necessário, o vereador observava:

“Realmente, em certos instantes, parece que a *democracia* periclita na própria consciência dos representantes do povo: quando [...] os vereadores saem da sua condição de racionais, como legisladores conscientes, e passam a ser, no deslocamento dos seus corpos no Plenário, apenas criaturas irracionais.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 23 nov. 1956. v. 24, p. 42).

Talvez por razões como estas, o seu colega Agenor Mônaco (PST) invocou o “interesse público” para acusar de insensibilidade parlamentares da maioria, subservientes ao Executivo, que faziam passar votações apenas alicerçadas no número de apoiadores, sem avaliar os resultados no âmbito popular:

“E foi assim que, em poucos meses de governo, este mesmo patrocinador das majorações municipais, das taxas e das licenças, veio ancorado não posso encontrar outro termo na inconsciência momentânea de colegas nossos, sugerir no aumento a urgência e na urgência o aumento, a necessidade de se taxar o povo que tem 45 fracas vozes, quando em uníssono elas não funcionam em benefício desse mesmo povo. Porque o número sempre decide nos parlamentos, a *democracia* é falha quando decide apenas pela quantidade. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 27 nov. 1956. v. 24, p. 432)

Outro item de procedimento parlamentar que gerou controvérsias foi a questão “das urgências”. Monteiro de Carvalho (PSB) referiu-se à democracia para que o tempo necessário para a tramitação de um projeto fosse respeitado:

“Um dos méritos da *Democracia* está exatamente nisto: não se legisla da noite para o dia, não se legisla como nos tempos da ditadura, em que dormíamos com uma lei e acordávamos com outra. A *Democracia* quer o livre debate das proposituras. E por isso é que os Projetos devem vir às Câmaras legislativas, devem ser publicados e debatidos. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 26 dez. 1957. v. 31, p. 25).

Usufruindo da autonomia concernente ao seu mandato parlamentar, o vereador Silva Ribeiro, PL, na ocasião em que discordou de sua própria bancada numa determinada votação, justificou seu comportamento ao plenário declarando que dava uma “prova eloquente de exuberante *Democracia*” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958. Sessão de 19 dez. 1958. v. 17, p. 466).

Enfim, *democracia* nestes casos positivos, acima enumerados, abrigava conteúdos e valores diversos, indicando que muitas deveriam ser as ações no sentido de preservar sua aplicação. Todavia, aos parlamentares paulistanos também preocupou alertar sobre os inimigos da sua efetivação.

Perigos à espreita do processo democrático

Três tipos de perigos mereceram o alerta de diversos vereadores para a vi-
vência efetiva da *democracia*: as distorções do processo eleitoral, bem próprias do populismo então em evidência em São Paulo, orientado pela disputa janismo X adhemarismo; a questão do relacionamento de classes, problema evidente no período da Guerra Fria; e, refletindo uma preocupação com o próprio métier, o desvirtuamento dos procedimentos para tomada de decisões internas à própria Câmara.

Na sessão de 23.11.1956, Agenor Mônaco (PST) chamou a atenção para a propaganda política enganosa então vigente na composição dos órgãos de poder. Para o vereador tudo deveria partir do princípio moral da honestidade no processo eleitoral, pois (há distorções) nas repetições contínuas das mentiras, nas falsidades de que nosso povo é vítima em véspera de eleições. A democracia tem virtudes. O que não valem no Brasil são os homens, que, acobertados na democracia, vão negociando com seus padrinhos e amigos, como se o Poder Público fosse meio de negócios particulares. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v. 24, p. 61).

Para além da questão pessoal, muitos discursos na Câmara colocavam em evidência o perigo para a *democracia* que se constituía no acirramento de relações de classe em São Paulo, tendo no horizonte a então plausível possibilidade de uma revolução social de tipo operária, como o candente exemplo do comunismo. Embasando a denúncia da opressão de industriais contra operários justamente nesta perspectiva, o vereador Carlos Cassoni (PRT) retratou-a como um iminente perigo para a *democracia*:

“Será que esses senhores não percebem que o aumento que tiveram os operários foi pequeno, foi mesmo ínfimo perante as necessidades primárias para se sustentar uma família? Não percebem eles que os operários aceitaram esse aumento já contrariados? São esses senhores verdadeiros cânceres sociais. A estupidez desses senhores de indústrias é tão grande que podem esses operários cansar-se deles. E então, verão as consequências funestas que poderão transformar-se em uma revolução. Estão eles fazendo periclitar essa *democracia* que tanto nos custa a manter. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. Sessão de 19 nov. 1957. v.12, p. 21).

Na sessão do dia seguinte, o vereador Elias Shammass (PSP), na Presidência da Câmara, após garantir a representação oficial da instituição nos debates a que se referia, reiterou a questão com discurso semelhante:

“O Pacto de Unidade intersindical e o vespertino Última Hora instalam (amanhã), na Biblioteca Pública Municipal, a mesa redonda programada pelos trabalhadores e por aquele vibrante órgão da opinião pública, com o objetivo de barrar a calamidade da carestia cada vez maior, que nos aflige cada vez mais. Trata-se de uma iniciativa de caráter sério, honesto, esposada por entidades respeitáveis e dignas, com o objetivo patriótico de garantir a sobrevivência pacífica da Democracia em nossa terra, mediante uma política inteligente e patriótica de colaboração entre as forças vivas que compõem a nação.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v. 12, p. 71).

Também de dentro da própria instituição poderiam brotar provações para o processo democrático, e talvez, pela proximidade e praticidade com que o assunto golpeava o corpo parlamentar bem de perto, estas adversidades eram tomadas como as mais dramáticas.

Na sessão de 27.12.1957, o vereador Pedro Geraldo Costa (PDC) enunciou veementemente uma acusação de corrupção contra o prefeito municipal, que o teria tentado cooptar. Representando uma solicitação de munícipes que reivindicavam o calçamento de uma rua, o vereador, tendo encontrado o próprio prefeito nas dependências da Câmara, transmitiu então o pedido na esperança de que este homem entendesse a linguagem que diz, em praça pública, que entende. E a resposta do Sr. Adhemar de Barros foi esta, ao Vereador no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo: ‘Quer negociar? Dou as pedras!!! Apoie-me no Plenário que lhe dou quantas pedras quiser’. Não sou homem de negociatas [...] Reclamo desta tribuna a dignidade dos homens públicos. Fico horrorizado! Vejo que a Pátria não tem mais salvação! Nem a *democracia*. Nesta terra tudo é ganância. Ouço os tambores de uma noite de sangue que se aproxima, tal a velhacaria que impera! (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. v. 31, p. 141).

Para o vereador Sebastião Marcondes (PRT), poderiam ser os próprios políticos corruptos a pôr em cheque a democracia. Neste sentido, ele denunciou a proposta de deputados federais que pretendiam conceder aumento do tempo de seus próprios mandatos:

“(...)é preciso que, estejamos atentos com os coveiros da democracia, que não se cansam e estão sempre à vigília e à espreita do momento azado e oportuno para darem o golpe final, para acertarem o tiro de misericórdia, naqueles brasileiros patriotas e de boa fé, que infelizmente, num regime mesclado pelos seus defeitos mandaram esses abutres da Pátria, a um Congresso Nacional como

seus representantes.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. Sessão de 4 nov. 1957. v. 25, p. 143).

Finalmente, servindo de arremate à questão, Marcos Mélega (UDN) não apenas apresentou em seus pronunciamentos concordância com colegas sobre os perigos representados pelas formas de corrupção por influência do poder executivo e de parlamentares com mandatos federais, como indicou a própria Câmara como o local de desrespeito à *democracia*. Na sessão de 16.10.1959, pouco após as eleições para a Câmara, nas quais houve o acachapante episódio da grande votação do rinoceronte Cacareco, que “obteve” mais de 100 mil votos, o vereador acusou de antidemocrático o próprio comportamento de alguns de seus pares, que haviam mal representado a confiança dos munícipes eleitores:

“(...)o pleito de 4 de outubro proporciona a oportunidade de uma análise de profundidade no comportamento dos eleitores desta Capital, sobretudo do problema ‘Cacareco’. Ele revela [...] uma explosão de revolta de um grupo eleitoral que se sentiu iludido quando investiu representantes seus para esta Câmara. [...] (Permanecer assim) seria a morte da *democracia*. Essa explosão é uma advertência a todos aqueles que acabam de ser agora investidos de um mandato público, advertência esta, ao seu comportamento nesta Câmara [...] Mas, ainda aí de quem é a culpa? De um grupo de Vereadores, digamos, desta legislatura, que não cumpriu com o seu dever. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959. v. 17, p. 26).

Embora tenham sido estas as situações em que os parlamentares paulistanos mais comumente se referiram à democracia – como “ampliação de poderes do cidadão”, “como métodos de distribuição da riqueza social”, “como lisura nos procedimentos internos à Câmara”, “como impedimento à opressão de industriais contra operários”, “como medidas contra diversas formas de corrupção” – em muitas outras ocasiões o termo compareceu. Os vereadores referiram-se também a *democracia* como “espírito idealista”; “uma palavra de fé”, representando uma ideia religiosa; como “uma filosofia de vida”, tal como apresentada por membros do PDC; como resultado da “causa paulista contra a federação”; como “defesa dos direitos trabalhistas”; como “liberdade de imprensa”, acepção das mais comuns a diversos vereadores; como “tolerância ideológica” no sentido de convivência com opiniões divergentes...

Enfim, um conteúdo comum entre as várias acepções adotadas por aquele conjunto de parlamentares, talvez se possa identificar apenas pela genérica ideia de que qualquer forma de poder deveria assumir a liberdade e a igualdade como o alfa e o ômega de seu exercício. Isto é, digamos, palmar na definição do conteúdo de *democracia*, mas traz consigo uma dupla vantagem teórica: não incentiva a elaboração de uma cartilha de procedimentos e, por outro lado, leva a conjecturar que a Câmara Municipal de São Paulo, naquela conjuntura

dos anos 1950, procurou incessantemente caminhos para um relacionamento político com a sociedade marcados pela integração entre poder legislativo e o respeito à cidadania.

Carente de instruções políticas objetivas e repetíveis a oferecer ao leitor, a presente coleta de informações e análise sobre o período da 3ª Legislatura pretende constituir um convite à reflexão, à conjectura sobre os conceitos apresentados pela história do parlamento do município. Escusado dizer que não se prestará a estabelecer procedimentos para a elaboração de fórmulas ou pautas para determinação de algum tipo de poder acima da crítica. Nada que sirva à militância, já que o objetivo deste trabalho é pensar a política sem indiferença, mas com independência. O que basicamente significa respeitar a assertiva de Roland Barthes: “introduzir a explicação no mito, é, para o intelectual, a única forma de militar”.

Referências

- BARROS, L.S.L.; MOIZO, R.P.A. Formação administrativa da Cidade de S. Paulo. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. São Paulo, 1991. p. 10-13
- BOBBIO, N. Quais alternativas à democracia representativa? In: Qual socialismo? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DEMOCRACIA. In: BOBBIO, N. et alli. Dicionário de política. Brasília: Editora UdeB, 1986.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, São Paulo, 1952, 1953, 1954, 1955. Anais da... Divididos em pelo menos 20 volumes anuais. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956, 1957, 1958, 1959.
- CARDOSO, F.H. Partidos e deputados em São Paulo (O voto e a representação política). In: CARDOSO, F.H. e LAMOUNIER, B. (orgs.) Os partidos e as eleições no Brasil. Rio: Paz e Terra, 1978.
- _____. Partidos políticos. In: SINGER, P. e BRANT, V.C. (orgs.) São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980.
- CHAIA, V. A liderança política de Jânio Quadros: 1947-1990. Ibitinga: Humanidades, 1991.
- FOLHA DA MANHÃ. São Paulo: Arquivo jornalístico das edições diárias. 1955 - 1959.
- FRANCO, A.A. de M. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. São Paulo: Alfa Et Ômega, 1974.
- HECKER, A. Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- HOBBSAWM, E. Tempos interessantes. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 305.
- LEBRUN, G. O que é poder. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NICOLAU, J. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo: Arquivo jornalístico das edições diárias. 1954 - 1959.
- ROUANET, S.P. Mal-estar na modernidade: ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SAES, F. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, P. (org.) História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.257
- SAMPAIO, R. Adhemar de Barros e o PSP. São Paulo: Global, 1982.
- SOUZA, M. C.C. de. Estado e Partidos Políticos no Brasil-1930 a 1964. São Paulo: Alfa Et Ômega, 1976.
- WEFFORT, F. Raízes sociais do populismo em São Paulo. Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, p. 39-60, mai. 1965.

CAPÍTULO 4

Cultura na 3ª Legislatura paulistana (1956–1959)

Marcos Nepomuceno Duarte¹

1.Possui graduação em Artes Plásticas (bacharelado) pela UNESP. Mestre e Doutor em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor e pesquisador do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, instituição onde, desde 2011, exerce a função de Ouvidor Acadêmico.

Neste capítulo, analisamos a 3ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo (1956-1959) sob a perspectiva dos projetos e debates parlamentares voltados à área da Cultura. Buscamos acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Educação e Cultura, uma das Comissões Permanentes previstas no Regimento Interno da Câmara. A ideia que orienta este texto é a dicotomia entre a vida cultural da metrópole na segunda metade da década de 1950 e a capacidade do parlamento paulistano de criar, ou induzir, por meio do debate e da atividade legislativa, políticas públicas no campo da Cultura.

Competia à Comissão de Educação e Cultura diversas atribuições, inclusive a de manifestar-se sobre a definição dos nomes propostos aos logradouros. Uma das atribuições mais significativas – como indicado no próprio nome dessa comissão – pertence ao campo da Educação que, durante o período compreendido pela 3ª Legislatura, passou por grandes debates e transformações, muitas vezes frutos de disputas políticas entre os grupos que ocupavam a gestão do estado e do município, e que foram, tantas vezes, a disputa entre “janistas” e “adhemaristas”.

A Cultura é objeto de estudo e de pesquisa amplo e com fronteiras imprecisas – o que não é em momento algum problema e, sim, característica desse tema complexo –, facultando diversas abordagens. Burke, em revisão das diversas correntes que integram a história cultural, registra que essa vagueza de conceitos já era observada no final do século XIX, e o que era referido como “alta cultura” foi, com o tempo, “[...] estendido ‘para baixo’, continuando a metáfora, de modo a incluir a ‘baixa’ cultura, ou cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados” (BURKE, 2008, p. 43).

Para traçarmos um comparativo, identificaremos, muito brevemente, manifestações artísticas expressivas dos anos 1950 – e retrocedendo quando necessário: a música, o teatro e o cinema, mas especialmente as artes plásticas. Essa opção de privilegiar determinadas práticas culturais consequentemente e deliberadamente restringe o que estamos denominando de *Cultura*, promovendo práticas artísticas já consagradas em detrimento de outras que exigiriam esforços e abordagens específicas.

No campo da música popular brasileira, vivíamos, na concepção do historiador Jairo Severiano², o momento do fim de um ciclo de “Transição” (delimitado entre 1946 e 1957) e do início do ciclo de “Modernização”, principian-do em 1958 e tendo a bossa-nova como grande acontecimento (SEVERIANO, 2009). O tempo de Transição tem início com “[...] o revigoramento da música

2. Jairo Severiano, em seu livro *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade* (2009), propôs uma periodização da música popular brasileira em quatro grandes “tempos”, que denominou de “Primeiro tempo: A formação (1770-1928)”, “Segundo tempo: A consolidação (1929-1945)”, “Terceiro tempo: A transição (1946-1957)” e, por último, “Quarto tempo: A modernização (1958-)”.

nordestina, concretizado com o estrondoso sucesso do baião, e crescimento do samba-canção, que assumiu a hegemonia da música romântica” (SEVERIANO, 2009, p. 273). Foi a época da expansão do rádio – iniciada na década de 1930, e que nos anos 1940 e 1950, apesar de marcar o início das transmissões de TV, alcançou seu auge e deu aos músicos (fossem eles intérpretes, compositores ou arranjadores) condições profissionais e projeção social, até então desconhecidas. Em um país com elevadas taxas de analfabetismo, com um sistema de educação primária precário e excludente, os anos 1940 assistiram às principais emissoras de rádio do país ofertarem serviços jornalísticos e esportivos (SEVERIANO, 2009, p. 322), assim como a consagração dos programas de auditório, que elevaram cantores como Marlene e Emilinha Borba à condição de ídolos incontesteáveis, capazes de mobilizar multidões (SEVERIANO, 2009, p. 289).

É nesse país “radiofônico” que, em 1946, a canção *Copacabana*, composta por João de Barro e Alberto Ribeiro, com arranjo de Radamés Gnattali e a voz suave e intimista de Dick Farney, prenuncia “[...] a próxima chegada do samba-canção ao topo da popularidade” (SEVERIANO, 2009, p. 289), já insinuando elementos jazzísticos na música brasileira. Nos anos seguintes, outros sucessos dessa vertente moderna do samba-canção abririam caminho para *Chega de Saudade*, canção de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, com a diferenciada e impactante (para os padrões da época) interpretação de João Gilberto, e que, em 1958, foi o marco fundador da bossa-nova – primeiro gênero musical a projetar internacionalmente a música brasileira – e princípio do ciclo que, para Jairo Severiano, indicou o início da modernização da música popular brasileira. Portanto, os vereadores da legislatura compreendida entre 1956 e 1959 foram contemporâneos de um momento de grande transformação na música brasileira; tal transformação claramente percebida e cheia de significado político, como indica a associação do termo “bossa nova” à gestão do presidente Juscelino Kubitschek e todas as mudanças por ele implementadas.

Para a produção cinematográfica paulista, a década de 1950 foi decisiva, até mesmo um ponto de virada, visto que, ao longo das primeiras décadas do século XX, fora superada pela cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, pelas produções estrangeiras – responsáveis por um quase insuperável abismo tecnológico advindo do cinema sonoro, no final dos anos 1920 (SOUZA, 2010, p. 453-454). Em 1949, com a liderança de Franco Zampari e Ciccilo Matarazzo, surgia a Companhia Cinematográfica Vera Cruz e seu ambicioso projeto de produzir cinema com padrões técnicos e artísticos (e de distribuição) internacionais. Foi a primeira de várias empresas ligadas à produção cinematográfica: a Maristela (1950), a Kino Filmes (1952) e a Multifilmes (1952). A Vera Cruz, em seu projeto original, conseguiu sobreviver até 1954, quando os prejuízos levaram à encampação pelo Banco do Estado.

Nesse curto período, a empresa conseguiu viabilizar uma relevante produção, como bem sintetiza o pesquisador José Inácio de Melo Souza:

“A aventura (negativa, analisando-se a socialização dos prejuízos) de um cinema industrial paulista produziu películas de grande qualidade graças à importação maciça de técnicos estrangeiros e facilidades fiscais para a compra de equipamentos. Filmes como *Caiçara*, *Terra é sempre terra*, *Sinhá Moça* e *O cangaceiro* foram premiados no Brasil e no exterior, garantindo acesso ao mercado externo, embora fossem insuficientes para a amortização das dívidas da empresa. A distribuidora norte-americana Columbia Pictures foi a maior beneficiária do êxito de *O cangaceiro* no mercado externo. [...] Foi na empresa paulista também que se impuseram fórmulas de realização do cinema clássico de Hollywood, concentradas no controle da iluminação e na criação de um *star system*, para o qual o experiente Anselmo Duarte foi contratado como galã e a novata Eliane Lage alçada à condição de estrela. Muitas vezes realizadas em externas, a qualidade da luz das fitas produzidas em São Bernardo do Campo mantinha um padrão uniforme, trazendo o filme brasileiro para um novo patamar técnico. [...] Ao contrário da chanchada, sempre pronta a criticar as mazelas do populismo varguista, a Vera Cruz implementou plasticamente o ideário veiculado pela ditadura estadonovista, fazendo de São Paulo a corporificação daquilo que a ditadura pregara para a Nação. (SOUZA, 2010, p. 459-460, grifos do autor).

Já o teatro das primeiras décadas do século XX indicava um fazer “[...] provindo todo ele, enquanto estrutura, do século XIX”, no qual “[...] a importância do ponto compensava, como princípio disciplinar, a relativa desimportância do ensaiador”, sendo o Rio de Janeiro o “[...] foco de irradiação de toda a atividade teatral brasileira” com companhias baseadas no “[...] sistema do empresário-primeiro ator” (PRADO, 2003, p. 19-20) e que, esgotadas as possibilidades do espetáculo, saíam em viagem pelo país levando diversão por meio da encenação de textos cômicos. A ruptura do teatro com o modelo até então vigente, alinhado às práticas dramatúrgicas europeias ou norte-americanas, segue longo caminho, pois apenas na década de 1930 alguns passos são dados no tocante à temática, porém, sem significativos avanços formais (SOUZA, 2003).

Temos, então, uma defasagem entre os aspectos estéticos-formais das manifestações teatrais consideradas vanguardistas e suas temáticas, havendo quase que uma tácita adaptação ao gosto conservador da elite e da classe média local. Essa adaptação ocorre não apenas no teatro, mas também nas artes plásticas, nas quais um artista com incontestável talento como Victor Brecheret é alçado à frente do movimento modernista, mesmo se autoproclamando pertencente à “escola dos continuadores do Rodin”. Por sinal, Mário de Andrade e Oswald de Andrade realizaram incursões pela dramaturgia – o primeiro com uma ópera intitulada *Café* e o segundo com as peças *O Rei da Vela*, *O Homem e o Cavalo*



Fachada do Teatro Brasileiro de Comédia, rua Major Diogo, São Paulo, SP, 27/09/2016

Fonte: Wikicommons, autor Guilherme Venaglia.

e *A Morta* –, por meio de obras alinhadas aos compromissos estéticos modernistas, mas que só tiveram montagens anos depois de concebidas. Zenaide Soares afirma que “[...] a Semana de Arte Moderna denunciava que o teatro e a literatura vigentes estavam obsoletos, com seu conservadorismo, sua pieguice, seu sentimentalismo” porém, ao propor que os princípios estéticos modernistas fossem aplicados ao teatro, recebeu “[...] forte reação contra essas propostas, vaias e agressões” e, no tocante à atuação do poder público “[...] a ação da polícia contra os modernistas foi tão eficaz que o Teatro de Experiência (1932), de Flávio de Carvalho, foi fechado antes de sua inauguração” (SOARES, 2010, p. 477).

E é sob a ação censora do Estado Novo, assim como diante da ascensão do cinema sonoro, como meio de entretenimento de massa, que peças teatrais de caráter histórico alcançaram destaque. O crítico Décio de Almeida Prado analisa o fim de um período com a seguinte consideração:

“[...] Mas não se tocara no essencial, na maneira do teatro considerar-se, em si mesmo e em suas relações com o público. Persistiam os mesmos métodos de encenação, a mesma

rotina de trabalho, a mesma hipertrofia da comicidade, a mesma predominância do ator, a mesma subserviência perante a bilheteria. [...]” (PRADO, 2003, p. 37).

São os anos 1940 e a ação de grupos amadores que permitem ao teatro superar “[...] o descrédito em que havia caído” (PRADO, 2003, p. 39), estabelecendo “[...] um novo pacto: o do teatro enquanto arte, não enquanto divertimento popular. A única possibilidade de vencer o cinema consiste em não enfrentá-lo no campo em que ele a cada ano ia se mostrando imbatível.” (PRADO, 2003, p. 38).

Como informa SOUZA (2010, p. 479), em 1943, estreia, sob a direção do polonês exilado no Brasil, Zbigniew Ziembinski, a peça “Vestido de Noiva” de Nelson Rodrigues. Essa sim, obra artística capaz de causar “[...] o choque estético, pelo qual se costuma medir o grau de modernidade de uma obra” e, por consequência, “[...] elevando o teatro à dignidade dos outros gêneros literários”.

(PRADO, 2003, p. 40). Mas, como indica Prado, “[...] a consolidação do que poderíamos chamar de novo profissionalismo veio em 1948, com a criação do Teatro Brasileiro de Comédia” e que “[...] deslocou a iniciativa para São Paulo” (PRADO, 2003, p. 43).

O TBC, como ficou amplamente conhecido o Teatro Brasileiro de Comédia, foi uma iniciativa do empresário italiano Franco Zampari, que buscava profissionalizar a produção teatral paulistana e ao mesmo tempo elevar a qualidade, por meio da atuação de técnicos e encenadores estrangeiros que buscavam oportunidades no pós-guerra. No repertório estavam textos clássicos e populares, o que permitia a apresentação ao público paulistano de “[...] autores tão diversos quanto Sófocles e William Saroyan, Oscar Wilde e Schiller, Gorki e Noel Coward, Arthur Miller e Pirandello, Goldoni e Strindberg, Bem Jonson e Anouilh” (PRADO, 2003, p. 44). O grupo de profissionais europeus trazidos para atuar no TBC acabou por influenciar diversas companhias paulistanas, como o trabalho de Flaminio Bollini a quem coube “[...] revelar o teatro épico de Brecht em sua mais pura ortodoxia, ao dirigir *A Alma Boa de Se-Tsuan*, em 1958, para a companhia Maria Della Costa-Sandro Polloni” – em pleno período de nossa 3ª Legislatura –, pois “[...] nesse sentido foi durante uma década o denominador comum do palco brasileiro, ao mesmo tempo que o seu mais alto padrão de qualidade” (PRADO, 2003, p. 45). Com o TBC, São Paulo se transforma na metrópole que requisitava seu reconhecimento cultural, seu *status* de cidade aberta ao mundo, além de já ser uma inquestionável potência econômica.

Sucedem-se, no teatro brasileiro, um conjunto de espetáculos que acabam por comprovar a consolidação de uma prática teatral contemporânea. Cabe ao Teatro de Arena, fundado em 1953, uma contraposição estética – e mesmo política – ao que se praticava no TBC. Sua ligação ao Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), onde encenava alguns de seus espetáculos, além de indicar a constante presença de Ciccilo Matarazzo na cena cultural da cidade, nos sinaliza o grau de integração das atividades culturais paulistanas. A peça *Eles não usam black-tie* (1958), de Gianfrancesco Guarnieri, foi um grande sucesso de crítica e público, trazendo ao palco, sem dissimulações ou metáforas, a história do líder operário grevista e os conflitos familiares (e humanos) advindos do desvio ideológico de seu filho, também operário (SOUZA, 2010, p. 484). Assim como o TBC, que por sua prática acabou influenciando diretamente a forma de fazer teatro em São Paulo e no Brasil, o Arena buscou agir sobre os destinos do teatro brasileiro com uma ação deliberadamente militante. Isso pode ser afirmado por meio da realização dos Seminários de Dramaturgia, realizados na cidade de São Paulo entre os anos de 1958 e 1961, e que definiam “[...] a política da companhia, o processo de criação de uma dramaturgia nacional, voltada para a realidade social e política do Brasil [...]” (SOUZA, 2010, p. 484). Essa linha de atuação encontrava respaldo nos Centros Populares de Cultura (CPC), ligados



Mário de Andrade (sentado), Anita Malfatti (sentada, ao centro) e Zina Aita (à esquerda de Anita), em São Paulo, Brasil, 1922

Fonte: Wikicommons, domínio público,
Source=[[http://images.google.com.br/
imgres?imgurl=http://sempla.prefeitura.
sp.gov.br/his](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/his)

à União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como alinhava-se ao propugnado pela intelectualidade vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SOUZA, 2010, p. 485).

No campo das artes plásticas ocorreu um significativo conjunto de acontecimentos ao longo da primeira metade do século XX, o que não nos permite ignorar as transformações vividas na metrópole paulistana, que buscava o *status* de cosmopolita. É inegável que a Semana de Arte Moderna de 1922 tornou-se o marco cronológico desse esforço vanguardista no Brasil, independente de terem existido artistas que, de alguma forma, já se alinhavam com as premissas estéticas do movimento, mesmo fora do eixo Rio-São Paulo. Ana Paula Simioni, retomando outros críticos e ensaístas do modernismo brasileiro, como Annateresa Fabris, afirma que [...] aqui, de modo geral, os artistas modernistas apresentaram obras formalmente pouco ousadas, posto que optaram pela permanência do referente, advinda da obrigatoriedade da representação, o que em termos plásticos evidencia-se na tardia entrada das linguagens abstratas em nosso país [...] (SIMIONI, 2014, p. 235).

Mas no tocante às práticas sociais, os modernistas [...] podem ser considerados vanguardistas, já que realizaram um evento como a Semana de Arte Moderna de 22, seguido pela publicação de manifestos e revistas culturais, exibindo assim uma postura comum à das vanguardas europeias em suas reivindicações de afirmação no campo da arte moderna [...] (SIMIONI, 2014, p. 235-236).

Dessa forma, percebe-se a defasagem entre o discurso político-cultural do grupo modernista e a sua efetiva produção plástico-estética.

Assim como no teatro, na música e no cinema, o Estado Novo, instaurado no final dos anos 1930, acabou por influir nas artes plásticas, impondo – mesmo que eventualmente de forma indireta – seu programa “modernizador” da sociedade brasileira, que buscava, por meio da educação e da cultura, o estabelecimento de um “novo homem”. E foi na arquitetura, cujo marco consagrado é o prédio do Ministério da Educação e Cultura, que o modernismo estabeleceu fortes laços com o poder político, institucionalizando-se. Essa relação que propiciou ao modernismo impor-se como “cânon nacional incontestável” perdura “[...] até o ingresso das linguagens construtivas no país, com as bienais dos anos 1950” (SIMIONI, 2014, p. 262). Nesse íterim temos, na cidade de São Paulo, “[...] um adensamento prodigioso do campo cultural, visível em diversas frentes, como na articulação dos artistas em torno de associações”, como a Sociedade Pró-Arte Moderna. Em suma “[...] essa multiplicidade de grupos revela amplo leque de artistas, diversidade estilística entre eles e maior nível de organização de suas atividades” (SIMIONI, 2014, p. 255).



MAM no Parque do Ibirapuera, São Paulo, SP.

Fonte: Wikicommons, domínio público,

Acima: Dornicke, 02/04/2009.

Abaixo: DdaBarros, 30 September 2012

Porém, nessa trajetória das artes plásticas, não é possível chegar às bienais sem antes nos debruçarmos sobre a ação de Ciccilo Matarazzo e a criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). As palavras de Leonor Amarante, após registrar que “São Paulo começava a ascensão econômica e industrial e nos arranha-céus revelava sua força material” e que havia “[...] um



3. Os Anais da 3ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo que estão digitalizados e disponíveis para consulta possuem mais de 47.700 páginas. Portanto, foi preciso criar critérios que conciliassem as ferramentas de busca eletrônica ao objeto da investigação pretendida. A busca pela expressão “Comissão de Educação e Cultura” registrou 3.403 ocorrências ao longo de toda a legislatura – sendo 827 em 1956, 853 em 1957, 1.093 em 1958 e 630 em 1959 –, porém, muitas vezes os vereadores omitiam, por elipse, a palavra “comissão”, mesmo referindo-se à “Comissão de Educação e Cultura”. Quando a pesquisa é realizada com a expressão “Educação e Cultura”, o que já engloba automaticamente as ocorrências para “Comissão de Educação e Cultura”, temos um aumento significativo das ocorrências, chegando em 6.222 em toda a legislatura – sendo 1.369 em 1956, 1.700 em 1957, 1.093 em 1958 e 1.261 em 1959 –, mas passam a listar entre elas referências a outros organismos, como a Secretaria de Educação e Cultura ou a comissão homônima da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Já a palavra “teatro” foi mencionada 1.901 vezes entre 1956 e 1959 – 305 em 1956, 539 em 1957, 768 em 1958 e 289 em 1959 –, lembrando que ela é eventualmente usada em sentido figurado. O termo “música”, quando pesquisado, indica 384 ocorrências: 87 em 1956, 170 em 1957, 58 em 1958 e 69 em 1959. “Cinema” encontrou 450 citações ao longo do quadriênio: 92 em 1956, 208 em 1957, 90 em 1958 e 60 em 1959. Já a expressão “artes plásticas” encontrou 12 citações em toda a legislatura: zero em 1956, 3 em 1957, 6 em 1958 e 3 em 1959. “Pintura”, “gravura” e “escultura” – palavras empregadas nas discussões envolvendo as artes plásticas – encontraram respectivamente: 150 – 20 em 1956, 57 em 1957, 46 em 1958 e 27 em 1959 –, 90 – 31 em 1956, 19 em 1957, 21 em 1958 e 19 em 1959 –, 26 – zero em 1956, 11 em 1957, 4 em 1958 e 11 em 1959 – e 63 – 2 em 1956, 18 em 1957, 27 em 1958 e 16 em 1959. É preciso observar que o processo de digitalização é suscetível a falhas pontuais, que impedem o correto reconhecimento dos caracteres, porém, nada significativo na ordem de grandeza que indicam os números apresentados. Optou-se por analisar as 3.403 ocorrências que envolviam a expressão “Comissão de Educação e Cultura”, sendo que a grande maioria estava relacionada à denominação de logradouros, uma das atribuições regimentais da Comissão de Educação e Cultura.

hiato entre essa aceleração cosmopolita e os avanços culturais” (AMARANTE, 1989, p. 14), afirmam que:

“[...] Dentro do vazio de manifestações culturais, dois nomes se digladiavam para manter o título de “mecenas da cidade”. Um deles era Francisco Matarazzo Sobrinho, Ciccilo, dirigente do maior parque industrial da América Latina – as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo –, foi também um dos fundadores do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, realizações que ele acreditava corresponder ao inconsciente coletivo da sociedade paulistana. O outro era Assis Chateaubriand, jornalista e proprietário do conglomerado Diários Associados, que agrupava jornais, emissoras de rádio e de TV.”(AMARANTE, 1989, p. 14).

A criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) está ligada à política externa norte-americana do pós-guerra e, conseqüentemente, aos esforços de influência sobre a América Latina. Nelson Rockefeller e o museu por ele presidido – o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) – são ferramentas fundamentais para a implantação dessa estratégia que tem como esteio ideológico o anticomunismo. Em 1946, em viagem ao Brasil, Rockefeller doou dezoito obras de artistas norte-americanos que integrarão o acervo do futuro Museu de Arte Moderna (MAM). Ciccilo Matarazzo e sua esposa Yolanda Penteadó, que já ambicionavam criar o museu, tornaram-se os interlocutores de Rockefeller. Assim, em julho de 1948, o museu é constituído (MANTOAN, 2015).

Mas esse momento de institucionalização da arte moderna traz, não apenas no campo político-cultural como no próprio fazer artístico, um enfrentamento entre duas vertentes do modernismo: a primeira geração, “[...] que na década de 1920 tinha como foco principal a construção da nação, interessando-lhe tudo o que dizia respeito à brasilidade” e o grupo que, na década de 1940 [...] renuncia à busca por um espírito nacional a caminho de si mesmo e, nos seus próprios contornos, tenta romper com círculo de ferro imposto pela herança do programa das gerações anteriores para legitimar, no seu próprio tempo, concepções igualitárias, universalistas e progressistas. (VILLAS BÔAS, 2014, p. 265).

Essa disputa entre “modernos” antagoniza “figurativos” e “concretos”. E a Bienal Internacional de São Paulo, criada pelo MAM e inaugurada em 20 de outubro de 1951, cumpre papel decisivo nesse embate, tornando-se fundamental na “[...] superação do isolamento dos brasileiros, que a partir desse evento puderam passar a apreciar e conhecer obras e artistas estrangeiros no seu país” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 269). Em São Paulo, o Grupo Ruptura, liderado por Waldemar Cordeiro – que fora fortemente influenciado pelo suíço Max Bill, vencedor da I Bienal na categoria escultura, e pela própria Bienal – é responsável pela afirmação do Concretismo, que encontra acolhida no MAM para a

exposição da arte concreta. Mas não são apenas os espaços fechados que se transformam em função dos embates artísticos, a cena urbana também:

O surgimento dos espaços expositivos esteve estreitamente relacionado com os projetos arquitetônicos e urbanísticos que tomaram conta das duas cidades (Rio de Janeiro e São Paulo). Lembre-se a construção do Parque do Ibirapuera, projetado por Oscar Niemeyer, onde hoje funcionam o Museu de Arte Moderna, a Oca, a Bienal de São Paulo; e ainda a construção do Parque do Flamengo, dotado de projeto paisagístico de Burle Marx, que abriga em uma de suas pontas, próxima ao centro da cidade, o Museu de Arte Moderna. Nesse cenário de espaços projetados e edificações arrojadas transitavam os adeptos das vanguardas concretistas. (VILLAS BÔAS, 2014, p. 294).

Nos anos 1950, a cidade de São Paulo assistiu ao incansável esforço dos artistas concretos, sob a liderança de Waldemar Cordeiro, para consolidar os próprios preceitos estéticos. Seja em 1952, quando o Grupo Ruptura realizou exposição no MAM, lançando o *Manifesto Ruptura*, seja na articulação e produção intelectual conjunta com artistas de outras linguagens – como os poetas concretos Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos –, ou mesmo com a I Exposição Nacional de Arte Concreta, em 1956 – evento já contemporâneo da 3ª Legislatura. Em março de 1959, último ano da 3ª Legislatura, surgiu o Manifesto Neoconcreto, assinado por artistas e intelectuais como Amílcar de Castro, Ferreira Gullar, Franz Weissmann, Lygia Clark, Lygia Pape, Reynaldo Jardim e Theon Spanúdis, que “[...] objetivava a distinção entre o Concretismo do Rio de Janeiro e de São Paulo” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 289).

Após esse brevíssimo resgate, que não pretendeu confrontar ou polemizar a história da música, do cinema, do teatro ou das artes plásticas, mas apenas permitir ao leitor entender a intensidade das transformações culturais enfrentadas pelo Brasil e, especialmente, por São Paulo, passaremos às discussões da 3ª Legislatura no campo da Cultura, seguindo cronologicamente a atividade legislativa. Porém, agora selecionando os debates e projetos que nos permitam avaliar melhor o descompasso entre a cena cultural e o esforço legislativo paulistano ³.

A Comissão de Educação e Cultura é uma dentre as sete Comissões Permanentes previstas, no Art. 24 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, aprovado em 04 de abril de 1949 (Resolução 04/1949) e que, posteriormente, foram transformadas em dez comissões pela Resolução 03/1952. O mesmo artigo 24 afirmava que as atribuições de cada comissão estavam “[...] indicadas pelas suas designações”. Formadas por cinco vereadores – exceto a Comissão de Constituição e Justiça, que era integrada por sete parlamentares –, escolhidos no início de cada ano legislativo, essas comissões possuíam a obrigação de se reunir semanalmente, em encontros públicos e com as respectivas atas

publicadas no Diário Oficial. Na primeira reunião, deveriam eleger seu presidente – e vice-presidente – que teria a obrigação de conduzir os trabalhos, receber e distribuir processos para relatoria dos membros, reunir-se mensalmente com o Presidente da Câmara para avaliação dos trabalhos etc.

A principal tarefa das Comissões era a elaboração de pareceres. O artigo 37 do Regimento Interno determinava que “Matéria alguma poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido dada para a Ordem do Dia e sem que preceda parecer sobre ela, emitido pela Comissão respectiva, ressalvado o disposto no artigo 43”. Em 1956, na Sessão Extraordinária de 04 de outubro 1956, vem ao Plenário em primeira discussão o Substitutivo ao Projeto de Resolução 09/1954, com as modificações propostas pela Comissão Especial encarregada da reforma do Regimento Interno. Entre as mudanças formuladas, temos uma melhor definição do que compete a cada Comissão Permanente, uma vez que as atribuições da Comissão de Cultura são delimitadas em seu artigo 42, parágrafo 10, que diz “À Comissão de Educação e Cultura compete dizer sobre as proposições relativas à instrução e à educação pública ou particular, bem como sobre todos os assuntos culturais e artísticos”.

A forma como se deu a constituição das comissões no início da 3ª Legislatura nos dá uma pista da menor importância atribuída a algumas delas, inclusive a de Educação e Cultura. Na sessão de 27 de janeiro de 1956 o Presidente da Câmara, vereador Elias Shammass, pertencente ao Partido Social Trabalhista (PST), seguindo o que preconizava o Regimento Interno, tentou formar as Comissões por acordo de líderes partidários, porém foi obrigado a comunicar ao Plenário:

“Srs. Vereadores, a Presidência desenvolveu ingentes esforços para que a composição das Comissões fôsse feita de comum acordo, pelo Presidente da Câmara e os líderes ou representantes de todas as legendas. Êsse acordo não foi possível. A Presidência determina, pois que a escolha dos membros das Comissões, por eleição, se fará na forma do Art. 27 e parágrafos do Regimento Interno.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 27.01.1956. v. 1, p. 64).

E assim ocorreu, sucessivamente, na escolha dos membros da Comissão de Justiça, da Comissão de Finanças e Orçamento e dos integrantes da Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos. Quando a Presidência determinou “proceder à votação para eleição da Comissão de Estatística, Cadastro, Fomento Econômico e Ruralismo”, o vereador William Salem, pertencente ao Partido Social Progressista (PSP), levantou questão de ordem, propondo que “há no Plenário boa-vontade no sentido de terminar a composição das comissões através de acordo”. A questão foi prontamente acatada pelo Presidente, que suspendeu a sessão. Na reabertura da sessão, o vereador Altimar Ribeiro de Lima,

pertencente ao Partido Social Democrático (PSD), encaminhou documento assinado pelos líderes contendo a composição das demais comissões.

Portanto, ao final do processo, a Comissão de Educação e Cultura ficou constituída pelos vereadores: Corynthon Balduino, do Partido Libertador (PL), Sebastião Marcondes, do Partido Republicano Trabalhista (PRT), Pedro Geraldo, do Partido Democrata Cristão (PDC), Mathilde de Carvalho, do Partido Social Progressista (PSP), e Alfredo Trindade, do Partido Social Democrático (PSD). Os dois primeiros foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão.

Considerando o papel destacado dos presidentes de comissão, vale registrar que o vereador Corynthon Balduino (PL), exercendo o seu primeiro mandato, declarou-se com “36 anos” na sessão de 27 de janeiro de 1956, quando empatou com outros três vereadores em disputa por uma vaga na Comissão de Finanças e Orçamento. Em seu primeiro discurso, no Grande Expediente da Sessão de 30 de janeiro de 1956, apresentou-se como membro do “Partido Libertador, um partido novo na Paulicéia, mas de tradição na República” e desejoso de “[...] pautar nossos atos restringindo-nos aos princípios doutrinários desse Partido, exaltando – sempre que for oportuno – o parlamentarismo, e seguindo irrestritamente os princípios ideológicos desse mesmo Partido”. Declarando-se independente dentro do parlamento e pronto a “[...] aplaudir sempre algo promovido do Sr. Prefeito dessa Capital, Senador Lino de Mattos, quando fôr realmente de interesse do povo paulistano”, porém, pronto para repudiar “[...] da mesma forma todo projeto indigno, que fira os interesses da coletividade, indicação ou sugestão que emane do Executivo Municipal” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 30.01.1956. v.1, p.86). Porém, apesar do discurso que pregava independência, ele registrou ligação com o Governador Jânio Quadros, adversário político do então prefeito, ligado ao “adhemarismo”, dizendo que:

“[...] embora saiba que nosso âmbito é municipal – voltar minhas vistas para o Executivo Estadual, para dizer daqui, a fim de que o meu eleitorado, o povo desta terra, para com quem tenho responsabilidade e a quem devo sempre informar de minha diretriz, e prestar satisfação de minha conduta, apenas e exclusivamente a êle, desejo que saiba que, embora, companheiros em duas jornadas cívicas de Jânio Quadros, aqui estarei também para aplaudir os atos de S. Exa. – até agora considerados certos por êste Vereador – como dignos de serem exaltados, mas também para repudiá-los, se algum dia S. Exa. enveredar pelo caminho do erro [...]” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 30.01.1956. v. 1, p. 86).

Mas nos interessa um outro aspecto da biografia do Presidente da Comissão de Educação e Cultura. Quando ele, no mesmo discurso, se declara “mestre escola” para adiante, assegurando ser um conhecedor dos problemas da

educação nos bairros proletários – e defendendo a criação de um semi-internato municipal –, afirma “[...] sou diretor de um educandário com 350 crianças, filhas de trabalhadores, e estou em contato com essa boa gente [...]” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 30.01.1956. v. 1, p. 87). Do ponto de vista político – e considerando a precariedade do sistema educacional do estado de São Paulo na primeira metade do século XX quando, segundo pesquisa do IBGE realizada em 1950, apenas 65,37% da população com mais de dez anos sabia ler e escrever e, desses, a quantidade de homens era de 71,50% e as mulheres, 59% (IBGE, 1954) –, é razoável acreditar que a educação na época fosse um campo com maior possibilidade de dividendos políticos e eleitorais.

A atividade legislativa voltada à área da Cultura se caracterizou por projetos isolados, quase sempre envolvendo recursos bastante limitados, sem o intuito de estabelecer uma política pública de médio ou longo prazo. Entre as exceções temos a tramitação do Projeto de Lei nº 590/1951, que propunha a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do Município, no Departamento de Cultura, na Secretaria de Educação e Cultura. Porém, essa era uma proposição do Executivo, durante a gestão de Armando de Arruda Pereira. Em seu encaminhamento para a Câmara Municipal, argumenta o prefeito que:

“Constitui o patrimônio histórico e artístico do Município o conjunto de bens móveis ou imóveis existentes dentro das divisas municipais, cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnológico, bibliográfico, artístico ou cultural.”(BRASIL, 1951, p. 2).

Ainda, na justificativa para o encaminhamento ao Legislativo, o prefeito expõe que o projeto “[...] resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Educação e Cultura, com a colaboração dos elementos representativos dos meios intelectuais e culturais de São Paulo” (BRASIL, 1951, p. 4). O artigo 11 dessa propositura indicava a criação de um Conselho Consultivo formado por representantes de outras entidades, inclusive do Museu de Arte Moderna. Nas Comissões de Justiça e Educação e Cultura o Projeto de Lei recebeu pareceres favoráveis, porém a Comissão de Finanças e Orçamento solicitou esclarecimentos sobre os recursos financeiros necessários para a única criação de cargo solicitada, o de “chefe de serviço”. Reencaminhado para o Executivo em agosto de 1952, retornou apenas em março de 1955, já na gestão de William Salem – o então presidente da Câmara que, em observância da legislação vigente, substituiu Jânio Quadros e Porfírio da Paz, prefeito e vice que renunciaram para assumir o Governo do Estado de São Paulo –, com pedido para retirada da propositura. Em 31 de março de 1955, a Comissão de Finanças e Orçamento emitiu novo parecer, no qual defendia a aprovação do projeto:

“Somos de parecer que este projeto de lei merece aprovação da Câmara, pois visa uma medida que, já em 1952, julgamos de interesse para o Município. Assim, pensamos se deva oficial novamente ao Executivo, solicitando nos sejam indicadas as inconveniências existentes na propositura, que poderão ser sanadas através de emendas que nos comprometemos a apresentar em nosso futuro parecer, bem como reiterando o pedido de indicação da verba necessária para a cobertura da despesa.” (BRASIL, 1951, p. 73).

Em 4 de julho de 1955, já com Juvenal Lino de Mattos no comando do Executivo paulistano, a Prefeitura reafirmou o seu interesse na retirada do Projeto de Lei. É curioso observar – para entendimento do então efervescente cenário político da cidade de São Paulo, que fez com que a cidade tivesse três prefeitos em um período de 26 meses – que o destinatário da mensagem foi o próprio William Salem, já regressado ao comando da Câmara Municipal. Em debate no Plenário, na Sessão Ordinária de 6 de junho de 1956, os vereadores Teixeira Pinto, líder do PSP – mesmo partido do prefeito –, Rubens do Amaral e Marcos Mélega, ambos da União Democrática Nacional (UDN), discutem os desdobramentos legais da retirada do Projeto, e o líder (PSP) advoga que “[...] além do mais, o Executivo solicita a devolução, não para ficar com o Projeto, mas para corrigir falhas. Quer dizer, o Executivo pretende apresentar um Substitutivo a este Projeto”, e foi prontamente confrontado pelo vereador Marcos Mélega (UDN), que entendia que, dessa forma, o Executivo assumiria uma das prerrogativas do legislativo:

“(Com assentimento do orador) – Entendo que, adotada a proposta do nobre Vereador Rubens do Amaral, a retirada do Projeto o extinguiria. Não haveria possibilidade de o Executivo retornar com o mesmo Projeto ou com Substitutivo e Emendas, porque pelo Regimento o Executivo não pode apresentar Substitutivos ou Emendas. Esta é uma particularidade privativa, é uma prerrogativa privativa dos Srs.Vereadores.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 30.01.1956. v. 11, p. 157).

Acabou por prevalecer a tese de que, uma vez aprovado por duas Comissões Permanentes, caberia apenas ao Plenário a decisão de devolver o projeto ao Executivo e, ao fazê-lo, encerraria a tramitação dessa propositura, como Rubens do Amaral se manifesta:

“Entendo, pois, que o procedimento fácil e reto, seria submeter-se ao Plenário o pedido de retirada do Projeto. E depois, se o Prefeito não quiser devolver, que não devolva. O Executivo terá elementos para elaborar um novo projeto em que corrigirá o atual. Assim, êle poderá mandar êsse novo Projeto, provavelmente melhor que êste. A mim me parece uma solução tão fácil e não sei porque aqui perdemos 25 minutos na discussão de uma questão que não

existe.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 30.01.1956. v. 11, p. 159).

Foi aprovada a retirada do Projeto. Porém, podemos considerar que o custo de tal decisão para a cultura material paulistana, sem nenhuma outra ação parlamentar que buscasse compensá-la, foi o atraso, em duas décadas, no estabelecimento do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura (DPH), que ocorreu apenas em 20 de maio de 1975, por meio da Lei nº 8.252 (BRASIL, 1975).

Em 1956, os projetos ligados à Cultura que tramitavam pela Câmara possuíam caráter pontual, desprovidos de reflexões mais profundas que viessem a constituir, por mais preliminares que fossem, uma política cultural. Ciccilo Matarazzo, que exercia inegável liderança no mecenato paulistano, surgiu nos Anais de forma pitoresca, por meio da tentativa de doação de um Presépio Napolitano, porém com a condição de que se criasse no quadro do funcionalismo municipal a função de “Conservador de Presépios e Museus” (Projeto de Lei 472/54, de proposição do Executivo). Estabeleceu-se grande polêmica, e Freitas Nobre (PSB), na Sessão de 3 de fevereiro de 1956 questionou as intenções do pedido:

“É possível mesmo, Exa. Começou pelo conservador, depois virão os auxiliares, os sub-auxiliares e o quadro vai aumentando. E sabe V. Exa. que há muita gente interessada em encontrar um lugar. Se vai criar o cargo de conservador de presépio e museu, depois virão outros presépios, outros museus e o quadro terá, que ser aumentado.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 03.02.1956. v. 1, p. 286).

Surgiam, com frequência, propostas de auxílio financeiro para entidades ou projetos que os vereadores entendiam ser de relevância cultural. Dentre esses, podemos destacar o Projeto de Lei nº 160/56, de proposição das Comissões de Educação e Cultura, Finanças e Orçamento e Justiça, que pretendia conceder auxílio de Cr\$ 200.000,00 para ajudar o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a trasladar os restos mortais do escritor e poeta Manuel Antônio Alvares Azevedo – assim como construir-lhe um túmulo – para a capital. Era expressivo o número de vereadores egressos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Seguem com essa mesma característica outras proposições, como o Projeto de Lei 107/56, de autoria da própria Comissão de Educação e Cultura, que pretendia auxiliar a Associação Paulista de Imprensa na “[...] importância de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para ocorrer às despesas que a entidade terá com o envio da Comissão Paulista ao ‘Encontro Internacional de Jornalistas’ a realizar-se na Finlândia, no mês de junho”. Porém, cifras maiores envolvem os Projetos de Lei nº 301/56 e nº 320/56, de proposição da Comissão

de Justiça e apoiados pela Comissão de Educação e Cultura, que concedem auxílio para o São Paulo F.C. e a Sociedade Esportiva Palmeiras, ofertando Cr\$ 10.000.000,00 para cada entidade.

Um caso, em certa medida, destoa dessa prática clientelista. É o Projeto de Lei nº 343/56, de proposição da Comissão de Justiça, presidida pelo vereador Paulo de Tarso (PDC), e verdadeiro idealizador do projeto. Essa informação é proveniente do vereador José Aranha (PR), que afirma em Plenário, na Sessão de 12 de dezembro de 1956, que “O Projeto de Lei em tela, de autoria das Comissões de Justiça, de Finanças e Orçamento e de Educação e Cultura – mas que traz a paternidade do nobre Vereador Paulo de Tarso”, que trata de autorizar “[...] o Executivo a assinar convênio cultural com a Companhia Nydia Licia – Sérgio Cardoso”. Antes de avançar na análise do Projeto e da lei resultante (Lei nº 5.106/57), é fundamental entender brevemente os personagens envolvidos. Nydia Licia e Sérgio Cardoso eram atores com reconhecido sucesso de público e crítica; egressos do TBC, eram premiados e já começavam a ganhar projeção no novo meio que despontava: a televisão. A própria Nydia Licia narra o surgimento da Companhia.

O ano de 1954 foi aquele em que Sérgio e eu descobrimos na Rua Conselheiro Ramalho o antigo Cine Teatro Espéria, abandonado e em vias de ser transformado em mercado ou garagem. [...] Fomos até os donos e o alugamos por 10 anos, com opção para mais 5. Em seguida, iniciou-se a procura de sócios na empreitada de reformar o edifício e transformá-lo no teatro mais moderno e confortável de São Paulo. Os engenheiros Otto Meinberg e Ricardo Capote Valente aceitaram o desafio, e assim foi fundada a Empresa Bela Vista que passou a ser a responsável pela reforma e administração do prédio. Em seguida, teve início uma campanha para angariar sócios. Foram dois anos exaustivos até a inauguração, em maio de 1956. (LICIA, 2004, p. 84).

A companhia teatral propriamente dita surgiu em 1954 com a estreia de *O Lampião*, de Rachel de Queiroz, no Teatro Leopoldo Fróes (LICIA, 2004, p. 86). Já o Teatro Bela Vista abriu suas portas ao público em 15 de maio de 1956 (LICIA, 2004, p. 94), com *Hamlet*, grande sucesso que conquistou os prêmios: Prêmio Governador do Estado para Melhor Ator de 1956, Medalha de Ouro da Associação Paulista de Críticos Teatrais para Personalidade Teatral de 1956 e o Prêmio Sacy Especial de O Estado de S. Paulo, pelas realizações no Teatro Bela Vista em 1956 (LICIA, 2004, p. 101). Dentro do legislativo paulistano, Paulo de Tarso (PDC), era figura respeitada: líder da bancada do partido e denominado pelos pares como “vereador do teatro”, com expressiva carreira política, elegendo-se deputado federal (dois mandatos), chegando a ocupar o Ministério da Educação no governo João Goulart, exilado após o golpe de 1964 e foi Secretário Estadual da Educação no Governo de André Franco Montoro (DICIONÁRIO HISTÓRICO, 2001).

Na discussão do mérito do Projeto, o vereador José Aranha (PR), na mesma sessão de 12 de dezembro de 1956, foi ao ponto chave do que, décadas mais tarde, a legislação buscava fomentar nas práticas teatrais: incentivo da atividade artística e, concomitantemente, a formação de público:

“(…) é indispensável que se incentive estas companhias nacionais os artistas brasileiros, através da concessão de uma verba e que também se proporcione ao público para não ficar nas galerias do teatro quase impossibilitado de assistir ao espetáculo, mas sim, em razão de preços populares, assistir, com todo conforto e em todas as lotações a êsses mesmos espetáculos.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 12.12.1956. v. 26, p. 481-482).

Paulo de Tarso (PDC), prontamente respondeu, indicando que era realmente esse o espírito do Projeto, declarando “[...] tôda minha satisfação ao verificar que V. Exa., Vereador combativo, vigilante do interêsse público, compreendeu o espírito da proposição”. Diante das sucessivas manifestações parabenizando o verdadeiro propositor do Projeto, o vereador Coryntho Baldoino (PL), solicitou aparte “[...] aproveitando a oportunidade para solidarizar-se com a cultura de nossa terra, que precisa também do amparo desta Edilidade” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, Sessão de 12.12.1956. v. 26, p. 484).

O Teatro de Arena, o Teatro Brasileiro de Comédia e o Teatro Maria Della Costa acabaram, por extensão prevista no segundo artigo da Lei, se beneficiando da possibilidade de convênio com o Executivo. Possivelmente estimulados pelo sucesso da fórmula alcançada, nos anos seguintes da legislatura, assistimos ao aumento dos Projetos de Lei que buscavam estabelecer convênios entre o Executivo e os produtores culturais, em que não apenas a produção artística é facilitada, mas também o acesso ao público é pretendido. Entre eles, podemos relacionar o Projeto de Lei nº 744/57, que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Ballet do Teatro Cultura Artística e com o Movimento Ars Nova, e o Projeto de Lei nº 504/57, estendendo a mesma possibilidade de convênio oferecida pela Lei nº 5106/57 ao Teatro Novos Comediantes.

No ano legislativo de 1957 foram reconduzidos para a presidência e vice-presidência da Comissão de Educação e Cultura os vereadores Coryntho Baldoino (PL) e Sebastião Marcondes (PRT). As ações pontuais e desarticuladas continuaram no campo da cultura. Um exemplo é o Projeto de Lei nº 110/54 que, ao ser aprovado, se tornou a Lei nº 5.196/57, que instituiu premiação bienal para os “[...] mais belos edifícios construídos na cidade” – nas categorias residências isoladas, habitações múltiplas ou coletivas e edifícios não residenciais –, estabelecendo para julgar uma comissão composta por oito membros, incluindo entre eles o prefeito. Outro é a Lei nº 5.282/57 que autoriza o Executivo “[...] a conceder a utilização dos teatros distritais e dos auditórios dos parques infantis e de bibliotecas distritais da Municipalidade aos grupos escolares, edu-

candários, colégios e ginásios oficiais e particulares”, cabendo ao próprio executivo, em um prazo de 60 dias, regulamentar a aplicação da lei.

Mas nada pode soar mais despropositado, quando pensamos em uma cidade que se moderniza rapidamente, tentando inserir-se em valores cosmopolitas, quanto a proposta encaminhada pelo vereador Pedro Geraldo Costa (PDC), por meio do Projeto de Lei nº 315/56, a qual propõe que sejam fornecidas às associações esportivas – especialmente aos clubes varzeanos – hinos e canções, elaborados por componentes da Orquestra Municipal, por intermédio do Departamento de Educação e Cultura. Merece detida atenção o Parecer nº 47-57, exarado pela Comissão de Educação e Cultura, sem voto em separado, na Sessão de 16 de maio de 1957, na qual manifesta-se.

Entretanto, acêrca do mérito dêsse Projeto só nos cumpre dirigir louvores ao seu nobre elaborador pelo estímulo e incentivo que pretende sejam dados a associação desportivas, pelo muito que tem feito pela grandeza da nossa terra, escolas de civismo e forjas que são da nova raça que espiritualmente e materialmente deverá ser a responsável pelo futuro da nossa estremecida Pátria.

Somos, portanto, pela aprovação do Projeto em questão em sua íntegra ou alterado por qualquer emenda ou substitutivo que o coloque em bases legais. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, Sessão de 16.05.1957. v. 11, p. 215).

O projeto completou sua tramitação e, após aprovado, foi encaminhado ao Prefeito, já na ocasião Adhemar Pereira de Barros, que resolveu “[...] opor veto total à medida decretada” (BRASIL, 1956, p. 32) sob o argumento da inexecutabilidade da lei, e acompanhado do esclarecimento do Executivo de que “A criação musical exige dom natural e estudos próprios, requisitos êsses que também devem existir no professor. Professôres e compositores, entretanto, atuam em campos diferentes, razão por que não pode prevalecer o decretado” (BRASIL, 1956, p. 32). A Câmara, seguindo o que estava regimentalmente previsto, avaliou e concordou com o veto.

Naquele mesmo período, a Orquestra Sinfônica Municipal era diretamente afetada pelo Projeto Lei nº 492/57, de autoria do Executivo, que versava sobre “[...] a transferência dos cargos criados pelas leis 3.829 de 28-12-49 e 3.937 de 29-8-50 para a parte suplementar do Quadro Geral do Funcionalismo [...] dos integrantes da Orquestra Sinfônica, dos Corais, ou de quaisquer outros conjuntos artísticos mantidos pelo Município” (BRASIL, 1957, p. 1). Em resumo, o Projeto de Lei buscava alterar a situação indicada em sua exposição de motivos.

Os componentes desses conjuntos foram, sempre, admitidos mediante contrato (extranumerários contratados), até o advento das leis municipais n. 3.829, de 28 de dezembro, de 1949 e 3.937, de 29 de agosto de 1950, que efetivaram aqueles componentes, transportando-os da categoria de extranumerários

contratados para a de funcionários, dando-lhes, portanto, efetividade. (BRASIL, 1957, p. 8).

A questão colocada pelos dirigentes do Departamento de Cultura, e que é extremamente pertinente e propícia ao debate, era a seguinte: como uma orquestra, ou qualquer conjunto artístico coletivo, poderia trabalhar de forma efetiva e com elevados padrões de exigência e qualidade, sendo que seus quadros estavam, após cinco anos de trabalho, respaldados por critérios de estabilidade dos funcionários públicos efetivos? As entidades representativas dos músicos, entre elas a Associação dos Professores da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo e o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de São Paulo, apressaram-se por combater o projeto, inclusive sob o argumento que ele era, de fato, a condenação à extinção da Orquestra, que se daria pela falta de interesse no ingresso da parte de novos componentes. O Presidente da Comissão de Educação e Cultura, vereador Coryntho Balduino (PL), prontamente se manifestou contra o Projeto, na Sessão de 28 de agosto de 1957, reproduzindo em sua manifestação o que podemos chamar de “defesa da alta cultura”.

Não me dirijo, neste instante, aos interessados; dirijo-me sim, à população culta de São Paulo, aos amantes da boa música, aos discípulos de Euterpe, à população ávida de cultura que pode estar tranquila que este Vereador e a bancada do Partido Libertador estarão solidários com a Orquestra Sinfônica Municipal, e acredito mesmo que toda esta Edilidade estará se perfilando nesta tribuna na ocasião oportuna para dizer ao Prefeito Municipal: Não, senhor Prefeito! A Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo não será suprimida com a aquiescência desta Edilidade!... (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, Sessão de 28.08.1957. v. 18, p. 164).

Pode ter sido pelo fato de a ilegalidade identificada no Projeto de Lei pela Comissão de Justiça – única das Comissões Permanentes a se manifestar –, ou a pressão das entidades de classe, mas o Projeto de Lei permaneceu nove anos na Câmara Municipal de São Paulo sem ter sido debatido e acabou arquivado (BRASIL, 1957, p. 59). Independentemente do posicionamento que se tome diante da proposta – que, em essência, era de não dotar os artistas de estabilidade após ingresso nos corpos estáveis –, essa era uma discussão extremamente pertinente para os rumos futuros da arte e do trabalho profissional de artistas de diversas linguagens.

Em 1958, a Comissão de Educação e Cultura passou a ser presidida pelo vereador José Diniz, popularmente conhecido como “Zé da Farmácia” (OLIVEIRA, 2015), por ser farmacêutico de grande prestígio na região de Santo Amaro, pertencente ao PTB, e tendo como vice-presidente o vereador Sebastião Marcondes (PRT). Os trabalhos legislativos na área da Cultura continuaram constituídos de partes que não formavam um todo, seguindo em descompasso com os eventos

culturais do período. O Projeto de Lei nº 58/58, de autoria do vereador Norberto Mayer Filho (PR), majorava o valor da premiação oferecida pela Prefeitura nas três categorias do Salão Paulista de Belas Artes – pintura, escultura e arquitetura –, mas não chegou a ter aprovação, tendo parecer contrário da Comissão de Finanças e Orçamento. Esse fato nos permite registrar claramente a defasagem dos conceitos artísticos empregada no trabalho dos legisladores, quando o próprio conceito de “belas artes” já havia sido objeto de disputa e superação nos trinta anos anteriores. A justificativa apresentada na Sessão de 21 de fevereiro de 1958 seria perfeitamente válida se confrontada com a produção artística neoclassicista do século XIX, ao afirmar que “[...] prestigiar e amparar as Artes é atitude comum e tradicional de parte dos dirigentes dos povos civilizados. Vem o costume da antiga Grécia, com marcantes passagens por Roma, servindo sempre, através da História, para caracterizar governos e distinguir governantes”. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, Sessão de 21.02.1958. v. 3, p. 44).

O Projeto de Lei 602/58, que concedia auxílio financeiro de Cr\$ 3.000.000,00 ao Teatro Brasileiro de Comédia, tratava-se de socorro emergencial mediante a crise financeira do grupo, como consta da própria justificativa apresentada pelas Comissões de Justiça, Educação e Cultura e Finanças e Orçamento, na Sessão de 17 de dezembro de 1958.

A imprensa em geral vem se preocupando com a crise financeira dominante no centro cultural do Teatro Brasileiro de Comédia. Não há quem ouse contestar, o magnífico serviço prestado pelo pequeno grupo de pessoas que se impuseram a tarefa de dar a São Paulo um excelente teatro, e de tal sorte se houve êsse grupo, que acaba o Teatro Brasileiro de Comédia de ser convidado para se exhibir em Paris, onde já chegou e lá se impõe com respeito o alto nível artístico dos que a êsse teatro se dedicam. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, Sessão de 17.12.1958. v. 23, p. 197).

No final de 1958 ocorreram eleições para deputados estaduais e federais, nas quais vários vereadores concorreram e ao menos nove foram eleitos, deixando o legislativo paulistano para assumir seus novos mandatos. Entre eles estavam: Paulo de Tarso, Modesto Guglielmi, Mário Telles, Jacob Zveibil, Mayer Filho, Archimedes Lammoglia, Altimar Lima, André Nunes Júnior e Nicolau Tuma (REPOSITÓRIO, 2016). Destaque para a votação alcançada por Paulo de Tarso, o “vereador do teatro”, que figurou entre os 15 deputados federais mais votados do estado de São Paulo, com 37.528 votos.

Em 1959, último ano da 3ª Legislatura, foram escolhidos para a Comissão de Educação e Cultura os vereadores Monteiro de Carvalho (PSB), José Diniz (PTB), Coryntho Baldoino, (PL), Helena Junqueira (PDC), e Mathilde Carvalho (PSP), sendo os dois primeiros eleitos presidente e vice-presidente da Comissão, como informa a vereadora Mathilde de Carvalho (PSP), na Sessão de 27 de

fevereiro de 1959. Após as eleições de 1958, e ingressando em um ano em que a quase totalidade dos vereadores se candidataria à reeleição, temos um perceptível decréscimo na atividade parlamentar. Projetos como o da criação da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas – Projeto de Lei nº 691/57, de autoria do vereador Coryntha Baldoíno (PL) –, e o da criação da Banda Sinfônica Municipal – Projeto de Lei nº 206/58, de autoria do vereador Elias Shammas (PSP) – tramitaram pelas Comissões Permanentes e acabaram sendo deixados de lado. As disputas pré-eleitorais assumiram papel principal, alterando a rotina do parlamento, e acabaram, de alguma forma, interferindo nos trabalhos internos da Câmara. Na Sessão de 14 de maio de 1959, o vereador Monteiro de Carvalho (PSB), renunciou à presidência da Comissão de Educação e Cultura e à vice-presidência da Comissão de Finanças e Orçamento.

“Quero que o Sr. Presidente registre também que renuncio neste momento ao posto de Presidente-Membro da Comissão de Educação e Cultura e de Vice-Presidente – Membro da Comissão de Finanças. Não devo ser escravo da Maioria desta Câmara, para estar estudando e corrigindo proposituras feitas apressadamente pelos Srs. Vereadores com erros grosseiros, até de redação; projetos feitos em cima dos joelhos, com indicação de recurso financeiro errado, vencido ou superado. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959, Sessão de 14.05.1959. v. 8, p. 251).

Na Sessão de 23 de junho de 1959, o mesmo vereador anuncia a própria saída do Partido Socialista Brasileiro, ingressando “[...] espontânea e solenemente, no Partido Democrata Cristão”. O vereador Coryntha Baldoíno foi novamente eleito para a presidência da Comissão de Educação e Cultura. Porém, diante da eleição de outubro de 1959, o legislativo marchava lentamente. O último ato no campo da cultura fora a promulgação pelo Executivo da Lei nº 5.670, de 22 de dezembro de 1959, fruto do Projeto de Lei 528/59, do vereador Elias Shammas (PSP), que cedia o Teatro Leopoldo Fróes para o Teatro Cacilda Becker por quinze anos. Tal concessão foi revogada em 10 de abril de 1963.

Para encerrar esta análise, vale retomar um importante relato da época, do dramaturgo Guilherme Figueiredo; mesmo considerando apenas o teatro, ele sintetiza de forma precisa o descompasso entre os atores políticos, em especial os legisladores, e toda a inovação pela qual passou a cena artística paulistana e brasileira nos anos de 1950.

O teatro brasileiro se abre em largas e promissoras perspectivas. A qualidade da criação melhora; o público se torna mais denso; os editores se voltam para as obras teatrais; o comentarista, o crítico, o repórter ganham mais espaço nas revistas, jornais, emissoras de rádio e televisão; os cursos oficiais e particulares começam a apresentar o resultado dum ensino que aos poucos se sistematiza; os teatros estudantis e de amadores se multiplicam; o rádio, o cinema a

televisão já oferecem um relativo campo de estabilidade para o ator; as companhias e grupos aceitam a concepção de “teatro como um todo”, exigindo igual compreensão por parte dos atores, diretores, cenógrafos, músicos e técnicos, [...] porções da sociedade economicamente confortável desta terra pobre reservam aparas do seu esbanjamento para o mecenato teatral; e até o homem público brasileiro, em geral tão alheio ao que não se refira a cargos e nomeações, ao gosto fisiológico do poder, já se ensaia em toscas sugestões de amparo, breves centelhas de legislação no meio da politiquice sem Política, visando ao teatro como expressão de gênio de um povo. Tudo isso indica um crescente interesse geral pelo teatro. (FIGUEIREDO, 1957 apud PRADO, 2003, p. 58).

Portanto, em 1957 já estava presente a percepção de que existiam avanços artísticos significativos, porém, no que compete ao poder público, apenas “[...] breves centelhas de legislação no meio de politiquice sem Política”. O preço pago por esse recorrente descompasso entre Cultura e Política – que não foi exclusividade da 3ª Legislatura – foi o atraso em implantar políticas culturais efetivas e perenes na cidade de São Paulo. E como observa José Carlos Duran, refletindo sobre as políticas culturais: “[...] nessa matéria, é impossível aspirar a uma rapidez muito grande. A mudança e a diversificação do repertório estético, atreladas que estão à educação e ao estilo de vida e, secundariamente, ao nível econômico, acontecem devagar [...]” (DURAND, 2013, p. 27).

Referências

- AMARANTE, L. As Bienais de São Paulo, 1951-1987. São Paulo: Projeto Editores, 1989.
- BRASIL. Lei nº 8.252, de 20 de maio de 1975. Dispõe sobre a criação do Departamento de Informação e Documentação Artística, e dá outras providências. Diário Oficial do município de São Paulo, São Paulo, 21 maio 1975.
- BRASIL. Processo nº 4981 de 1957. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1957.
- BRASIL. Processo nº 5628 de 1951, Projeto de Lei nº 590 de 1951. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1951.
- BRASIL. Processo nº 7.999 de 1956. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956.
- BRASIL. Resolução nº 04 de 1949. A Câmara Municipal de São Paulo resolve adotar o seguinte Regimento Interno. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 29 abr. 1949. p. 26-29.
- BURKE, P. O que é história cultural? Tradução: Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1957.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1958.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1959.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO biográfico brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_de_tarso>. Acesso em: 27 fev. 2016.
- DURAND, J.C.. Política Cultural e Economia da Cultura. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições SESC-SP, 2013.
- FIGUEIREDO, G. Xantias: Diálogos Sobre a Criação Dramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- IBGE. Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil: baseados no censo demográfico de 1950 (5ª série). Brasil: Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, Estatística Cultural Nº 7: Conselho Nacional de Estatística, 1954.
- LICIA, N.. Sérgio Cardoso: imagens de sua arte. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- MANTOAN, M. J. Yolanda Penteado: gestão dedicada à arte moderna. 2015. 220 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, A. de. O "Zé da farmácia" – uma pequena lembrança do vereador José Diniz. SP in foco, São Paulo, 28 maio 2015. Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/vereador-jose-diniz/>>. Acesso em: 27 fev. 2016.
- PRADO, D. A.. O Teatro Brasileiro Moderno. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- REPOSITÓRIO de dados eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral, Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 26 fev. 2016.
- SEVERIANO, J.. Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- SIMIONI, A.P.C. Modernismo no Brasil: campo de disputas. In: BARCINSKI, F.W. (Org.). Sobre a arte brasileira: da pré-história aos anos 1960. São Paulo: WMF Martins Fontes: Edições SESC, 2014, p. 232-263.
- SOARES, Z.B.R. Panorama do teatro paulista no século XX. In: ODALIA, N.; CALDEIRA, J.R.C.(Org.). História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010, p. 471-493.

CAPÍTULO 5

Feiras-livres, “tubarões”, controle de preços: o abastecimento em debate na Câmara Municipal de São Paulo.

Marília Schneider¹

1.Marília Schneider bacharelou-se e licenciou-se em História, em 1989, pela Universidade de São Paulo e desde então se dedica à pesquisa histórica. Concluiu o doutorado pela mesma universidade na área de História Social em 2001. Tem publicado diversos artigos em revistas especializadas e é também autora do livro Memória e História.

O abastecimento de gêneros alimentícios na cidade de São Paulo é um tema vibrante e apaixonante. Hoje, o paulistano encontra uma ampla oferta de produtos e inúmeros fornecedores, mas nem sempre foi assim. Uma das maiores redes de venda no varejo, a rede Pão de Açúcar, inaugurou sua primeira loja na cidade apenas em 1959 (MARCOVITCH, 2005). Assim, antes da invenção do supermercado, que revolucionou as vendas com o autosserviço, a população paulistana tinha como principais fontes de abastecimento: os empórios ou mercearias, as quitandas, os vendedores ambulantes e as feiras-livres. Entre estas opções, a feira-livre foi a mais importante durante várias décadas, já que as redes de supermercados começaram a se expandir apenas no início dos anos de 1980. E para os moradores da cidade, as feiras eram então consideradas o meio mais barato e acessível de adquirir gêneros alimentícios. Desde a criação oficial das feiras-livres² em 1914, os empórios concorriam com as feiras porque ofereciam crédito, mas de modo algum abalavam a importância das feiras-livres para o fornecimento de alimentos (GUIMARÃES, 1969).

Considerando a década de 1950 e a 3ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo – tema desta obra – a questão do abastecimento na cidade desperta grande interesse visto que, em 1950, havia na cidade 1.337.644 habitantes e em 1960 esse contingente tinha alcançado 3.300.218 pessoas. Esse crescimento populacional espantoso certamente tornou o problema da distribuição de gêneros alimentícios um dos principais desafios da administração pública na época.

Para a elaboração deste artigo, foi impossível deixar de estabelecer relações entre o presente e o passado³. Isto porque o corpo documental analisado – constituído pelos Anais da Câmara de São Paulo, 3ª Legislatura – é uma fonte particularmente rica para a construção de uma história do tempo presente. Trata-se de um tipo de fonte que convida o historiador a “compreender um mundo em estado de instabilidade definitiva” (LE GOFF, 2001:34). Sem dúvida, os embates vividos na Câmara revelam uma delicada trama político-econômica e social permeada de conflitos que ainda se configuram nos antagonismos da atualidade paulistana e brasileira. Assim, a partir da leitura dos anais, elegemos como tema o papel das feiras-livres no contexto do problema do abastecimento na capital do Estado. Além disso, é notável que um único corpo documental possa oferecer informação consistente sobre as feiras, tanto em termos do propósito de sua estrutura institucional, quanto das particularidades espacial, social, comercial e jurídica.

Em seu conjunto, as falas dos vereadores testemunham a complexa rede de interesses que atuavam nas respostas dadas pela sociedade paulistana ao difi-

2. Primeiras lojas que lembrariam os supermercados atuais: “Sirva-se” e “Peg-Pag”, foram ambas inauguradas em 1952. Em 1964, Valentim dos Santos Diniz, então proprietário de 6 lojas do atual “Pão de Açúcar”, adquiriu a rede “Sirva-se” (3 lojas) e em 1983 comprou a rede “Peg-Pag” (38 lojas). Cf. Marcovitch, 2005.

3. A concepção de uma História para o tempo presente que apoia a perspectiva teórico-metodológica deste trabalho encontra-se em Le Goff, 2001.

cil desafio do abastecimento de produtos alimentícios durante os anos de 1950. O conceito de “segurança alimentar” ainda era desconhecido, mas era exatamente sobre isso que então se debatia. Conforme veremos, alguns vereadores se destacaram na tarefa de trazer para a Casa Legislativa análises consistentes sobre um tema que hoje, mais do que nunca, é objeto de políticas públicas nas três esferas da administração. Nesse sentido, torna-se digno de nota a atuação dos seguintes órgãos: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, com presença no Brasil; Conselho de Segurança Alimentar, vinculado ao Ministério da Saúde e sua Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de São Paulo.⁴

Quanto à cidade de São Paulo, durante a década de 1950, o vulto numérico do efetivo demográfico da metrópole paulistana, por si só, implicava na existência de um significativo mercado de consumo, em termos quantitativos, sem paralelo no Brasil. Além disso, é preciso salientar o valor qualitativo deste mercado: produtos alimentícios básicos e essenciais eram procurados por uma população cujo poder aquisitivo variava muito. E o traço marcadamente cosmopolita da comunidade paulistana determinava uma composição extremamente diversificada das dietas alimentares em São Paulo. Nesse sentido, o imigrante italiano exerceu uma influência das mais significativas: enriqueceu a dieta alimentar da cidade e colaborou no desenvolvimento da indústria alimentícia. Entre as comunidades de imigrantes que mais influenciaram a dieta do paulistano, além dos italianos, estão os portugueses, os alemães, os espanhóis, os libaneses e os japoneses. A qualidade do mercado consumidor, no tocante à dieta alimentar, tornou-se ainda mais sutil e variada com a presença de contingentes de mineiros, baianos, nordestinos e, finalmente, com uma grande parcela da população paulistana oriunda de quadros rurais (GUIMARÃES, 1969, p.8-10).

Abastecimento e controle de preços.

O problema do abastecimento era intrínseco ao do tabelamento de preços, uma questão muito polêmica naqueles anos. Assim, é importante saber que, no Brasil, as políticas públicas de controles de preços possuem caráter permanente, desde meados dos anos 1930, e alguns analistas já destacaram o impacto desse controle no regime de metas de inflação e outros efeitos na atividade econômica do país. Entre os estudiosos da matéria, Mario Henrique Simonsen⁵ sublinhou: é um recurso “aplicado a contragosto por economistas liberais, pois trata-se de uma violação frontal do que se convencionou chamar de livre manifestação das forças do mercado.” E conhecendo bem os dilemas dos agentes públicos que atuam na área econômica afirmou: “A verdade é que esses controles [de preços] cada vez mais se mostram presentes nas experiências modernas de combate à inflação. E não são poucos os empresários e acadêmicos liberais que, após lon-

4. Sobre essas instituições ver: www.fao.org; www.planalto.gov.br/Consea; www.polis.org.br; www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento

5. (1935 – 1997) Economista, Ministro da Fazenda no Governo Ernesto Geisel (1974-1979), Ministro do Planejamento do Governo João Batista Figueiredo (1979-1984) e professor da Fundação Getúlio Vargas. Autor de *Os controles de Preços na Economia Brasileira*, RJ, Consultec, 1961.

gos anos de defesa da lei de oferta e procura, passam para alguma função governamental mal se veem obrigados a apelar para esse controles tão execrados pela ortodoxia econômica.” (Apud DA MATA, 1980, p. 915).

A questão do controle de preços surge na fala dos vereadores da 3ª. Legislatura com notável animosidade, particularmente quanto à atuação das agências governamentais reguladoras. Objeto permanente de debate é certo que os problemas de abastecimento e preços já vinham da legislatura anterior. Entretanto, percebe-se que durante este período, apesar da tensão por conta das divergências e confrontos entre os vereadores de diferentes partidos políticos, havia um inusitado consenso sobre a ineficácia dos órgãos reguladores. Isto não significa que os vereadores tivessem convicção absoluta sobre as estratégias que deveriam ser adotadas para minimizar a constante alta do custo de vida e a falta de produtos básicos na mesa do paulistano. Os vereadores revelam, por meio de suas falas, a complexidade dessas questões, pois era preciso dar respostas imediatas ao problema do abastecimento em uma metrópole que crescia veloz e desordenadamente.

Antes, porém, de realçar a importância particular dos debates travados naqueles anos, vale lembrar que o ano de 1934 inaugurou o processo de intervenção do Estado na economia brasileira. Nesse ano, o governo federal decidiu regular o reajuste de aluguéis comerciais e industriais; também promulgou o Código das Águas, regularizando a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como criou órgãos com poderes de fiscalização e tarifação. Pode-se afirmar que Getúlio Vargas deu início ao caráter normativo e intervencionista do Estado brasileiro em matéria de controle de preços, os quais veem sendo aplicados em diferentes graus de abrangência e de duração até os dias de hoje (DA MATA, 1980, p. 915-920). Quanto ao grau de abrangência, nota-se que no início da década de 1950 deu-se uma forte guinada no controle de preços dos alimentos. Em 1951, foi promulgada uma lei que definia os crimes contra a economia popular: constituía crime a transgressão de tabelas oficiais de preços de gêneros e mercadorias e de alguns serviços essenciais⁶. No mesmo ano, foi criada a Comissão Federal de Abastecimento e Preços – COFAP – órgão responsável pela fixação e fiscalização de preços, além da incumbência de assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços. Para apoiar a ação do órgão federal, e tornar a fiscalização efetiva, foram criadas Comissões Estaduais e Municipais. Esses órgãos auxiliares, apoiados em sólido instrumental legal, puniam com multas variáveis as infrações à lei: vender acima dos preços tabelados, sonegar produtos, não manter os preços afixados em lugar visível.

A COFAP, a sua congênere estadual a Comissão de Abastecimento e Preços – COAP e a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços – COMAP, eram os três órgãos reguladores e fiscalizadores que sofreram violentos ataques do início ao fim da legislatura em foco. Alguns vereadores se destacaram na

6. Lei N. 1522 de 26 de dezembro de 1951. Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do país. Revogada em 1962. www.planalto.gov.br/ccivel_03/leis/1950-1969

exposição de considerações que condenavam as atividades dessas entidades. E, incontáveis vezes, a tribuna foi ocupada para alertar os governos federal e estadual quanto aos resultados controversos, quando não nefastos, do controle de preços.

O vereador Jacob Zveibel (PR), foi um dos que mais se dedicou à análise e considerações sobre o problema do abastecimento. Mal iniciada a legislatura, ele apresentou consistentes dados obtidos junto à Comissão de Custo de Vida, ligada ao Departamento de Estatística do Estado. E depois de apresentar um assustador resultado sobre a elevação dos preços dos principais gêneros da dieta da população paulistana, arrematou na sessão de 30.01.56:

“As COAPS e a COFAP atendem os apelos constantes de aumento dos preços, incentivando a corrida entre os preços e os salários. [...] A alimentação absorve 60% do orçamento doméstico. O controle dos preços por estas Comissões, que possuem amplos poderes legais de intervenção, entra no mercado não para combater a especulação e regularizar o abastecimento, mas para provocar a alta dos preços, desencorajando a produção e a população. É preciso eliminar as COAPS e a COFAP, que são órgãos responsáveis em grande parte pela inflação existente no País.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Zveibel defendia sem reservas a extinção das agências reguladoras e, nesse sentido, encontrou apoio imediato no colega Freitas Nobre (PSB), que sem meias palavras denunciou, na mesma sessão, “a audácia daqueles que aumentam, majoram abusivamente os preços. (...) Quando a Comissão Federal de Preços se reunia, um jornalista apontado como um dos mais combativos, revelando as maroteiras que envolvem, na sua generalidade, essas comissões de majoração de preços, foi agredido por um dos conselheiros. (...) Vejam V. Exas. a que ponto chegou o problema dos preços em nosso País.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

É clara a tensão testemunhada pelo vereador quando fala em “maroteiras”, sugerindo a existência de interesses escusos no seio da COFAP. Evidentemente, era de perfeito domínio, entre os vereadores, que a questão do abastecimento e preços era tão mais complexa à medida que exigia ação integrada das três esferas da administração pública. O vereador Americo Trabulsi (PST), na sessão de 27 de fevereiro de 1956, dirigiu um apelo ao presidente da república, num exemplo então frequente nos Anais:

“Hoje, lendo os jornais da Capital, verifiquei com bastante surpresa a homologação do acréscimo de 25% a 30% no preço dos pneumáticos. A COFAP homologou esse aumento. Tendo em vista esse fato, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, quero fazer daqui um apelo ao Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no sentido de que não deixe que se efetive tal medida com a facilidade pretendida pelas membros da COFAP. A base do abastecimen-

to, como ninguém ignora, é o transporte. Ipso Facto, estando já atravessando todo o povo brasileiro uma situação angustiada, dado o custo crescente da vida, o fato que acabo de trazer ao conhecimento da casa, se realmente efetivada irá trazer como consequência um aumento ainda maior das utilidades e principalmente os gêneros de primeira necessidade. Servirá de pretexto para esse aumento a elevação dos preços dos pneumáticos. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Já o vereador Corynto Baldoíno (PL), falando de um dos itens mais importantes na alimentação do paulistano, se expressa mais agressivamente na mesma sessão:

“Realmente, Sr. Presidente, é lamentável que ainda os governantes de nossa Pátria não tenham sido alertados e não tenham se empenhado no sentido de extinguir, de vez, a Comissão de Abastecimento e Preços. Esta Comissão só se reúne para praticar a sangria diária à bolsa do Povo. (...) Segundo reportagem que lemos no “Diário da Noite”, o padeiro Sr. Paulo de Medeiros afirma ser possível vender o pão a Cr\$ 10,50. Se assim for, por que então favorece a COAP ao tubaronato, se associa de maneira irritante a essa classe de homens que assalta ao povo de São Paulo, vendendo o pão por 11, 12 e Cr\$ 15,00. Nós concluímos, Sr. Presidente, desejando que os governantes estejam alertas e que extingam de uma vez por todas estas famigeradas comissões de preços.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Em certas ocasiões, o ataque inflexível às agências reguladoras, exigindo a sua simples extinção, era substituído por proposições menos radicais. E mesmo os vereadores mais aguerridos e envolvidos com a questão do abastecimento se mostravam muitas vezes divididos sobre a questão do controle de preços. Às vezes, propunha-se modificações na composição do Conselho da COFAP pois, conforme afirmava o vereador Baldoíno, nesse órgão, “por absurdo que pareça, predominam, ao lado dos representantes do governo, delegados dos setores diretamente interessados nos aumentos de preço, enquanto estão excluídos os sindicatos e as associações populares”. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 27.02.1956). Eventualmente, e em circunstâncias bem específicas, as críticas foram substituídas por avaliações positivas, como a formulada pelo vereador Agenor Lino de Mattos (PSP), na sessão de 26.06.57. Diante de uma notícia veiculada pela imprensa, afirmando que a COFAP iniciava negociações para adquirir reservas de arroz, feijão e charque diretamente das zonas produtoras de Minas Gerais, Paraná e de São Paulo, o vereador posicionou-se de maneira mais conciliadora, considerando que os graves problemas do abastecimento também resultavam da atuação “criminosa” de intermediários que atuavam na comercialização dos alimentos, os “tubarões”:

“Já fiz desta tribuna várias críticas à COFAP pelo seu mau funcionamento, isto é, por não vir aquele órgão atendendo às reais necessidades do povo brasileiro, que se viu, de uma hora para outra, atacado impiedosamente pelos tubarões que, a pretexto da segunda grande guerra, entenderam de ganhar, não o razoável, o honesto, o comercial, mas sim o absurdo, criminoso lucro (...). Hoje entretanto, diante da quase miraculosa notícia veiculada através do conceituado órgão da imprensa paulistana, “O Estado de S. Paulo”, quero congratular-me com os ilustres dirigentes da COFAP. (...) A interferência do poder público no setor econômico particular está prevista na Constituição Federal em um de seus artigos. Assim sendo, a medida aventada pela COFAP, embora tardia, vem alegrar-nos sobremaneira, porque é mais um raio de esperança de dias melhores. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Nunca é demais lembrar que a cidade sofrera uma redefinição política com a volta do regime democrático, ou seja, instituições importantes para a cidadania foram recriadas com o fim do Estado Novo; grupos sociais e candidatos a cargos políticos passaram a desempenhar um papel mais expressivo diante da novidade representada pelos processos de negociação política. Nesse novo contexto as lideranças políticas precisavam contar com o apoio da população para suas medidas que, de forma inédita, podiam ser contestadas ou aplaudidas, seja pela imprensa, pela elite, pelo povo nas ruas (QUEIROZ, 2004).

As falas dos vereadores, relativas às determinações do governo federal quanto aos preços e abastecimento, são vivamente reveladoras da abertura democrática então vivida. Os legisladores se dirigiam diretamente ao presidente da república para expressar repúdio e defender não apenas a comunidade que os elegera, mas também todo o “povo brasileiro”. É de se supor que as agências reguladoras de preços deveriam trabalhar em harmonia nas três esferas da administração pública. Porém, percebe-se a existência de conflitos incontornáveis, dada a incapacidade desses órgãos de impedir a alta contínua dos gêneros de primeira necessidade. É digno de nota que vereadores de nove, das doze legendas com assento na Câmara, tenham assinado juntos um pedido de extinção da COFAP:

“Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário em regime de urgência, seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de que reconsidere sua atitude enviando ao Congresso a mensagem que prorroga a existência da COFAP, tendo em vista a ineficácia desse órgão controlador de preços, na manutenção do equilíbrio de preços dos artigos e gêneros de primeira necessidade, na Capital e nas cidades de todo o território nacional. Críticas mais frequentes e fundadas, têm sido levantadas em relação às constantes intervenções prejudiciais ao povo consumidor, contra os pronunciamentos do organismo encarregado do abastecimento e fixação dos preços, sejam em relação ao arroz, a carne, ao azeite, a manteiga, a banha, sem que até hoje houvesse se verificado o efeito prático e o

sentido de real utilidade, que viesse a refletir no custo das mercadorias e artigos de consumo em geral. Um apelo para que S. Exa. promova a extinção desse organismo federal ou determine a reforma radical dos métodos de atuação no mercado.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Este documento foi assinado no dia 6 de novembro de 1957 pelos seguintes vereadores: Agenor Mônaco (PST), Monteiro de Carvalho (PSB), Coryntho Balduino (PL), Helena Junqueira e Pedro Geraldo (PDC), Jacob Zveibil e José Aranha (PR), Archimedes Lammoglia (PRP), José Cândido e Thimóteo Spínola (PSD), Mathilde de Carvalho (PSP). Esta composição de vereadores confirma, portanto, que na matéria “controle de preços” as diferenças partidárias eram deixadas de lado. Além destes, o vereador Tarcílio Bernardo (PTN), também manifestou repúdio à ação do governo federal, na sessão de 13.02.59:

“Não entendo por que o Sr. Presidente, que fez promessa de possibilitar ao povo a aquisição de alimentos ao alcance de suas bolsas ainda permite o funcionamento das COAP, COFAP, etc., órgãos que até hoje, só prejudicaram o povo. É comum, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, os jornais noticiarem que a Coap ou a Cofap vão se reunir. E o povo, quando ouve isso, fica de cabelos em pé, porque sabe que a cada reunião desses órgãos, novos aumentos se verificarão, com o objetivo único de escorchar o pobre trabalhador. Faço, pois, aqui, um apelo ao Sr. Presidente da República para que estude a possibilidade de extinguir esses órgãos todos.(...) Falta de pulso, falta de atitude do Presidente da República que faz questão de continuar a sacrificar o pobre povo brasileiro.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

O período da 3ª Legislatura corresponde aos anos do governo de Juscelino Kubitschek, anos que foram considerados de estabilidade política e de otimismo, graças aos altos índices de crescimento econômico, ao entusiasmo da construção de Brasília e à repercussão da propaganda oficial – “cinquenta anos em cinco” – que animava amplas camadas da população (FAUSTO, 1995). Entrementes, as exposições dos vereadores revelam um ambiente político-social de radicalizações. Ao que parece, o traumático suicídio de Getúlio Vargas e a dramática luta pelo poder que se seguiu à sua morte ainda se faziam sentir em São Paulo, mesmo quando se tratava de um assunto como o abastecimento. Algumas falas são emblemáticas desse clima de ameaças e temores que ultrapassavam os limites da política local. A vereadora Mathilde de Carvalho (PSP), comentou, na sessão de 21.12.56, declaração do Ministro da Fazenda que teria afirmado:

“Só com o regime ditatorial, com o regime de força seria possível baixar o custo de vida”. Mas, no entanto, dizia ela, em São Paulo, a atuação de um vereador no movimento pela baixa dos preços dos ovos, tinha dado os melhores resultados com a queda no preço deste item básico na alimentação. Via-se, portanto, concluía a vereadora, “que não foi preciso fuzilamento nem condenação

de ninguém, para que o preço dos ovos baixasse.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

É notável que as discussões sobre o abastecimento se concentrassem, não raramente, em um único produto. Todavia, este fato apenas confirma a importância de certos gêneros na dieta do paulistano. Além dos ovos, a carne também foi objeto de debates calorosos, já que a falta deste produto “atingiu aspectos de verdadeira calamidade pública”, pois a carne era considerada “alimento básico”. Os órgãos responsáveis pelo abastecimento e controle de preços enfrentavam dificuldades diante da atuação dos frigoríficos, alvos de importantes denúncias na Câmara que registrou esses duros embates, conforme atesta o discurso de Ary Silva (PR):

“Vemos que começam duelos de oratória vasados em termos pesadíssimos entre o interventor da COFAP e o Secretário da Higiene do Município. Tal coisa nada resolve. O povo reclama a solução do problema e não será com troca de insultos nem com ameaça da presença de fuzis e metralhadoras, como se isto por aqui fosse um lugarejo qualquer, que se terá a solução do problema.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959. Sessão de 16.09.1959).

Na sessão de 12.08.59, o vereador Dario de Lorenzo (UDN), comentou uma notícia veiculada pela imprensa segundo a qual o Conselho Coordenador do Abastecimento e a COFAP, sediados na capital federal (então a cidade do Rio de Janeiro) tinham sido alvo de um ataque com a explosão de duas bombas:

“Tal fato, sumamente deplorável é, porém, sobremodo expressivo. Dispensa todo e qualquer comentário. Traduz a atmosfera carregada que nos ameaça, reafirmo, por culpa exclusiva dos Poderes Públicos. Reputo dever cívico e humanitário combater o presente estado de coisas, com todo o brio, ardência e coragem peculiar aos inconformistas que sofrem com o sofrimento da Nação impossibilitada, pelos grilhões da inépcia ou da má fé, de marchar de encontro aos tão almejados dias melhores para si e para os seus filhos todos.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959).

Tanto quanto o Presidente da República, o governador do Estado também foi alvo de críticas e chamado a assumir suas responsabilidades. Na sessão de 22.04.57, Mathilde de Carvalho (PSP), trouxe para a Câmara informações sobre a estocagem indevida de cereais nas zonas agrícolas do norte do Paraná, sul de Minas, Goiás e regiões servidas pela estrada de ferro Sorocabana e Mogiana. Segundo ela entendia, o que acontecia nessas zonas produtoras de arroz e feijão era “simplesmente vergonhoso”. Afirmava que embora as safras tivessem correspondido às previsões, a quantidade oferecida ao mercado consumidor representava “verdadeiras migalhas”. Isto porque “os atacadistas açambarcadores soltam pequenas quantidades de safras estocadas há muito, a fim de criar uma falsa crise no mercado, e ainda a elevar os preços”. Mas o que era mais grave

ainda: “o próprio Governo do Estado colabora com essa política criminoso dos açambarcadores de esconder as safras, mantendo os meios de transporte de que dispõem praticamente paralisados” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

Mathilde de Carvalho teve, sem dúvida, uma atuação política das mais expressivas chegando a trabalhar em um “Programa de Combate à Carestia”, ao lado de entidades sindicais. Na mesma sessão, deixou registrado que as reivindicações dos trabalhadores tinham sido incluídas no “Plano Nacional de Abastecimento” do governo federal. Ela participava das reuniões do “Pacto de Unidade”, entidade que recebeu o coronel Walter Joaquim dos Santos, então secretário geral do Conselho Coordenador de Abastecimento. Representando o presidente Juscelino Kubitschek, o coronel viera a São Paulo para expor e debater o referido plano com os dirigentes sindicais. Para a vereadora, os problemas de abastecimento exigiam a mobilização da sociedade, o que efetivamente resultou no plano “Convenção Popular Contra a Carestia”.

Finalmente, deve-se notar que a Câmara estava bastante atenta ao problema do pequeno agricultor paulista, peça então fundamental na complexa engrenagem do abastecimento da capital. O vereador Jacob Zveibel (PR), foi um dos que enfrentou essa questão, fazendo notar a sua relevância. Ele foi bastante incisivo ao afirmar na sessão de 22.10.56: “Para que a questão do abastecimento do nosso Município encontre solução é necessário que a Prefeitura conheça e auxilie os pequenos proprietários lavradores impossibilitados de desenvolver a sua produção” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956). Para Zveibel, a realidade dos pequenos produtores paulistas era desconhecida e era urgente que os poderes públicos levantassem dados relativos à demografia, produção, localização, número e tamanho das propriedades. Só com esses dados em mãos, o Governo do Estado poderia tomar medidas efetivas de apoio ao pequeno produtor. Ele propunha, por exemplo, que o governo do estado abolisse o imposto territorial sobre as terras cultivadas e o imposto sobre a produção. Entendia que esses tributos eram um “fardo” que acentuava a “tendência do pequeno agricultor a hipotecar ou ceder as suas propriedades aos grandes proprietários (...) enquanto outros se viam obrigados a vender e a retalhar a terra”. Alertava que a área da exploração agrícola era cada vez menor no município de São Paulo e o transporte de frutas e de hortaliças vindos de regiões distantes da capital elevavam consideravelmente os preços. Para ele, cabia à Prefeitura elaborar e executar um programa para incrementar a produção e estimular a inversão de capitais na produção agrícola, com o objetivo de reverter o processo de loteamento das áreas agrícolas da cidade. O vereador Agenor Lino de Matos (PSP), na mesma sessão, também assumiu a defesa do pequeno agricultor argumentando:

“Isto porque verificamos, por exemplo, que o Sr. Prefeito Municipal está tabelando as verduras e os legumes. O Governo do Estado, por sua vez, também

impõe tabelas de preços para o feijão, arroz, batatas etc. Mas, infelizmente, não há nenhuma fiscalização, nenhuma tabela na mercadoria ou nos objetos comprados pelos lavradores, como por exemplo, a enxada, a foice, o machado, o arado e o disco do arado. Não há também tabela de espécie alguma para a roupa do caboclo, roupa simples mas necessária. Não há tabela para calçados, não há tabela para remédio. Só há tabela para a produção do caboclo.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Já o vereador Fernando Scalamandrê Junior (PTN), pediu o apoio da Casa para um projeto do governador Carvalho Pinto na sessão de 22.03.59: isenção do imposto territorial rural as propriedades até 48 hectares desde que os proprietários residissem nas terras e se dedicassem à exploração das mesmas. Considerava o projeto importante para o município da Capital, que ainda vivia em função da pequena propriedade: chácaras, sítios, granjas que a cercavam e cuja produção frutícola, hortícola e de aves suprimia a demanda dos mercados, das feiras-livres, das mercearias e quitandas e, por fim, assegurava a normalidade do abastecimento. Scalamandrê defendia, portanto, a existência do chamado “Cinturão Verde”, ou seja, o conjunto de pequenas propriedades agrícolas situadas no perímetro urbano e cultivadas por famílias.

Enquanto o controle de preços era duramente criticado e a defesa do pequeno produtor rural se configurava, o desafio cotidiano do abastecimento na capital demandava dos vereadores respostas imediatas.

Disputas políticas e soluções controversas.

O problema do controle de preços levava os vereadores de São Paulo a extrapolar suas considerações para a esfera política nacional, já que as agências reguladoras do Estado e do Município existiam em função de determinações de decreto federal. Evidentemente, em muitos aspectos e, dependendo do tipo de gênero alimentício, o problema do abastecimento se inscrevia no contexto da administração pública federal. Todavia, vários problemas de produção e comercialização de inúmeros produtos se restringiam mais às órbitas da administração estadual e municipal. E na defesa de propostas, bem como nos ataques às “soluções eleitoreiras”, os vereadores se expressavam com tanto vigor e paixão quanto o demonstrado no debate sobre o controle de preços.

Nos anos de 1950 os produtos alimentícios que formavam a dieta do paulistano provinham de duas áreas abastecedoras: uma contígua ou entrelaçada ao aglomerado urbano, e outra de regiões mais distantes. Todos os produtos altamente perecíveis, como as verduras, eram cultivados em sítios e chácaras ainda presentes no perímetro da capital. No conjunto, quer em consequência do efetivo demográfico de São Paulo, quer em face da extraordinária diversificação que caracteriza sua composição e pelo poder aquisitivo relativamente alto de uma parcela, o mercado consumidor paulistano exigia uma gama muito variada



Mercado Municipal de São Paulo, 1937.

Foto Acervo Histórico de São Paulo

de produtos alimentícios, sempre em grande quantidade. Naturalmente, alguns produtos merecem destaque maior, dado seu consumo ser mais generalizado: o arroz e o feijão, cujos estoques eram reforçados pela produção de outros Estados; o trigo, consumido principalmente sob a forma de pão ou de massa industrializada, era praticamente todo importado do exterior. Quanto aos gêneros altamente perecíveis e considerados essenciais na dieta do paulistano, havia dois tipos de zonas produtoras: uma produtora de frutas, aves e ovos, que se distribuía indistintamente por todo o Estado; e outra, que fornecia diariamente legumes e verduras, correspondendo principalmente à zona do “cinturão verde”, ou seja, do conjunto de pequenas propriedades como sítios, chácaras e hortas que existiam na cidade e em seus arredores (GUIMARÃES, 1969. p. 11-12).

7. O atual maior entreposto da cidade, a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CEAGESP – começou a funcionar em 1969. Esse entreposto foi construído e inaugurado pela Prefeitura de São Paulo em 1966, como Entrepósito Terminal do Jaguaré, passou para a administração estadual em 1969 como Centro Estadual de Abastecimento – CEASA e, hoje, é empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O esquema básico de distribuição e comercialização dos gêneros alimentícios obedecia a uma trama complexa, que variava conforme o produto. Essa trama, ou canais de comercialização, tinha início nas propriedades agrícolas, passava por intermediários e chegava à metrópole em direção aos postos atacadistas e daí ao consumidor através dos estabelecimentos varejistas. Nos anos de 1950, toda a produção do interior do Estado, de outros Estados e do exterior era remetida para o Entrepósito Municipal da Cantareira, localizado na área central da cidade.



Mercado Municipal de São Paulo, frigorífico.

Foto Acervo Histórico de São Paulo

Também conhecido como Mercado da Cantareira ou “Mercadão”, o edifício do mercado, construído e administrado pela Prefeitura desde 1933, representava o núcleo de um extenso entreposto com vários atacadistas estabelecidos no seu entorno, espalhados pelos bairros da Sé, Brás e Santa Efigênia. Essa região, ainda hoje conhecida como “zona cerealista”, concentrava a recepção e comercialização de toda a produção de arroz, feijão e batata consumidos na cidade de São Paulo e nos municípios vizinhos. A produção de verduras, legumes e frutas, que não era comercializada diretamente pelos produtores nas quitandas, mercearias e feiras-livres, também era distribuída a partir desse entreposto⁷.

Américo Trabulsi (PST), foi presença marcante nas discussões sobre o abastecimento e incansável defensor da feira-livre como a melhor solução para a distribuição de gêneros alimentícios na capital. Não fazia oposição ao prefeito, mas alertava constantemente o chefe do executivo municipal quanto aos problemas dessa área essencial. Em um de seus extensos discursos, como o pronunciado na sessão de 27.02.56, explica que prefeito vinha “peregrinando pelos mais longínquos recantos do Município para constatar o fenômeno da alta do custo de vida”. Para Trabulsi, contudo, e mesmo acreditando que o prefeito estava “imbuído da melhor boa vontade”, enganava-se por acreditar que o problema estava nas mãos do produtor. Para o vereador “a raiz desse mal” não estava junto daqueles que “dependem da benevolência de um entreposto, que

estão na dependência de um Mercado Municipal que está na dependência dos atravessadores, que estão na dependência das cooperativas existentes legal e ilegalmente” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

É por meio das falas desse vereador que se vislumbra claramente a tensão social reinante no complexo sistema de abastecimento da capital. Trabulsi tinha uma afinidade particular com o mundo das feiras-livres, provavelmente por ter atuado como Fiscal de Feiras antes de ser eleito vereador. Não raramente, acompanhou grupos de feirantes para verificar pessoalmente os dramas diários vividos por esses comerciantes. Naquela sessão, narrou um sério conflito que presenciou no Entreposto da Cantareira durante uma madrugada:

“Disseram-me essas pessoas (os feirantes) que, ao se postarem no portão da Cooperativa Agrícola de Cotia, foram maltratadas por milicianos, por ordem da direção da entidade, que ali estavam destacados para manter a ordem. Quase foram agredidos esses feirantes que madrugada adentro ali estavam para adquirir os produtos e levá-los aos mais longínquos recantos desta cidade cuja população está desnutrida, eis que carece de alimentos. Verifiquei que na Cooperativa em referência tinha de tudo menos os produtos para cuja manutenção fora constituída.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Naquela ocasião, Trabulsi se depara com um problema bastante recorrente na época: a falta de produtos específicos, os quais simplesmente desapareciam do entreposto porque eram vendidos pelas cooperativas para outras cidades e mesmo Estados. Naquela madrugada, o conflito se instalou entre os dirigentes da Cooperativa de Cotia e os feirantes por causa do tomate. A cooperativa tinha deixado uma pequena parte da produção recebida para os feirantes da capital, os quais “aguardavam a abertura da Cooperativa durante horas e horas, sem poder dormir”. Além disso, o vereador analisou a qualidade do produto, constatando que era do tipo “fábrica”, ou seja, “um produto semi-deteriorado não sendo passível entregar ao consumo da população. O consumidor acabaria responsabilizando o feirante pela sua venda”, concluiu o vereador.

As dificuldades impostas pelo controle de preços se revelavam, naquele caso específico, em toda a sua complexidade. Se por um lado os vereadores defendiam a extinção do organismo federal de controle, por outro lado defendiam a existência de um “bureau” de cotações, de responsabilidade do Prefeito. Trabulsi, por exemplo, opinava que o “órgão municipal deveria se ramificar não apenas entre os entrepostos e feiras livres, mas também entre os mercados municipais e cooperativas. (...) mesmo porque as próprias cooperativas resolverão constituir depósitos adjacentes ao Mercado, impondo o produto disponível ao Entreposto, visto que os feirantes não encontrando o produto no Entreposto, em virtude do tabelamento, só os encontrarão num depósito que

poderá vender a seu bel prazer. Daí virá o desequilíbrio na compra feita pelos feirantes.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

A vereadora Anna Lamberg Zéglio (PSP), também se destacou nos debates sobre abastecimento. Ocupou a tribuna colocando-se “como qualquer outra dona de casa” que ia semanalmente à feira para fazer compras e tinha a oportunidade de verificar o contínuo aumento dos preços dos gêneros alimentícios, quando não a simples falta de alguns deles. Chegou a afirmar que itens básicos da alimentação como as hortaliças, as verduras, legumes, frutas, ovos, aves e cereais, estavam desaparecendo ou fugindo do alcance do consumidor. Na sessão de 27.02.56 ela citou exemplos:

“É o caso principalmente, dos seguintes produtos cuja cotação nos mercados, nas feiras e no próprio Entrepasto, está assim fixada ou estabelecida a “bel prazer” dos exploradores: tomates, de 20 a 30 ou 40 e talvez cheguemos até 50 cruzeiros por quilo; ovos, de 28 a 38 cruzeiros por dúzia; limão de 14 a 36 cruzeiros por dúzia; laranjas, de 25 a 38 cruzeiros a dúzia e pedem cinicamente por um mirrado pé de alface pasmem, Srs. Vereadores!! a extorsiva quantia de 5 cruzeiros e às vezes mais! São de estarrecer, meus senhores, os preços criminosamente alterados destes gêneros, principalmente quando sabemos que não há escassez do produto e que as colheitas, nesta época, foram muito satisfatórias.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Zéglio afirmava existir “uma lei de oferta e procura” e que se as safras eram boas e as colheitas satisfatórias, os preços deveriam abaixar ou pelo menos manter-se estáveis. Entretanto, ela via exatamente o contrário: os gêneros subiam de preço e ela procurou compreender “as causas deste estranho fenômeno que se torna, aqui, a completa negação daquela lei econômica”. Ela colhe informações e, concordando com o noticiário do jornal “Diário da Noite”, concluiu que as verduras, hortaliças, frutas, ovos, aves e outros produtos agrícolas, estavam sendo sonegados ao controle do Abastecimento Municipal, em decorrência da intromissão de “intermediários” e de certas “cooperativas fantasmas” que desviavam a produção local para outros Estados, tendo como finalidade auferir lucros maiores. Para ela, a alta astronômica dos produtos na Capital era apenas o reflexo desta “sórdida manobra”.

Conforme dito anteriormente, o vereador Américo Trabulsi se destacou como um dos mais ardorosos defensores das feiras-livres e dos feirantes. E não admitia que os feirantes fossem tidos como os responsáveis pela alta dos preços dos alimentos e que, na complexa trama de distribuição desses gêneros, só os feirantes fossem severamente fiscalizados pelas agências reguladoras de preços. Na sessão de 06.04.56 o vereador elaborou uma defesa irrestrita da classe dos feirantes, os que mais sofriam com os desacertos da administração pública:

“Tudo sobe, e o que mais aumenta são as calúnias formuladas contra os humildes feirantes da Capital. Chamam-nos, aos quatro ventos, de ladrões, quando eles nada mais são que homens abnegados, peregrinos, judeus errantes que levam aos quadrantes de nossa metrópole algo com que o povo possa se abastecer. É preciso, Srs. Vereadores, pôr-se termo a essas ofensas. Não é justo que se faça ofensa de tamanha monta a homens honrados, chefes de família, que não dispõem de uma hora sequer para repousar no convívio de sua família. (...) nos jornais da Capital, deve ter verificado que é comum aparecer em manchetes: Vamos acabar com essa ladroeira, ladrões, e assim por diante. É através deste noticiário, sem eliminar o joio do trigo, através dessas ofensas que se atingem a honra de homens íntegros. Não há sequer uma restrição para se colocar a salvo aqueles que não merecem ser atingidos pela crítica. Existe um controle de preço criado pela Municipalidade. Existe a Coap, a Cofap, a Comap e assim por diante, enfim, várias autarquias e várias organizações para elaborarem os seus “bureaux” de cotação. Mas a fiscalização sistemática apenas abrange o terreno das feiras-livres da Capital.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Americo Trabulsi avaliava com clareza as dificuldades impostas pelo tabelamento de gêneros alimentícios. Ele, como a vereadora Anna Lamberg, já tinha notado que as cooperativas, e demais distribuidores do entreposto central, tentavam escapar do controle de preços ao vender simplesmente para quem estivesse disposto a pagar mais. Outro problema dizia respeito à qualidade dos gêneros alimentícios que, evidentemente, varia muito, além de tratar-se de produtos altamente perecíveis. Por esses motivos, Trabulsi dizia que se cometia, quanto ao tabelamento, “um verdadeiro atentado contra os feirantes.” Para ele, o “bureau” de cotações da Prefeitura do Município oferecia um serviço incompleto por não possuir uma “comissão de classificadores”. Ele entendia que o tabelamento só fazia sentido se fossem consideradas as diferentes qualidades de um mesmo produto:

“Ora muito bem, Srs. Vereadores, sabemos que existem vários tipos de tomate. Se o tomate extra estiver custando 600 cruzeiros a caixa e se for colocado à venda por 27 cruzeiros o quilo, “ipso facto”, haverá um controle no que se refere à classificação do produto, para que não seja vendido pelo mesmo preço o de qualidade inferior. Se o órgão competente não previr isso estará consequentemente, permitindo a burla. (...) Verifiquem os Srs. que apenas o feirante é ladrão, apenas os feirantes não prestam. Ai do povo desta grande metrópole se um dia deixarem de existir às feiras-livres da Capital. Possuem elas tudo aquilo de que o povo precisa, a preços às vezes inferiores aos da cotação do “Bureau”. Haja vista que a alface, que está cotada a 3 e a 2 cruzeiros, era vendida hoje a um cruzeiro, na feira. Existindo o produto não seguem, os feirantes, absolutamente, o que determina o “Bureau”: eles querem colaborar com o povo,

porque eles também são parte desse mesmo povo.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Trabulsi era tão comprometido com as questões do abastecimento que tentava pessoalmente dirimir impasses junto à Cooperativa Agrícola de Cotia, tendo solicitado aos diretores que não desviassem o produto da Capital, medida que só poderia ser adotada quando houvesse excesso na oferta de safras. Estava convicto quanto ao desejo dos feirantes de oferecer à população gêneros de primeira necessidade a preços acessíveis. Todavia, a situação “calamitosa” era provocada “por parte dos atacadistas, por parte dos ‘tubarões’ que, não tendo medidas leva o pobre do feirante a essa situação de desespero”. Segundo o vereador entendia, não havia fiscalização enérgica nos postos atacadistas que ficavam impunes enquanto “o humilde, o lutador ou o homem que trabalha para dar o pão aos seus filhos”, sofria com ela.

Um dos principais problemas identificados pelos vereadores dizia respeito à ação “de verdadeiros intermediários ou atravessadores no abastecimento da Capital”. Era comum que se fizessem denúncias contra “pretensas cooperativas” que contavam “para suas manobras, com a inépcia e a incoerência dos órgãos controladores dos gêneros de primeira necessidade”. Estava claro, portanto, que o controle de preços atingia apenas “o pequeno mercador, deixando a seu bel prazer os tubarões, aqueles que têm a oportunidade de controlar o mercado produtor.”

Os vereadores denunciavam o problema, mas não sabiam identificar pessoas e grupos que atuavam como intermediários, atravessadores, especuladores. Não houve nenhuma denúncia contra grupos ou pessoas específicas que atuavam no entreposto da Cantareira. Conforme dito antes, a “zona cerealista” era constituída por dezenas de empresas comerciais - os atacadistas - que compravam e revendiam os gêneros alimentícios. Além deles, havia as cooperativas que concentravam em peso a produção e comercialização de verduras e de legumes do Estado e São Paulo. De fato, a recepção de produtos oriundos de centenas de localidades, sua revenda entre os próprios atacadistas e a venda final aos feirantes e donos de mercearias era, e ainda é, caracterizada por um dinamismo impressionante. É realmente difícil imaginar que seja possível exercer controle de preços na comercialização de gêneros alimentícios nos moldes tentados durante aqueles anos.

Inúmeras vezes, os vereadores se exaltavam e usavam a imagem do “tubarão” para qualificar a atividade dos intermediários como predatória. De fato, no imaginário popular, o tubarão é um animal perigoso, agressivo e possui, é verdade, um apetite voraz. Comparar os empresários do setor de alimentos ao grande predador expressa, portanto, uma crítica bastante severa a esse grupo de negociantes. De fato, percebe-se aqui um posicionamento ideológico contra

a burguesia e o sistema capitalista, posição que era claramente defendida por alguns militantes políticos durante aqueles anos. O Partido Socialista Brasileiro, por exemplo, fazia uma “interpretação implacável da dependência burguesa com relação ao capitalismo internacional”; e a dificuldade do governo para combater a carestia se explicava pela “frouxidão imposta pela burguesia às suas instituições.” (HECKER, 1988. p.217).

Feitas estas considerações, pode-se supor que era realmente sobre o feirante que recaía a impossível tarefa de obedecer às tabelas de preços. A fiscalização podia agir mais facilmente nas feiras-livres, pois estas funcionavam durante um pequeno intervalo de horas, enquanto o entreposto comercializava mercadorias quase ininterruptamente. Todavia, era no Entreposto da Cantareira que se decidia o preço de cada gênero conforme a oferta e a demanda diária.

Sobre essa questão, outro vereador foi muito mais contundente e dramático, indignando-se com “as manobras dos atravessadores de câmbio negristas”. Corynto Balduino (PL), na sessão de 21.05.56, também criticou as intervenções do governo na economia com resultados diretos no aumento dos preços, bem como os interesses antagônicos que agiam na sociedade:

“Não têm mais prazer os paulistanos de ler os jornais ou ouvir os seus rádios no noticiário que promana do Catete ou do Ibirapuera. É o aumento do preço do selo, dos telegramas, das tarifas ferroviárias dos transportes em geral, da energia elétrica, a exportação da carne e suas consequências, a ameaça do aumento do preço do açúcar por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool - o mesmo que impede São Paulo de produzir mais cana para não ferir os interesses de plantadores de outras zonas do País - a escassez de ovos na praça, oscilando o preço por dúzia entre trinta e seis a quarenta e cinco cruzeiros, enquanto se lê que seguiram para a Europa três mil, duzentas e treze caixas de ovos e que agora recebemos novas encomendas de quarenta e três mil caixas. Política errada essa em que exportamos o que nos falta e pagamos, no mercado interno, preços maiores do que os que importam. O mercado de arroz e feijão, dos gêneros de primeira necessidade, imprescindíveis à mesa do paulistano, prossegue numa alta crescente, em virtude de manobras dos atravessadores de câmbio negristas. Diante do quadro tétrico que, de relance, contemplamos, nós apelamos ao Executivo que contenha o seu espírito altista e que realmente se empenhe em solucionar o grave problema do abastecimento da Capital.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Voltando às discussões sobre as soluções para o problema do abastecimento, havia vereadores que não acreditavam nas feiras-livres como a melhor alternativa, já que elas, por suas características, impunham “sacrifícios” ao paulistano. Entre os vereadores que não apoiavam a manutenção das feiras, Corynto Balduino (PL), dizia que “infelizmente, as feiras-livres e os mercadi-

8. Os chamados mercados distritais, ao que tudo indica, tornaram-se os atuais Mercados Municipais. Na época da 3ª Legislatura, alguns deles já tinham sido inaugurados nos seguintes bairros: Pinheiros (1910), Ipiranga (1940), Tucuruvi (1949), Lapa (1954).

nhos distritais não constituíram a solução do angustioso problema”. Segundo entendia, as feiras-livres não atendiam a finalidade para a qual tinham sido criadas, transformando-se “num conjunto de bazares de roupas feitas, bugigangas, armarinhos e artigos de alumínio, em detrimento dos gêneros de primeira necessidade que deveriam fazer concorrência aos empórios e mercearias”. Baldoíno não acreditava que o paulistano pudesse ser compensado pelo “sacrifício imposto pelas feiras-livres e a precariedade de higiene nas suas ruas”. Também não aprovava os mercados distritais⁸ que, de início, pareciam ser a solução, pois “logo deduziu o municípe tratar-se de mais uma farsa administrativa. Os preços naquelas casas rivalizavam com qualquer estabelecimento congênera” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 21.05.56).

O que o vereador definiu como “farsa administrativa” revela, sobretudo, a tensão existente entre a Câmara e o Prefeito. Na questão do abastecimento em particular, o relacionamento entre o legislativo e o executivo municipal foi francamente turbulento naqueles anos. A leitura dos Anais evidencia que o Prefeito autorizou várias experiências de venda no varejo à revelia dos vereadores. Entre essas iniciativas, estava a venda de frutas em “carrinhos” que podiam se posicionar em diferentes pontos da cidade, o que levou um vereador a comparar, de maneira bastante pejorativa, a cidade de São Paulo à cidade chinesa de Xangai. A ideia do prefeito era colocar o produtor em contato direto com os consumidores, mas os preços continuavam altos e pior, a cidade tornava-se ainda mais caótica, tumultuada e suja, conforme asseverou o vereador Agenor Mônaco (PST), na sessão de 28.06.56:

“O que tenho notado é o seguinte: que o Departamento de Abastecimento, no afã de baratear o custo das frutas, permitiu facilidades de ligação entre o consumidor e produtor. Realmente, esses caminhões e carrinhos são de mercadorias de produtores, que vendem diretamente ao povo, mas, justamente a inexistência de uma fiscalização tem tornado inútil todo o trabalho de facilitação que a própria Prefeitura, através do Departamento de Abastecimento, promoveu”. (...) “A mexerica que era vendida a 5 cruzeiros a dúzia, nas feiras livres; essas mexericas estão sendo vendidas a Cr\$ 12,00 a dúzia em carrinhos e os Srs. podem fazer um passeio pelo centro da cidade porque São Paulo está transformada em verdadeira Shangai porque em cada esquina há um carrinho de frutas.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Outra intervenção da Prefeitura incendiou ainda mais os ânimos na Câmara. O vereador Freitas Nobre (PSB), informou a Casa que o Executivo tinha criado a Companhia Municipal de Abastecimento ‘COMA’. Com este projeto, o prefeito estava autorizando a instalação de 500 barracas a título de “Mercadinho da Prefeitura” e a primeira delas estava sendo inaugurada na Vila Prudente. Para o vereador essa iniciativa visava apenas interesses eleitorais, conforme esbravejou na sessão de 30.10.57:

“O Executivo não cuida, fundamentalmente, do problema das feiras livres e dos mercados distritais. S. Exa., o Chefe do Executivo procura embair o público, instalando essas barracas que, na realidade, vão vender pelo mesmo preço cobrado nas feiras livres. E essa Companhia Municipal de Abastecimento, que faz publicidade pelos jornais, convidando o povo para assistir à inauguração do primeiro posto dos 500 postos, evidentemente com fins eleitorais, porque se aproxima a eleição para Governador do Estado. Então, essa “coma” nem a Câmara Municipal sabe o que é. Se é Companhia Municipal de Abastecimento, com a designação abreviada de “Coma”, devia esta Casa ter conhecimento de como foi organizada, como nasceu, como se estruturou, se é o que o Município participa de alguma maneira nessa companhia.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

Por sua vez, o vereador Agenor Mônaco (PST), também atacou este projeto na sessão de 09.12.57, considerando-o um “condenável recurso eleitoreiro” do Prefeito. Desta vez, entretanto, enfatizou os sérios problemas urbanísticos causados pela instalação de barracas em certos locais, como por exemplo, junto “à belíssima e monumental Biblioteca do Tatuapé”, edifício público situado em uma praça onde também existia um parque infantil. Segundo avaliação de Mônaco, a praça estava sendo “invadida por construções precárias, de madeira, destinadas à venda de frutas, em nome do abastecimento da Capital, do combate à carestia de vida”. Porém, não se justificava “este enfeiamento da cidade de uma forma indiscriminada, ao sabor de interesses puramente comerciais”; não se admitia que “em nome desta coisa séria que é o abastecimento, nesta época de safra abundante de pêssego e outras frutas, fosse São Paulo transformada em verdadeira cidade mercado”. Além disso, havia o problema da sujeira, já que o do serviço de limpeza pública era “insuficiente”. Antes de encerrar o seu discurso, apresentou ainda projeto de lei extinguindo as barracas, em cuja justificativa incluiu a avaliação de movimentos populares:

“É a voz do povo já está dizendo que é preciso terminar de uma vêz por todas com êste procedimento improvisado de construção de barracas tal como sucede aqui mesmo nestas escadarias próximas à Câmara e que dão acesso ao Vale do Anhangabaú, onde as barracas se sucedem em verdadeira fila, concorrendo com as filas de ônibus. É lamentável que isso se verifique em São Paulo. (...) Condenada pelo povo, condenada, recentemente pelo Movimento de Arregimentação Feminina, que demonstrou a sua inutilidade e acentuou que a concessão para sua instalação é mero golpe publicitário e condenável recurso eleitoreiro, pois o que as barracas do COMA fazem, ao comércio legal e honesto da vida, são inúteis. Além do mais, com elas estão sendo feitas negociatas, como, por exemplo, a sublocação. Não servem ao povo. Desservem-no. E prejudicam a estética da cidade enfeiando-a, prejudicando, até mesmo, o livre trânsito

to, além de prejudicar a limpeza das ruas. Dai a necessidade de serem banidas.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Conforme já dito, a redefinição política pela qual a cidade vinha passando desde a volta à democracia tornava os grupos sociais mais atentos, participantes e críticos das soluções adotadas. Por outro lado, o poder municipal paulistano se reorganizava, ampliando e diversificando a máquina burocrática, nem sempre de modo racional e planejado. E, de fato, são conhecidas as práticas clientelísticas de um dos políticos mais populares da época: Adhemar de Barros, líder do Partido Social Progressista, que fazia concessões de serviços públicos, nem sempre condizentes com o interesse público, além de criar cargos para atender seus cabos eleitorais (QUEIROZ, 2004).

O vereador Monteiro de Carvalho (PSB), por sua vez, criticou “a prática pouco ortodoxa do Secretário da Higiene” que recorria “à prática condenável de distribuir memorandos para o funcionamento de tais barracas, e até distribuiu novos memorandos para que nas alamedas do Mercado Distrital da Lapa fossem instaladas bancas especiais”. Além disso, o vereador menciona a colocação de uma faixa que promovia o político: “Campanha de abastecimento do Dr. Adhemar de Barros”. Mais que reprovar a ousadia do então Prefeito, afirmou ter recebido “inúmeras reclamações de munícipes usuários daquele Mercado que foram sucessivamente logrados, porque tendo lido aquela faixa, tinham a impressão de que comprariam mais barato e artigos de melhor qualidade”.

Feiras-livres: “um mal necessário”?

No coração da vida paulistana, as feiras-livres foram e continuam sendo lugares de convivência que contribuem para o dinamismo da economia da cidade. Sua influência para o desenvolvimento urbano é inegável e seu caráter econômico, específico e original merece ser destacado. Além disso, é verdade que “para além de estratégia de abastecimento, as feiras de rua são um verdadeiro patrimônio cultural de São Paulo” (ROLNIK, 2014).

Antes da expansão das redes de supermercados, a participação das feiras-livres na distribuição de gêneros alimentícios ao consumidor era considerada “importantíssima”, mesmo porque a sua clientela era das mais variadas, no tocante às classes sociais. Tal fato se devia às grandes diferenças de artigos e de preços encontrados nas feiras, onde o paulistano podia encontrar todos os gêneros alimentícios, industrializados ou não, exceto a carne fresca. Era o tipo de comércio varejista que mais se aproximava do consumidor, embora vendesse apenas à vista, o que afetava o consumidor de baixo poder aquisitivo. As feiras também eram consideradas pela população como o meio mais barato e acessível de adquirir alimentos básicos. E apesar da relativa concorrência dos empórios que, conforme já dito, vendiam a crédito, as feiras não eram superadas na ven-



São Paulo Anos 50: vista do comércio na rua Doze de Outubro no centro de São Paulo. São Paulo (SP), Janeiro de 1958.

Foto: Folhapress

da de alimentos perecíveis, como as frutas, verduras e legumes (GUIMARÃES, 1969. p. 7-16).

As feiras-livres existem desde sempre e não é possível determinar um ponto de partida (HILAIRE, 1945; BRUNO, 1953). Entretanto, sua história oficial começou em 1914, quando o prefeito Washington Luiz Pereira de Souza sancionou lei criando as feiras-livres. Sabe-se que esta lei apenas reconheceu e regularizou uma atividade comercial que já existia na cidade. Assim, as primeiras feiras-livres regulamentadas foram realizadas no Largo General Osório e no Largo do Arouche, no centro da cidade. O número de feiras foi crescendo paulatinamente, assim como a legislação pertinente que era aos poucos aperfeiçoada; ora para ampliar o leque de produtos que podiam ser comercializados e a organização das barracas, ora para tratar da fiscalização, impostos de exercício da profissão de feirante e até mesmo ética profissional e noções de higiene. Em 1948, houve uma expressiva expansão das feiras, quando se determinou a instalação de pelo menos uma feira semanal em cada subdistrito ou bairro da cidade. No ano de 1953, uma nova lei autorizou a comercialização de artigos artesanais produzidos por instituições de caridade⁹.

Todavia, e apesar da importância das feiras-livres para o abastecimento de alimentos, ainda são raros os pesquisadores que notaram sua realidade histórica, identificando-as como tema relevante para o conhecimento da vida social. Assim, foi surpreendente descobrir que as feiras constituíam objeto de preocupação permanente para os vereadores de São Paulo.

É interessante notar que, embora fosse “indiscutível a posição que as feiras ocupam em relação a outros tipos de comércio varejista, evidenciando uma participação significativa, tanto pelo seu número, quanto pela sua presença generalizada e cujo papel relevante sobressai-se no abastecimento de produtos básicos para a alimentação” (GUIMARÃES, 1969: 91), ainda assim os representantes políticos da comunidade paulistana não chegavam a um consenso plenamente favorável quanto à sua manutenção.

Os debates revelam um duro embate entre posições contra e a favor da feira-livre. Entrementes, além dos argumentos registrados, nota-se, por meio das falas dos vereadores, que as feiras possuíam uma estrutura institucional, espacial, social, comercial e jurídica conforme dito no início deste artigo.

E enquanto novas soluções para o abastecimento de gêneros alimentícios eram debatidas, e mesmo se as feiras deveriam continuar existindo ou não, ao mesmo tempo os vereadores solicitavam a criação de novas feiras. Os pedidos para a criação de uma feira em endereço específico eram dirigidos ao Prefeito, o que atesta desde já a prerrogativa do chefe do executivo para esse assunto. Esse princípio implicava que o estabelecimento de uma feira deveria obedecer a um procedimento de criação e apenas o Prefeito podia institucionalizar e dar realidade jurídica à feira. Cabia aos vereadores formular esses pedidos que, exatamente como outras solicitações feitas diretamente ao Prefeito, recebiam o título de “Indicação”.

A redação das “Indicações” seguia um modelo com informações básicas que justificavam o pedido para a criação de uma nova feira-livre. Depreende-se que esses pedidos tinham partido de um grupo específico de moradores, de um determinado bairro da capital. Assim, ao redigir uma “Indicação”, o vereador fazia referência à comunidade de moradores que seria beneficiada com a feira; apresentava o endereço completo da rua onde seria instalada; descrevia uma situação econômica propícia, ou seja, incluía informações sobre a carência de comércio varejista no bairro. A “Indicação” era, portanto, o primeiro ato formal que daria origem a uma feira-livre. Assim, como exemplo, na sessão de 11.09.57, a vereadora Anna Lambergá Zéglio (PSP), apresentou uma solicitação que segue a fórmula normalmente usada:

“Indico ao Senhor Chefe do Executivo Municipal a necessidade urgente de determinar as providências cabíveis junto a Secretaria de Higiêne no sentido de que seja criada uma “Feira-livre”, que deverá funcionar de preferência

às quintas-feiras, na Rua Carmina Pasqui, na parte dos fundos da Igreja de “Santa Luzia”, localizada na Vila Paulicéia, Parada Inglesa, Distrito do Tucuruvi. Justifica a criação daquele mercado de abastecimento para a população local o fato de ali não existir facilidades de abastecimento de gêneros, sendo que a feira mais próxima se realiza no distrito de Santana ou em Tucuruvi, porém em local muito distante da Parada Inglesa, o que além de fatigante, implica em considerável percurso a ser feito sem meios suficientes de condução.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

Além dos pedidos para criação de novas feiras, havia também pedidos para a mudança de endereço de feiras em funcionamento. E de maneira surpreendente, esses documentos fornecem amplas informações sobre as diferentes realidades sociais da cidade de São Paulo. Por meio das justificativas que embasavam tais pedidos, revelam-se inúmeros conflitos entre os feirantes e os moradores locais ou com donos de negócios que se sentiam prejudicados no dia da realização da feira. Além dos conflitos sociais, várias queixas sobre pretensas desordens urbanísticas também revelam filigranas da sociedade paulistana.

Em certa ocasião, um grupo de feirantes, impedido de instalar a feira que faziam habitualmente na Rua Gabriel dos Santos e Alameda Barros, procurou o vereador Trabulsi, em sua residência, madrugada ainda, para que ele intervisse a favor da instalação. Indo ao local da feira, o vereador constatou que os fiscais tinham uma ordem do Departamento Municipal de Abastecimento para suspender a feira e, diante disso, ele nada pode fazer. Os feirantes reclamavam, “com justificada razão”, de não terem sido informados com antecedência sobre a suspensão da feira naquele local, o que lhes trazia “sérios transtornos e prejuízos”. Segundo Trabulsi, até mesmo as donas de casas “foram surpreendidas pela ordem absurda” e pediam aos feirantes e fiscais que a feira fosse instalada. Todavia, os pedidos foram em vão, conforme explicou na sessão de 13.03.59:

“Sob a chuva, os feirantes que lidam com gêneros perecíveis e constituem a esmagadora maioria tiveram que voltar às suas casas. Perderam um dia de serviço e, muito mais do que isso, perderam as freguesas a quem servem com solicitude há quatro anos. Como a feira se localiza em bairro onde existem numerosos palacetes, embora seja da classe média creio enxergar o principal motivo da suspensão da feira. Os habitantes dos palacetes, as pessoas ricas, que não se preocupam, como os pobres, em abastecer-se nas feiras-livres, estavam sentindo que as barracas as incomodavam, perturbavam o sossego de quem costuma acordar ao meio dia. E foi por isso, creio, que as reclamações de pessoas endinheiradas surtiram efeito. Os ricos podem mais do que os pobres; é velha a verdade.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959).

O vereador referia-se a um conflito instalado em um bairro caracterizado por determinada organização urbana, na qual a “classe média” e “pessoas ricas”



1957 São Paulo Anos 50: paisagem urbana na rua da Mooca e seu comércio.

Foto: Folhapress

compartilhavam o mesmo espaço. Durante quatro anos, a feira foi montada naquelas ruas e durante esse período atendeu os moradores do local. Entretanto, e conforme concluiu o vereador, uma parcela da população, a que se sentia incomodada com a presença de feira, solicitou a sua remoção. De certa maneira, o vereador assumiu uma crítica anti-burguesa, não fazendo objeções ao fato de a Prefeitura ter removido a feira a pedido de uma minoria, sem considerar os prejuízos trazidos aos feirantes e à maioria dos moradores.

Além desse tipo de conflito, havia os movidos por interesses econômicos, quando empresários se sentiam prejudicados com a presença de uma feira na rua onde estavam sediados. Foi o caso, por exemplo, da reclamação recebida pelo vereador Agenor Mônaco (PST), e que o levou a solicitar a transferência da feira-livre que se realizava na Rua Tabajaras, no bairro da Mooca. Justificando o seu pedido, explicava na sessão de 03.06.59:

“Naquela rua existem inúmeras indústrias (...) e outros estabelecimentos como o Expresso Camaba Limitada, todos prejudicados, porque, instalando-se a referida feira-livre às primeiras horas da madrugada e no local permanecendo até cerca de 15 horas, quando o Departamento de Limpeza Pública passa a operar a remoção do lixo, não podem tais firmas efetuar cargas e descargas de mercadorias, do que lhes resulta grandes prejuízos e inconvenientes, sendo mesmo de mister a supressão de expediente aos sábados. Ora, isso é de suma injustiça, devendo a Prefeitura determinar a remoção dessa feira-livre para outra rua

próxima, de tal sorte que não ficariam prejudicados nem o povo nem os subscritores do extenso abaixo-assinado que segue anexo.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959).

É notável que os vereadores tenham sido chamados para presenciar e solucionar os conflitos que surgiam a propósito das feiras. Além disso, eles também eram solicitados para avaliar desordens urbanísticas causadas pelas feiras, conforme já referido. E quanto a esta ordem de problemas, a mobilidade estava entre os que mais mobilizavam os moradores. Na sessão de 23.06.58, o vereador Pedro Geraldo (PDC), criticou a localização de uma feira, no bairro da Consolação. Esta feira se espalhava a partir da Praça Roosevelt, alcançando o Largo do Arouche, passando pelas ruas Rego Freitas e Amaral Gurgel. Esta feira provocava, assim, o congestionamento da Rua Consolação, considerada uma “artéria importante”, o que era “causa de atraso considerável no comércio paulista, porque detém o tráfego, totalmente”. Na sessão de 08.05.59, o vereador Agenor Lino de Mattos (PSP), também criticou os problemas que as feiras causavam para o trânsito:

“Um outro problema também me traz à esta tribuna. É o problema das feiras livres de S. Paulo. Já recebemos diversas reclamações de moradores e pessoas que se transportam a Santos durante a semana, com relação à feira-livre que se realiza na Avenida Nazaré. Quero apenas citar, para exemplo, a feira que se realiza na Avenida Nazaré. Quem não conhece a Avenida Nazaré? É uma avenida de trânsito intenso, e avenida de ligação entre o centro da cidade e a Via Anchieta. Como se explica o funcionamento de feira-livre em tais avenidas como a Nazaré? Verificamos hoje o funcionamento de feiras livres em artérias movimentadíssimas como a Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, como a da rua Frei Caneca. Ora, é preciso Srs. Vereadores, que se tomem providências no sentido de localizar melhor as feiras, não congestionando o trânsito nas vias principais, como aquelas referidas por este modesto Vereador.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959).

Já o vereador Coryntho Baldoíno (PL), sessão de 24.06.59, defendendo a construção de um Mercado Municipal no bairro da Penha, criticou a falta de empenho da Secretaria de Higiene no sentido de substituir paulatinamente as feiras-livres pelos Mercados Distritais. Efetivamente, entendia o vereador que “a feira-livre é um mal necessário” enquanto a administração municipal não instalasse mercados em todos os bairros da cidade. A feira-livre da Penha, “apesar de servir a população local, estava como muitas outras, mal localizada, entretendo o trânsito” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959).

Por trás da convicção de que as feiras eram um mal necessário subsistiam duas opiniões hegemônicas na Casa: as feiras ainda eram essenciais para o abastecimento de alimentos, mas não condiziam, absolutamente, com a mo-

dermidade do espaço urbano paulistano. Essa percepção também estava clara na fala do vereador Paulo de Tarso (PDC), que, tendo recebido uma reclamação contra uma feira, aproveitou o ensejo para apresentar projeto de sua autoria criando os “Mercados Populares”. Assim, na sessão de 12.02.57, leu um abaixo-assinado de pessoas residentes na Alameda Lorena, localizada no bairro dos Jardins, solicitando serviços de limpeza da rua em dia de feira. Em seguida apresentou detalhes do seu projeto que estaria muito mais adequado a uma “cidade civilizada” como São Paulo. Seu projeto não excluía o feirante que poderia trabalhar em melhores condições nesses mercados segundo defendia; e o principal objetivo era “superar a feira-livre, uma iniciativa fora de época”, que sujeitava a população à falta de higiene e às intempéries (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

Também foi a propósito de uma reclamação de moradores da Alameda Lorena que o vereador Monteiro de Carvalho (PSB), solicitou “providências fiscalizadoras e disciplinares” para os feirantes que estavam transformando a vida dos moradores daquela rua em “verdadeiro inferno”. As entradas das casas para pedestres e automóveis eram “inteiramente bloqueadas, dificultando e até mesmo cerceando o direito de livre locomoção dos respectivos moradores e visitantes”. Além disso, havia um trecho da Alameda Lorena – entre as ruas Augusta e Padre João Manoel – que era alvo de preferência dos feirantes, motivo da “balburdia ali implantada”. A fiscalização municipal parecia “impotente para coibir os abusos e a indisciplina dos feirantes”, pois caso os moradores e visitantes prejudicados reclamassem, eram “agredidos com palavras insólitas e até ameaçados de agressão física”. Por fim, argumentava que a Prefeitura não podia “tolerar a baderna e a indisciplina dos feirantes inescrupulosos”.

O vereador José Aranha (PR), por sua vez, embora reconhecesse as virtudes das feiras-livres e sua importância para o abastecimento, também elaborou uma crítica extremamente dura contra elas. Na sessão de 16.08.57, afirmou que os moradores das ruas onde se instalavam as feiras eram “verdadeiros mártires”. Excesso de retórica à parte, os inconvenientes causados pela feira-livres são, ainda hoje, discutidos. E conforme registrado, “o martírio começava às 3 horas da madrugada com o barulho dos caminhões, o vozerio dos feirantes e, o que era pior, a instalação das barracas bem na porta das residências”. O vereador concordava que as feiras-livres concorriam para “distribuir melhor os gêneros e favorecer as donas de casa com a venda de produtos mais frescos”. Porém, os conflitos com feirantes estavam se tornando extremamente violentos e era preciso impedir desfechos trágicos:

“Existe um sério problema na feira instalada à Rua das Rosas. Moradores dessa zona já me enviaram abaixo assinado e outros já procuraram a Delegacia de Polícia, em razão de desentendimentos que têm tido com os feirantes. Ainda há 4 ou 5 dias, um morador daquela rua, funcionário do Detram, teve um atrito

tão sério com um feirante, que o caso quase se transformou em homicídio. Morando distante do centro da cidade e necessitando prestar serviços ao Detram da Capital, comprou um veículo que, entretanto, não pode utilizar nos dias de feira, porque as barracas são instaladas exatamente no portão de sua casa. O atrito que teve com o feirante chegou a tais proporções que quase descambou para um homicídio. Ora, Srs. Vereadores, está-se atentando contra a liberdade dos cidadãos.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

O dinâmico e imprevisível mundo das feiras-livres impregnava de intensa dramaticidade as falas dos vereadores; não só daqueles que as condenavam, mas também daqueles que as defendiam, como Americo Trabulsi, várias vezes aqui citado. Foi este vereador também, que inúmeras vezes “lembrou” ao Prefeito e ao Secretário da Higiene que as “mudanças intempestivas” dos locais das feiras-livres “ocasionavam prejuízos enormes quer para os feirantes, quer para a população que nelas se abastecesse”. Na sessão de 12.08.59, informou que as feiras eram deslocadas sem qualquer explicação antecipada, de modo que nem feirantes, nem população podiam se prevenir. E, segundo avaliava, os principais prejudicados com essa arbitrariedade eram os feirantes. Era preciso uma atitude “mais humana” do Prefeito e do Secretário de Higiene, pois “os feirantes são chefes de famílias, homens do povo, que pagam impostos e têm direitos, e ninguém mais do que eles merecem uma satisfação prévia quando se trata de deslocá-los daqui para ali” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959).

Essas intervenções arbitrárias, obrigando os feirantes a mudarem de rua, só eram possíveis graças ao caráter móvel da feira-livre. Aliás, torna-se oportuno frisar que a feira-livre é definida pelo conjunto de três características básicas: a mobilidade, pois as barracas do feirante são desmontáveis; a oferta de produtos altamente perecíveis e, por fim, não armazenáveis. Com exceção dos itens de empório, o feirante não possui condições de estocagem dos gêneros que comercializa.

Foi em março de 1959, segundo outro relato de Trabulsi, que a imprensa noticiou a intenção da Prefeitura de extinguir oitenta e duas feiras-livres na Capital, notícia “recebida com a maior repulsa tanto por parte dos consumidores, quanto por parte dos feirantes: uns prejudicados no seu propósito de se abastecerem com presteza e outros por não poderem comerciar livremente”. A supressão das feiras obedecia, segundo o projeto da Prefeitura, ao critério de distância mínima entre as feiras. Entretanto, o vereador observou que tal iniciativa ignorava a realidade físico-geográfica de São Paulo: uma cidade acidentada, com certas “peculiaridades, pois um lugar podia estar próximo de outro, mas para atingi-lo se faziam ingentes esforços”. Assim, e considerando que o maior contingente de pessoas que frequentava as feiras-livres era constituído de senhoras, seria uma “verdadeira desumanidade querer obrigá-las a deslocarem-

-se de suas casas para locais distantes”. Por outro lado, era evidente que muitos feirantes seriam prejudicados com a extinção das feiras, pois “o Prefeito parecia ignorar” que aqueles profissionais pagavam impostos e tinham adquirido o direito de comercializar nos locais existentes no momento em que tiravam as licenças.

Aparentemente, a mobilização iniciada por Trabulsi surtiu efeito e o Prefeito não levou adiante o projeto. E embora tivesse congratulado o Executivo pela decisão, o vereador denunciou na sessão de 20.03.59:

“Quero aproveitar a oportunidade para lembrar ao Dr. Adhemar de Barros que, escondida pelo biombo da remoção ou suspensão das feiras, o que havia e o que há ainda é uma campanha contra as feiras-livres em geral, uma campanha contra a economia popular, uma campanha contra as donas de casa. É que pessoas interessadas em impor preços aos artigos de primeira necessidade não escondem sua insatisfação pelo fato de existirem as feiras-livres, que impedem a ganância que se exercita em lucros extorsivos. E assim é que, em todas as oportunidades que se lhe oferecem ou que elas próprias forcem, lutam nos bastidores da administração municipal, contra as feiras-livres. Esteja o prefeito certo dessa verdade.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Esse tipo de acusação, envolvendo pessoas movidas pela ganância e que atuavam “nos bastidores” da administração, só encontrou paralelo na fala do vereador Monteiro de Carvalho (PSB), que na sessão de 16.09.59 denunciou a existência de uma “máfia” nas feiras e mercados municipais. Segundo afirmou, “a fiscalização no setor do abastecimento, no setor das feiras-livres e mercados é uma verdadeira, autêntica chaga”. Afirmou ter ouvido dos próprios feirantes e barraqueiros dos mercados que a situação era “realmente de estarrecer”, pois existia uma organização semelhante à da “Máfia” e quem não aderisse a ela tinha que se afastar da atividade. Em sua exposição, o vereador informa que feirantes e permissionários dos mercados distritais eram “pressionados” e “como última tentativa, lhes é oferecida uma ótima e vantajosa operação para que desistam da banca, do boxe ou do local em favor de um terceiro qualquer”. Finalmente, essas pessoas, “no auge do desespero”, acabavam aceitando a oferta (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959).

Estas citações finais, apresentando denúncias graves – uma relacionada a interesses que agiam nos bastidores da administração municipal contra as feiras, e outra sobre a atividade criminosa que forçava os feirantes a venderem suas licenças – essas denúncias, somadas aos inúmeros conflitos verificados entre feirantes e moradores, bem como os constantes remanejamentos das feiras, tudo isso denota a fragilidade da condição do feirante. Entrementes, como até mesmo entre os feirantes existiam conflitos – na disputa por melhores posições na rua da feira e por licenças nas feiras realizadas em bairros de melhor poder

aquisitivo – é possível que os próprios feirantes tentassem burlar a legislação, subornando fiscais de feira.

Por outro lado, essas mesmas denúncias também indicam que a feira era uma atividade econômica lucrativa, sobre a qual diferentes órgãos da Prefeitura exerciam severo controle na emissão de licenças para novos feirantes, bem como matrículas para novas barracas.

Como atividade profissional, a feira-livre era um negócio que não exigia pesados recursos financeiros embora fosse comum o indivíduo passar por certos degraus antes de chegar à condição de feirante com barraca própria: marreteiros, fretadores de taxi para feirantes, motoristas, ajudantes de barracas. E sobre a condição social dos feirantes, várias vezes o vereador Trabulsi sublinhou que eram homens de família e, por isso, mereciam respeito e consideração. De fato, a feira era considerada uma atividade econômica de caráter familiar e durante muito tempo esteve, de forma majoritária, nas mãos de famílias de imigrantes portugueses, japoneses, e seus descendentes aqui nascidos; entre estes, uma parcela significativa era proprietária de pequenas chácaras na cidade ou em municípios próximos. E além de ser uma empresa familiar, as feiras empregavam trabalhadores para várias funções: ajudante na barraca, motorista do feirante, carregador de compras, além das empregadas nas chácaras dos feirantes (GUIMARÃES, 1969. p. 80-84).

Quanto à grande aceitação das feiras pela população paulistana, sabe-se que eram duas as principais razões: a proximidade da feira às residências dos consumidores e os preços acessíveis. Além disso, também seduzia o paulistano a possibilidade de tocar e experimentar os produtos vendidos. Por fim, tão importante quanto à confiança na qualidade dos gêneros frescos, ao frequentador das feiras também agradava escolher o feirante por sua simpatia e amabilidade.

E mesmo que a maioria dos vereadores da 3ª Legislatura rejeitasse a feira-livre por seu aspecto rústico e arcaico, paradoxalmente, a amplitude dos problemas debatidos revelava que a feira desempenhava um papel extremamente importante para o abastecimento de alimentos na metrópole. As feiras continuam existindo, espalhadas por toda capital, independentemente do perfil socioeconômico de cada bairro e perfeitamente integradas aos outros modelos de venda no varejo. Definitivamente, fazem parte da vida do paulistano que vai à feira não só para se abastecer, mas também para viver uma experiência comunitária, plena de gestos de sociabilidade tão particulares a este pequeno e agitado mundo de cores, aromas e sabores.

Referências

- BARROSO, L.R. A Ordem Econômica Constitucional e os Limites à Atuação Estatal no Controle de Preços. Revista Eletrônica de Direito Administrativo. Salvador, n. 14. Ano 2008. Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br/redae.asp>
- BRUNO, E.S. História e Tradições da Cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Anais da... Divididos em pelo menos 20 volumes anuais. São Paulo: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956, 1957, 1958, 1959.
- DA MATA, M. Controle de Preços na Economia Brasileira: aspectos institucionais e resultados. Revista de Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 10 (3), p. 911-954, dez. 1980. Disponível em <http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe>
- FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.
- GUIMARÃES, O. O Papel das Feiras-livres no Abastecimento da Cidade de São Paulo. São Paulo: IG/USP, Série Teses e Monografias, n. 2, 1969.
- HECKER, A. Socialismo Sociável: História da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Unesp, 1998.
- HILAIRE, A.S. Viagem a Província de São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 1945.
- LE GOFF, J. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARCOVITCH, J. Pioneiros e Empreendedores. A saga do desenvolvimento no Brasil, v. 2. São Paulo: Sarai-va/Edusp, 2005.
- QUEIROZ, S.R.R. Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: Vários Autores. História Cidade de São Paulo – A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- ROLNIK, R. Blog. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/>.
- SIMONSEN, M.H. Os controles de Preços na Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Consultec, 1961.
- THEILLER, I. La création des marchés hebdomadaires. Revue Histoire et Sociétés Rurales, v.24, p. 105-121, 2005.

CAPÍTULO 6

As relações entre o legislativo e o executivo na cidade de São Paulo: populismo, trabalhismo e conflitos sociais

Ricardo Pires de Paula¹

1. Professor Assistente Doutor na Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT - UNESP - curso de Geografia - Presidente Prudente/SP. Possui Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1997), Mestrado (2001) e Doutorado (2007) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: globalização, movimento separatista, separatismo, nacionalismo, sindicalismo docente, associação de professores, greve de professores, campo educacional, movimentos sociais urbanos e rurais. Participação em pesquisas relacionadas à Educação do Campo.

“O período de 1945 a 1964 pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira. Os partidos que nele atuaram animaram a prática da cidadania política, através de articulações, embates eleitorais, manifestação clara dos dissensos, estabelecimento de relações com organizações da sociedade civil, articulação de alianças mais permanentes tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores e formação de coligações conjunturais. “

Lucília de Almeida Neves Delgado

A historiografia brasileira já reúne um amplo e diverso repertório de obras e de interpretações sobre o contexto nacional nos anos 1950. Alguns trabalhos exploram a fase desenvolvimentista que o país experimentou durante o período, outros abordam as complexas relações político-ideológicas construídas nesse interregno democrático e um terceiro conjunto de pesquisas voltou suas preocupações para o mundo do trabalho e dos trabalhadores. Entretanto, são poucos os trabalhos que abordem essa diversidade temática no contexto paulista. Este texto se propõe, a partir desses referenciais, analisar a relação entre os poderes legislativos e executivos paulistanos frente ao contexto de intensas agitações políticas dos trabalhadores na cidade de São Paulo no final dos anos 1950.

A diversidade política do período nos obriga a promover certos recortes para melhor analisar essa complexa relação entre prefeito e vereadores, principalmente na maior cidade brasileira. Assim, pretendemos, em primeiro lugar, fazer um breve panorama do cenário político brasileiro a partir de eleições que versam sobre o período entre 1945 e 1964. Em seguida, analisamos a situação política na cidade e no Estado de São Paulo a fim de entendermos a lógica das disputas e posicionamentos, além do modo como a inserção de pautas referentes ao mundo dos trabalhadores impactaram as relações entre os vereadores da 3ª Legislatura e os prefeitos cujos mandatos coincidiram com esse período. Além das tensões, disputas e rupturas, optamos também em acompanhar os entendimentos entre edilidade e municipalidade para juntos servirem como mediadores no atendimento de demandas dos trabalhadores paulistanos.

Populismo e Trabalhismo em São Paulo

O período da 3ª Legislatura da cidade de São Paulo coincide com o momento histórico que durante muito tempo a historiografia convencionou nominar de “populista”. A expressão “república populista” foi amplamente utilizada

para retratar essa passagem da história política brasileira. Segundo alguns de seus intérpretes, servia para definir o quadro de relações de dominação/subserviência entre os detentores do poder político e a classe trabalhadora. De acordo com FERREIRA (2001, p. 13) essa caracterização dar-se-ia a partir da utilização de conceitos-chaves tais como: “manipulação política, propaganda estatal, doutrinação das mentes, consciências desviadas, controle operário, pelegos sindicais, camponeses que vestiram macacão, demagogia populista, cegueira nacionalista dos comunistas, tradições messiânicas, resquícios sebastianistas...”.

Os termos acionados consolidariam uma visão padronizada e uniforme acerca do processo político, no qual sobressairiam líderes políticos carismáticos a serviço do capitalismo capazes de distorcer a realidade e manter os trabalhadores e setores de oposição sob uma posição subjugada e controlada, com hábil uso da legislação trabalhista e da propaganda disponíveis naquele momento. Angela de Castro Gomes, uma das autoras que questionou a plasticidade e a disseminação do termo populismo, sugere que, a despeito da renovação dos estudos historiográficos, haveria ainda uma incorporação de seus significados à memória coletiva. Segundo ela:

“São populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou, pior ainda, os que articulam retórica fácil com falta de caráter em nome de interesses pessoais. É o populismo, afinal, que demonstra como “o povo não sabe votar” ou, em versão mais otimista, ‘ainda não aprendeu’.” (GOMES, 2001, P.21).

A esse estereótipo foram associados políticos de variadas matizes político-ideológicas como os presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Além de Jânio Quadros, outro político que se notabilizaria em São Paulo como “político populista” seria Adhemar de Barros.

Conforme se deduz, além de se ater ao perfil mais carismático ou menos carismático dos políticos desse período, procurava-se construir uma leitura sobre as fragilidades do processo democrático que não conseguiria se desvincular do passado escravista, do patrimonialismo e do clientelismo reinante entre setores da elite, responsáveis por forjar uma sociedade complacente, passiva e fadada à dependência de seus governantes e patrões.

A estrutura trabalhista e sindical, imposta durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) teria como princípio assegurar o controle sobre a classe trabalhadora que, assim como o conjunto da sociedade iletrada, reproduziria uma relação de subserviência ao Estado/Patronato.

Contestando essa relação entre Estado/patrões e trabalhadores, na qual superestima a ação dos primeiros e menospreza a participação dos segundos, SILVA e COSTA afirmam que:

“O populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos próprios recursos retóricos populistas. “(2001, p. 225).

Para fundamentar sua crítica a certo reducionismo da historiografia que privilegiou a explicação da realidade a partir da noção de populismo, os mesmos autores argumentam que mesmo a estrutura trabalhista/sindical da era Vargas não teria sido impeditivo para as ações autônomas dos trabalhadores.

Há evidências a demonstrar que a legislação sindical e trabalhista, logo nos primeiros anos de sua implantação, favoreceu a mobilização e organização de parte significativa do movimento operário, particularmente entre o proletariado das grandes indústrias, de que, em razão de sua frágil posição no mercado de trabalho, sempre se defrontava com a forte resistência patronal em reconhecer seus direitos e suas organizações como interlocutores válidos. (SILVA; COSTA, 2001, p. 231).

Conforme os autores, era de se supor que na vigência do regime ditatorial estadonovista (1937-1945), o Estado fizesse uso de seu aparato legal e repressivo para perseguir e minimizar o protagonismo político dos trabalhadores, entretanto, durante o interregno democrático entre o Estado Novo e a ditadura civil-militar instalada em 1964, principalmente durante os anos 1950 e princípios dos anos 1960, haveria maior espaço de atuação e mobilização dos sindicatos em defesa dos direitos legalmente reconhecidos.

De acordo com MATOS (2009, p. 91), os anos 1950 assinalaram uma fase de ascensão do sindicalismo brasileiro, caracterizado pelos seguintes índices: “crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais”.

Em São Paulo, a composição das forças políticas que dialogavam/enfrentavam a classe trabalhadora, as greves e intersindicais eram formadas, de acordo com FONTES (2013, p. 75) “não apenas no trabalhismo getulista, mas também na emergência de uma variada gama de forças políticas, das quais o Adhemarismo e o janismo foram as maiores expressões”. Assim, trabalhismo e populismo se mesclavam em um contexto de inegável ampliação da participação política dos trabalhadores.

Ressaltamos a presença na Câmara paulistana durante a legislatura de 1956-59, entre eleitos e suplentes que acabaram assumindo a vaga de vereador, representantes de 7 sindicatos: Freitas Nobre (PSB), do Sindicato dos Jornalistas; João Louzada (PSP) do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil; Milton Marcondes (PSB), do Sindicato dos Bancários; Monteiro de Carvalho

(PSB), do Sindicato dos Contabilistas; Thimóteo Spínola (PSD), do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de São Paulo; José Domingos de Souza (PTN), do Sindicato dos Enfermeiros; Alfredo Trindade (PSD), do Sindicato dos Contabilistas. Tal situação revela assim um rico panorama que demonstra como o poder legislativo paulistano se inseria nesse contexto, ampliando, tensionando e/ou reproduzindo a dinâmica da sociedade no período abordado.

Além das demandas encaminhadas por suas respectivas categorias, essa “bancada sindical” procurava expressar o debate mais amplo em torno de questões como a autonomia sindical frente ao Estado, a legitimidade e legalidade de ações grevistas, a formação de organismos intersindicais e o movimento contra a carestia empreendido durante a segunda metade dos anos 1950.

João Louzada (PSP) era um dos mais ativos oradores em defesa de interesses que extrapolavam o corporativismo atinente à sua base de trabalhadores da construção civil. Na sessão ordinária da Câmara realizada em 6 de Agosto de 1956, Louzada ocupou a tribuna para comentar a formação do Pacto de Unidade Sindical, entidade intersindical que contaria no Estado de São Paulo com a adesão de 113 sindicatos, numa evidente tentativa de superar os limites impostos pela legislação sindical que não reconhecia a constituição de organismos sindicais que abrangesse diferentes categorias e de bases de atuação distintas.

Na sessão em 30 de outubro de 1957, Louzada (PSP) discorreu a respeito da “greve dos 400 mil”, ocorrida entre os dias 15 e 30 daquele mês. Dizia o vereador que:

“Os trabalhadores compreenderam, cada vez mais, a força que representam unidos e organizados. As condições atuais são de ampliar esta unidade pelo Estado e reforçar sua organização num sentido mais avançado, dentro da própria legalidade democrática existente. [...] A luta contra a carestia é a bandeira de todo o povo. A luta pelas liberdades mobiliza grandes massas, e como primeira e imediata reivindicação impõe-se derrotar o 9.070 e garantir o direito livre de greve. [...] As manifestações de 1953, de 1954 e deste ano contra a carestia são um pequeno prenúncio do que se desenvolve no estado de espírito das massas trabalhadoras do campo. Para isso são necessárias medidas de reforma agrária.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. v. 25, p. 29).

Conforme o discurso, podemos perceber a atuação de Louzada como um importante quadro político da classe trabalhadora, para além das questões imediatas que eram oriundas da categoria profissional que ele representava. A constituição do Pacto de Unidade de Sindical; o amplo movimento grevista deflagrado em 1957; o olhar atento sobre as ações de enfrentamento protagonizadas por trabalhadores rurais e a luta por reforma agrária; e a luta contra a

carestia e a necessidade de reformas institucionais como a trabalhista/sindical eram assuntos que compareciam em grande frequência em suas intervenções.

O decreto 9.070 aludido pelo vereador dizia respeito à imposição de limites ao direito de greve. Esta matéria receberia a anuência dos constituintes que reconheceram o direito de greve na Constituição de 1946, promulgada em setembro daquele ano. De acordo com o decreto-lei, aprovado em 15 de março de 1946, portanto com data anterior à Constituição, “a greve não poderia ser aplicada nas atividades consideradas essenciais e seu exercício dependia de uma grande burocracia” (DROPPA, 2012, p. 1511). Tal situação deu origem a uma série de demandas por parte dos sindicatos que alegavam sua inconstitucionalidade, dado que o decreto era anterior à Carta Magna e, assim, deveria perder os seus efeitos de acordo com DROPPA (2012, p. 1514).

A matéria da constitucionalidade do Decreto-Lei nº9070 apesar de polêmica do ponto de vista da sociedade, não gerou grande “rachas” nos debates do STF, entendia-se que a referida regulamentação era compatível com a Constituição de 1946 pelo fato da mesma referendar a necessidade de uma legislação ordinária para regulamentar a greve e pelo fato do Decreto-Lei não bloquear por completo o direito de greve e sim regulamentá-lo. Mas na prática, em especial por parte dos trabalhadores, havia sérias dificuldades em cumprir os critérios necessários para que o movimento grevista fosse considerado legal.

Quanto aos trabalhadores rurais que se viam ainda impedidos de se organizar plenamente e cerceados em seus direitos trabalhistas, Louzada (PSP) mantinha um posicionamento favorável frente às demandas advindas do campo e procurava denunciar formas de opressão verificadas contra esses trabalhadores e defender maior solidariedade de classe entre as diversas categorias da cidade e do campo.

Em 18 de setembro de 1957, o vereador Louzada (PSP) ocupou a tribuna da Câmara para denunciar as dificuldades de sindicatos de trabalhadores rurais obterem o seu registro de funcionamento junto ao Departamento Nacional do Trabalho. Referindo-se especificamente sobre o episódio envolvendo o Sindicato Rural de Altinópolis, Louzada protestava:

“Se milhões de brasileiros que vivem no campo são desumanamente explorados pelos grandes latifundiários, que dia a dia fazem crescer suas enormes propriedades e seus lucros obtidos à custa de uma exploração desumana dos camponeses é porque esses milhões de homens e suas famílias são ainda mantidos na ignorância de seus direitos e na sua organização em Associações e Sindicatos Rurais. Isso, porém os grandes latifundiários não querem, pois sabem que no dia em que milhões de camponeses tiverem consciência de seus direitos e da força da sua organização, cairá por terra esse sistema atrasado de

exploração da terra e a reforma agrária virá a ser uma realidade.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. v. 20, p. 189).

Na sessão em 16 de maio de 1958, juntamente com outros colegas vereadores, fez aprovar o Requerimento n.º1243/58, no qual denunciava a “atitude arbitrária e anti-democrática do Departamento de Ordem Política e Social, que determinou, através do Delegado de Polícia da cidade de Igarapava o fechamento dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade”. O requerimento deveria ser encaminhado ao governador e ao secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Em meio às demandas dos diversos segmentos da classe trabalhadora, representantes do legislativo e do executivo da capital paulista expunham posicionamentos e construíam uma relação que ora tensionava, ora abrandava os ânimos entre forças políticas diversas que compunham suas bases.

Foram 3 os prefeitos que estiveram a frente do poder executivo em São Paulo durante a legislatura 1956-59: Juvenal Lino de Matos que governou de julho de 1955 a abril de 1956 pelo PSP (Partido Social Progressista)²; Wladimir de Toledo Piza que governou de abril de 1956 a 7 de abril de 1957 também pelo PSP e Adhemar Pereira de Barros que governou a capital de abril de 1957 a abril de 1961 pelo mesmo partido dos antecedentes.

Em relação à composição das bancadas de vereadores durante essa legislatura, observamos que os dois maiores partidos eram o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP). Ambas as agremiações representavam os dois polos que politicamente disputavam o poder nas eleições majoritárias no município e no Estado de São Paulo. O PDC junto com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Social Trabalhista (PST), compunham a base política do então governador Jânio Quadros (PST). Já o PSP se articulava com a União Democrática Nacional (UDN) em torno de Adhemar de Barros, que perdeu a disputa para o governo do Estado para Jânio Quadros e conquistou a prefeitura de São Paulo em 1957.

Nesse cenário de polarização política e de maior protagonismo dos trabalhadores, greves, campanhas salariais, críticas à legislação trabalhista e sindical, solidariedade entre sindicatos de diversas categorias, protestos contra a carestia e contra os preços cobrados nos serviços públicos, eram alguns temas que compareciam nos debates travados entre os vereadores no legislativo paulista no período em análise.

As greves e o acirramento político entre vereadores e o poder executivo

Um dos principais pontos que acendiam a polêmica entre legislativo e executivo era a majoração nos preços de serviços públicos e de taxas/impostos administradas pela prefeitura. Como exemplo, temos o caso do transporte

2. Renunciou ao mandato de prefeito pois havia acabado de se eleger como senador.

coletivo. Todos os anos, no momento que se anunciava o aumento das tarifas pela empresa, em acordo com a prefeitura, vereadores usavam a tribuna para registrar sua reprovação ante a medida. Representantes da bancada “sindical” eram os mais contundentes em seus ataques, argumentando que tal ação comprometia o poder de compra dos trabalhadores, já imersos num cenário de inflação crescente.

Em sessão realizada em 11 de maio de 1956, os vereadores se manifestavam em torno da greve dos trabalhadores do transporte coletivo na capital. Alguns deles, como o vereador Milton Marcondes (PSB), não media palavras para responsabilizar o prefeito Wladimir de Toledo Piza pela paralisação do serviço de transporte na cidade:

“Os funcionários da CMTC estão em greve desde zero hora de hoje. O culpado é o Prefeito de São Paulo, sr. Wladimir de Toledo Piza, que em sua campanha eleitoral andava de braços com o Senador Lino de Mattos visitando a cidade e a CMTC onde propôs aumento de salários, melhoria de carros e outras promessas mais que não cumpriu o sr. Lino de Mattos e não está cumprindo o seu sócia nas promessas, sr. Wladimir de Toledo Piza. “(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v. 09, p. 17).

Como representante do sindicato dos bancários, o vereador Milton Marcondes (PSB), além de responsabilizar o prefeito pela greve, denunciava as ações de coação aos trabalhadores que cumpriam, segundo sua opinião, legítimo movimento para exigir o que fora prometido. De acordo com o vereador, na mesma sessão: “agora que os funcionários da CMTC, reunidos ontem no Sindicato dos Metalúrgicos, em numero de mais de 5 mil entraram em greve a fim de coagir S. Exa. a cumprir suas promessas, o Prefeito de gravata borboleta e paletó cortado atrás, expediu um aviso dizendo que a greve é ilegal e que todos os funcionários da CMTC que não assumirem seus cargos hoje, serão despedidos.”

Para desempenhar o papel de mediador entre o prefeito, a empresa de transporte e os trabalhadores, foram designados pela Câmara os vereadores socialistas Freitas Nobre, representante do sindicato dos jornalistas e o próprio Milton Marcondes. Coube a eles a tarefa de auxiliar nas negociações e sinalizar propostas que chegassem a bom termo e encerrassem o movimento paredista. Para justificar a presença dos vereadores, foi apresentado ofício do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexas de São Paulo na sessão ordinária da Câmara no dia 9 de maio onde se lia que, diante da iminente deflagração do movimento grevista da categoria, resolveram “vir à presença dessa Egrégia Câmara pedir a sua mediação junto ao Senhor Prefeito da Capital no sentido de se chegar a um acordo comum”.

Mesmo na função de mediadores e, por isso, assumindo uma suposta imparcialidade diante das partes em conflito, na mesma sessão em 11 de maio, o vereador Milton Marcondes (PSB) não escondia sua trajetória e se manifestava publicamente em favor das reivindicações e da greve de 24h de advertência dos trabalhadores da CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo).

“Desejo neste instante, na qualidade de dirigente sindical, hipotecar inteira e irrestrita solidariedade aos trabalhadores da CMTC pelo movimento que deflagraram e desejo também manifestar o meu jubilo por um acontecimento inédito e para o qual chamo a atenção desta Casa: é o fato de o famigerado DOPS, desta vez, não ter se manifestado e trazido para a rua o seu aparato bélico para agredir e violentar os trabalhadores, como sempre, fêz O DOPS, desta vez, ficou no seu lugar, ficou onde deve estar.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v. 09, p. 40-41).

Além do apoio e solidariedade ao movimento dos trabalhadores que, em contrapartida, significava um posicionamento crítico ao poder executivo, o vereador destacava a ausência da repressão do Departamento de Ordem Política e Social, sugerindo um ambiente de menor tensionamento político e, consequentemente, pouco uso do aparato repressor de Estado. Entretanto, a despeito da menção por parte do vereador Milton Marcondes da ausência do DOPS, o jornal O Estado de S. Paulo 12/05/1956 informava, quanto à greve de 24 horas dos trabalhadores da CMTC, que “mesmo diante da negociação entre governador Jânio Quadros (PST) e os líderes sindicais, a greve foi deflagrada sendo verificados alguns casos de violência e tumulto, exigindo a atuação do DOPS”.

Ontem, cerca das 9 horas, quando passava pelo largo Pompeia, um ônibus da CMTC dirigido por empregado da concessionária foi impedido de continuar viagem por um piquete de greve. Os grevistas incitavam o colega a aderir ao movimento, quando chegou ao local uma viatura da Radio Patrulha com investigadores do DOPS. O motorista desceu do veículo, nesse momento, e denunciou aos policiais os grevistas que haviam tentado convencê-lo a participar da parade. Foram presos oito grevistas. (O Estado de S. Paulo 12/05/1956).

Além desse episódio, segundo a mesma reportagem, alguns incidentes teriam ocorrido na Vila Leopoldina e na rua Vergueiro, tendo como desdobramento a prisão de mais grevistas por “elementos do DOPS”. O prefeito havia ameaçado de demissão e substituição daqueles que se encontrassem em greve, promessa efetivada de acordo com matéria no jornal O Estado de S. Paulo de 30.05.1956 na qual havia a informação de que 90 funcionários, que teriam liderado o movimento, haviam sido demitidos.

Para o prefeito, em declaração ao jornal, os responsáveis pela greve seriam “janistas, socialistas, comunistas e democratas-cristãos” que teriam se aliado a “maus elementos do DOPS, para promover desordem”. Com essa caracterização

dos supostos líderes, o prefeito identificava quem eram aqueles que se colocavam como seus opositores, evidenciado pelas falas mais críticas e contundentes dos vereadores das bancadas do PSB, do PDC e daqueles que se colocavam como aliados do então governador Jânio Quadros. Além disso, depreende-se que o DOPS, apesar de se encarregar da dissuasão de atividades que poderiam comprometer a ordem pública, também poderia conter em seus quadros pessoas que se aliavam para potencializar os conflitos. Essa afirmação pode servir para compreendermos o posicionamento do vereador Milton Marcondes quanto à suposta ausência do DOPS no episódio.

Ironicamente, o próprio prefeito Wladimir de Toledo Piza já constava nas fichas do DOPS como “simpatizante comunista” desde 1955, de acordo com pesquisa realizada por FELTRIM (2010, p. 117). Segundo a autora, Piza era alvo de observação do DOPS devido sua participação em manifestações reivindicando a renúncia do então governador de São Paulo, Jânio Quadros. Ademais, sua eleição à prefeitura da capital seria vista pelo órgão de vigilância com os cuidados que ensejavam o contexto de guerra fria vivido naquele momento.

Segundo Feltrim (ibidem, p. 116), o DOPS já vinha observando a aproximação de Piza com os comunistas ainda quando era vereador, no qual mantinha um discurso crítico à atuação da Cia. Inglesa Light & Power que detinha o monopólio da comercialização de energia elétrica em todo o Estado de São Paulo. Conforme documento consultado produzido pelo DOPS, a manifestação anti-imperialista de Piza trazia o apoio dos comunistas que o viam como alternativa política dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dado a condição de ilegalidade vivenciada pelo Partido Comunista.

Assim, pode-se supor que a intenção do prefeito ao acusar comunistas e janistas de estarem por trás da greve dos transportes era, além de se desvincular do estereótipo de “amigo dos comunistas”, também de associar aos janistas essa aliança que, em tempos de polarização crescente entre comunistas e anticomunistas, significava uma tentativa de aproximar-se das bancadas de centro e de direita para prosseguir em seu mandato. Acrescente-se que a greve tivera início um mês após a sua posse como prefeito, portanto, acabou se tornando um teste político para as suas pretensões à frente do poder executivo e na relação que se desenvolveria com o poder legislativo.

No dia seguinte à greve, foi anunciado o aumento no valor das passagens de ônibus, trólebus e bondes, dando início a um debate acalorado entre poder executivo e poder legislativo acerca da competência para definir a majoração das tarifas sobre o serviço municipal. Impactados pelo crescimento inflacionário vivido na segunda metade da década de 1950, nem vereadores, nem o prefeito estavam dispostos a enfrentar sozinhos o custo político da elevação das tarifas.

Em meio aos debates em torno da legalidade do aumento no valor das passagens e propostas de diminuir o índice de reajuste, foi publicada uma denúncia no jornal Folha da Manhã em 15.06.1956, de que um vereador da oposição, Venício Camilo Giachini (PTN), ao se comprometer em manter o veto do executivo ao projeto do vereador Marcos Melega (PTN) que reduziria as tarifas de bondes, seria recompensado com a nomeação de “três amigos” no serviço público municipal. Em face da denúncia, a Câmara iniciou discussão acerca da formação de uma comissão para averiguar as denúncias. O Partido Socialista Brasileiro apresentou, na sessão realizada em 18 de junho, um documento exigindo a renúncia do prefeito.

“(…) Os desmandos do prefeito não podem continuar. A bravura do povo paulista, jamais desmentida, exigirá que Piza tenha hombridade de renunciar à função que ele não soube exercer com dignidade. A sua saída imediata é imperiosa, pois as resistências morais do nosso grande povo há muito foram esquecidas.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v. 12, p. 109).

Em que pese a manutenção do prefeito após os debates efusivos entre situação e oposição, que se seguiram por algumas sessões, o episódio revelou o cenário de dificuldades enfrentado pelo executivo, em face da particularidade de seu curto mandato e das disputas políticas travadas entre os grupos “janistas” e “adhemaristas”.

No final de 1956, um novo episódio envolvendo demandas de trabalhadores pôs em rota de colisão o prefeito e a Câmara. Dessa vez, as reivindicações eram oriundas do funcionalismo público que se viram ameaçados de demissão frente à não aprovação por parte dos vereadores de projeto encaminhado pelo poder executivo que tratava de aumento do imposto incidente sobre licença de veículos. Na sessão realizada em 7 dezembro daquele ano, em defesa do projeto do executivo, falou o vereador Adroado Barbosa Lima (PTB):

“Não poderemos permanecer de braços cruzados em atitude meramente contemplativa, quando, em derredor de nós, súplices ou inquietas, tristes ou revoltadas, apelam ‘para as nossas convicções de representantes trabalhistas, as milhares de vozes de chefes de família, que um Natal nem tanto infeliz aguardavam, dos servidores públicos municipais ameaçados por razões alheias ao Chefe do Executivo, de dispensa em massa. (...) Por isso mesmo consideramos, na atual conjuntura, como um dos mais justos e mais humanos atos de Justiça Tributária o aumento do imposto Incidente sobre a licença de veículos, desde que razoável, e assim mesmo com certas restrições especialmente no concernerente aos veículos que transportam mercadorias ou víveres destinados à população.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v. 25, p. 404).

Contra-argumentando a justificativa apresentada, o vereador Corynto Balduino (PL), apresentou críticas pessoais e contundentes ao prefeito e à sua administração:

“Não nos conformamos que o Sr. Toledo Piza – responsável por uma administração desastrosa, e, portanto, por essa situação aflitiva do funcionalismo público municipal – venha agora querer transformar-se no “bonzinho”, no cidadão íntegro, procurando responsabilizar, pela televisão e pela imprensa, esta Câmara Municipal, pelo transe angustioso em que se encontra aquele funcionalismo. (...) Não admitimos e não podemos concordar com as declarações do Sr. Wladimir de Toledo Piza – acostumado a caluniar, acostumado a mentir, porque é mentiroso profissional (...)”

Conforme declarações dos vereadores, a sessão estava sendo acompanhada por um grande número de servidores públicos contribuindo assim para elevar a tensão e a contundência dos discursos.

O clímax do acirramento político entre vereadores e prefeito naquela sessão aconteceu quando chegou ao conhecimento do presidente da Câmara, Elias Shammas (PSP), que o prefeito, além de ter convocado o funcionalismo público para a Câmara de Vereadores, estaria em pessoa realizando discursos a fim de contar com o apoio da massa reunida na pressão aos edis.

Shammas interrompeu a sessão e afirmou considerar “essa atitude uma verdadeira invasão das atribuições deste Legislativo e uma ameaça à sua integridade”. Assim, informava a todos que não receberia o prefeito e tomaria medidas cabíveis, junto ao governo federal e ao governo estadual para “garantir a manutenção da ordem e a dignidade do Legislativo.”

Os jornais *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* trouxeram, no dia 8 de dezembro de 1956, a cobertura da ação do prefeito e os consequentes desdobramentos quanto à matéria que seria apreciada na Câmara. A *Folha* divulgava o episódio com a notícia: “Liderando servidores municipais ameaçados de dispensa o prefeito promove manifestação em frente à edilidade”. No *Estado de S. Paulo*, a manchete era “Reage a edilidade a tentativas de coação por parte do prefeito”.

Em ambos os jornais, além da narrativa da ação do prefeito e o suposto motivo que o teria incitado a se dirigir à Câmara, buscava-se condenar o ato a partir da reprodução dos discursos de vereadores que reagiram criticamente à investida do chefe do executivo paulistano.

Após o retorno dos trabalhos, os vereadores deram início a um intenso debate acerca dos eventos transcorridos. Paulo de Tarso (PDC) manifestou o posicionamento da bancada de seu partido, no qual afirmava apoiar a iniciativa dos servidores em se concentrar em frente à Câmara, mas protestava “contra

o crime praticado pelo Sr. Chefe do Executivo Municipal, invadindo a sede do Legislativo dêste Município.” Na ocasião, diante do que considerou um crime, Tarso cobrava explicações de vereadores da situação que teriam recebido o prefeito.

Para responder à citação, o vereador Jarbas Tupinambá (PSD), dizia ter recebido o prefeito em face da negativa da presidência da casa em fazê-lo. Ademais, informava que o prefeito era portador de memorial e que passaria a lê-lo na sessão, sob protesto de alguns vereadores. Dizia o memorial:

“O Prefeito de São Paulo aqui está, ao lado dos servidores municipais sobre os quais pesa a ameaça de dispensa no dia 31 deste, para apelar ainda uma vez, não mais à inteligência, mas ao coração dos legisladores da Cidade, no sentido de adotarem urgentemente as medidas que se impõem, sem as quais estarão irremediavelmente condenados ao desemprego. (...) Têm V. Exas. a indeclinável responsabilidade de traduzir o sentimento do povo que os elegeu, este povo sempre se caracterizou pelos gestos nobres, humanos e elevados.”(Ibidem, p. 408).

O assunto em torno da majoração do imposto sobre veículos continuou a tensionar os ânimos por mais duas sessões. Na sessão realizada no dia 11 de dezembro de 1956, os vereadores aprovaram o projeto do executivo. A base de apoio ao prefeito contou com 22 votos favoráveis, já a oposição teve 11 vereadores. A distribuição dos votos ficou da seguinte forma: votaram “Sim” Agenor Pino de Maltes (PST), Alfredo Trindade (PSD), José Cândido (PSD), Altimar de Lima (PSD), Américo Trabulsi (PST), Antônio Sampaio (PSP), Anna Lambergá Zéglio (PSP), Archimedes Lammoglia (PRP), Berlinck Cardoso (PRT), Ermano Marchetti (PR), Ferreira Campanhã (PSD), Hirant Sanazar (PST), Jarbas Tupinambá (PSD), Barbosa Lima (PTB), Lamanna Júnior (PRP), Mário Câmara (PTB), Mayer Filho (PR), Milton Marcondes (PSB), Sebastião Marcondes (PRT), Tarcílio Bernardo (PTN), Teixeira Pinto (PSP) e Aurelino de Andrade (PSP); votaram “Não” Agenor Mônaco (PST), André Nunes Junior (PTB), João Louzada (PSP), Freitas Nobre (PSB), Batista Filho (PDC), Mário Teles (PL), Mathilde de Carvalho (PSP), Monteiro de Carvalho (PSB), Paulo de Tarso (PDC), Pedro Geraldo (PDC) e Prestes Franco (PTN).

A bancada sindical se dividiu. Entre os 5 vereadores identificados como representantes sindicais presentes à votação, 2 votaram pela majoração do imposto e 3 votaram contra. Tal situação revela a ausência de uma composição unida suprapartidária em torno de pautas específicas de trabalhadores e sindicatos, ou seja, os vereadores eram livres e independentes para votar, podendo o seu posicionamento oscilar entre oposição e situação.

O peso da maioria favorável ao poder executivo na Câmara de Vereadores que atravessou o mandato de Wladimir de Toledo Piza (PSP) e chegou até o

governo de Adhemar de Barros (PSP), foi alvo de desabafo de Monteiro de Carvalho (PSB) na sessão realizada em 25 de junho de 1958:

“Sr. Presidente, Srs. Vereadores, talvez na história da Câmara Municipal de São Paulo nunca se tenham verificado cenas tão deprimentes como as que ultimamente vêm sendo oferecidas por alguns Srs. Vereadores da Situação. A falta de argumentos, com incapacidade de suportar uma Oposição, que, se não tem número, tem fibra, descem à agressão por palavras grosseiras e obscenas; esquecem-se que estão num ambiente que tem tradição e, ao mesmo tempo, que têm a responsabilidade de por ele zelar. [...] elementos supereufóricos têm agredido com palavras mal intencionadas a Vereadores da Oposição, que cumprem conscientemente seus mandatos e que jamais faltaram à respeitabilidade para com o recinto em que se encontram.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958. v. 13, p. 370).

Mesmo em um ambiente desfavorável, a oposição existente na 3ª Legislatura não poupou esforços em manter sua posição crítica, sendo suas ações e discursos potencializados em momentos de maior agravamento econômico e diante da ação crescente da classe trabalhadora.

Se não há dúvida que as greves e demais atividades promovidas pelos sindicatos podia exacerbar os conflitos entre poder executivo e poder legislativo na cidade de São Paulo, por outro lado, esse protagonismo sindical podia suscitar momentos de distensão e entendimentos.

A détente entre executivo e legislativo e a política de “colaboração de classes”

Apesar dos ataques entre vereadores, liderados pelos representantes sindicais, e prefeito no tocante à luta contra o aumento do custo de vida, ações foram debatidas e encaminhadas que revelam um clima de colaboração entre a Câmara, a municipalidade e os trabalhadores. Entre essas ações destacamos os auxílios concedidos aos sindicatos, seja para apoiar a participação de delegados em eventos fora da cidade de São Paulo, seja para possibilitar que alguns sindicatos conseguissem construir suas sedes administrativas e/ou campestres.

Na sessão realizada em 31 de março de 1958, em projeto aprovado pelo Legislativo, ficava a Prefeitura Municipal autorizada a ceder em comodato, pelo prazo de trinta anos, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, área de terreno de propriedade municipal, com 30.000 m² (trinta mil metros quadrados), destinada à construção da sede de campo do mencionado Sindicato. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958. v. 06, p. 117).

Quase concomitante à aprovação dessa lei que autorizava a cessão de terreno para o Sindicato dos Jornalistas construir sua sede campestre, os vereadores debateram e se posicionaram favoráveis, na sessão de 11 de abril

de 1958, à concessão de um crédito de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para o Sindicato dos Bancários, para o “envio de delegação de bancários paulistas ao VII Congresso Nacional dos Bancários, a realizar-se de 21 a 27 de abril, em Belo Horizonte.”

Em 1957, na sessão realizada em 20 de maio, chegou à Câmara dos Vereadores requerimento que apensava documentos ao Projeto de Lei n.º 83/57, o qual previa um auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos³.

Na sessão realizada em 15 de dezembro de 1958, entrou na pauta um projeto que concedia recursos financeiros para um amplo e variado conjunto de entidades, entre elas, três sindicatos: o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do *Estado de São Paulo* que receberia Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros); o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de São Paulo que seria contemplado com Cr\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Olaria, de Cerâmica para Construção, de Ladrilhos Hidráulicos, Produtos de Cimento e Oficiais Eletricistas de São Paulo que receberia Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Pelo que constava no Projeto de Lei, a Câmara de Vereadores aprovaria

Em 23 de outubro de 1957, o presidente da Aliança Intersindical, Dante Pelacani, conclama os operários de uma fábrica a aderir à greve e pede a eles que se retirem em ordem para suas casas. Trabalhadores da indústria de São Paulo estão em greve desde o dia 15 de outubro reivindicando aumento de 45% e medidas do governo que cessem o aumento do custo de vida.
Foto: Folhapress



esses recursos com base na disponibilidade dos mesmos no encerramento do exercício de 1958.

Ressalta-se que os três sindicatos eram representados, respectivamente, pelos vereadores Freitas Nobre (PSB), Thimóteo Spínola (PSD) e João Louzada (PSP). Essas demandas, ainda que não executadas na sua totalidade, revelam a capacidade desses vereadores em destinar verbas às suas agremiações sindicais, aproveitando o clima de intensa agitação política, das greves e das mobilizações de massa que tiveram lugar na capital paulista e em outros grandes centros urbanos.

Em um dos momentos de maior efervescência política como o vivido na greve em outubro de 1957, também os vereadores se mobilizaram em apoio aos trabalhadores, aprovando leis que autorizavam a prefeitura a conceder crédito aos sindicatos convulsionados para socorrerem as necessidades de suas bases. Nesse sentido, na sessão ordinária da Câmara em 15 de outubro de 1957, dia que tinha início a denominada “greve dos 400 mil”, os vereadores aprovaram o Projeto de Lei n.º 632/57 que autorizava o executivo municipal a dispendir até a importância de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para o fim especial de auxiliar os trabalhadores que, na defesa de seus legítimos direitos, se declararam em greve, na Capital de São Paulo, a partir do dia 15 do corrente. Parágrafo único O auxílio será concedido em gêneros alimentícios, remédios e assistência médico-hospitalar proporcionados através dos Sindicatos integrantes da Aliança Intersindical por Aumento de Salário e Contra a Carestia. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. v. 23, p. 300).

A “greve dos 400 mil” ocorreu de 15 a 25 de outubro de 1957 e se tornou uma das principais manifestações de trabalhadores durante a segunda metade dos anos 50. Inspirada pelo PUI – Pacto de Unidade Intersindical e pela Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia, de acordo com Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro (2003, p. 74) depois desse amplo movimento grevista, “ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político. Ficou clara também a possibilidade de superação do atrelamento estatal pelo sindicalismo trabalhista.”

O jornal *O Estado de S. Paulo* anunciou na edição de 15/10/1957, que “370 mil trabalhadores entre “têxteis, metalúrgicos, gráficos, mestres e contra-mestres, curtidores e trabalhadores na indústria de papel e papelão”, haviam aderido ao movimento grevista. Manifestações ocorriam na capital e no interior em cidades como Americana, Jundiaí, Bragança Paulista, São Caetano, Taubaté e Mogi das Cruzes haviam aderido ao movimento. O jornal noticiava ainda que, mesmo diante da iniciativa do governador Jânio Quadros de se reunir com lideranças sindicais, a greve acabou sendo deflagrada. Na reunião, o governa-

dor teria solicitado ao comando grevista que se a greve não fosse evitada, que “transcorresse sem perturbações da ordem e que os grevistas se encarregassem do policiamento da greve, a fim de evitar a infiltração de elementos perturbadores.”

Como justificativa para a concessão do auxílio, a lei visava

Socorrer as famílias dos trabalhadores que estão defendendo seus legítimos interesses e direitos de viver como criaturas humanas, direito esse assegurado pela Constituição Federal. O poder público, sobretudo numa democracia, que ‘representa o governo do povo e para o povo, não pode se ausentar de um movimento de reivindicação de direitos da extensão e da profundidade do presente. Os trabalhadores de São Paulo e de todo o Brasil, legítimos construtores da grandeza e da riqueza nacional; que arcam com a totalidade dos encargos tributários, de vez que não têm oportunidade de descarregar o imposto direto ou indireto que pesa sobre seus salários, têm o direito incontestável, nesta emergência, de receberem do governo que elegeram o amparo aos direitos que pleiteiam. (*O Estado de S. Paulo*, 15/10/1957).

Dessa forma, entendiam os vereadores que cumpriam o papel de mediadores entre os trabalhadores e patrões naquilo que defendiam ser o justo e merecido reconhecimento de suas demandas. Sendo a greve um direito dos trabalhadores, não deveriam estes arcar com o sofrimento inerente da mobilização, como o corte dos salários, sozinhos, cabendo à municipalidade o socorro imediato para prover de gêneros básicos com o consentimento da edilidade.

A “greve dos 400 mil”, além de demonstrar a capacidade de trabalhadores em deflagrar um grande movimento de massa, enfrentando a estrutura legal que restringia ações grevistas, a repressão por parte de empresários que ameaçaram com demissões e contiveram piquetes com violência e por parte do Estado com as prisões e demais perseguições, também serviu para distensionar as relações entre Câmara de Vereadores e poder executivo e aproximar essas instâncias de poder com os trabalhadores paulistanos. Obviamente, na dinâmica política, pretendia-se ampliar a sua representatividade junto à classe trabalhadora que se colocava, a partir de seus sindicatos e de suas ações, como um importante interlocutor político com o qual os aspirantes/ocupantes de cargos políticos precisavam dialogar.

A forma de se relacionar com as instâncias políticas põe em evidência algumas das características da estrutura trabalhista/sindical implementada no Brasil durante o Estado Novo. De acordo com CAPELATO (2003, p. 120), a legislação trabalhista visava regulamentar os conflitos entre patrões e operários e a controlar as atividades dos sindicatos até então independentes. O objetivo consistia no impedimento de que conflitos sociais se expressassem na esfera pública. Estabelecia o regime de sindicato único controlado pelo Ministério do

Trabalho e regulamentava o imposto sindical a ser pago por todos os trabalhadores. Esta medida representou, de um lado, o atendimento das reivindicações operárias que foram objeto de intensa luta da categoria por várias décadas e, de outro, o controle, através do Estado, das atividades independentes da classe trabalhadora, que acabou perdendo sua autonomia através do controle estatal.

Ao mesmo tempo em que disciplinava as relações entre capital e trabalho, a estrutura trabalhista normatizava o papel do sindicato, sujeitando-o ao controle estatal. Em tempos de ditadura esse controle se realizava de forma mais intensa, mas durante o período de redemocratização vivenciado entre 1945 e 1964, as intervenções estatais deram lugar a maior espaço de atuação e liberdade para os sindicatos. Nesse sentido, as negociações, não apenas com o empresariado, mas também com os poderes legislativo e executivo, situavam os trabalhadores como importante protagonista político no período, utilizando-se dos expedientes disponíveis como as greves para conquistar direitos e atender as suas demandas mais imediatas, além de solicitações de recursos e apoio financeiro ao funcionamento de suas entidades coletivas.

Considerações finais

Os anos 1950, no Brasil, foram marcados pelos conflitos político-ideológicos resultantes do contexto de Guerra Fria. Imbricados nesse contexto, as peculiaridades de nosso processo histórico adicionaram elementos outros que transformaram esse período numa afortunada experiência de debates e vivências que buscavam extrapolar limites estruturais à participação política. Sob vigência do regime democrático, diversos sujeitos coletivos procuravam se fazer representar em ações que garantissem visibilidade e reconhecimento perante a sociedade.

Nesse cenário, os trabalhadores que já vinham se organizando em ligas, associações e sindicatos, passaram a ocupar espaços junto a instâncias de poder como a esfera legislativa e a integrar o debate em torno da propositura e aprovação de leis. A participação de uma “bancada sindical” durante a 3ª Legislatura evidencia esse processo de assunção dos trabalhadores às disputas político-partidárias, complementando a atuação desenvolvida no ambiente de trabalho e em manifestações públicas na defesa de seus direitos.

A polarização entre “janistas” e “adhemaristas” que atravessava as discussões e posicionamentos na Câmara paulistana ganhou novos elementos que ora contribuíam para o acirramento entre legislativo e executivo, ora sinalizavam para o abrandamento na relação entre vereadores e prefeito. As greves e demais manifestações de insatisfação de trabalhadores eram vocalizadas por sua bancada, elevando o tom de protestos endereçados tanto a patrões quanto aos representantes do poder executivo. Em contrapartida, eram também oportunidades que aproximavam a edilidade da municipalidade em função de acor-

dos que garantissem/ampliassem maior sustentação política. Tanto o prefeito quanto os vereadores, principalmente aqueles que representavam sindicatos de trabalhadores, buscavam obter proveitos simbólicos e/ou materiais.

Ao analisar as nuances políticas entre executivo e legislativo paulistano a partir das ações e conflitos trabalhistas, pudemos (re)ver alguns elementos que sustentaram as interpretações sobre populismo e trabalhismo em São Paulo. Percebemos que é possível avançar nas (re)leituras de fontes imprescindíveis sobre os temas abordados, quais sejam os Anais da Câmara de Vereadores de São Paulo e a imprensa paulista e deslumbrar novos questionamentos e abordagens que possam elucidar a história política da cidade na segunda metade da década de 50.

Referências

- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956. v. 09.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956. v. 12.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1956. v. 25.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1957. v. 20.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1957. v. 23.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1957. v. 25.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1958. v. 06.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1959, São Paulo. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1959. v. 13.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (pp. 107-143).
- CHAIÁ, Miguel. Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE 1955-1990. São Paulo: Humanidades, 1992.
- DROPPA, Alisson. O Movimento Sindical Brasileiro de 1958 a 1964: a luta dos trabalhadores nos tribunais trabalhistas e a conquista do direito de greve. In.: Anais do XI Encontro Estadual de História. Anpuh/RS. Rio Grande. 2012. (p. 1508-1520).
- FELTRIN, Luciana da Conceição. Perseguição da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/SP): As personalidades políticas no governo JK. In.: SINAIS – Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.º 07, v. 1, junho/2010. (p. 105-122)
- FOLHA DA MANHÃ. São Paulo: Arquivo jornalístico das edições diárias. 1955 - 1959. Disponível em <<http://acervo.folha.uol.com.br/>> Acesso em: 24 nov. 2015.
- FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e suas história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (p. 17-57).
- FONTES, Paulo. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). In.: Revista Brasileira de História. São Paulo: V. 33, nº 66. 2013. (pp. 71-94)
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In.: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e suas história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (p. 17-57).
- MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo: Arquivo jornalístico das edições diárias. 1954 -1959. Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/>> Acesso em: 24 nov. 2015.
- SILVA, Fernando Teixeira da e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 47-96).
- SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In.: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e suas história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (p. 205-271).

CAPÍTULO 7

Cidade oculta e visível: alicerce, teto e moradia (1956-1959)

Rosana Schwartz¹

1. Doutora em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2007). Mestre em Educação, Artes e História da Cultura, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM (2001). Bacharel em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (1989). Licenciatura em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (1993). Professora Pesquisadora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, desde 1999, e da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – Pós-Graduação–Lato Senso em História, Sociedade e Cultura. Membro da Comissão de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006 a 2015. Líder do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça/Etnia da UPM, participa do Núcleo de Estudos da Mulher da PUC/SP, do Núcleo de Estudos da e/imigração. Integrante do Comitê Ad Hoc do Programa Pró Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – 2008 a 2015.

“Historicamente, cidade e política são conceitos ligados, pois o próprio significado etimológico explicita as relações: civitas (do latim, cidade, conjunto dos cidadãos, da civilização, interesse público, dos membros do Estado, civil, sociedade civil) e polis (política, em grego, cidade-Estado). No fundo, designam, nesses dois idiomas diferentes, um modo de habitar, participar e dirigir. De maneira geral, a cidade deve, pois, ser vista como espaço coletivo da prática social.”

Maura Pardini Bicudo Verás

Os Anais da Câmara Municipal de São Paulo do quadriênio de 1956-1959, 3ª Legislatura, no tocante à questão da moradia, apresentam um conjunto de situações e discussões acerca do acesso à habitação na cidade: acessibilidade desigual entre a população de alta, média e baixa renda; encargos e infraestruturas concentrados em bairros ocupados pelos grupos sociais privilegiados economicamente; precariedade das moradias alternativas utilizadas pela população carente denominadas cortiços, favelas ou casas autoconstruídas em terrenos irregulares e destituídos de benefícios; insuficiência de investimentos públicos na cidade acirrando o problema habitacional existente desde o final do século XIX. Permitem também perceber a continuidade dos projetos de desconcentração das moradias populares do centro da cidade, presentes no período da 1ª e 2ª Legislaturas; o uso e o padrão periférico de ocupação do solo urbano; o déficit habitacional, embora todas as camadas da população pagassem encargos; ações pontuais de provisão de equipamentos nos diferentes bairros e planos e projetos de zoneamento norteadores da política habitacional da época.

Por meio dessa rica documentação constatam-se, ao mesmo tempo, posicionamentos permanentes, conservadores e transformadores, assumidos pelos vereadores eleitos para o quadriênio, quanto às propostas de investimentos públicos na cidade. Assim como apresenta perspectivas de cultura política sobre a legislação que trata do uso do solo nas cidades, mantenedora de uma cidade visível, legal e justa e de outra profundamente desigual, injusta, deteriorada e invisível. Além disso, os Anais mostram processos relativos à expulsão dos considerados indesejáveis (pobres, prostitutas, desocupados, mendigos) do centro da cidade.

A cidade em movimento: a questão da moradia

O problema da habitação, o qual toca diretamente a maioria dos moradores da cidade de São Paulo, remonta ao processo histórico de urbanização da cidade e às formas de apropriação do solo. Ligam-se igualmente a esse problema, a constituição do espaço urbano pelas classes sociais, as diferentes formas de espoliação urbana com suas estruturas centradas no processo produtivo, a especulação imobiliária, a constituição de periferias e as políticas públicas de habitação.²

A urbanização de São Paulo esteve, em seus primórdios, vinculada à expansão cafeeira, à subvenção da imigração e à implementação de um sistema ferroviário que deveria interligar São Paulo, o porto de Santos e as principais zonas produtoras. Concomitantemente, a vinda de muitos fazendeiros para a cidade, a interferência de europeus ligados ao comércio, ao setor bancário e à indústria, o crescimento da população e a diversidade dos investimentos na cidade condicionaram uma política de loteamentos que levaria as camadas populares (constituídas majoritariamente por trabalhadores imigrantes e ex-escravos) a viverem em habitações coletivas, construídas a partir de adaptações de casarões deteriorados, em geral com instalações sanitárias de uso comum, pouca ventilação e congestionamento de cômodos (BONDUKI, 2000). Esses locais denominados cortiços representavam, por outro lado, um negócio lucrativo para os proprietários ou especuladores que os alugavam aos populares, por conta do aproveitamento dos terrenos, da baixa qualidade dos materiais utilizados na construção e da ausência de gastos de manutenção. Até o final da Primeira República essas moradias eram a alternativa habitacional oferecida aos setores populares, além das casas de aluguel nas vilas operárias para os empregados mais qualificados (SCHWARTZ, 2001). Estas eram mais bem vistas pelas elites e classes médias, pois representavam uma possibilidade de se eliminar os cortiços, considerados “fonte de doenças e perversões” (KOWARIK, 1983).

Vale retomar as palavras de RAGO (1997):

“A solução ideal preconizada pela higiene pública para a questão da habitação popular desde o final do século XIX, no Brasil, é a construção de vilas operárias pelos poderes estatais ou por capitalistas particulares, nos bairros periféricos da cidade. Combina-se, assim, a luta sistemática contra a insalubridade da moradia do pobre com o utilitarismo reinante. Afinal, a construção das habitações higiênicas e baratas se tornará um negócio lucrativo tanto para os industriais senhores, quanto para as companhias de saneamento. “(p.176).

2. Vale ressaltar que ainda em 2016 a diferença de tratamento e os privilégios de algumas regiões da cidade em detrimento de outras são consequências da orientação imprimida ao processo de urbanização da cidade, bem como dos diversos projetos de urbanização.



1954 Vila Maria Zélia, a primeira vila operária de São Paulo. Inaugurada em 1917, a vila serviu de moradia para os funcionários do industrial Jorge Street, dono da Companhia Nacional de Tecidos de Juta.

Foto: Folhapress

As diversas vilas-cidades tinham características diferentes: podiam ser construídas por empresas, sobretudo as indústrias têxteis, nos territórios das suas fábricas para abrigar seus funcionários; ou por investidores privados, destinando-se ao mercado de locação. (BONDUKI, 1992). Esta última hipótese era incentivada por meio de concessão de incentivos fiscais a particulares, já que esse tipo de moradia exerceria a função disciplinadora almejada pelos discursos higienistas do século XIX.

Em São Paulo, dentre as vilas-cidadelas ou vilas-cidades destacava-se a Vila Maria Zélia, no Belenzinho.

Nela, o tempo fora das fábricas também está sujeito a normas que impediram durante a jornada de trabalho. Quem mora na vila-cidadela deve ter um comportamento “em casa” e “na rua” tão disciplinado e organizado quanto o comportamento na fábrica. Isso era garantido por uma série de controles pre-

sentes nas cidadelas: obrigatoriedade de frequentar a igreja, toque de recolher à noite, bailes vigiados. (ROLNIK, 2003. p.101).

Os cortiços e as vilas operárias constituíam as alternativas de moradia para os populares.

Cortiços e vilas-cidadelas seriam as situações extremas de formas de habitação popular coletiva que implicam micropolíticas do cotidiano completamente diferentes. Uma é o “bárbaro ajuntamento irregular marcado pela contaminação de mentes e corpos”, outra é o “civilizado e ordeiro bairro proletário”. (ROLNIK, 2003. p.101).

A questão da moradia se manteve no cerne do processo de urbanização de São Paulo, onde se criava e recriava formas de estar no espaço urbano, como também as noções de tempo³ e de ritmo. Durante o período de 1956-1959, 3ª Legislatura, a construção da imagem da cidade para os seus componentes continuava a se definir como lugar de transformação, progresso, desenvolvimento e modernidade. Mantinha-se o imaginário de signo do progresso e da ordem, criando uma atmosfera na qual quem não pudesse financeiramente pertencer aos espaços da cidade seria naturalmente desqualificado e “empurrado” para longe dos olhares das classes abastadas e médias⁴(SCHWARTZ, 2001).

Marcada por carência de política habitacional, ocupação do solo desordenada e por um notável cosmopolitismo étnico, a cidade impôs, desde o início de sua urbanização, aos seus sujeitos históricos a condição de desigualdades no espaço urbano.

Esse traço da vida paulistana marcou a formação de bolsões periféricos de moradia, amiúde sem infraestrutura e a formação de bairros estruturados e valorizados. O século XIX continuava na vida presente daqueles meados do XX.

Desde o último quartel do século XIX, empreendedores perceberam o potencial econômico da cidade e alguns loteamentos foram projetados e executados criando, desse modo, novas configurações no espaço urbano que se adensaram até os anos 50.⁵ Esses loteamentos se tornaram objeto de especulação e passaram a gerar dificuldades de compra de imóveis aos populares mais pobres, o que fez aumentar significativamente o número de moradores nas várzeas, nos cortiços e nas casas autoconstruídas.⁶

Foram essas as moradias que abrigaram as camadas populares e a crescente população trabalhadora daquela que pretendia ser a “cidade do progresso, limpa, higiênica, organizada e saudável”.

A obtenção da ideia de progresso aparece na perspectiva da vida privada, em que a moradia e a luta pela sua conquista carregam em si a representação, o significado e o valor simbólico da segurança a partir da propriedade, do

3. O tempo é sentido segundo múltiplas durações, assim como as formas diversas de percepção e de vida são nele plasmadas segundo ações fragmentadas, como a mecanização e a especialização da produção.

4. CASTORIADIS (2000) argumenta que o processo de criação da história é dado pela via do imaginário, e a análise desse imaginário apresenta-se, então, como a análise de sujeitos fragmentados dentro de um jogo de significados que não se revelam imediatamente na realidade.

5. Algumas regiões se transformaram, destruindo-se os antigos locais de moradia dos grupos sociais menos privilegiados. Fundou-se isso na justificativa de que mantinham a presença da floresta tropical, o que não combinava com a nova composição urbana de traço americano-europeu.

6. As secretarias Municipal e Estadual de Habitação classificam as moradias autoconstruídas como casas levantadas pelos próprios populares de forma irregular, sem planejamento, organização, orientação técnica ou aprovação dos órgãos governamentais.

resguardo, do desrespeito, do imaginário de disciplina, esforço e sucesso dos trabalhadores honestos e responsáveis. A cidade de São Paulo deveria significar *progresso, higiene, desenvolvimento e ordem*, enquanto seus habitantes cultivariam a imagem de bem-sucedidos e vitoriosos. (KOVARICK, 2000.p. 34).

Os códigos sanitários e municipais visavam proporcionar ambiente saudável e seguro para a educação da prole da população. Não romperam com os fundamentos morais e sociais do urbanismo higienista. O objetivo era proporcionar aos habitantes a propriedade privada e que esta fosse concebida como local/ambiente organizado, decente e digno.

A cidade do progresso possibilita aos poucos um segmento de mercado – um dinamismo lucrativo. A compra de imóveis para alugar tanto nas regiões centrais valorizadas como nas mais afastadas do centro. Abre-se possibilidade de grandes lucros nos negócios imobiliários, por meio da venda de terrenos, casas ou apartamentos às camadas populares. Bairros residenciais nas periferias aumentariam os patamares dos preços dos imóveis e as extensões dos empreendimentos proporcionariam lucros certos aos investidores. Entre 1940 e 1958, mais de meio milhão de indivíduos ou cerca de 200 mil famílias, passaram a comprar casas próprias nas periferias denominadas de “vilas” ou “jardins” (ROLNIK, 2003).

O Sr. José Aranha na 174ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, em 29 de agosto de 1956. p. 293, destaca:

“Desejo retroceder àquele ponto em que V. Exa. reclamava contra o crescimento da cidade. Na área central o aluguel é elevadíssimo, e, assim sendo, o pobre não pode pagar aluguel na zona central, nem na urbana nem quase na periferia. Nessas condições, é obrigado a comprar terreno situado muito longe do centro para construir sua casa, pagando o terreno em prestações. É uma defesa do pobre contra essa majoração imobiliária. Vê V. Exa. que não é problema de solução tão fácil e rápida O fato de se obrigar os proprietários a construir em diversas zonas da cidade não vai baratear os aluguéis, porque os aluguéis, serão correspondentes à especulação imobiliária.”

A casa própria significava simbolicamente a garantia de um ambiente livre das patologias sociais associadas com as moradias coletivas, o lar, sadio, célula básica a partir do qual se construiriam a sociedade e a nação (ROLNIK, 2003, p. 205).

Entretanto, não tardou para que a carência de políticas públicas de moradia na cidade criasse conjuntos de condições que impulsionassem o processo de segregação social e espacial e, ao mesmo tempo, as condições para, pouco a pouco, se estruturar e desenvolver mecanismos de organização de grupos de pessoas em situações semelhantes de vida. A organização desses sujeitos históricos conduziu à continuidade das associações de bairro, de mães e movi-

Pavimentação de ruas

Foto: Acervo Historico de São Paulo



mentos sociais de luta por melhores condições de moradia, salários e trabalhos (PASCAL, 2005).

Os comunistas, no breve período da legalidade do partido, entre 1945 e 1947, foram os primeiros a perceber a periferia como um espaço próprio para o surgimento de um movimento de luta por melhorias urbanas e novas formas de organização popular. Durante o período de legalidade, o Partido Comunista Brasileiro – PCB constituiu a maior bancada na Câmara dos Vereadores e organizou dezenas de Comitês Democráticos Progressistas – CDPs, cuja função era ser o órgão de massa do partido. Assim promoveram um trabalho de organização das vilas em torno de problemas comuns, que eram muitos. (ROLNIK, 2003.p.205).

A vida cotidiana, nos anos 1950 continuava possibilitando as condições de organização desses sujeitos históricos e as ações de resistência que levaram à proposta de um Plano de Emergência para a instalação de luz elétrica, colocação de sarjetas, guias e pavimentação nas vias principais da periferia. As lutas populares que partiam de ações coletivas de setores que se organizavam e articulavam interesses que na sociedade eram tidos como conflitantes, impunham aos vereadores posições, ações e a abertura de caminhos para a expressão dos sentimentos contra os privilégios concedidos a uns em detrimento de outros (SCHWARTZ, 2001).

Além das tensões sociais, os projetos arquitetônicos interferiam na concepção urbana, valorizando o empreendimento imobiliário em diversas regiões, mas também agravando o deslocamento de diversos grupos sociais empobrecidos de algumas localidades centrais para regiões afastadas.



1953 Favela no bairro de Vila Mariana, em São Paulo, onde os moradores gastam até 80% do salário pelo aluguel de um barraco sem água ou instalações sanitárias.

Foto: Folhapress

Esses projetos desde o século XIX se preocupavam, sobretudo em conciliar o mercado com as necessidades de reformas urbanas, provocando a especulação em diversas áreas e suscitando condições que levariam ao aparecimento de novos bairros, sempre distantes, primeiro acompanhando as linhas férreas e nos anos 50, nas ocupações dos vazios urbanos. A empresa Light and Power, peça decisiva do processo de expansão da cidade, desde os primeiros tempos do processo de urbanização implementou naqueles tempos a valorização do solo urbano e configurou o espaço com fluxos irradiadores de especulação imobiliária. Seguindo os trilhos dos trens, loteamentos foram criados em áreas cada vez mais afastadas com serviços de bondes, gás e telefones considerados de baixa qualidade (BLAY, 1985).

Um rápido olhar sobre o processo de urbanização da metrópole permite constatar que a questão da terra e dos espaços urbanos foi comandada pelo capital imobiliário, e o poder público acabou por se restringir em facilitar as condições necessárias à sua reprodução e expansão. (VÉRAS, 1995, p.4).

Somando-se a essas questões, o aumento da densidade demográfica ocorrida desde o final do século XIX até os anos 1950, propiciou a conseqüente proliferação dos cortiços, favelas e outras formas de moradia coletiva no centro da cidade, adensando os problemas habitacionais na cidade e debates na Câmara Municipal (RAGO, 1997, p.166).

Veja-se o requerimento 2815-57 apresentado em 11 de novembro de 1957 por Agenor Mônaco Freitas Nobre Leite Ribeiro e Alfredo Trindade:

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário em regime de urgência, seja oficiado ao Exma. Sr. Prefeito do Município da Capital, no sentido de serem prestadas as seguintes informações:

1- Quais providências foram tomadas pela Divisão de Fiscalização de Obras Particulares, a fim de proibir-se a multiplicação de porões e cubículos que estão se disseminando por toda São Paulo transformando a cidade em centro de favelas e mansões maiores?

2- Por que o Sr. Prefeito não toma providências imediatas impondo à higiene e às secções competentes de engenharia que impeçam a exploração desumana de indivíduos. Inescrupulosos que alugam cubículos, simulacros de quartos, em nome do direito e da necessidade de habitar, transformando grandes residências em cortiços, maiores, sem as mínimas condições de higiene, olhos voltados para a exploração de alugueis e a multiplicação rendosa dos mesmos?

3- Conhece o Sr. Prefeito o que existe presentemente nas vias públicas seguintes, em partes centrais da cidade emporcalhando a dignidade de que deve se revestir a habitação humana: Rua Itacolomy, 397; Rua Bela Cintra, 746; Rua Sabará n. 559? (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

O processo de crescimento da cidade concebida como “civilizada”, com espaços distintos, destinados uns ao comércio e outros às residências, em bairros planejados e arborizados deveria ser visível aos olhos de todos. “O espaço urbano deveria ser uma vitrine para os investidores nacionais e estrangeiros” (BOLAFFI, 1983, p.23). Assim, a continuidade da expulsão dos populares da região central e a coibição da permissão de novas construções de cortiços e moradias similares sem interrupção, nos anos 1950, aumentaram sistematicamente.

Os deslocamentos de parcela da população carente para áreas afastadas da cidade eram contínuos e devendo estes grupos permanecerem invisíveis aos olhos das classes médias e altas. O resultado dessa prática foi o surgimento de bairros heterogêneos, adensados nas periferias e favelas (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p.43).

Em Sessão Ordinária, realizada em 25 de Novembro de 1957, a Vereadora Helena Junqueira comenta:

“São Paulo está vivendo um momento dos mais sérios em relação à habitação, já que estamos em plena fase do surgimento das favelas, problema que não existia há alguns anos na cidade de São Paulo. Existia sempre o problema do cortiço, o problema da má habitação, mas não com as características da favela, que representa o máximo em péssima habitação e que representa um flagelo social. Além das condições negativas de higiene e digamos mesmo de

moralidade, as favelas contribuem para a formação de marginais. Alguns marginais as procuram, e não quero dizer que toda a população das favelas seja constituída de marginais. De forma alguma. Mas, as condições em que vivem as pessoas nas favelas concorrem para que estas pessoas se sintam isoladas do resto da cidade e muitas se convertam em marginais.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. v. 27, p. 274-299).

Percebe-se que os programas urbanísticos até a década de 50, não des-
construíram as concepções desenvolvidas desde o século XIX. Gestores dos pa-
drões de segregação que levaram à existência de tensões entre duas áreas urba-
nas contíguas foram criadores de uma cidade “invisível” composta pelas regiões
operárias, da periferia e dos cortiços, favelas e outras moradias autoconstruídas,
à margem das centralidades dos planos urbanísticos; e outra cidade oficial,
“visível”, do centro, dos bairros nobres, habitada pelas elites, classes abastadas
e médias.⁷

O processo de encortiçamento e favelização passou a realizar-se em bair-
ros inteiros, a conhecida *periferização* das moradias. Seus habitantes eram com-
preendidos, pelo imaginário social dos mais abastados e classes médias, como
grupos “perigosos”, “criminosos”, “desocupados”, “suspeitos” de vadiagem, “de-
sordeiros” e com tendências a amoralidades. A justificativa era as condições de
suas moradias. Eram acusados de manterem condições para a proliferação da
delinquência e prostituição.

Questão que aparece na 124ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal
de São Paulo, em 31 de Janeiro de 1957, nos discursos da vereadora Helena
Junqueira e do vereador Freitas Nobre:

“O SR PRESIDENTE: -Tem a palavra a nobre Vereadora Helena Junqueira.

Há um grave problema social que de há muito vem preocupando as au-
toridades, bem como a imprensa da Capital e todos nós, cidadãos de São Paulo
E’ o problema do meretrício. Em boa hora o Sr., Governador do Estado nomeou
uma comissão de nomes ilustres para o estudo do problema. Essa comissão,
constituída por eminentes professores, bacharéis, médicos e sociólogos, realizou
seus estudos num período de 60 dias e apresentou, finalmente seu relatório à
consideração de S Exa. o Sr. Governador. Quando designada, essa comissão, a
sua atribuição foi fixada no sentido de propor medidas sôbre o aspecto confina-
mento ou não confinamento, zoneamento ou não zoneamento. As atribuições,
portanto, da comissão, não foram no sentido de se realizar um estudo completo
e exaustivo da questão, mas, principalmente, no sentido de manifestar-se sôbre
se deveria haver ou não confinamento, ou zoneamento e daí pudemos concluir
sôbre o aspecto do regimentalismo ou não regimentalismo, ligado à posição que
tomamos em face da segregação ou não das prostitutas.

7. A cidade oficial ou visível recebeu desde os seus primórdios investidores belgas, ingleses e russos que passaram a organizar e constituir a *City of São Paulo Improvements*, com sede em Londres e escritórios em Paris e São Paulo. Essa companhia introduziu a arquitetura dos bangalôs ingleses na urbe e controlou 37% da área urbana da cidade, mediante acordos com a Light e a política local, durante esse período da história da cidade de São Paulo. Remodelou o Jardim da Luz, em 1901, urbanizou a Avenida Tiradentes, ajardinou a Praça da República, reorganizou o Largo do Arouche e implantou um jardim à francesa em frente ao Museu do Ipiranga. Em meio a essas reformas arquitetônicas e a esses projetos ingleses e franceses, apareceram novos bairros e aceleraram as ações especulativas imobiliárias, as demandas crescentes por habitações, o aumento de pensões e cômodos, além de cortiços e porões de todos os tipos.

A SRA. HELENA JUNQUEIRA. Já que V. Exa. trata dêsse aspecto, vamos dizer a nossa posição. A prostituição, em si mesma, é gerada, na grande maioria das vêzes, pela miséria, pela ignorância, e por que não? pela insuficiência mental.

O Sr. Freitas Nobre Pela injustiça estrutural da sociedade. A SRA. HELENA JUNQUEIRA Naturalmente quando dissemos miséria, ignorância e condições de vida social, estava subentendido que o cortiço, a má habitação, a falta de recreação sadia, a má imprensa, a má leitura, o mau cinema são fatores que concorrem, facilitam e estimulam a prostituição De maneira que são fatores que congregam. Devemos admitir que haverá sempre uma percentagem mínima que embora gozando de todos os benefícios, poderá dedicarse a êsse sistema de vida. Mas sôbre essa percentagem a sociedade não terá responsabilidade. Mas é justamente o que V. Exa. disse: a prostituição é uma consequência da injustiça social, da estrutura social. . De maneira que o que nós vemos frequentemente é grande número dos que se pronunciam a favor do confinamento, porque acham que o confinamento vai nos tirar da vista aquele espetáculo desagradável, escandaloso e que encontramos nas nossas ruas. Isto é que eu entendo como uma atitude farisaica.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957. v. 1, p. 208).

Assim, uma vez afastados do centro da cidade, os considerados indesejáveis, as classes baixas, as prostitutas, os desocupados e mendigos, os temores com relação aos furtos, roubos e meretrício diminuiriam significativamente. A cidade deveria permanecer higiênica em ordem e disciplinada. Essa “expulsão limpeza” presente nos diversos discursos dos vereadores confirma enraizamentos das teorias das ciências biológicas e médicas do século XIX.⁸

O problema da habitação é gravíssimo e afirmam muitos que nele está a gênese do delito [...] estudo sobre os menores delinquentes, afirma que em muitos casos [...] a corrupção dos costumes e a imoralidade tem, como colaboradora na causa, a má habitação [...] a insalubridade e insuficiência da habitação e sua repercussão sobre a moral constituem problemas que urgem ser solucionados [...] no inquérito em que estudamos a situação de 1.195 pessoas, habitantes de 261 cortiços, encontramos em média, um problema de ordem moral para cada grupo de 2,7 casos. Os problemas específicos mais importantes são, em ordem de freqüência, concubinato, abandono do lar pelo chefe, mãe solteira, separação dos cônjuges, menores pervertidos, alcoolismo [...] concluímos que em mais da metade dos casos estudados a situação moral dos habitantes de cortiço ainda é precária. (TELLES, 2004. p.70).

Esses discursos contribuíram para a continuidade da ocupação do solo mais dispersa e periférica nas zonas norte, leste e sul da cidade. Uma vez formado o cinturão industrial norte-sudeste acentuava-se a expansão da cidade e o assentamento residencial dos populares na periferia. Processo que ocorre desde

8. Tornaram-se crescentes, no espaço urbano, o ódio e o combate das classes privilegiadas contra as camadas depauperadas da sociedade por meio da construção da ideia de classes pobres perigosas. Contudo, é importante destacar que o conceito de classes perigosas no Brasil diferia dos construídos em Londres, onde eram os batedores de carteira os “perigosos” e, em Paris, onde eram os revolucionários considerados os “perigosos”. No Brasil, esse conceito desenvolveu-se a partir da ideia de desocupados, em decorrência da abolição da escravatura, que não absorveu a mão-de-obra negra liberta, e dos pobres que não venceram sua penúria em consequência da falta de vontade para o trabalho.

o Código de Postura Municipal de São Paulo, de 1886, que regulamentava o funcionamento das habitações já construídas e proibia a construção de novos cortiços nas áreas centrais (LIMA, 1980).

A instalação de inúmeras empresas entre 1930 e 1950 acentua a forte presença de trabalhadores nos espaços de trabalho, a valorização das regiões fabris e consequentemente a especulação imobiliária. O valor dos aluguéis nos bairros operários atingiu níveis elevados (DUARTE, 1999, p.54).

Frente a esse processo histórico, se suscitaram por meio de estudos, projetos para construção de unidades habitacionais no mercado de aluguéis, impondo-lhe tabelamento e controle dos despejos, e em políticas de financiamentos para compra (ROLNIK, 1992. p.15).

Os conceitos que ditavam os procedimentos nos estudos sobre a habitação estavam impregnados de preconceitos. As teorias positivistas, higienistas tradicionalmente adotadas nos métodos de classificação do espaço urbano, ainda vigoravam e apareciam nos levantamentos.

Na IV Semana de Ação Social do Brasil, que reuniu entidades filantrópicas paulistanas ligadas ao Serviço Social, a falta de moradia popular e a alternativa do cortiço foram apresentadas como invenções do modo de vida e como opções culturais dos populares (MARICATO, 2000). Entendia-se que estes optavam por morar em cortiços porque não possuíam apego a casa, ao lar e às atividades domésticas, em decorrência do seu convívio coletivo no espaço da rua. Que eram desleixados, desenraizados e, por teimosia, desejavam morar próximo aos locais de trabalho (SACHS, 1999).

Ao mesmo tempo em que continuava a mesma prática de afastar os populares do espaço público do Centro da Cidade e de tudo que pudesse pôr em risco as relações econômicas e políticas do país, os acusavam de desviar recursos para a implementação de políticas públicas para regiões sem valor econômico (MARICATO, 2000).

Para levar a efeito as intervenções nesses locais, mantinha-se o assentamento dos valores de ordem, disciplina e asseio, promoção da abstinência do álcool, a obediência e a valorização do trabalho, bem como a transformação do sujeito em um “Ser Social” que almejasse a segurança do lar e a indissolubilidade do casamento, num processo de individualização e despolitização dos espaços (GUATTARI, 1985, p.110).

De nada adiantaria levar infraestrutura para a periferia, favelas ou regiões centrais, na qual habita grande parte da população desprovida de qualquer recurso, se não enraizar conjuntamente em seu comportamento cotidiano a civilidade e o individualismo. O hábito de solidariedade coletiva ofusca e impede

a tomada de consciência da identidade individual e a competitividade dessa camada social. (GUATTARI, 1985. p.89)

Buscava-se a almejada moradia individual como solução e substituição aos cortiços – proposta defendida, desde o I Congresso Pan-americano de Habitação Popular, nos anos 20 –, pois acreditava-se que tal proposição acentuaria as responsabilidades do chefe de família, aproximaria os pais dos filhos, aumentaria o desejo de poupança para a compra da moradia ou o pagamento do seu aluguel. Assegurar-se-ia a tranquilidade na velhice. Nas palavras de FREITAS (2000),

No início de 1940, Francisco Batista de Oliveira realizou a palestra: “A casa popular como problema urbanístico” no Instituto de Engenharia de São Paulo colocando em pauta esta discussão da habitação como um problema urbano. O texto começa pela descrição das ações de erradicação das habitações precárias no Brasil, citando a ação da “Liga Social contra o Mocambo”, aquelas contra os cortiços em São Paulo e, contra as favelas do Rio, além de exemplos

1956 Bairro da Pompéia. Ainda há falta de infraestrutura básica nos bairros. São Paulo, SP, 1956.

Foto: Folhapress



de países sul-americanos como a Argentina, Chile, Peru que afirmava a necessidade de acentuar valores morais na população. Nestes já existiam órgãos oficiais que centralizavam e cuidavam do problema da habitação popular. (p.4).

Entre 1956 e 1959, a infraestrutura e os serviços urbanos foram estendidos até as bordas da periferia, muitas ruas e loteamentos em locais de possível rentabilidade foram oficializadas em massa e a propriedade individual incentivada (SOLMEKH; CAMPOS, 2002. p.57).

Em decorrência do processo de ocupação desordenada e do crescimento das moradias à margem da lei, as habitações autoconstruídas e clandestinas, nos anos 50, passaram a ser objetivo de anistias periódicas. A garantia da posse e da propriedade transformaria inevitavelmente os comportamentos. (KOWARICK, 1988, p. 75).

Nas franjas da periferia a casa própria foi valorizada. Acreditavam que a sua aquisição e a sua manutenção extinguiria o mundo coletivo da favela e do cortiço (KOWARICK, 1983). Entretanto, dificultando a iniciativa, “os IAP e a Fundação da Casa Popular –FCP tinham produzido um número irrisório de unidades habitacionais para a compra, frente às necessidades - cerca de 140 mil” (BONDUKI, 1998. p.127).

A legislação desestimulava os investimentos privados na produção de habitações, direcionava os capitais para a produção industrial e, por conseguinte, agravava a questão da moradia popular. Estimulava-se significativamente a redução da oferta de casas de aluguel e o desejo de aquisição da casa própria. Não obstante, a expansão capitalista com a tradicional especulação imobiliária, mantinha os investimentos nas regiões valorizadas e os valores dos imóveis inacessíveis aos populares.

O objetivo de substituir as favelas e cortiços pela oferta de casas próprias ou de aluguel foi à bancarrota e a alternativa encontrada foi a construção de conjuntos residenciais populares, durante o Governo Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino.

Segundo KOWARICK (1983), a alta dos aluguéis levou à transformação dos índices de domicílios alugados em São Paulo. Em 1920 correspondiam a 79% do total de unidades habitacionais; em 1940 esse número passou a 75% e durante os anos 50 representava 68%.

Com o declínio das reservas previdenciárias, nos anos 50, progressivamente, essa proposta também cai por terra.

Acentuavam-se as intervenções federais, o aumento significativo da verticalização, a periferação e favelização da cidade. Novas regiões recebem escritórios e bancos. Os antigos bairros operários, que circundavam as regiões do

Brás, da Mooca, do Bom Retiro, da Santa Efigênia, da Sé, da Bela Vista e da Liberdade desvalorizaram assustadoramente.

As políticas de habitação, desde os anos de 1930 e 40, haviam se estruturado baseadas na organização do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP) e na liberação dos recursos deste para investimentos no setor habitacional:

“(...) intervenção do Estado, que se deu pelo menos em três níveis distintos. A criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência, em 1938 – representando o início da produção direta ou financiamento de unidades habitacionais por órgãos estatais, tendência reforçada em 1946 pela criação da Fundação da Casa Popular (FCP); o decreto da Lei do Inquilinato, em 1942 – congelando e controlando os aluguéis e dando início à regulamentação das condições de locação, até então deixados à livre negociação entre os proprietários e inquilinos; o Decreto-lei 58 de 1938, que regulamentou os loteamentos populares, garantindo a aquisição de terrenos à prestação.”(BONDUKI, 1998. p.119).

Com o passar dos anos, na década de 50 em grande parte, as negociações livres entre proprietários e inquilinos e a regulamentação não controlam a elevação dos valores dos aluguéis e os recursos governamentais destinados à moradia foram apropriados pelos grupos de renda média e alta (BONDUKI, 1998).

Sem condições de arcar com os aluguéis, os deslocamentos das camadas populares para regiões mais afastadas criam a “periferia da periferia”. A gestão municipal diante dessa realidade deveria prover infraestrutura de transporte, saneamento básico, luz e moradias nessas regiões.

Em 2ª Sessão Especial, realizada em 25/01/1956, o vereador Mario Telles pontua:

“A Administração Municipal nunca como hoje se vê a frente com os mais complexos e dolorosos problemas de infraestrutura da cidade. No setor dos transportes, da habitação, das ruas, do abastecimento, quantas e quantas coisas há por fazer? As finanças do município clamam por um desafogo imediato, e o saneamento se impõe como medida precípua na via moral e material da cidade.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

Desde a década de 1940, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, por meio de estudos, analisava a periferização da própria periferia. Preocupada com o processo de desvalorização de algumas regiões centrais, com as condições de habitação que se impunha aos populares e principalmente com a falta de infraestrutura, mapeou condições diversas da cidade e realizou levantamentos sobre esses espaços, fundamentais para a elaboração de planos e projetos de habitação. Desvelaram uma cidade “oculta ou invisível” dos bairros

populares e outra “visível ou legal” do bairro de Higienópolis, Jardim América, Pacaembu entre outros.

Nessa cidade fragmentada e dividida, a moradia popular baseava-se no trinômio loteamento periférico/casaprópria/autoconstrução; ou seja, os populares compravam lotes de terra, em parcelas acessíveis, desprovidos de infraestrutura e em locais distantes para neles construir suas próprias casas, já que essa era a única possibilidade que vislumbravam para adquirir uma casa individual. Nas palavras de BONDUKI (1998, p. 249): “sem acesso às formas tradicionais de moradia, a população desprovida economicamente passou a erguer ela mesma alojamentos precários em locais sem nenhum equipamento ou infraestrutura urbana. As casas autoconstruídas”.

O poder público, por sua vez, após percorrer pelos Anais da Câmara Municipal durante a 3ª Legislatura (1956-1959), demonstrou ignorar ou fechar os olhos, a expansão da autoconstrução de casas próprias em loteamentos periféricos e clandestinos.

Ao definir as áreas que seriam loteadas, o poder público deixava outras sem destino, constituindo espaços “vazios” entre as áreas mais urbanizadas e um processo intenso de especulação imobiliária.

Alguns terrenos vazios e algumas localizações futuras, que se dão através da captura do investimento em infraestrutura equipamentos ou grandes obras na região ou nas vizinhanças. Isso provoca a extensão cada vez maior da cidade, gerando os chamados “vazios urbanos”, terrenos de engorda, objeto de especulação. (ROLNIK, 1992, p.64).

Muitos dos loteamentos que surgiram nesses espaços vazios caracterizavam-se pela ausência de infraestrutura e pela localização em reservas de áreas livres, com lotes implantados em locais inundáveis ou com declividade excessiva, o que inevitavelmente desencadeava processos erosivos, assoreamentos constantes dos rios e inundações periódicas. Como não foram beneficiados pelo investimento público, se convencionou chamar tais loteamentos de clandestinos ou ilegais.⁹

A produção de lotes populares e de imóveis de baixo custo era insuficiente para dar conta da necessidade da população, que sistematicamente era empurrada para localizações cada vez mais remotas e inadequadas.

A partir dos anos 1970, esses loteamentos avançaram também sobre áreas de mananciais e se associaram ao Movimento pela Regularização dos Loteamentos Clandestinos e outras mobilizações populares como as Sociedades Amigos de Bairros - SABs.

9. As características marcantes da questão da moradia eram a ausência de investimentos privados ou públicos e o empenho dos populares na construção de suas habitações, trabalhando nos finais de semana e à noite e com a ajuda de parentes. (SCHWARTZ, 2001). O pecúlio para a compra dos materiais necessários à construção era obtido por meio de horas extras, sendo que os trabalhadores não contavam com qualquer tipo de assistência técnica para escapar do aluguel. (KOWARICK, 2000, p.50).

A casa na casa dos vereadores – planos e projetos de zoneamento

As práticas do setor de urbanismo, nos anos 50 entre 1957 e 1961, na gestão do prefeito Adhemar de Barros permitem perceber a transposição dos objetivos dos planos para a ideia de zoneamento. A finalidade era evitar a separação das várias partes que compõe o espaço urbano como estava acontecendo até então.

O zoneamento que ocupou o lugar do plano como estratégia de intervenção urbana redefiniu áreas para a indústria, comércio, moradia, artesanato, favorecendo a descentralização e reconcentração periférica. Em 1957, foi atribuída a ele a ordenação do espaço urbano, a atuação como regulador do dimensionamento e previsão de equipamentos e serviços. Demonstra em sua metodologia, a permanência de ações criadas nos anos 40, por Prestes Maia, com propostas de alargamentos de ruas, avenidas, vias principais e expressas, túneis, trevos, viadutos e a consequente desapropriação de moradias em um raio de quatro quilômetros do centro. À margem do zoneamento ficou um projeto viário que interligasse os bairros afastados com as moradias irregulares e o desenvolvimento de equipamentos básicos como pavimentação de calçadas, rede de esgoto e saneamento (FELDMAN, 2002).

O Departamento de Urbanismo responsável pelos projetos se posicionou como cumpridor da Lei. A continuidade histórica do descaso com as regiões da periferia e a especulação imobiliária imposta à cidade desde o final do século XIX estava enraizada e não proporcionava novas posturas, concepções de legislação ou regras. Não havia dentro do legalismo do Departamento força política que efetivamente deslocasse a centralidade do uso da infraestrutura urbana das zonas centrais, centro expandido e anel intermediário para a periferia (CALDEIRA, 2000).

Entre 1954 e 1957, o mercado imobiliário foi potencializado. A legislação consolida o processo de verticalização, protege os valores da propriedade e seguindo o padrão inglês de cidade-jardim, foram criados loteamentos de alto padrão com infraestrutura e serviços para a população local. A extensão abrangia do alto da Lapa até a Avenida Morumby incluindo a Companhia City com amplas áreas verdes e casas isoladas.

Em Sessão de 26 de junho de 1959, lê-se o Projeto de Lei nº 329/59:

Art. 1º. Para servir aos bairros de Higienópolis, Santa Cecília, Pacaembú, Perdizes e Barra Funda a Prefeitura construirá um Super-Mercado no local e área ora ocupados pelos prédios sites a: 1) Rua Albuquerque Lins, números 1.072 e 1.080, pertencentes à Mitra Metropolitana; 2) número 1.093 – (frente e fundos ocupados com barracão e oficina mecânica), também sito à mesma Rua Albuquerque Lins e pertencente a Dona Dulce de Salles Azevedo; 3) Rua Baronesa de Itú, formando, todos juntos, um só bloco na esquina de ambas,

referidas ruas. Art. 2º. Para a execução da obra a que se refere esta lei, fica o Prefeito autorizado a desapropriar, *ad-referendum* da Câmara os imóveis relacionados no artigo primeiro. Art. 3º. A Prefeitura procederá, dentro de noventa dias, aos estudos arquitetônicos relativos à construção do Super-Mercado, em bases modernas, higiênicas e amplas, peculiares a 'este gênero de obra pública enviando-os, acompanhados das respectivas plantas e orçamentos do custo de construção. Câmara Municipal de São Paulo/SGP/Secretaria de Documentação/Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo - ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 329 à Câmara, para apreciação e competente autorização da despesa respectiva. § Único. Para ocorrer às despesas que se tornem necessárias aos estudos preliminares, fica o Prefeito autorizado a abrir os créditos necessários, na forma da lei. Art. 4º. Sendo de conveniência aos interesses do Município, fica o Prefeito autorizado a arrendar, referendado da Câmara, a empresa especializada idônea, a exploração comercial do Super-Mercado construído em obediência a esta lei. Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. v.12, p. 329).

A legislação de zoneamento parcial ou global foi marcada pela necessidade de regulamentação dos empreendimentos imobiliários e distribuição dos benefícios da urbanização por meio de decretos. Alardeava-se na cidade a necessidade de um Plano Diretor, desde 1954, com as discussões Prestes Maia-Anhaia Mello, entretanto a cidade só terá seu primeiro Plano na década de 70 em pleno período do Regime Militar (FELDMAN, 2002).

Diante dessas questões as problematizações sobre a produção de gestão articulada de âmbito técnico para tomadas de decisões efetivas de implementação de políticas públicas, que agregassem interesse dos diversos setores da sociedade, ficavam abafadas e colocadas em segundo plano.

As decisões eram autoritárias, não passavam pelo debate da sociedade. Em outras palavras não tratavam de alterar a lógica de produção e apropriação do espaço urbano. Permaneciam as negociações com loteadores iniciadas nas décadas anteriores.

O zoneamento era compreendido como instrumento de planejamento de organização e como controlador dos processos econômicos de uso do espaço urbano.

O zoneamento tal como se desenvolve em São Paulo viabiliza a proteção das áreas residenciais de alto padrão de forma maciça, e responde às demandas de controle num setor da cidade (...). O zoneamento ratifica, perpetua e acentua diferenças que desde o século XIX estão presentes na cidade, e se conforma como um novo código para garantir uma velha ordem. (CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, v.9, p. 679).

Os vereadores não pautavam suas discussões sobre essas questões expostas. Centravam-se nos problemas de infraestrutura como: a precariedade do saneamento e da rede de esgoto, a ausência de sistema d'água encanada e energia elétrica em diversos bairros, principalmente nos bairros afastados do centro, qualidade indesejável de transporte para os trabalhadores moradores das regiões periféricas, o problema do acesso à moradia diante do aumento dos aluguéis e deslocamentos populacionais.

Vale reler a Indicação nº 2581-58 e a Indicação 129-56 de Jacob Zveibel, em sequência:

“Indica ao Executivo Municipal a necessidade urgente de se estender até o centro da cidade a linha de Ônibus denominada Lapa-Presidente Altana. Justificação Numerosas famílias se locomovem, diariamente, de Cossaco, Presidente Altino, Centro Industrial Jaguaré, Parque da Lapa, até o centro da Lapa. Dessas famílias, grande é o número de pessoas que fazem baldeação para veículos coletivos, que partem da Lapa em demanda ao centro urbano da Capital. Esse fato causa-lhes transtornos e despesas, que poderiam suavizar-se com a extensão da linha Presidente Altino-Lapa de aspiração geral essa reivindicação. Reflete o interesse público e evidentemente, se aprovada, proporcionará grande satisfação a População que se utiliza dos veículos de condução coletiva, naquele setor de nossa cidade.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958. Sessão de 28.05.1958, v. 10, p. 346).

“(...) Indico ao Sr. Prefeito Municipal se digne determinar à Secretaria de Obras que proceda ao calçamento da rua Serra da Bocaina, no bairro do Belém. Esta rua vem, desde há muito tempo, esperando a atenção do Poder Público, tendo, mesmo, figurado em planos de calçamento, sem, contudo, ter merecido tão útil melhoramento. Trata-se de rua com densidade total de moradias e de grande importância.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956. Sessão de 03.02.1956. p. 248).

As discussões ocorridas lançavam à luz o mau uso e ocupação do solo e suas consequências. Esbarravam na existência de legislação urbana excludente, problemas dos bairros da periferia relativos a deslizamentos de encostas, assoreamento de córregos e rios, enchentes, construções de moradia em áreas de mananciais e sem tratamento de água. Bem como a exclusão da população carente ao acesso à habitação e as distâncias entre local de trabalho e moradia. Na sessão de 22.04.1956, o vereador Ermano Marchetti relata:

“Os preços exorbitantes da terra urbana na cidade de São Paulo, está fazendo com que os populares empobrecidos e sem alternativa cabíveis para a aquisição de imóvel, procurem resolver por conta própria o problema da habitação nas regiões periféricas ou em bairros centrais. As formas de ocupação do solo potencializam soluções para moradias em cortiços ou locais sem infraes-

trutura urbana como encostas íngremes, formando favelas com casas autoconstruídas.(...) O sistema de transporte carente e inadequado, e as longas distâncias percorridas entre a periferia e local de trabalho são evidentes.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

A contínua e permanente ocupação desordenada do solo e especulação imobiliária, que contribuiu para o processo de periferização da cidade, a dispersão e segregação urbana com o aumento de favelas e cortiços aparece nos debates. A marcha urbana que levou a população carente para os limites do município, os deslocamentos das moradias para os locais de trabalho demandavam do poder público medidas que proporcionassem acessibilidade ao sistema de transporte (AMARAL, 2002).

Na sessão de 12.07.1957, o vereador Elias Shammass apresenta seu ponto de vista:

“(...) os assentamentos precários, os loteamentos clandestinos e irregulares, as ocupações de locais inviáveis, nas áreas com grandes glebas vazias, realizadas de forma desordenada pela população de baixa renda. Além de provocar crescente degradação, riscos ambientais e esparramento de moradias pela periferia, essas regiões, cada vez mais longínquas, são implicadoras de investimentos públicos excepcionais, por parte do município, para a implantação adequada de infraestrutura de transporte.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

O discurso acima ressaltado relaciona a questão complexa da falta de política de habitação com questões de cunho ambiental e de infraestrutura de transporte. Em uma cidade dividida em “visível” incluída e “invisível” excluída, ocupar áreas ambientalmente frágeis, em regiões íngremes sem infraestrutura, desvela modelo de crescimento e expansão urbana que atravessa as condições reais de produção da cidade pelo mercado e os investimentos no espaço construído.

A pequena parcela das regiões com melhor infraestrutura qualifica o tecido urbano para disputas imobiliárias e ações de regulação urbanística de infraestrutura. Ao concentrar oportunidades de emprego em fragmentos centrais da cidade e não planejar a ocupação nas regiões precárias, múltiplas demandas se impuseram como: transporte e circulação dos indivíduos, controle do avanço voraz sobre determinadas áreas que provocam desequilíbrios ambientais, como enchentes, erosão e contaminação de mananciais. Uma necessidade leva à outra.

Sobre essa questão o vereador, Hermínio da Silva Vicente, na sessão de 12 de junho de 1957, pontua:

“A proliferação de casas autoconstruídas precárias nos espaços que sobram da cidade, em beiras de córregos, encostas ou áreas de preservação é objeto de preocupação, pois acarreta demandas paralelas. Perpetua-se a dinâmica perversa sob o ponto de vista urbanístico, de por um lado, em áreas reguladas, produzir vazios e subutilização do espaço, por outro, a reprodução da precariedade dos assentamentos das camadas populares. O poder público carece de ser regulador e interlocutor entre os negócios imobiliários e o estabelecimento de padrões satisfatórios de infraestrutura nesses bairros periféricos da cidade. Esquecem-se os nobres vereadores que a grande moeda de troca nas contabilidades eleitorais é o reconhecer da dimensão do déficit habitacional, as desigualdades de condição de acesso e o funcionamento dos mercados urbanos. O município é o principal ente responsável em promover política urbana que garanta bem-estar aos seus habitantes. Assim deve instituir diretrizes ou linhas mestras, para o desenvolvimento urbano, habitação, transporte e saneamento básico.”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

Na Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1956, Jubas Tupinambá faz a INDICAÇÃO N.183-56:

“(...) Indico ao Sr. Prefeito, a necessidade de ser providenciada com urgência a colocação de tubos para escoamento das águas pluviais na rua 12 em Vila flauta. A falta de canalização adequada das águas pluviais naquele local, vem causando sérios prejuízos aos seus moradores, que por ocasião das chuvas têm suas moradias invadidas pelas águas, com riscos para a vida de seus moradores.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1956).

As diretrizes gerais da política urbana estabelecida durante os anos de 1956 a 1959 foram, em especial, frutos dos modelos de política e planejamentos habitacionais adotados pela cidade nas décadas anteriores. Expressam a interação entre os processos socioeconômicos e a continuidade do modelo excludente. Os projetos de verticalização e modernização da cidade e o crescimento industrial que norteou os estabelecimentos de investimentos públicos estavam vigorando. As bases das metas não tinham equidade e universalização do acesso aos serviços e equipamentos públicos. A concentração da oferta desses serviços e equipamentos continuava ocorrendo nas regiões valorizadas do centro e bairros habitados pelas classes médias e altas. As ações de gestão, planejamento e legislação não combatiam a especulação imobiliária, não promoviam regulação fundiária das áreas ocupadas pela população de baixa renda e nem deslocavam os serviços, de forma eficaz, para as periferias.

A vereadora Mathilde de Carvalho, na 23ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, em 28 de junho de 1957, apresenta essa situação, de distribuição dos benefícios e o ônus promovido pelo processo desordenado de urbanização:

“A especulação imobiliária, os investimentos públicos nos bairros, tanto das regiões abastadas, como carentes, causam impactos profundos nas condições econômicas e sociais da população. Mecanismos de correção de distorções, no tocante ao patrimônio imobiliário, através do estabelecimento de projetos, que visam a compensar perdas e ganhos excessivos, devem ser debatidos. Coloca-se aqui, a função redistributiva da política urbana, a valorização e desvalorização dos espaços urbanos e a adequação dos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento do bem-estar urbano. Dispendiosos devem ser priorizados nas áreas com propriedades com titularidades definitivas e sem processos judiciais de registro junto aos cartórios.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1957).

O discurso da vereadora não encaminhava para a efetivação do direito à moradia dos indivíduos em condições precárias e sem proteção, com relação à ilegalidade e irregularidade dos assentamentos urbanos, decorrentes das ocupações desordenadas e especulação imobiliária. Não incorporava às demandas prioritárias dos poderes legislativos, a possibilidade de regulação das posses urbanas, situadas na cidade invisível. A visão tradicional e os interesses econômicos enquadravam os planejamentos, modelos e diretrizes habitacionais, configurando ainda mais os contrastes entre a situação legal ou ilegal. Desde os anos 40, os investimentos eram direcionados à construção do projeto de cidade moderna, verticalizada e industrializada. As aplicações eram realizadas nos espaços legais (BLAY, 1985).

Percorrer os documentos Anais da Câmara Municipal de São Paulo – 3ª Legislatura – 1956-1959 – leva à percepção que a maioria dos vereadores, com relação à estratégia e política urbana de habitação, apostava na satisfação dos indivíduos habitantes dos bairros das classes médias e altas. Eleitores em potencial, em sua maioria, não conheciam os problemas da cidade invisível. Dessa maneira circunscreviam-se planos e projetos destinados aos perímetros urbanos centrais e adjacências priorizando a construção de conjuntos habitacionais.

As classes médias adensadas nas regiões expandidas do centro, regiões industriais, de comércio e serviços, necessitam de atendimento adequado que viabilizassem a compra de imóveis para residência. De modo geral, essas áreas eram aquelas onde é mais interessante investir em conjuntos habitacionais. Com infraestrutura básica as demandas eram por melhorias no sistema viário, sistema de captação e tratamento de esgoto, iluminação pública e redes de abastecimento de gás. O potencial econômico dos seus habitantes projetava retorno, equilíbrio e êxito imediato. Os objetivos estabelecidos, em curto espaço de tempo, ofereciam retorno. (BRANCO, 2006, p. 72).

Os investimentos públicos acompanhavam as práticas historicamente estabelecidas de intervenção municipal e estatal autoritária, sem dialogar com a cidade e seus habitantes (AZEVEDO; ANDRADE, 1982). Naqueles anos a limitação do poder legislativo e a desarticulação da sociedade civil com relação ao

planejamento urbano, reiteravam padrões produzidos, pela visão centralizadora e racionalizada da esfera da gestão pública. As alterações na legislação de uso e ocupação do solo de competências do Legislativo Municipal e do Executivo Municipal, não desconstruíam parâmetros tradicionais de planejamento urbano e impediam avanços.

Questões sobre o estabelecimento de normas - legislação que buscassem redução de custos para a construção de habitações populares ou aumento da oferta de lotes e unidades habitacionais, por meio do mercado formal, nas regiões periféricas da cidade, apareciam parcamente nos discursos e eram de difícil aprovação na Câmara. A centralidade era a infraestrutura.

Alguns vereadores comprometidos com os movimentos e causas sociais marcavam seus debates com essas pautas. Almejavam desconstruir a visão tradicional de planejamento urbano e relacionavam legislação com a cidade real e, sobretudo com as responsabilidades dos políticos para com a cidade invisível e clandestina, entre eles destaca-se Helena Iracy Junqueira:

“As medidas e ações dos agentes públicos e privados que gerem situações de segregação e exclusão de grupos e comunidades carentes devem ser impedidas e denunciadas. Enquanto essa população não tiver acesso à moradia, transporte público, lazer, educação, segurança, saneamento e a regularização dos loteamentos clandestinos, não haverá como postular a defesa de que o poder público está atendendo à sua função social.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958).

Para enfrentar as carências habitacionais seria indispensável uma abordagem coletiva da questão, informações e levantamento de dados estatísticos para o estabelecimento de prioridades que identificassem situações em que programas alternativos à construção de novas moradias possam garantir abrigo digno.

Segundo Paulo de Tarso Santos, na 72ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, em 2 de maio de 1958:

“Uma acurada análise das condições de vida da população moradora das regiões periféricas, tomando por base características de moradia, emprego, renda e utilização dos serviços públicos, aumentaria significativamente a possibilidade de mensurar o déficit habitacional, além de propiciar direcionamentos para uma definição operacional de padrão mínimo de habitabilidade. O poder público necessita de estudos que classifiquem as edificações, os espaços de utilização internos e externos pelos ocupantes, as considerações e a precariedade das construções, muitas vezes realizadas com material impróprio e a localização dos loteamentos não-planejados. Esses estudos devem apresentar as reais condições de moradia da população carente para que se possa garantir segurança,

solidez e políticas públicas a seus ocupantes.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958).

Nesse sentido, para avaliar as reais condições de vida e de moradia na cidade e o déficit habitacional, alguns critérios foram estabelecidos pelos centros de estudos: número de cômodos existentes e utilizados para dormir, composição mínima de sala, quarto, cozinha e banheiro, ou seja, pelo princípio da execução das funções básicas de que toda e qualquer moradia deve possuir – repouso, estar, preparar alimentação e higiene. Com o intuito de permitir a definição de prioridades das ações públicas na área da habitação, técnicos identificaram quatro situações de moradia: propriedade, aluguel, cessão e ocupação. Adotou-se também, como procedimento metodológico, o tratamento inadequado habitacional de forma diferenciada segundo faixas de rendimento familiar. Esses critérios seriam norteadores para as elaborações de propostas de reformulação da legislação e aprovação de projetos pelos vereadores.

O déficit habitacional refere-se às moradias que devem ser construídas para substituir as existentes que não apresentam as condições de segurança a seus ocupantes e não tem domicílio de uso privativo. A inadequação e a gravidade dos problemas detectados no déficit podem ser sanadas mediante programas alternativos à construção de novas moradias: reformas, ampliação das unidades habitacionais e coleta de serviços públicos. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958).

Para o estabelecimento de programas de ampliação que garantam habitabilidade, foram diferenciados os domicílios em duas categorias: casas e apartamentos. Para o levantamento e busca do aprimoramento dos indicadores dos domicílios na cidade de São Paulo levaram-se em conta tanto as características de construção e de espaço como as formas de ocupação do solo. Assim, as casas consideradas eram as de alvenaria e os apartamentos dos conjuntos localizados nas favelas. A variedade de situações dificultava a classificação.

Ao longo dos anos de 1956-1959 a cidade foi objeto de inúmeras intervenções articuladas em planos pontuais mais ou menos abrangentes com relação à infraestrutura urbana. A situação de desigualdade social e os problemas urbanos decorrentes da aglomeração e ocupação descontrolada do solo são exemplos da ineficiência e ineficácia do poder público à época, que se propunha a ordenar a trajetória do crescimento urbano sem projetos que evitassem a violenta exclusão das camadas populares do direito à moradia.

A história da cidade é a história do embate contínuo entre especulação imobiliária, pressões do crescimento, política higienistas e propostas urbanísticas que pretenderam estruturar a expansão urbana.

A historiografia brasileira salienta as reformas urbanas e a politização do espaço público. Os discursos dos vereadores da Câmara Municipal nesse sentido

são documentos/pistas essenciais para se compreender o processo contínuo de formação da metrópole, padrões de ocupação do solo, formas de desenvolvimento espacial, propostas de planejamento e os vínculos com a política.

Referências

- AMARAL, A. Habitação: avaliação da política municipal. São Paulo: Instituto Polis/ PUC-SP, 2002.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L.A.. Habitação e poder. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.
- BLAY, E. A. A luta pelo espaço. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOLLAFI, Gabriel. Eu não tenho onde morar. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, N.. Habitação e família, por que casa pirueta?.In: Habitação e autogestão –construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.
- _____. Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- _____. Origens da Habitação Social no Brasil- Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.
- _____. Reflexões sobre as gestões municipais na cidade de São Paulo. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- BRANCO, P.P.Projeto Moradia. São Paulo. Instituto Cidadania. 2006.
- CALDEIRA, T.P.R.Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: Novos Estudos, CEBRAP, 2000
- CASTORIADIS, C. A Instituição Imaginária da Sociedade.São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DUARTE, A.Cidadania e exclusão: Brasil. Florianópolis: UFSC, 1999.
- FELDMAN, S.O Zoneamento ocupa o lugar do Plano: São Paulo, 1947-1961. São Paulo, Editora 34, 2002.
- FREITAS, M. L.Habitação e urbanização na cidade de São Paulo: questões multidisciplinares, pressões na jornada de habitação econômica. São Paulo: Instituto dos Arquitetos de São Paulo, 2000.
- GUATTARI, F.. Espaço e poder: a criação das territorialidades na cidade.In:Espaço em Debate, n.16, 1985.
- KOWARICK, L; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, L. Aslutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- _____. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: KOWARICK, L. et al.Cidade, povo e poder. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, n. 5, 1982.
- _____. A espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. As lutas sociais e a cidade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. (org.). Modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: CEDEC, s.d. (mimeo.)
- _____. Os loteamentos clandestinos e os dilemas e alternativas democráticas dos movimentos dos bairros. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). Terra de habitação x terra de espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.
- LIMA, M.H.B. de. . Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, L.P.(org.).Habilitação em questão. Rede Janeiro: Zahar, 1980.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, R. (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. A crise da moradia e a questão urbana. São Paulo: Ansur, 1988.
- _____. A produção capitalista da casa e da cidade, São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- _____. Brasil, cidades-alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. _____ . Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1997.
- PASCAL, M.A.M. Portugueses em São Paulo.A Face Feminina da Imigração. São Paulo: Expressão& Arte. 2005
- PECHMAN, R.M.Olhares sobre a cidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

- RAGO, M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ROLNIK, R.A cidade e a lei - vol.1. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 2003.
- _____. O que é cidade. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. KOWARICK, L; SOMEKH, N. (org.). São Paulo: crise e mudança. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____; SOMEKH, N; NÉRY JR., J. M. Políticas Públicas para o Manejo do Solo Urbano. São Paulo: Polis, 1996.
- SACHS, C.São Paulo – políticas públicas e habitação popular. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SOMEKH, N. Administração Pública e iniciativa privada revitalizam o Centro Paulistano. São Paulo: CREA-SP, 2003.
- _____;CAMPOS, C.M.A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no Século XX. São Paulo: Mackpesquisa, 2002
- SCHWARTZ, R.M.P.B. Mulheres em movimento, movimento de mulheres: a participação feminina na luta pela moradia na cidade de São Paulo. 2007. 349f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. Retrato da história: imagem documento. In: FERREIRA, D. (org.).Imagem o que fazem e significam. São Paulo: Annablume, 2010.
- TELLES, V.S.Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L.(Org.). As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- VERÁS, M.P.B.. Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade, São Paulo, EDUC, 2000.

MESA DIRETORA 3º LEGISLATURA (1956-1959)

1956

Presidente: Elias Shammas
Vice-Presidente: Jarbas Tupinambá de Oliveira
1º Secretário: Ermano Marchetti
2º Secretário: Américo Trabulsi
3º Secretário: José de Oliveira Almeida Diniz

1957

Presidente: Elias Shammass
Vice-Presidente: Modesto Guglielmi
1º Secretário: Antonio Prestes Franco
2º Secretário: Horácio Berlinck Cardoso
3º Secretário: Mario Câmara

1958

Presidente: André Nunes Júnior
Vice-Presidente: Umberto Fanganiello
1º Secretário: Fernando Scalamandrê Júnior
2º Secretário: Agenor Palmorino Mônaco
3º Secretário: Coryntho Baldoino Costa Junior

1959

Presidente: William Salem
Vice-Presidente: Ermano Marchetti
1º Secretário: Fernando Scalamandrê Júnior
2º Secretário: Sebastião Marcondes da Silva
3º Secretário: Milton Pereira Marcondes



ADROALDO BARBOSA LIMA
PTB



AGENOR LINO DE MATTOS
PSP



AGENOR P. MÔNACO
PST



ALFREDO TRINDADE
PSD



ALIPIO HENRIQUE
PST



ALOYSIO G. CAMARGO
UDN



ALTIMAR RIBEIRO DE LIMA
PDC



AMERICU SUGAI
PST



AMÉRICO TRABUISI
PTB



ANDRÉ NUNES JÚNIOR
PSP



ANNA LAMBERGA ZÉGLIO
PSP



ANTÔNIO DE T. PIZZA
PRP



ANTÔNIO L. JÚNIOR
PRP



ANTONIO PRESTES FRANCO
PTN



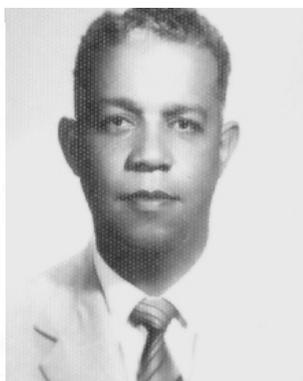
ANTÔNIO SAMPAIO
PSP



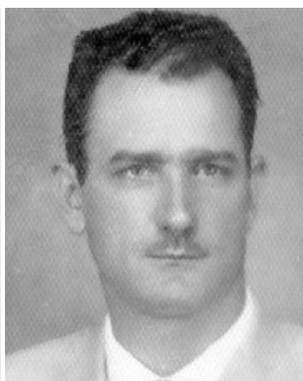
ARIOSTO GIANQUINTO
PDC



ARMANDO ZEMELLA
PTB - PRP



ARY SILVA
PR



AUGUSTO BRUNO FILHO
PR



AURELINO S. ANDRADE
PSP



BENEDICTO Q. DA SILVA
PTN



CARLOS CASSONI
PRT



CARLOS GOMES MACHADO
PDC PRT



CLOVIS CARVALHO
PSB



CORYNTHO B. COSTA JR
PL



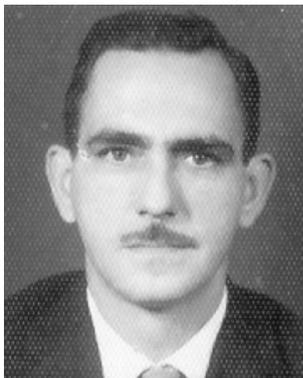
DARIO DE LORENZO
UDN



DORIVAL SOARES RAMOS
UDN



EDISON A. R. DE SOUZA
PSB



EDISON LEMES SILVA
PL



EDMUNDO GREGORIAM
PR



ELIAS SHAMASS
PSP



ERMANO MARCHETTI
PR



ESTANISLAU R. AMARAL
UDN



FERNANDO S. JUNIOR
PTN



FRANCISCO BATISTA JUNIOR
PDC



GUMERCINDO DE P. FLEURY
PSD



HELENA IRACY JUNQUEIRA
PDC



HENRIQUE GABRIEL FORLI
PTN



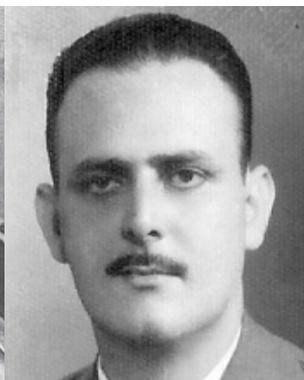
HERMINIO VICENTE
PSD



HIRANT SANAZAR
PST



HORACIO BERLINCK
PRT



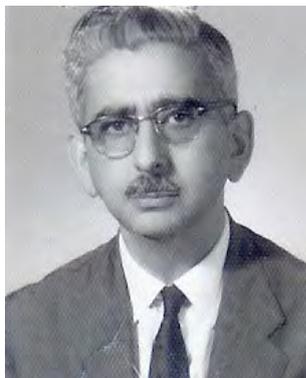
ITALO FITTIPALDI
PRP



JACOB SALVADOR ZVEIBIL
PR



JARBAS T. DE OLIVEIRA
PSD



JAYME RODRIGUES
PR



JEFFERSON PAIS
PRP



JOÃO CASTELAR PADIN
PSD



JOÃO FRANCISCO DE HARO
PSD



JOÃO LOUZADA
PSP



JOAQUIM G. F. JUNIOR
PTN PL



JOAQUIM M. DE CARVALHO
PSB PDC



JOSÉ ARANHA
PR



JOSÉ A. DA S. RIBEIRO
PL



JOSÉ C. M. S. AFFONSECA
PSD



JOSÉ DE O. ALMEIDA DINIZ
PTB



JOSÉ D. DE SOUZA
PTN



JOSÉ F. A. LAMMOGLIA
PRP



JOSÉ FREITAS NOBRE
PSB



JOSÉ GOMES DE M. NETO
PDC



JOSÉ MESQUITA OLIVEIRA
PTN



LEANDRO BEZERRA
PRT



LÍBERO ANCONA LOPES
PSP



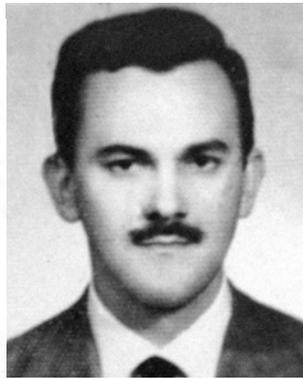
MARCOS MÉLEGA
UDN



MARIO CÂMARA
PTB



MARIO F. NAPOLITANO
PL PDC



MARIO TELLES
PL



MATHILDE DE CARVALHO
PSP



MIGUEL SANSÍGOLO
PSP



MILTON P. MARCONDES
PSB



MODESTO GUGLIEIMI
PDC



NICOLAU TUMA
UDN



NORBERTO MAYER FILHO
PR



OCTAVIO SALES
PRP



OSWALDO LARA LEITE RIBEIRO
UDN



PAULO DE TARSO SANTOS
PDC



PAULO FERREIRA CAMPANHA
PSD



PEDRO GERALDO COSTA
PDC



RENATO ANTONIO CHECCHIA
PSP



SEBASTIÃO M. DA SILVA
PRT



TARCILIO BERNARDO
PTN



THIMOTEO SPINOLA
PSD



UMBERTO FANGANIELLO
PSP



VENICIO CAMILLO GIACHINI
PTN



WALDEMAR TEIXEIRA PINTO
PSP



WILLIAM SALEM
PSP

VEREADORES DA 16ª LEGISLATURA

Abou Anni (PV)
Adilson Amadeu (PTB)
Adolfo Quintas (PSD)
Alessandro Guedes (PT)
Alfredinho (PT)
Andrea Matarazzo (PSD)
Anibal de Freitas (PV)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Antonio Donato (PT)
Ari Friedenbach (PHS)
Arselino Tatto (PT)
Atílio Francisco (PRB)
Aurélio Miguel (PR)
Aurélio Nomura (PSDB)
Calvo (PMDB)
Celso Jatene (PR)
Claudinho de Souza (PSDB)
Conte Lopes (PP)
Coronel Camilo (PSD)
Coronel Telhada (PSDB)
Dalton Silvano (Democratas)
David Soares (PSD)
Edir Sales (PSD)
Eduardo Tuma (PSDB)
Eliseu Gabriel (PSB)
Florian Pesaro (PSDB)
Francisco Chagas (PT)
George Hato (PMDB)
Gilson Barreto (PSDB)
Goulart (PSD)
Jair Tatto (PT)
Jamil Murad (PC do B)
Jean Madeira (PRB)
Jonas Camisa Nova (Democratas)
José Américo (PT)
José Police Neto (PSD)
Juliana Cardoso (PT)
Laércio Benko (PHS)
Marco Aurélio Cunha (PSD)
Mario Covas Neto (PSDB)
Marquito (PTB)
Marta Costa (PSD)
Milton Leite (Democratas)
Nabil Bonduki (PT)
Natalini (PV)
Nelo Rodolfo (PMDB)
Netinho de Paula (PDT)
Noemi Nonato (PR)
Orlando Silva (PC do B)
Ota (PSB)
Patrícia Bezerra (PSDB)
Paulo Fiorilo (PT)
Paulo Frange (PTB)
Pr. Edemilson Chaves (PTB)
Quito Formiga (PSDB)
Reis (PT)
Ricardo Nunes (PMDB)
Ricardo Teixeira (PROS)
Ricardo Young (REDE)
Roberto Tripoli (PV)
Rodolfo Despachante (PHS)
Salomão Pereira (PSDB)
Sandra Tadeu (Democratas)
Senival Moura (PT)
Souza Santos (PRB)
Toninho Paiva (PR)
Toninho Vespoli (PSOL)
Ushitaro Kamia (PSD)
Valdecir Cabrabom (PTB)
Vavá (PT)
Wadih Mutran (PP)

VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA

Abou Anni (PV)
Adilson Amadeu (PTB)
Adriana Ramalho (PSDB)
Alessandro Guedes (PT)
Alfredinho (PT)
Aline Cardoso (PSD)
André Santos (PRB)
Antonio Donato (PT)
Arselino Tatto (PT)
Atilio Francisco (PRB)
Aurélio Nomura (PSDB)
Caio Miranda Carneiro (PSB)
Camilo Cristófaró (PSB)
Celso Jatene (PR)
Claudinho de Souza (PSDB)
Claudio Fonseca (PPS)
Conte Lopes (PP)
Dalton Silvano (DEM)
Daniel Annenberg (PSDB)
David Soares (DEM)
Edir Sales (PSD)
Eduardo Matarazzo Suplicy (PT)
Eduardo Tuma (PSDB)
Eliseu Gabriel (PSB)
Fabio Riva (PSDB)
Fernando Holiday (DEM)
George Hato (PMDB)
Gilberto Nascimento (PSC)
Gilson Barreto (PSDB)
Isa Penna (PSOL)
Isac Felix (PR)
Jair Tatto (PT)
Janaína Lima (Novo)
João Jorge (PSDB)
José Police Neto (PSD)
Juliana Cardoso (PT)
Mário Covas Neto (PSDB)
Milton Ferreira (PODE)
Milton Leite (DEM)
Natalini (PV)
Noemi Nonato (PR)
Ota (PSB)
Patrícia Bezerra (PSDB)
Paulo Frange (PTB)
Quito Formiga (PSDB)
Reginaldo Trípoli (PV)
Reis (PT)
Ricardo Nunes (PMDB)
Ricardo Teixeira (PROS)
Rinaldi Digilio (PRB)
Rodrigo Gomes (PHSV)
Rodrigo Goulart (PSD)
Rute Costa (PSD)
Sâmia Bomfim (PSOL)
Sandra Tadeu (DEM)
Senival Moura (PT)
Soninha (PPS)
Souza Santos (PRB)
Toninho Paiva (PR)
Toninho Vespoli (PSOL)
Zé Turin (PHS)